



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**RESOLUÇÃO Nº 05/2015-CONSUP**

**Natal (RN), 13 de março de 2015.**

*Aprova o Relatório de Gestão do Exercício 2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.*

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE** faz saber que este Conselho, reunido ordinariamente nesta data, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 9º do Estatuto do IFRN,

**CONSIDERANDO**

o teor da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nºs 134/2013, 139 e 140/2014 e 143/2015 e da Portaria-TCU nº 90/2014; e

**CONSIDERANDO,**

o que consta no Processo nº 23421.008361.2015-33, de 27 de fevereiro de 2015;

**RESOLVE:**

**APROVAR**, na forma do anexo, o Relatório de Gestão do Exercício 2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

  
**BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA**  
Presidente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

# **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**

**Natal/RN, março de 2015.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

# **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das IN TCU nº 63/2010 e 72/2013, das DN TCU nº 134/2013, 139/2014, 140/2014 e 143/2015 e da Portaria-TCU nº 90/2014 e com as orientações do órgão de controle interno.

**Natal/RN, março de 2015.**

**PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

*Dilma Rousseff*

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

*Cid Ferreira Gomes*

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

*Marcelo Machado Feres*

**REITOR DO IFRN**

*Belchior de Oliveira Rocha*

**AUDITORA GERAL DO IFRN**

*Zeneide de Oliveira Bezerra*

**CONSELHO SUPERIOR DO IFRN**

*Belchior de Oliveira Rocha – Presidente*

*Nadir Arruda Skeete – Secretária*

**Membros Titulares:**

*Ambrósio Lins do Nascimento*

*Cícero Filho Tavares*

*Ednaldo de Paiva Pereira*

*Eraldy Kennedy de Sousa Chagas*

*Francisco Fernandes de Oliveira*

*Heitor Francisco de Moura*

*Itajone Francisco de Moraes*

*João Bosco Cabral Freire*

*João Maria de Oliveira*

*João Paulo de Medeiros Santos*

*José de Ribamar Silva Oliveira*

*José Yvan Pereira Leite*

*Juraci Tavares de Souza*

*Leiliane Kelly Dantas de Medeiros*

*Luciana Medeiros Bertini*

*Marcones Marinho da Silva*

*Marcos Antônio de Oliveira*

*Marla Sarmiento de Oliveira*

*Matheus de Albuquerque Souza Maia*

*Maura Costa Bezerra*

*Monicarla de Oliveira Silva*

*Paulo Sidney Gomes Silva*

*Pedro Ivo de Araújo do Nascimento*

*Rafael Rodrigo Crisanto de Oliveira*

*Roseanne Azevedo de Albuquerque*

*Rosemary Medeiros Pereira*

*Sérgio Teixeira Costa*

*Tito Matias Ferreira Júnior*

*Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa*

**COLÉGIO DE DIRIGENTES**

*Belchior de Oliveira Rocha – Presidente*

*Nadir Arruda Skeete – Secretária*

**Membros Titulares:**

*Alex Fabiano de Araújo Fortunato – Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação*

*Antônia Francimar da Silva – Diretora-Geral do Campus Pau dos Ferros*

*Auridan Dantas de Araújo – Diretor de Gestão de Pessoas*

*Caubi Ferreira de Souza Júnior – Diretor-Geral do Campus Caicó*

*Djerson Mateus Alves da Costa - Diretor-Geral do Campus Nova Cruz*

*Ednaldo de Paiva Pereira - Direção-Geral do Campus São Paulo do Potengi*

*Erivaldo Cabral da Silva – Diretor-Geral do Campus Educação a Distância*

*Erivan Sales do Amaral – Diretor-Geral do Campus Santa Cruz*

*Evandro Firmino de Souza – Diretor-Geral do Campus Ipangaçu*

*Ismael Félix Coutinho Neto – Diretor-Geral do Campus de Parnamirim*

*Jailton Barbosa dos Santos – Diretor-Geral do Campus Mossoró*

*José Álvaro de Paiva* - Direção-Geral do *Campus Ceará-Mirim*  
*José Arnóbio de Araújo Filho* – Diretor-Geral do *Campus Natal-Central*  
*José de Ribamar Silva Oliveira* – Pró-Reitor de Ensino  
*José Yvan Pereira Leite* – Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação  
*Juscelino Cardoso de Medeiros* – Pró-Reitor de Administração  
*Lerson Fernando dos Santos Maia* – Diretor-Geral do *Campus Natal-Cidade Alta*  
*Luísa de Marilac de Castro Silva* – Diretora-Geral do *Campus São Gonçalo do Amarante*  
*Marcos Antônio de Oliveira* – Diretor-Geral do *Campus Apodi*  
*Paula Francinete de Araújo Batista* – Diretora do *Campus Avançado de Parelhas*  
*Pollyanna de Araújo Ferreira* – Diretora do *Campus Avançado de Lages*  
*Rady Dias de Medeiros* – Diretor-Geral do *Campus Currais Novos*  
*Régia Lúcia Lopes* – Pró-Reitora de Extensão  
*Solange da Costa Fernandes* – Diretora de Gestão de Atividades Estudantis  
*Sônia Cristina Ferreira Maia* – Diretora-Geral do *Campus João Câmara*  
*Valdelúcio Pereira Ribeiro* – Diretor-Geral do *Campus Canguaretama*  
*Valdemberg Magno do Nascimento Pessoa* – Diretor-Geral do *Campus Natal-Zona Norte*  
*Varélio Gomes dos Santos* – Diretor-Geral do *Campus Macau*  
*Wyllys Abel Farkatt Tabosa* – Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

*Belchior de Oliveira Rocha* – **Presidente**

*Nadir Arruda Skeete* – **Secretária**

#### **Membros Titulares:**

*Alexandro Vladno da Rocha*

*Allan Nilson de Sousa Dantas*

*Ana Lúcia Pascoal Diniz*

*Augusto Santana Veras de Medeiros*

*Ayres Charles de Oliveira Nogueira*

*Carlos Eugênio de Faria*

*Carlos Gustavo Araújo da Rocha*

*Carlos Henrique Bezerra de Oliveira*

*Charles César Magno de Freitas*

*Cleone Silva de Lima*

*Damiana Sinézio de Souza*

*Davi Silveira Guerra*

*Emanoel Márcio Nunes*

*Érico de Moura Neto*

*Fellipe Araújo Aleixo*

*Fellipe Neri de Oliveira Arrais*

*Francesco de Araújo Lopes*

*Franciéllo Gomes da Silva*

*Francisco Ary Alves de Souza*

*Francisco José Calixto de Sousa*

*Giancarlo Costa Barbosa*

*Gilene Moura Cavalcante de Medeiros*

*Givanaldo Rocha de Souza*

*Jairo José dos Santos*

*Joelson Ernesto de Lima Moreira*

*José de Ribamar Silva Oliveira*

*José Rildo Oliveira Dantas*

*José Roberto Oliveira dos Santos*

*José Yvan Pereira Leite*

*Júlio César Vieira de Alencar*

*Luciana Medeiros da Cunha*

*Manoel Fernandes de Negreiros Neto*

*Márcio Monteiro Maia*

*Marcus Luiz dos Santos Menezes*

*Marcus Vinícius Araujo Fernandes*

*Maria Aparecida da Silva Fernandes*

*Maria Elizabete Sobral Paiva de Aquino*

*Matheus Peixoto Querino*

*Matheus Sávyo Bezerra de Melo*

*Priscilla Suene de Santana Nogueira Silvério*

*Régia Lúcia Lopes*

*Ricardo Souza Marques*

*Ronaldo dos Santos Falcão Filho*

*Tadeu Ferreira Oliveira*

*Tarcimária Rocha Lula Gomes da Silva*

*Therlandeson Gley Alves*

*Thiago Augusto Braz de Medeiros*

#### **Sistematização e Revisão Técnica**

*Anna Catharina da Costa Dantas*

#### **Revisão Linguístico-Textual**

*Maria Liliane Borges da Silva*

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro resumo de resultados de julgamentos em processos .....	51
Tabela 2 – Relação de temáticas e gestores sistêmicos participantes do 2º Gabinete Itinerante de 2014.....	69
Tabela 3 – Potencialidades e fragilidades do IFRN .....	91
Tabela 4 – Metas do Plano Nacional de Educação com correlação direta com as ações institucionais.....	93
Tabela 5 – Número de projetos realizados com recursos aportados na Ação 20RG, em 2014, em cada unidade do IFRN.....	108
Tabela 6 – Recursos financeiros previstos na LOA, executados pelo IFRN e contingenciados pelo MEC por programa e ação orçamentária.....	112
Tabela 7 – Número de estudantes atendidos em ações e programas de assistência estudantil em 2014.....	116
Tabela 8 – Número de vagas e inscrições em processos seletivos de estudantes em 2014. ....	121
Tabela 9 – Número de matrículas atendidas em 2014 no IFRN .....	123
Tabela 10 – Dados de acesso ao Portal de Periódicos da CAPES das Instituições do Rio Grande do Norte.....	135
Tabela 11 – Dados do <i>Webmetrics</i> do IFRN que expressam a visibilidade <i>web</i> , em 2014. ....	135
Tabela 12 – Produção bibliográfica docente do IFRN no período 2012 a 2014.....	136
Tabela 13 – Eventos de capacitação para servidores, realizados em 2014. ....	173
Tabela 14 – Resumo dos resultados dos indicadores gerenciais sobre recursos humanos .....	177
Tabela 15 – Detalhamento da frota de veículos sob responsabilidade do IFRN.....	190
Tabela 16 – Resumo comparativo entre os indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 calculados pela SETEC e os registrados pelo IFRN .....	261

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Reitoria.....	25
Figura 2 – Organograma do <i>Campus</i> Natal-Central.....	28
Figura 3 – Organograma do <i>Campus</i> Mossoró .....	30
Figura 4 – Organograma de referência para os <i>campi</i> da expansão.....	32
Figura 5 – Organograma de referência para os <i>campi</i> avançados.....	34
Figura 6 – Organograma do <i>Campus</i> Educação à Distância.....	35
Figura 7 – Representação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no IFRN.....	40
Figura 8 – Estrutura administrativa de atuação da Auditoria Interna do IFRN .....	47
Figura 9 – Portal internet do IFRN.....	54
Figura 10 – Acessos ao portal institucional do IFRN em 2014 .....	56
Figura 11 – Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação no IFRN .....	58
Figura 12 – Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no IFRN. ....	59
Figura 13 – Acesso à <i>Fan Page</i> do IFRN no Facebook.....	60
Figura 14 – Acesso ao perfil do IFRN no Twitter.....	60
Figura 15 – Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do IFRN .....	62
Figura 16 – Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do IFRN por unidade administrativa e por meio de comunicação .....	63
Figura 17 – Comparativo do percentual de respondentes em 2012, 2013 e 2014, por segmento. ....	67
Figura 18 – Distribuição geográfica dos <i>campi</i> do IFRN .....	191

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	19
Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalísticos no IFRN .....	37
Quadro A.1.5 – Macroprocessos de apoio no IFRN .....	41
Quadro A.2.4 – Avaliação do sistema de controles internos do FIRN .....	52
Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS.....	94
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS .....	105
Quadro B.65.1 – Resumo dos resultados dos indicadores do Acórdão TCU n.º 2.267/2005 .....	140
Quadro A.5.4 – Outros indicadores de desempenho.....	149
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas .....	153
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	154
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa .....	157
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total ..	157
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários .....	158
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total .....	159
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.....	160
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação ...	161
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	162
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade .....	163
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	164
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios .....	165
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	166
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	167
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	168
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos .....	169
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos .....	170
Quadro A.7.1.1.1 – Força de trabalho do IFRN, em 2014.....	171
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da lotação efetiva do IFRN, em 2014.....	171
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFRN, em 2014.....	172
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal .....	175
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	182
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	184
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários .....	188
Quadro A.8.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União sob responsabilidade do IFRN. ....	192
Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	193
Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ...	195
Quadro A.9.1 – Contratos na área de tecnologia da informação em 2014.....	207
Quadro A.10.1 – Aspectos da gestão ambiental.....	208
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	209
Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	221



Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	222
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	225
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores, da obrigação de entregar a DBR.....	226
Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	227
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis .....	229
Quadro B.65.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	237

## **LISTA DE SIGLAS**

AGU – Advocacia-Geral da União  
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores  
ASINDI – Assessoria de Informações e Dados Institucionais  
ASCE – Assessoria de Comunicação Social e Eventos  
AUDGE – Auditoria Geral do IFRN  
CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CD – Cargo de Direção  
CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos  
CERTIFIC – Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COADS – Coordenação de Administração da Sede  
COAPE – Coordenação de Administração de Pessoal  
COAPEQ – Coordenação de Assistência de Pessoal e Qualidade de Vida  
COASS – Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor  
CODIR – Colégio de Dirigentes  
COEN – Comitê de Ensino  
COGPE – Coordenação de Gestão de Pessoas  
CONGIC – Congresso de Iniciação Científica do IFRN  
CONNEPI – Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação  
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
CONSEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
CONSUP – Conselho Superior  
COSERN – Companhia de Energética do Rio Grande do Norte  
COSGEM – Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DETRAN-RN – Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte  
DIAD – Diretoria de Administração  
DIGAE – Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis  
DIGPE – Diretoria de Gestão de Pessoas  
DIGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação  
EAD – Educação à Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
EXPOTEC – Exposição de Trabalhos Técnicos, Científicos, Tecnológicos e Culturais  
FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte  
FEBRACE – Feira Brasileira de Ciências e Engenharia  
FENECIT – Feira Nordestina de Ciência e Tecnologia  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FUNCERN – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte  
IN – Instrução Normativa  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
IPG – Instituto Politécnico da Guarda  
ITCART – Incubadora Tecnológica de Cultura e Arte  
ITNC – Incubadora Tecnológica Natal-Central  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
MILSET – Movimento Internacional para o Recreio Científico e Técnico  
MinC – Ministério da Cultura  
MOSTRATEC – Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia/Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MPT – Ministério Público do Trabalho  
MTur – Ministério do Turismo  
NAGI – Núcleo de Apoio à Gestão da Inovação  
NCE – Núcleo Central Estruturante  
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OVEP – Observatório da Vida do Estudante da Educação Profissional  
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PAE – Pesquisa de Acompanhamento de Egressos  
PAEX – Pesquisa de Avaliação da Expansão  
Parfor – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica  
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PFRH – Programa de Formação de Recursos Humanos PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
PIBIC-EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio  
IBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação  
PN – Portaria Normativa  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PPP – Plano de Providências Permanente  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
PROAD – Pró-Reitoria de Administração  
PRODES – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional  
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEJA FIC – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

ProITEC – Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRÓ-INOVA – Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação

PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSLT – Promoção à Saúde no Local de Trabalho

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

SEBRAE-RN – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEEC-RN – Secretaria da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte

SEGEP – Secretaria de Gestão Pública

SEMADEC – Semana de Arte, Cultura e Desporto

SENAI-RN – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Norte

SESu – Secretaria de Educação Superior

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIASS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório

TCU – Tribunal de Contas da União

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

UnP – Universidade Potiguar

UJ – Unidade Jurídica

UO – Unidade Orçamentária

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	6
LISTA DE FIGURAS .....	7
LISTA DE QUADROS .....	8
LISTA DE SIGLAS .....	10
INTRODUÇÃO .....	17
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS .....	19
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada .....	19
1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade .....	22
1.2.1. Princípios .....	22
1.2.2. Características e finalidades .....	22
1.2.3. Objetivos .....	23
1.3. Organograma funcional .....	24
1.3.1. Reitoria .....	25
1.3.2. <i>Campus</i> Natal-Central .....	28
1.3.3. <i>Campus</i> Mossoró .....	30
1.3.4. <i>Campi</i> da expansão .....	31
1.3.5. <i>Campi</i> avançados .....	33
1.3.6. <i>Campus</i> Educação à Distância .....	35
1.4. Macroprocessos finalísticos .....	36
1.5. Macroprocessos de apoio .....	41
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....	43
2.1. Estrutura de governança .....	43
2.2. Atuação da unidade de auditoria interna .....	46
2.2.1. Estratégia de atuação .....	47
2.2.2. Informações das auditorias e/ou fiscalizações realizadas .....	48
2.2.3. Demonstração da execução do plano anual de auditoria .....	49
2.2.4. Redesenhos feitos na estrutura organizacional da unidade de auditoria .....	49
2.2.5. Qualidade dos controles internos .....	50
2.3. Sistema de correição .....	51
2.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos .....	52
2.5. Remuneração paga a administradores .....	53
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	54
3.1. Canais de acesso do cidadão .....	54
3.1.1. Portal institucional na internet .....	54
3.1.2. <i>E-mail</i> e telefone institucionais .....	57
3.1.3. Serviço de Informação ao Cidadão .....	58
3.1.4. Redes sociais .....	59
3.1.5. Ouvidoria .....	61
3.2. Carta de Serviços ao Cidadão .....	63
3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços .....	64
3.3.1. Pesquisa de autoavaliação institucional .....	64
3.3.2. Gabinete itinerante .....	65
3.3.3. Coletivos institucionais .....	65
3.3.4. Pesquisa de egressos .....	65
3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada .....	65
3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada .....	67
3.5.1. Pesquisa de autoavaliação institucional .....	67
3.5.2. Gabinete itinerante .....	69
3.5.3. Coletivos institucionais .....	70
3.5.4. Pesquisa de egressos .....	70

3.6. Medidas relativas à acessibilidade .....	70
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	73
4.1. Contextualização.....	73
4.2. Principais programas de ação institucional .....	74
4.2.1. Programas institucionais.....	74
4.2.2. Principais programas do governo federal com atuação institucional.....	85
4.3. Ameaças e oportunidades identificadas .....	88
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	92
5.1. Planejamento da unidade .....	92
5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	94
5.2.1. Programa temático.....	94
5.2.2. Objetivos .....	94
5.2.3. Ações .....	94
5.3. Execução do Plano de Ação 2014.....	112
5.3.1. Administração.....	113
5.3.2. Assuntos Estudantis.....	114
5.3.3. Ensino .....	117
5.3.4. Extensão .....	125
5.3.5. Gestão de Pessoas.....	129
5.3.6. Pesquisa e Inovação.....	131
5.3.7. Planejamento e Desenvolvimento Institucional.....	136
5.3.8. Tecnologia da Informação .....	138
5.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	139
5.4.1. Indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 .....	139
5.4.2. Outros indicadores de gestão.....	149
5.5. Análise dos resultados dos indicadores de gestão .....	152
5.6. Informações sobre custos de produtos e serviços.....	152
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	153
6.1. Programação e execução das despesas.....	153
6.1.1. Programação das despesas.....	153
6.1.2. Movimentação de créditos interna e externa .....	154
6.1.3. Realização da despesa .....	157
6.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda .....	163
6.3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	164
6.4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	164
6.4.1. Análise crítica .....	164
6.5. Transferências de recursos .....	165
6.5.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	165
6.5.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....	165
6.5.3. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse .....	167
6.5.4. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse .....	168
6.5.5. Análise crítica .....	168
6.6. Suprimento de fundos .....	169
6.6.1. Concessão de suprimento de fundos.....	169
6.6.2. Utilização de suprimento de fundos .....	169
6.6.3. Classificação dos gastos com suprimento de fundos .....	170
6.6.4. Análise crítica .....	170
6.7. Renúncias sob a gestão do IFRN .....	170
6.8. Gestão de precatórios.....	170
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	171

7.1. Estrutura de pessoal da unidade .....	171
7.1.1. Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	171
7.1.2. Qualificação e capacitação da força de trabalho.....	173
7.1.3. Custos de pessoal da unidade jurisdicionada.....	175
7.1.4. Irregularidades na área de pessoal .....	176
7.1.5. Riscos identificados na gestão de pessoas .....	176
7.1.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos .....	177
7.2. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	182
7.2.1. Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância.....	182
7.2.2. Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos.....	184
7.2.3. Análise crítica .....	188
7.2.4. Contratação de Estagiários .....	188
7.3 Medidas adotadas para revisão dos contratos .....	188
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	189
8.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	189
8.1.1. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos .....	189
8.1.2. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do IFRN .....	189
8.1.3. Quantidade de veículos, média anual de quilômetros rodados, idade média da frota e custos associados à manutenção da frota, por grupo de veículos.....	189
8.1.4. Plano de substituição da frota .....	190
8.1.5. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação .....	190
8.1.6. Estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	190
8.1.7. Frota de veículos automotores a serviço do IFRN, mas contratada de terceiros .....	190
8.2. Gestão do patrimônio imobiliário .....	191
8.2.1. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial .....	191
8.2.2. Imóveis sob a responsabilidade do IFRN, exceto imóvel funcional.....	193
8.2.3. Cessão de espaço físico em imóvel da União .....	195
8.2.4. Imóveis funcionais da União sob responsabilidade do IFRN .....	206
8.2.5. Análise crítica .....	206
8.3. Bens imóveis locados de terceiros .....	206
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	207
9.1. Gestão da tecnologia da informação (TI).....	207
10.GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	208
10.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	208
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	209
11.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	209
11.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	209
11.1.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	221
11.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....	222
11.2.1. Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício.....	222
11.2.2. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	225
11.3. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	226
11.3.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	226
11.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações .....	226
11.4. Medidas adotadas em caso de dano ao erário .....	227
11.5. Alimentação SIASG e SICONV .....	227
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	228
12.1. Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	228
12.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	229
12.3. Conformidade Contábil.....	229
12.4. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis .....	229

12.4.1. Declaração plena .....	229
12.4.2. Declaração com ressalva .....	229
12.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	229
12.6. Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	230
12.7. Composição acionária das empresas estatais .....	230
12.8. Relatório de auditoria independente.....	230
<b>13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....</b>	<b>231</b>
13.1. Outras informações consideradas relevantes.....	231
13.1.1. Institucional .....	231
13.1.2. Prêmios acadêmico-científicos .....	232
13.1.3. Desenvolvimento tecnológico .....	234
13.1.4. Agenda artístico-cultural e desportiva .....	234
13.1.5. Agenda acadêmico-científica nacional .....	235
13.1.6. Agenda acadêmico-científica internacional.....	236
13.2. Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio .....	237
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>242</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>243</b>
ANEXO I - Relatórios do sistema CGU-PAD por fase de processo e fase de julgamento .....	244
ANEXO II – Relatório de pedidos de acesso à informação e solicitantes do sistema e-SIC.....	254
ANEXO III – Indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, calculados pela SETEC.....	260
Indicadores acadêmicos .....	261
Indicadores administrativos .....	267
Indicador socioeconômico .....	271
Indicadores de gestão de pessoas .....	272



## INTRODUÇÃO

O presente documento, que ora se apresenta aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União – CGU) e externo (Tribunal de Contas da União – TCU) para prestação de contas anual a que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e 72/2013, das DN TCU nº 134/2013, 139/2014, 140/2014 e 143/2015, da Portaria-TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Trata-se do Relatório de Gestão do IFRN referente ao exercício de 2014, através do qual, para além do cumprimento do requisito legal, também se apresenta à sociedade como a Instituição empregou os recursos públicos aportados no seu orçamento na consecução das suas ações de ensino, pesquisa e extensão, assim como os resultados alcançados, os avanços conseguidos e, também, as dificuldades encontradas para atingir os objetivos planejados para o ano em análise.

Além das mudanças requeridas nas instruções e orientações exaradas pelo TCU e pela CGU, o documento amplia a estrutura e o conteúdo, apresentando uma maior articulação com o PPP e o PDI (políticas e metas institucionais) e com o PPA (programas e ações orçamentárias) e o PNE (metas e estratégias para educação); reorganiza os macroprocessos (finalísticos e de apoio) e a inter-relação com ações e programas institucionais e governamentais; descreve o fazer institucional em todas as suas dimensões estratégicas; e explora os aspectos qualitativos das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados.

Para tanto, o Relatório, que está dividido em treze capítulos, além dos anexos, descreve, de forma detalhada, as atividades de maior relevância que foram desenvolvidas no exercício de 2014, o que possibilita uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações constantes do Plano de Ação 2014, definidos pela atual gestão, destacando-se a expansão e a qualidade desses programas e ações.

No primeiro capítulo, têm-se a identificação institucional e os atributos das unidades cujas gestões compõem o Relatório, na qual se verificam a finalidade e as competências da Instituição, seu organograma funcional, os macroprocessos finalísticos e de apoio, sua articulação com as ações orçamentárias e com o Plano Nacional de Educação, além dos principais parceiros do IFRN.

O segundo capítulo apresenta a estrutura de governança do IFRN, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correição. Nesse capítulo foram excluídos os Quadros A.2.5.2 (remuneração dos conselhos de administração e fiscal), A.2.5.3 (síntese da remuneração dos administradores) e A.2.5.4 (detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores).

As estruturas que garantem canal de comunicação do cidadão com o IFRN, bem como os mecanismos e procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados e as medidas para garantir a acessibilidade são descritos no terceiro capítulo.

O capítulo quatro apresenta o ambiente de atuação do IFRN, caracterizando o contexto no qual está inserido, descreve as principais ações e programas da ação institucional e sistematiza as ameaças e oportunidades observadas no contexto de atuação.

O planejamento estratégico do IFRN, nas oito dimensões estratégicas do funcionamento, e as suas inter-relações com as competências legais e o PPA; os resultados alcançados no exercício com base na respectiva programação orçamentária e financeira e nos objetivos e ações executadas; e os principais indicadores de desempenho, são abordados no quinto capítulo. Nesse capítulo foram excluídos os Quadros A.5.2.1 (programa temático), A.5.2.2 (objetivo fixado pelo PPA), A.5.2.3.1 (ações de responsabilidade da UJ – OFSS), A.5.2.3.4 (ações do orçamento de investimento) e A.5.5 (variações de custos).

O sexto capítulo sistematiza os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativamente às ações de responsabilidade do IFRN, a descrição da execução das

despesas, com programação, movimentação de créditos interna e externa e realização da despesa; movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; transferências de recursos; e suprimento de fundos. Nesse capítulo foram excluídos os Quadros A.6.3 (reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos), A.6.6.3 (classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência), A.6.7.1.1 (benefícios financeiros e creditícios geridos pela UJ ou benefícios financeiros e creditícios estimados e quantificados pela UJ), A.6.8.1 (requisições e precatórios – administração direta) e A.6.8.2 (requisições e precatórios – administração indireta), além daqueles relacionados a renúncias sob a gestão do IFRN: A.6.7.2.1, A.6.7.2.2, A.6.7.2.3, A.6.7.2.4.1, A.6.7.2.4.2, A.6.7.2.5.1, A.6.7.2.5.2, A.6.7.2.6, A.6.7.2.7, A.6.7.2.8, A.6.7.2.9, A.6.7.2.10 e A.6.7.2.11.

No capítulo sete, que trata de gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, são levantados dados sobre a estrutura de pessoal, com demonstração da força de trabalho à disposição da Instituição, incluindo informações sobre qualificação, custos de pessoal, composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, cadastramento no SISAC, acumulação de cargos e indicadores gerenciais sobre recursos humanos, além de elementos sobre terceirização de cargos, contratação de estagiários e de serviços de limpeza, higiene e vigilância, bem como atividades do Plano de Cargos e Carreira, entre outros. Nesse capítulo foi excluído o Quadro A.7.1.4.2 (cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada).

Os três capítulos seguintes – oito, nove e dez – são dedicados, respectivamente, à gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, à gestão da tecnologia da informação e do conhecimento e à gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental na Instituição. Foram excluídos os Quadros A.8.2.3 (discriminação de imóveis funcionais da União) e A.8.3 (distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros).

O capítulo onze diz respeito à conformidade e ao tratamento de disposições legais e normativas, envolvendo as recomendações e deliberações dos órgãos de controle interno e externo, bem como a atuação da Unidade de Auditoria Interna, entre outros dados relevantes. Nesse capítulo, foi excluído o Quadro A.11.4 (medidas adotadas em caso de dano ao erário).

O capítulo doze, concernente a informações contábeis, descreve quais medidas foram tomadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e reproduz a Declaração do Contador, atestando a conformidade das demonstrações contábeis, a Declaração com Ressalva e as demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008. Foram excluídos os Quadros A.12.4.1 (declaração do contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis), A.12.7.1 (composição acionária do capital social) e A.12.7.2 (investimentos permanentes em outras sociedades).

No último capítulo, treze, são consignadas outras informações sobre a gestão consideradas relevantes, com destaques do IFRN em 2014, e os projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio.

Ao todo, de uma dotação de R\$ 410.898.842,00 (inicial mais descentralizações), foram executados R\$ 399.776.629,00 (97%) em função de contingenciamento de R\$ 11.122.213,00 pelo MEC (3%).

Assim, as informações contidas neste documento destacam a expansão da oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis; a política de inclusão social de estudantes de baixa renda por meio de cotas nos processos seletivos e do acesso aos diversos programas institucionais de assistência ao estudante, resultando na formação de profissionais aptos para o mundo do trabalho, inclusive na formação inicial e continuada de trabalhadores e de professores para a rede básica de ensino; e as ações de pesquisa aplicada e inovação e de extensão tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

## 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

Este capítulo reúne informações sobre a identificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), bem como apresenta as finalidades e competências, o organograma, os macroprocessos finalísticos, e a lista dos principais parceiros na consecução dos objetivos institucionais.

### 1.1. Identificação da unidade jurisdicionada

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, institucionalidade dada pelos termos da Lei 11.892/2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica.

De organização pluricurricular, o IFRN oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade. Oferta, nesse sentido, cursos em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Apresenta, para tanto, um currículo organizado a partir de quatro eixos – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que atuam, de modo entrelaçado e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa. O IFRN desenvolve a pesquisa e a extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos. Estimula a produção cultural e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

O **Quadro A.1.1.1** apresenta os elementos identificadores do IFRN, as normas relacionadas à sua constituição e à gestão, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, bem como as unidades gestoras e gestões do SIAFI utilizadas pelo IFRN para a execução das despesas relacionadas às ações vinculadas.

**Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte			
<b>Denominação Abreviada:</b> IFRN			
<b>Código SIORG:</b> 000439	<b>Código LOA:</b> 26435	<b>Código SIAFI:</b> 158155	
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia Federal		<b>CNPJ:</b> 10.877.412/0001-68	
<b>Principal Atividade:</b> Educação Profissional de Nível Técnico			<b>Código CNAE:</b> 85.41-4-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(84) 4005-0750	(84) 4005-0753	(84) 4005-0754
<b>Endereço Eletrônico:</b> gabinete.reitoria@ifrn.edu.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifrn.edu.br">http://www.ifrn.edu.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, CEP 59015-300 - Natal-RN			

<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
<p>A Instituição foi criada em 23 de setembro de 1909 como Escola de Aprendizes e Artífices, tendo passado por inúmeras alterações em sua institucionalidade, sendo a mais recente a que deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, decorrente da Lei n.º 11.892, de 29/12/2008. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possibilitou a criação de 15 <i>campi</i>, além do <i>Campus</i> Natal-Central, pré-existente. A estruturação desses novos <i>campi</i> se deu em decorrência das Leis 11.534/07 e 11.740/08, que determinaram o quantitativo de cargos para essas unidades de ensino, e ensejaram a autorização de funcionamento, conforme relacionado a seguir:</p>		
<i>CAMPUS</i>	PORTARIA MEC N°	PUBLICAÇÃO DOU N°
Mossoró	1.677, de 02/12/1997	124, de 30/06/2006, Seção 1
Currais Novos	1.203, de 29/06/2006	124, de 30/06/2006, Seção 1
Ipanguaçu	1.203, de 29/06/2006	124, de 30/06/2006, Seção 1
Natal-Zona Norte	1.203, de 29/06/2006	124, de 30/06/2006, Seção 1
Caicó	757, de 27/07/2009	142, de 28/07/2009, Seção 1
Apodi	757, de 27/07/2009	142, de 28/07/2009, Seção 1
Santa Cruz	757, de 27/07/2009	142, de 28/07/2009, Seção 1
João Câmara	757, de 27/07/2009	142, de 28/07/2009, Seção 1
Macau	757, de 27/07/2009	142, de 28/07/2009, Seção 1
Pau dos Ferros	757, de 27/07/2009	171, de 08/09/2009, Seção 1
Parnamirim	1.366, de 06/12/2010	234, de 08/12/2010, Seção 1
Natal-Cidade Alta	1.366, de 06/12/2010	234, de 08/12/2010, Seção 1
São Gonçalo do Amarante	953, de 16/07/2012	234, de 08/12/2010, Seção 1
Nova Cruz	1.366, de 06/12/2010	234, de 08/12/2010, Seção 1
Canguaretama	996, de 07/10/2013	195, de 08/10/2013, Seção 1
Ceará-Mirim	996, de 07/10/2013	195, de 08/10/2013, Seção 1
São Paulo do Potengi	996, de 07/10/2013	195, de 08/10/2013, Seção 1
<p>O <i>Campus</i> Natal-Central é originário da criação do IFRN e sua autorização legal é dada pelo Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909. Fonte: Portal do IFRN (<a href="http://www.ifrn.edu.br/institucional/historic">http://www.ifrn.edu.br/institucional/historic</a>) e pesquisa documental realizada pela Assessoria de Informações e Dados Institucionais.</p>		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
<p>Em consonância com o art. 84 do Regimento Geral, foi aprovada a Estrutura Organizacional de Referência pela Resolução n° 16/2010-CONSUP, de 29/10/2010, sendo a Estrutura Administrativa, para vigência de 01/01/2011 a 31/10/2012, aprovada pela Deliberação n° 03/2010-CODIR, de 26/11/2010. A Estrutura Administrativa vigente a partir de 01/11/2012 foi aprovada pela Deliberação n° 08/2012-CODIR, de 29/10/2012.</p>		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>		
<p>O Estatuto do IFRN foi aprovado pela Resolução n° 66/2009-CONSUP, de 31/08/2009, e o Regimento Geral, pela Resolução n° 15/2010-CONSUP, de 29/10/2010. O conjunto de normas e disposições complementares ao Estatuto e parte integrante do Regimento Geral, que disciplinam a organização e o funcionamento dos órgãos que integram a Reitoria e os <i>Campi</i> do IFRN são o Regimento Interno da Reitoria, aprovado pela Resolução n° 16/2011-CONSUP, de 01/07/2011, e o Regimento Interno dos <i>Campi</i>, aprovado pela Resolução n° 17/2011-CONSUP, de 01/07/2011.</p>		

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158365	Mossoró
158366	Currais Novos
158367	Ipanguaçu
158368	Natal-Zona Norte
158369	Natal-Central
158370	Caicó
158371	Apodi
158372	Santa Cruz
158373	João Câmara
158375	Macau
158374	Pau dos Ferros
152756	Parnamirim
152711	Natal-Cidade Alta
154582	São Gonçalo do Amarante
152757	Nova Cruz
154838	Ceará-Mirim
154839	Canguaretama
154840	São Paulo do Potengi
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26435	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158155	26435

---

## **1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade**

---

O IFRN, com sede em todo o Estado do Rio Grande do Norte, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, que tem como função social “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (PPP, 2012).

A Lei nº 11.892/2008 define princípios, finalidades, características e objetivos do IFRN, reproduzidos, em sua íntegra, no Estatuto aprovado pela Resolução nº. 66/2009-CONSUP/IFRN.

### **1.2.1. Princípios**

Em se tratando de um direito reconhecido, a educação com qualidade socialmente referenciada somente se torna possível e real quando perseguida no horizonte em que a formação integral – capaz de contribuir para a consolidação da cidadania almejada – se estabelece como direito social, direito de cidadania e direito do ser humano. Portanto, o Instituto deve promover uma formação pautada em uma visão humanística e ancorada nos seguintes princípios:

- a) justiça social, com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- b) gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- c) integração, em uma perspectiva interdisciplinar, tanto entre a educação profissional e a educação básica quanto entre as diversas áreas profissionais;
- d) verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- e) formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;
- f) inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
- g) natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União;
- h) educação como direito social e subjetivo; e
- i) democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

### **1.2.2. Características e finalidades**

Uma das formas de a Instituição se inserir na sociedade está no redimensionamento e na articulação de sua estrutura e de seu funcionamento, em consonância com suas ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Em adequação à nova institucionalidade e sob orientação dos arts. 6º e 7º, dispostos pela Lei 11.892/1008, o IFRN define suas características, suas finalidades e seus objetivos.

As características e as finalidades básicas do IFRN são as seguintes:

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;
- b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;

- c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;
- d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;
- e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;
- f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;
- g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;
- i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.

### 1.2.3. Objetivos

Como decorrência das características e das finalidades, o IFRN apresenta os seguintes objetivos:

- a) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- b) ministrar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- d) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;
- e) desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- f) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional; e
- g) ministrar, em nível de educação superior, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade; cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática; cursos de pós-graduação *lato sensu* (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação *stricto sensu* (tanto de mestrado quanto de doutorado), visando o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia.

---

### 1.3. Organograma funcional

---

O organograma funcional do IFRN foi aprovado pelo Colégio de Dirigentes, através da Deliberação nº 14/2013, de 30/12/2013, com base na Estrutura Organizacional de Referência aprovada pela Resolução nº 16/2010-CONSUP, com atualizações realizadas pela Resolução nº 30/2013-CONSUP e pela Resolução nº 08/2014-CONSUP. A estrutura organizacional dos *campi* foi estabelecida de tal forma a viabilizar a descentralização da gestão, conforme autonomia prevista nos termos da Lei nº 11.892/2008, respeitada a vinculação do projeto político pedagógico e a função social institucional, em consonância com o desenvolvimento sustentável regional e demandas da sociedade.

À sequência são apresentados a descrição dos setores (órgãos), com estrutura básica e atribuições, tendo as respectivas competências relacionadas no Regimento Interno da Reitoria e no Regimento Interno dos *Campi*. Os regimentos foram aprovados, respectivamente, pelas Resoluções n.ºs 16 e 17/2011-CONSUP/IFRN, e encontram-se acessíveis a todos os cidadãos pelo endereço eletrônico: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos>.

As Figuras de 1 a 6 descrevem, respectivamente, a estrutura administrativa das seguintes unidades:

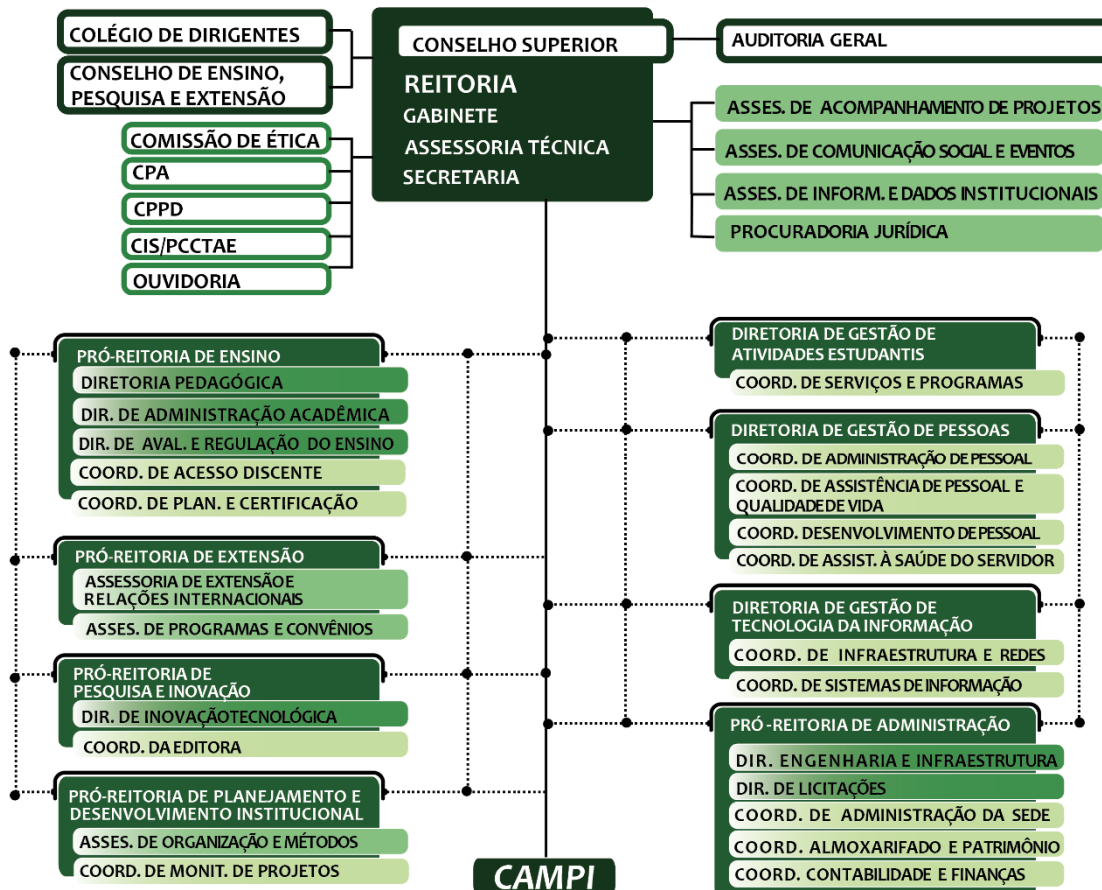
- Reitoria;
- *Campus* Natal-Central;
- *Campus* Mossoró;
- *Campi* oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi;
- *Campi* avançados, vinculados aos *Campi*: Lajes (vinculado ao *Campus* João Câmara) e Parelhas (vinculado ao *Campus* Currais Novos); e
- *Campus* de Educação à Distância.



### 1.3.1. Reitoria

As competências e atribuições de cada setor (órgão) da Reitoria estão expressas no Regimento Interno da Reitoria, aprovado pela Resolução nº 16/2011-CONSUP/IFRN. A seguir são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 1 – Organograma da Reitoria



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional> >. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados no nível da administração geral:

- Conselho Superior:** é o órgão máximo do IFRN, presidido pelo Reitor e constituído por representantes da comunidade interna e externa;
- Colégio de Dirigentes:** tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, sendo presidido pelo reitor e composto pelos pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores-gerais de *campus*;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:** tem funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, sendo presidido pelo reitor e composto pelos pró-reitores de ensino, de pesquisa e de extensão, além de representantes dos coordenadores de curso, docentes, discentes e técnicos-administrativos, além de instituições de fomento à pesquisa e à extensão.

## II. Órgãos de assessoramento e controle do IFRN:

- a) Comissão de Ética: tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito no serviço público;
- b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE): tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no âmbito do IFRN e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento;
- c) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é o órgão de assessoramento à Reitoria para a formulação e acompanhamento da política de pessoal docente do IFRN, com vistas ao aperfeiçoamento e atualização do seu pessoal docente, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes emanadas pelos órgãos da Administração Federal;
- d) Comissão Própria de Avaliação (CPA): tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP. Deve atuar com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFRN;
- e) Ouvidoria: é um serviço disponibilizado pelo IFRN, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição;
- f) Auditoria Geral: é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente;
- g) Procuradoria Jurídica: é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial da Autarquia e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, observada a legislação pertinente.

## III. Órgãos executivos:

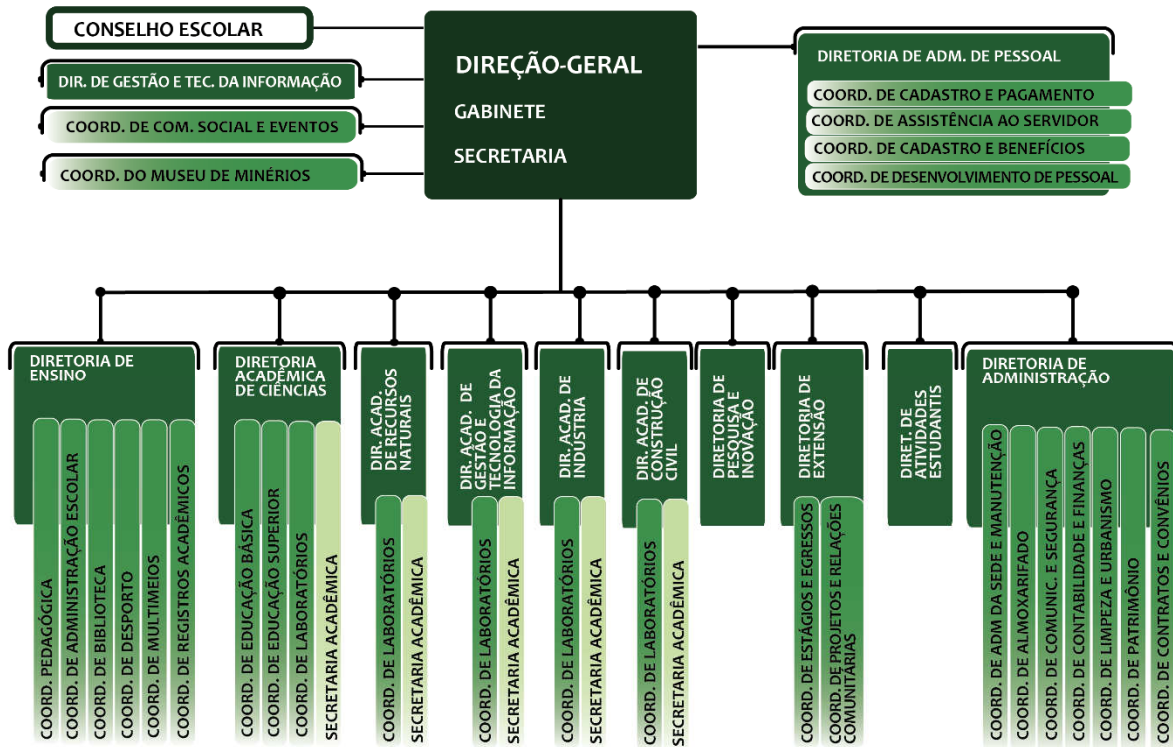
- a) Gabinete do Reitor: é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria. Conta com uma Assessoria Técnica e uma Secretaria para a execução de suas atribuições;
- b) Assessorias: estão ligadas ao Reitor e são responsáveis por assisti-lo na consecução de atividades específicas, conforme suas áreas de atuação (Acompanhamento de Projetos, Comunicação Social e Eventos, Informações e Dados Institucionais);
- c) Pró-Reitoria de Ensino: é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, integradas à pesquisa e à extensão. Em sua estrutura, conta com a Coordenação de Acesso Discente, a Diretoria de Administração Acadêmica, a Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino e a Diretoria Pedagógica para a execução de suas atividades;
- d) Pró-Reitoria de Extensão: é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, integradas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Conta com a Assessoria de Programas e Convênios e a Assessoria de Extensão e Relações Internacionais em sua estrutura;

- e) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação: é o órgão que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação, integradas ao ensino e à extensão. Conta com a Coordenação da Editora e a Diretoria de Inovação Tecnológica para a consecução de suas atribuições;
- f) Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento e desenvolvimento institucional, contando com a Assessoria de Organização e Métodos para tal;
- g) Pró-Reitoria de Administração: é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Conta com a Coordenação da Administração da Sede, a Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio, a Coordenação de Contabilidade e Finanças, a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura e a Diretoria de Licitações;
- h) Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis: é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados às demandas sociais e acadêmicas dos estudantes;
- i) Diretoria de Gestão de Pessoas: é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados a seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores. Em sua estrutura, conta com a Coordenação de Administração de Pessoal, a Coordenação de Assistência de Pessoal e Qualidade de Vida e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal;
- j) Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação: é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar projetos e atividades relacionados a investimento, desenvolvimento, manutenção e segurança em tecnologia da informação. Conta com a Coordenação de Infraestrutura e Redes e a Coordenação de Sistemas de Informação para a consecução de suas atividades.

### 1.3.2. *Campus* Natal-Central

As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus* Natal-Central estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-CONSUP/IFRN. A seguir são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 2 – Organograma do *Campus* Natal-Central



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional> >. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados:

- Conselho Escolar: órgão máximo normativo do *campus*;
- Colégio Gestor: órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão;
- Colegiado de Diretoria Acadêmica: órgão deliberativo e consultivo nos assuntos pertinentes ao ensino;
- Colegiado de Curso Técnico: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Colegiado de Curso Superior de Graduação: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Colegiado de Programa de Pós-Graduação: colegiado com funções normativo-deliberativas, relativas às ofertas nesse nível de ensino;
- Conselho de Classe: órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica. Tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

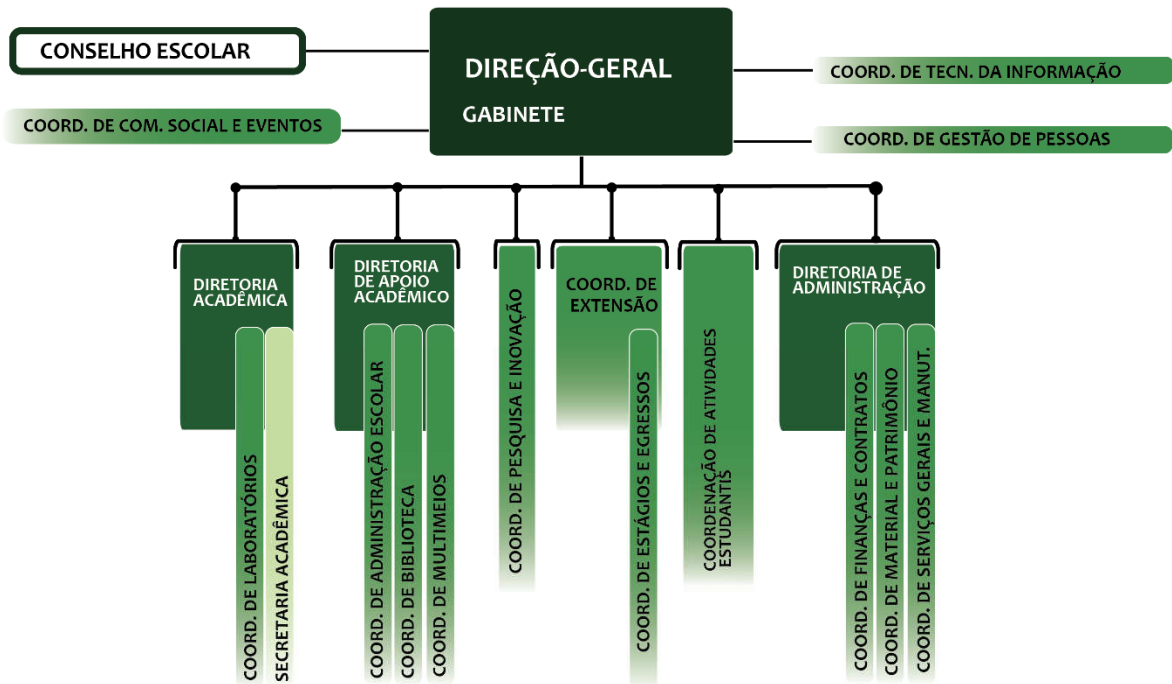
## II. Órgãos executivos:

- a) Direção-Geral do *campus*: é o órgão executivo da administração geral do IFRN, a quem compete a coordenação, o acompanhamento e a superintendência de todas as atividades desenvolvidas no respectivo *campus*. Conta com o Gabinete e a Secretaria para execução das atividades;
- b) Coordenação de Comunicação Social e Eventos: executa atividades relacionadas à Comunicação Social, no âmbito do *campus*, sob orientação da Assessoria de Comunicação Social da Reitoria e colabora com esta na ocasião de eventos sistêmicos;
- c) Coordenação do Museu de Minérios: gestão do Museu de Minérios;
- d) Diretoria de Administração de Pessoal: executa as diretrizes da Diretoria de Gestão de Pessoas, no âmbito do *campus*. Conta com a Coordenação de Cadastro e Pagamento, a Coordenação de Assistência ao Servidor, a Coordenação de Cadastro e Benefícios e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal para o desenvolvimento de suas atribuições;
- e) Diretoria de Tecnologia da Informação: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, no âmbito do *campus*;
- f) Diretoria de Administração: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Administração, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura, existem a Coordenação de Administração da Sede e Manutenção, a Coordenação de Almoxarifado, a Coordenação de Comunicações e Segurança, a Coordenação de Contabilidade e Finanças, a Coordenação de Contratos e Convênios, a Coordenação de Limpeza e Urbanismo e a Coordenação de Patrimônio;
- g) Diretoria de Atividades Estudantis: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis, no âmbito do *campus*;
- h) Diretorias Acadêmicas: juntamente com a Diretoria de Ensino executam as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura contém a Coordenação de Educação Básica, a Coordenação de Educação Superior, a Coordenação de Laboratórios e a Secretaria Acadêmica;
- i) Diretoria de Ensino: juntamente com as Diretorias Acadêmicas executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito do *campus*. Conta com a Coordenação de Administração Escolar, a Coordenação de Biblioteca, a Coordenação de Desporto, a Coordenação de Multimeios, a Coordenação de Registros Acadêmicos e a Coordenação Pedagógica para a consecução de suas atividades;
- j) Diretoria de Extensão: atua executando as diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão no âmbito do *campus*, contando com a Coordenação de Estágios e Egressos e a Coordenação de Projetos e Relações Comunitárias em sua estrutura;
- k) Diretoria de Pesquisa e Inovação: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, no âmbito do *campus*.

### 1.3.3. *Campus Mossoró*

As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus Mossoró* estão expressas no Regimento Interno dos *campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-CONSUP/IFRN. A seguir são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 3 – Organograma do *Campus Mossoró*



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional> >. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados:

- Conselho Escolar: órgão máximo normativo do *campus*;
- Colégio Gestor: órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão;
- Colegiado de Diretoria Acadêmica: órgão deliberativo e consultivo nos assuntos pertinentes ao ensino;
- Colegiado de Curso Técnico: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Colegiado de Curso Superior de Graduação; órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Colegiado de Programa de Pós-Graduação: colegiado com funções normativo-deliberativas, relativas às ofertas nesse nível de ensino. Está previsto no Regimento, mas não atua no *campus*, pois não há oferta regular de Pós-Graduação;
- Conselho de Classe: órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica. Tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

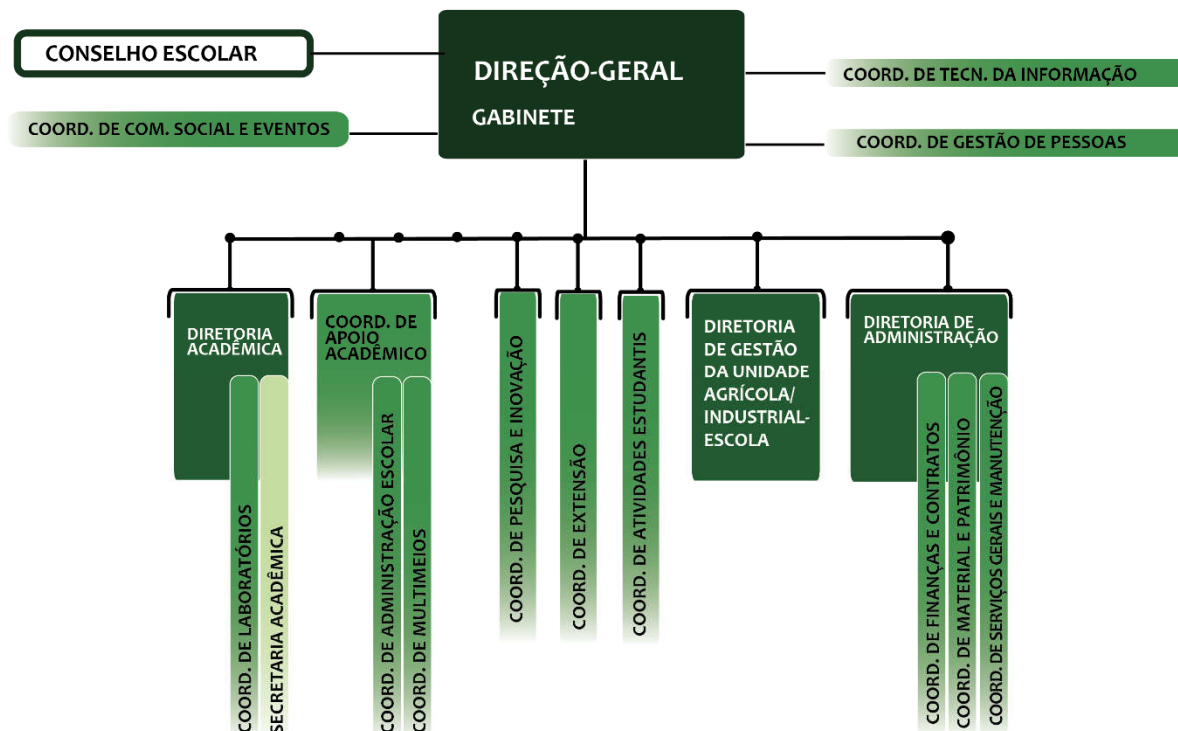
## II. Órgãos executivos:

- a) Direção-Geral do *campus*: é o órgão executivo da administração geral do IFRN, a quem compete a coordenação, o acompanhamento e a superintendência de todas as atividades desenvolvidas no respectivo *campus*. Conta com o Gabinete para execução das atividades;
- b) Coordenação de Comunicação Social e Eventos: executa atividades relacionadas à Comunicação Social, no âmbito do *campus*, sob orientação da Assessoria de Comunicação Social da Reitoria e colabora com esta na ocasião de eventos sistêmicos no *campus*;
- c) Coordenação de Gestão de Pessoas: executa as diretrizes da Diretoria de Gestão de Pessoas, no âmbito do *campus*;
- d) Coordenação de Tecnologia da Informação: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, no âmbito do *campus*;
- e) Diretoria Acadêmica: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a Diretoria de Apoio Acadêmico, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura contém a Coordenação de Laboratórios e a Secretaria Acadêmica;
- f) Diretoria de Apoio Acadêmico: atua executando as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a Diretoria de Acadêmica, no âmbito do *campus*. Engloba em sua estrutura a Coordenação de Administração Escolar, Coordenação de Biblioteca e a Coordenação de Multimeios;
- g) Coordenação de Pesquisa e Inovação: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, no âmbito do *campus*;
- h) Coordenação de Extensão: atua executando as diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão no âmbito do *campus*, contando com a Coordenação de Estágios e Egressos em sua estrutura;
- i) Coordenação de Atividades Estudantis: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis, no âmbito do *campus*;
- j) Diretoria de Administração: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Administração, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura, existem a Coordenação de Finanças e Contratos, a Coordenação de Material e Patrimônio e a Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção.

### 1.3.4. *Campi* da expansão

As competências e atribuições de cada setor (órgão) dos *Campi* oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT (Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi) estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-CONSUP/IFRN. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 4 – Organograma de referência para os *campi* da expansão



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados:

- Conselho Escolar: órgão máximo normativo do *campus*;
- Colégio Gestor: órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão;
- Colegiado de Diretoria Acadêmica: órgão deliberativo e consultivo nos assuntos pertinentes ao ensino;
- Colegiado de Curso Técnico: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Colegiado de Curso Superior de Graduação; órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso, nos *campi* onde são ofertados cursos superiores regularmente;
- Colegiado de Programa de Pós-Graduação: colegiado com funções normativo-deliberativas, relativas às ofertas nesse nível de ensino. Está previsto no Regimento, mas não atua nos *campi* da expansão, pois ainda não há oferta regular de Pós-Graduação;
- Conselho de Classe: órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica. Tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

#### II. Órgãos executivos:

- Direção-Geral do *campus*: é o órgão executivo da administração geral do IFRN, a quem cabem à coordenação, o acompanhamento e a superintendência de todas as atividades desenvolvidas no respectivo *campus*. Conta com o Gabinete para execução das atividades;
- Coordenação de Comunicação Social e Eventos: executa atividades relacionadas à Comunicação Social, no âmbito do *campus*, sob orientação da Assessoria de



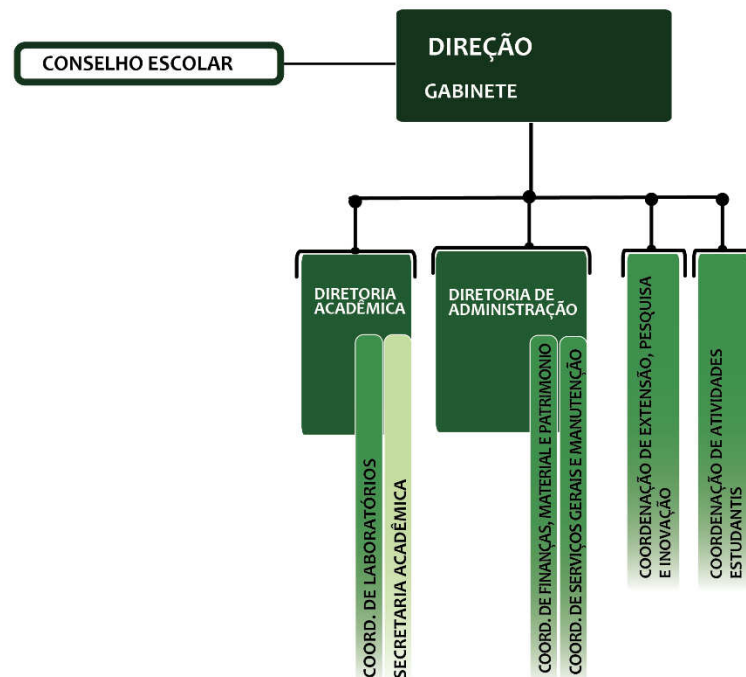
- Comunicação Social da Reitoria e colabora com esta na ocasião de eventos sistêmicos;
- c) Coordenação de Gestão de Pessoas: executa as diretrizes da Diretoria de Gestão de Pessoas, no âmbito do *campus*;
  - d) Coordenação de Tecnologia da Informação: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, no âmbito do *campus*;
  - e) Diretoria Acadêmica: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a Diretoria de Apoio Acadêmico, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura contém a Coordenação de Laboratórios e a Secretaria Acadêmica;
  - f) Coordenação de Apoio Acadêmico: atua executando as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a Diretoria de Acadêmica, no âmbito do *campus*. Engloba, em sua estrutura, a Coordenação de Administração Escolar e a Coordenação de Multimeios;
  - g) Coordenação de Pesquisa e Inovação: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, no âmbito do *campus*;
  - h) Coordenação de Extensão: atua executando as diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão no âmbito do *campus*;
  - i) Coordenação de Atividades Estudantis: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis, no âmbito do *campus*;
  - j) Diretoria de Administração: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Administração, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura, existem a Coordenação de Finanças e Contratos, a Coordenação de Material e Patrimônio e a Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção;
  - k) Diretoria de Gestão da Unidade Agrícola/Industrial-Escola: nos *Campi* Apodi, Currais Novos, Ipanguaçu e Macau atua na complementação da consecução das políticas e diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito do *campus*.

### 1.3.5. *Campi* avançados

Os *campi* avançados integram também a organização geral da Instituição, nos termos do § 2º do Art. 7º do Estatuto, cabendo ao Conselho Superior autorizar a criação e o funcionamento desses *campi*.

As competências e atribuições de cada setor (órgão) dos *campi* avançados (Lajes e Parelhas) estão expressas no Regimento Interno dos *campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-CONSUP/IFRN, em analogia aos órgãos integrantes da estrutura organizacional dos *campi* oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT. A seguir, são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 5 – Organograma de referência para os *campi* avançados



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados:

- Conselho Escolar: órgão máximo normativo do *campus*;
- Colégio Gestor: órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão;
- Colegiado de Diretoria Acadêmica: órgão deliberativo e consultivo nos assuntos pertinentes ao ensino;
- Colegiado de Curso Técnico: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- Conselho de Classe: órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica. Tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

#### II. Órgãos executivos:

- Direção-Geral do *campus*: é o órgão executivo da administração geral do IFRN, a quem cabem à coordenação, o acompanhamento e a superintendência de todas as atividades desenvolvidas no respectivo *campus*. Conta com o Gabinete para execução das atividades;
- Diretoria Acadêmica: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura contém a Coordenação de Laboratórios e a Secretaria Acadêmica;
- Coordenação de Extensão, Pesquisa e Inovação: executa as diretrizes das Pró-Reitorias de Extensão e de Pesquisa e Inovação, no âmbito do *campus*;
- Coordenação de Atividades Estudantis: atua executando as diretrizes da Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis, no âmbito do *campus*;
- Diretoria de Administração: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Administração, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura, existem a Coordenação de Finanças, Material e Patrimônio e a Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção.

### 1.3.6. *Campus* Educação à Distância

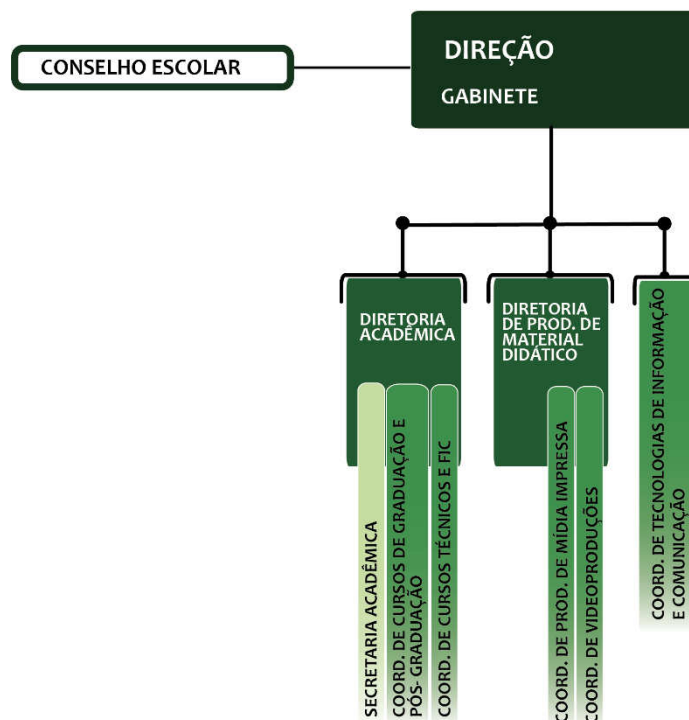
O *Campus* EAD não se configura como uma unidade de ensino equiparada aos demais *campi*. Conforme estabelecido pelo parágrafo 8º do art. 5º do Regimento Interno do CONSUP:

O *Campus* de Educação à Distância não deverá ser computado para cálculo do número de *campus*, na aplicação do disposto no § 2º do Art. 8º do Estatuto do IFRN, devendo os servidores e alunos dessa modalidade de ensino ser integrados aos *campi* onde fisicamente têm atividade ou naquele ao qual esteja vinculada a oferta educacional.

No IFRN, o *Campus* EAD é estruturado como Diretoria Sistêmica, tendo em vista que foi integrado à organização geral do IFRN através do art. 64 do Regimento Geral, nos termos do art. 7º, inciso III do seu Estatuto: “*Em função de novas demandas institucionais, poderão ser criadas outras diretorias sistêmicas, além das previstas neste Estatuto, devendo passar a constar no Regimento Geral.*”.

As competências e atribuições de cada setor (órgão) do *Campus* EAD estão expressas no Regimento Interno dos *Campi*, aprovado pela Resolução nº 17/2011-CONSUP/IFRN. A seguir são elencados os órgãos e suas principais atribuições, sendo suas competências relacionadas no supracitado Regimento.

Figura 6 – Organograma do *Campus* Educação à Distância



Fonte: Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

#### I. Órgãos colegiados:

- Conselho Escolar: órgão máximo normativo do *campus*;
- Colégio Gestor: órgão consultivo de apoio técnico-político à gestão;
- Colegiado de Diretoria Acadêmica: órgão deliberativo e consultivo nos assuntos pertinentes ao ensino;
- Colegiado de Curso Técnico: órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;

- e) Colegiado de Curso Superior de Graduação; órgãos deliberativos que acompanham as atividades pedagógicas do respectivo Curso;
- f) Colegiado de Programa de Pós-Graduação: colegiado com funções normativo-deliberativas, relativas às ofertas nesse nível de ensino;
- g) Conselho de Classe: órgão de assessoramento ao Diretor Acadêmico em assuntos de natureza didático-pedagógica, que tem por finalidade colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de alternativas de ação, de acordo com a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição.

## II. Órgãos executivos:

- a) Direção do *campus*: a ela cabem a coordenação, o acompanhamento e a superintendência de todas as atividades desenvolvidas no respectivo *campus*. Conta com o Gabinete para execução das atividades;
- b) Diretoria Acadêmica: executa as diretrizes da Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com a Diretoria de Produção de Material Didático, no âmbito do *campus*. Em sua estrutura, mantém a Secretaria Acadêmica, a Coordenação de Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada e a Coordenação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- c) Diretoria de Produção de Material Didático: atua na complementação da consecução das políticas e diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito do *campus*. Conta com a Coordenação de Produção de Mídia Impressa e a Coordenação de Videoproduções para a execução das atividades;
- d) Coordenação de Tecnologias da Informação e Comunicação: desempenha atividades de apoio ao *campus*, colaborando com as demais Diretorias no que concerne a tecnologias de informação e comunicação.

---

---

### 1.4. Macroprocessos finalísticos

---

---

Os macroprocessos finalísticos do IFRN estão relacionados ao atendimento das finalidades legais das políticas de ensino, de pesquisa aplicada e inovação e de extensão, e são desenvolvidos por meio de objetivos estratégicos descritos no Quadro A.1.4 a seguir.

**Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalísticos no IFRN**

Macroprocessos	Descrição	Principais Ações	Programas Vinculados	Principais Parceiros
<b>Dimensão Estratégica: ENSINO</b>				
<i>Subunidade Responsável: PROEN</i>				
<i>Ações da LOA envolvidas: 20RL, 2994</i>				
<b>Acesso Discente</b>	Realização de processos seletivos e diversificação das formas de acesso discente para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação profissional	Processos seletivos para ingresso de estudantes	Enem* Sisu* Processos seletivos para estudantes	INEP, UFRN
<b>Oferta Educacional</b>	Ampliação, fortalecimento e diversificação da oferta educacional em ação integrada com a pesquisa e a extensão, desenvolvendo sintonia de ações com o desenvolvimento socioeconômico local e regional	Oferta de Cursos FIC Oferta de cursos técnicos (integrado, integrado EJA, subsequente) Oferta de Cursos de Superiores de Tecnologia Oferta de Cursos de Licenciatura Oferta de Cursos de Aperfeiçoamento Oferta de Cursos de Especialização Oferta de Cursos de Mestrado (acadêmico e profissional) Oferta de programas de certificação profissional	PROEJA* ProITEC Rede CERTIFIC* Profucionário* Pronatec/Rede e-TEC* Pronatec/Bolsa-Formação* UAB/CAPES* Atividades Externas (visitas técnicas e aulas de campo) Certificação Enem NEABI NAPNE PET/Licenciatura* Seminário de integração acadêmica	Prefeituras dos municípios, SEEC-RN, MEC, INEP, CAPES
<b>Gestão Educacional</b>	Acompanhamento e o aperfeiçoamento contínuo da gestão educacional, do currículo e do processo ensino-aprendizagem, elevando os índices de eficiência acadêmica	Acompanhamento e avaliação da gestão educacional Formação continuada de servidores em educação	OVEP TAL Comitê de Ensino Seminários ETEP PDE Interativo/MEC* Parfor/CAPES*	CAPES, MEC, SEEC-RN
<b>Acervo Bibliográfico</b>	Ampliação do acervo bibliográfico das bibliotecas de forma a favorecer o acesso à informação atualizada e garantir índices de referência na avaliação educacional	Aquisição de livros e coleções Assinatura de bases bibliográficas eletrônicas Assinatura de normas técnicas, periódicos e revistas	Semana do Livro / Concurso Literário	Editora do IFRN CAPES

Macroprocessos	Descrição	Principais Ações	Programas Vinculados	Principais Parceiros
<b>Dimensão Estratégica: EXTENSÃO</b>				
Subunidade Responsável: PROEX				
Ações da LOA envolvidas: 20RL 2994, 6380				
<b>Extensão e Interação com a Sociedade</b>	Desenvolvimento de programas e projetos de extensão que promovam a interação com a sociedade, com ênfase na difusão e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e promoção de ações de responsabilidade social e artístico-cultural	Desenvolvimento de editais para execução de projetos de extensão Apoio a execução de projetos com captação de recursos externos Apoio a projetos de extensão de interesse institucional Edital para registro de projetos de extensão Oferta de Serviços Tecnológicos Desenvolvimento de ações de relações internacionais	Programa de Apoio à Extensão PROEXT* Pronatec/Mulheres Mil* Programa Ciências sem Fronteira* Bolsas de estudo internacionais Fulbright** Proficiências DELE, APTIS e IELTS** Projeto <i>Campus Verde</i>	MEC/SESU, FNDE, SEEC, FUNCERN, Petrobras, CAPES, CNPq, Fulbright
<b>Disseminação da Ciência e Tecnologia, Arte, Cultura e Desportos</b>	Apoio e promoção de eventos institucionais na divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desporto	Realização de eventos de divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desporto	EXPOTEC SEMADEC Simpósio de Extensão Jogos <i>Intercampi</i> de Estudantes Jogos Nacionais de Estudantes*	MEC/SETEC, FUNCERN
<b>Inserção no Mundo do Trabalho</b>	Desenvolvimento de ações e ferramentas de acompanhamento de estagiários e egressos	Visitas a empresas para captação de estágios Acompanhamento dos egressos	Programa de estágios Portal do estágio e egresso	Biopalma Amazônia, Sindicato Rural de Apodi, COSERN, Prefeitura Municipal de Caicó, RN Comandos Ltda., CAERN, DETRAN, FUNCERN, IDEMA PETROBRAS, Qualital, CIEE, IEL, TRE, Yamana Desenvolvimento Minerais, SEEC-RN, MPT

Macroprocessos	Descrição	Principais Ações	Programas Vinculados	Principais Parceiros
<b>Dimensão Estratégica: PESQUISA E INOVAÇÃO</b>				
Subunidade Responsável: PROPI				
Ações da LOA envolvidas: 20RL, 6358				
<b>Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação</b>	Formação de recursos humanos em pesquisa e inovação em nível de iniciação científica e tecnológica, graduação e pós-graduação	Iniciação científica para estudantes Cooperação acadêmica, científica e cultural para formação em pós-graduação Difusão de livros e periódicos <i>on line</i>	PIBIC PFRH* PIBIC-EM / CNPq* PIBIC / CNPq* PIBID / CAPES* PIBITI / CNPq* Portal de Periódicos CAPES*	Universidade do Minho e Instituto Politécnico da Guarda, CAPES, CNPq, Petrobras, FUNCERN
<b>Produção de Publicações</b>	Estímulo à produção de publicações bibliográficas e em eventos e periódicos científicos e acadêmicos, em âmbito nacional e internacional	Publicação de material bibliográfico Publicação de artigos em periódicos internacionais	Editora IFRN / Repositório de livros Revista HOLOS Revista Dialektiké Revista Observatório em Comércio Exterior	Fundação Biblioteca Nacional Associação Brasileira de Editores Científicos CrossRef
<b>Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação</b>	Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas intensivas em conhecimento aplicadas à inovação tecnológica	Desenvolvimento de editais e pesquisas aplicadas Proteção da propriedade intelectual Transferências de tecnologias	Editais de Pesquisa Diretório de Grupos de Pesquisa Lattes / CNPq* Eventos técnico-científicos	FINEP, SEBRAE, FIERN, FAPERN, UFRN, UFERSA, UERN, FUNCERN, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, UFCE, UFS, Instituto de Tecnologia de Pernambuco, CAPES, CNPq, Petrobras, INPI, Embrapa
<b>Empreendedorismo Inovador</b>	Fortalecimento das multincubadoras de empresas	Propriedade intelectual Empreendedorismo e incubação	Programa de Multincubação Tecnológica	ANPROTEC, SEBRAE, INPI FUNCERN

Fonte: Elaboração da ASINDI, com informações das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, 2015.

\* Programas com financiamento pelo Governo Federal

\*\* Programas com financiamento externo

O desenvolvimento dos macroprocessos e, conseqüentemente, a execução dos objetivos estratégicos é conduzida por meio do planejamento, da coordenação, do fomento e do acompanhamento das políticas e ações de ensino, pesquisa e inovação e extensão, a partir da articulação entre as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas e os órgãos correlatos às áreas de atuação nos *Campi*, os quais atuam nas mesmas dimensões, em apoio mútuo na consecução dos objetivos estratégicos.

A indissociabilidade entre as três áreas finalísticas ou dimensões estratégicas é o princípio fundamental do fazer acadêmico do IFRN. Reconhecer o princípio da indissociabilidade como articulador da formação acadêmico-profissional com a educação integrada e como propulsor de relações sociais mais aproximadas e justas demanda, de maneira mais abrangente, uma visão que conduza as três dimensões institucionais imbricadas em níveis de igual importância. Essa indissociabilidade deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes de tal sorte que, além da formação profissional, possam ter uma formação para a vida. A Figura 7 explicita a forma de articulação, no IFRN, entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entendidos como prática social.

Figura 7 – Representação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no IFRN.



Fonte: PPP do IFRN, 2012.

Cada uma dessas áreas conta com o apoio gerencial de ferramentas de tecnologia da informação em um sistema integrado desenvolvido pela própria instituição e em constante aprimoramento. O rol de documentos normativos da ação de cada área confere a segurança jurídica do processo de gestão. Além disso, tem-se definido um conjunto de rotinas administrativas que orientam o fazer operacional dos servidores.



## 1.5. Macroprocessos de apoio

Os macroprocessos de apoio estão relacionados ao suporte ao desenvolvimento das atividades finalísticas no IFRN e são desenvolvidos por meio de objetivos estratégicos descritos no Quadro A.1.5 a seguir.

Quadro A.1.5 – Macroprocessos de apoio no IFRN

Macroprocessos	Descrição	Programas Vinculados
<b>Dimensão Estratégica: ADMINISTRAÇÃO</b>		
<i>Subunidade Responsável: PROAD</i>		
<i>Ações da LOA envolvidas: 20RL, 20RG, 6358, 2994, 6380</i>		
<b>Funcionamento das Unidades Administrativas</b>	Manutenção e melhoria da infraestrutura da reitoria e dos <i>Campi</i>	---
<b>Expansão dos Campi</b>	Implantação de novas unidades de educação profissional	Pronatec/Expansão e Reestruturação da Rede Federal*
<b>Dimensão Estratégica: ASSUNTOS ESTUDANTIS</b>		
<i>Subunidade Responsável: DIGAE</i>		
<i>Ações da LOA envolvidas: 20RL, 2994</i>		
<b>Assistência aos Estudantes</b>	Expansão do número de estudantes apoiados em programas de bolsas e aulas de campo	Programa de Alimentação Escolar Programa de Auxílio Transporte Programa de Iniciação Profissional Programa de Bolsa de Fomento ao Estudo para os Estudantes do PROEJA Programa de Apoio à Participação em Eventos e Atividades Programa Apoio e Orientação Social Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e com Necessidades Educacionais Especiais Programa de Apoio Acadêmico Isenção do Pagamento de Taxas de Inscrição Serviço de Psicologia Serviço de Saúde Apoio às Entidades Estudantis PNAE*
<b>Dimensão Estratégica: GESTÃO DE PESSOAS</b>		
<i>Subunidade Responsável: DIGPE</i>		
<i>Ações da LOA envolvidas: 0181, 0005, 00G5, 6358, 00M1, 09HB, 2004, 2010, 2011, 2012, 20TP, 212B, 20RL</i>		
<b>Desenvolvimento Funcional</b>	Desenvolvimento das principais ações de caráter obrigatório, incluindo folha de pagamento, recursos previdenciários e benefícios de caráter assistencial a servidores e seus dependentes	Auxílio-Alimentação Auxílio-Transporte Auxílio-Funeral Assistência Pré-escolar (auxílio-creche) Auxílio-Natalidade Salário Família Adicional de Insalubridade Adicional de Periculosidade Adicional Noturno Adicional por tempo de serviço (anuênios)
<b>Seleção e Desenvolvimento de Pessoal</b>	Seleção e ingresso de novos servidores, capacitação, qualificação e desenvolvimento da força de trabalho	Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos (formação e capacitação)

Macroprocessos	Descrição	Programas Vinculados
<b>Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho</b>	Melhoria da organização do trabalho; incentivo às atividades e escolhas saudáveis; direcionamento das ações à saúde do servidor; desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuem para a proteção da saúde no âmbito individual e coletivo	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho Programa de Promoção da Saúde do Servidor Jogos <i>Intercampi</i> de Servidores Jogos Nacionais de Servidores Programa Pós-carreira Programa Servidor Sorridente
<b>Dimensão Estratégica: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b> <i>Subunidade Responsável: PRODES</i> <i>Ações da LOA envolvidas: 20RL, 20RG</i>		
<b>Reestruturação dos Campi</b>	Melhoria dos investimentos dos <i>Campi</i> e financiamento de projetos vinculados ao plano de reestruturação institucional	Pronatec/Expansão e Reestruturação da Rede Federal*
<b>Planejamento Estratégico e Orçamento Participativo</b>	Sistematização e elaboração do planejamento institucional visando à implantação do orçamento participativo	Programa Institucional de Avaliação
<b>Dimensão Estratégica: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b> <i>Subunidade Responsável: DIGTI</i> <i>Ações da LOA envolvidas: 20RL, 20RG</i>		
<b>Infraestrutura de Tecnologia da Informação</b>	Modernização da infraestrutura de tecnologia de informação e informatização de processos de gestão	SUAP Programa de atualização do parque de informática Programa de manutenção do Datacenter

Fonte: Elaboração da ASINDI, com informações das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, 2015.

\* Programa do Governo Federal

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Este capítulo apresenta a estrutura de governança do IFRN, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correção.

### 2.1. Estrutura de governança

A Estrutura de Governança do IFRN tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFRN, aprovado pela Resolução nº 66/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 2009; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 15/2010-CONSUP, de 29 de outubro de 2010, publicada no DOU de 4 de novembro de 2010.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura *multicampi*, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada *campus* é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior (CONSUP) e do Colégio de Dirigentes (CODIR), o IFRN possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX), todos eles presididos pelo Reitor. As competências desses três órgãos colegiados estão previstas nos arts. 9º, 11 e 13 do Estatuto do IFRN.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnicos-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como da sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos *Campi*;
- aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- aprovar o projeto político-pedagógico;
- autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFRN;
- criar indicadores que servirão de parâmetro para subsidiar o Ministério da Educação na expansão e/ou reestruturação do Instituto;
- deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação; e
- elaborar e aprovar seu próprio regimento.

O Colégio de Dirigentes, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência:

- definir a distribuição interna de recursos;
- estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFRN;
- propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- aprovar o calendário de referência anual;
- analisar e propor ações que visem ao aperfeiçoamento da ação educativa da Instituição;
- apreciar normas disciplinadoras de ingresso, lotação, remoção, remanejamento, regime de trabalho, carga horária, progressão funcional, avaliação e qualificação de servidores;
- homologar decisões relativas à redistribuição, para o IFRN, de ocupante de cargo ou emprego da carreira de técnico-administrativo em educação, pertencente a outra instituição de ensino mantida pela União;
- elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência;
- homologar ato do reitor praticado *ad referendum* do Colégio de Dirigentes.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnicos-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo as seguintes competências:

- delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto político-pedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- fixar normas complementares ao Regimento Geral do IFRN sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica;
- deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;
- estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- apreciar normas disciplinadoras de ingresso, lotação, remoção, remanejamento, regime de trabalho, carga horária, progressão funcional, avaliação e qualificação de servidores;
- emitir parecer prévio ao CONSUP sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas;
- julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados das Diretorias Acadêmicas, em matéria didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva;

- apreciar e homologar decisões dos Colegiados das Diretorias Acadêmicas relativas à redistribuição, para o IFRN, de ocupante de cargo ou emprego da carreira do magistério, pertencente a outra instituição de ensino mantida pela União;
- emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- homologar ato do reitor praticado ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência.

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamento previstas no Regimento Geral e a regras específicas estabelecidas nos respectivos Regimentos Internos. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. A periodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o CODIR. O CONSUP se reúne ordinariamente a cada dois meses, e o CONSEPEX, a cada três meses. Todas as atas das reuniões e os atos de gestão, sob a forma de Resolução para o CONSUP e de Deliberação para os outros dois colegiados, são publicados no sítio do IFRN.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFRN é dirigido pelo Reitor, que, além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Planejamento e Desenvolvimento Institucional) e três Diretorias Sistêmicas (Gestão de Pessoas, Gestão de Atividades Estudantis e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta, ainda, com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), Comissão de Ética e Ouvidoria, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do IFRN e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

A mesma estrutura colegiada e executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada *campus*, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Dessa forma, no que tange aos órgãos colegiados, os *campi* possuem o Conselho Escolar, o Colégio Gestor e o(s) Colegiado(s) de Diretoria Acadêmica, que atuam, no âmbito do *campus*, de forma análoga ao Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respectivamente. Em termos de execução, cada *campus* é dirigido por um Diretor-Geral, que, além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações (Acadêmica, Administração, Pesquisa, Extensão, Atividades Estudantis, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação), que estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

A Auditoria Interna do IFRN é exercida pela Auditoria Geral, integrante da estrutura organizacional da Reitoria e vinculada diretamente ao Conselho Superior, nos termos do art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002. De acordo com o art. 80 do Regimento Geral do IFRN, a Auditoria Geral é o órgão de controle interno responsável por fortalecer e assessorar a gestão, e por racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

As competências da Auditoria Geral – por analogia ao exposto na IN nº 01/2001-SFC como finalidades dos órgãos de Auditoria Interna – são:

- acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução;
- assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- verificar a execução do orçamento da entidade visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais;
- propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como, a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;
- acompanhar a implantação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;
- comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;
- elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna – RAIN, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na IN CGU nº 07/2006 (Alterada pela IN CGU nº 09);
- verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas do Presidente da República no Balanço Geral da União/BGU; e
- testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal.

---

## **2.2. Atuação da unidade de auditoria interna**

---

A Auditoria Geral – órgão de Auditoria Interna do IFRN – tem como objetivo exercer a orientação, o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFRN. Sua atuação é orientada de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão.

Assim, a atuação da Auditoria Geral traduz-se em informações que contemplam seguintes itens, apresentados à sequência:

- a) a estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas;
- b) as informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

- c) a demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;
- d) os eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes; e
- e) a opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

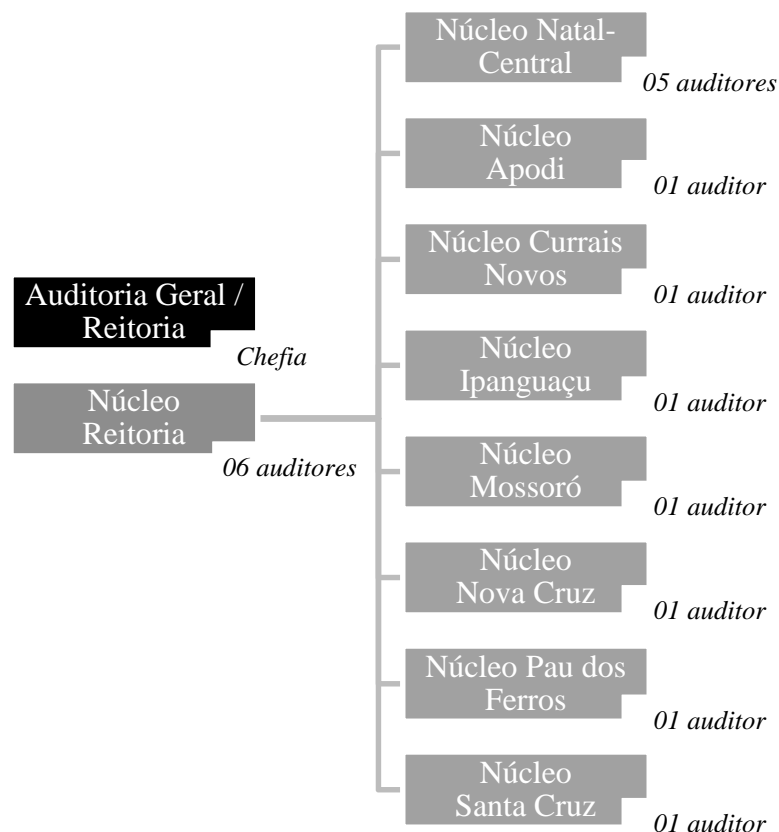
### 2.2.1. Estratégia de atuação

Com o intuito de assegurar celeridade à produção e ao desenvolvimento dos trabalhos, adotou-se uma estratégia de atuação sistêmica, capaz de se estabelecer de forma uniforme em toda UG, contribuindo-se assim para a consolidação de uma maior padronização e uniformização laboral.

A estratégia de atuação é alinhada ao planejamento de execução dos trabalhos, ao condicionamento de minimização de riscos, à mitigação de perdas, com o foco na otimização de sistemas de apoio, capazes de estimular a feitura de procedimentos de aderência às normas regulatórias, que culminam na garantia de uma administração voltada para a eficácia, a eficiência e a economicidade.

A Auditoria Interna do IFRN se organiza por meio da estrutura administrativa em núcleos, ilustrada na Figura 8, e exerce suas atribuições na Reitoria e em todos os *Campi* do IFRN através de Ordem de Serviço emitida para execução dos trabalhos do PAINT. A cada bimestre, os auditores de todos os núcleos se reúnem para fechamento dos trabalhos.

Figura 8 – Estrutura administrativa de atuação da Auditoria Interna do IFRN



Fonte: Elaboração da ASINDI, 2015.

Os Auditores Internos de cada núcleo realizam auditoria, conforme o PAINTE, através de ordem de serviço expedida pela Chefia da Auditoria Geral, que tem como atribuições planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade de Auditoria Interna.

### **2.2.2. Informações das auditorias e/ou fiscalizações realizadas**

Em 2014, a Unidade de Auditoria Interna do IFRN realizou auditorias de avaliação da gestão patrimonial, contratos, restos a pagar, insalubridade e periculosidade, licitações, almoxarifado e controles internos. Durante o levantamento dos dados, foram considerados os critérios de materialidade, relevância e criticidade, com destaque para a vinculação finalística desta autarquia educacional.

A auditoria de avaliação da gestão patrimonial, realizada no período de 06 a 31/03/2014, teve como objeto os registros dos imóveis no sistema SPIUNET e visou verificar a conformidade dos documentos dos imóveis das unidades avaliadas com os dados dos registros no SPIUNET. Assim sendo, foram verificados 100% do cadastramento dos bens imóveis no sistema SPIUNET.

O trabalho de auditoria de contratos realizado nos *Campi* Canguaretama, Caicó, Parnamirim, Natal-Central, Natal-Zona Norte, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi do IFRN, no período de 01/04/2014 a 16/05/2014, teve como objetivo verificar a conformidade dos pagamentos dos contratos de manutenção dos veículos oficiais. Diante disso, o valor total auditado no Programa/ação 2031/20RL foi R\$ 112.795,65.

No tocante à auditoria de restos a pagar, efetuada de 19/05 a 16/07/2014, objetivou-se analisar se a fundamentação das inscrições em restos a pagar dos saldos remanescentes de 2010 a 2013 atentavam para as normas vigentes. As unidades analisadas foram a Reitoria e os *Campi* Canguaretama, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, João Câmara, Natal - Cidade Alta, Caicó e Ceará-Mirim do IFRN e o valor total auditado nos Programas/Ações 2031, 20RL, 20RG, 20RW, 20ZF, 2994, 2992, 6380, 8744, 6301, 8650, 6358 e 8744 foi de R\$ 23.729.562,12.

A auditoria de insalubridade e periculosidade, realizada em 02/06/2014 a 12/08/2014, teve como objetivo identificar se os procedimentos de concessão dos adicionais de insalubridade e de periculosidade guardam conformidade com a legislação pertinente, mais especificamente. Assim sendo, foram auditados 51,96% do universo das concessões dos adicionais de insalubridade e 58,13% das concessões de periculosidade pagas em maio/2014, pelos *Campi* Canguaretama, Parnamirim, Natal-Central, Reitoria, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi do IFRN.

Os trabalhos de auditoria de licitações realizado de 20/08/2014 a 23/10/2014 nos *Campi* Canguaretama, Ceará-Mirim, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Parnamirim e na Reitoria do IFRN, teve como objetivo avaliar a regularidade dos processos licitatórios, mais especificamente a aderência da UJ aos critérios de sustentabilidade ambiental, na aquisição de bens e na realização de obras e serviços de engenharia. Assim sendo, foi auditado 100% das licitações no período de janeiro a julho/2014, no Programa/Ação de Governo nº 2031.20RL, totalizando R\$ 1.973.696,18.

A auditoria de almoxarifado se propôs, especificamente, a verificar, nos *Campi* João Câmara e Natal-Central, a eficiência dos controles de entrada e saída dos bens, a documentação e a destinação do material; verificar o controle da segurança de armazenagem; verificar a adequação das fases da despesa; e verificar se existe um manual de procedimentos do almoxarifado. Quanto à eficiência dos controles de entrada e saída dos bens, a documentação e a destinação do material, verificou-se que o *Campus* João Câmara apresentou fragilidades no recebimento de materiais de construção, por falta de conferência entre os bens entregues e a Nota fiscal; fichas de prateleiras desatualizadas e por inexistir a elaboração do movimento mensal do almoxarifado. No decorrer dos exames, verificou-se a inexistência de manual de procedimentos do almoxarifado nos *campi* acima citados, no entanto, as rotinas de trabalho apresentadas pelo setor, em regra, se mostraram adequadas.

Por fim, na auditoria de controles internos, realizada no período de 02 a 23/12/2014, foram analisadas as áreas de Gestão de Pessoas e Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional para



verificar os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de riscos, monitoramento, informação e comunicação. Percebe-se que os procedimentos de controle apresentaram mais pontos fortes do que pontos negativos. Na área de Gestão de Pessoas, a avaliação das ações de controle interno teve como propósito verificar se o dito controle interno encontra-se adequadamente concebido e se funciona de maneira eficaz, tanto no acompanhamento, quanto no gerenciamento e controle do cadastro de pessoal e alimentação da folha de pagamento. E, em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada, no período a que se refere o presente trabalho de auditoria, constatam-se fragilidades. Ainda assim, não foi constatado que os atos e fatos da referida gestão comprometeram ou causaram prejuízo relevante à Fazenda Nacional.

### **2.2.3. Demonstração da execução do plano anual de auditoria**

O Plano Anual de Auditoria Interna do exercício 2014 foi 100% realizado pela Auditoria Geral do IFRN. No entanto, houve alterações no que se refere ao período de realização, devido aos atrasos nos envios das respostas das solicitações de auditoria, as mudanças dos períodos de férias dos auditores e a reestruturação da unidade de auditoria.

Dentre os principais trabalhos realizados pela Auditoria Geral, em 2014, observam-se a auditoria de restos a pagar e a auditoria de adicional de insalubridade e de periculosidade.

A auditoria de restos a pagar foi realizada mediante a extração dos saldos de empenhos de restos no SIAFI Gerencial. Nesse trabalho, constatou-se, nas UGs 158155 e 158370, a manutenção de saldos de empenhos na conta de restos a pagar não processados, descumprindo o prazo fixado no art. 68, § 2º, do Decreto nº 93.872/1986. Diante disso, se recomendou o aprimoramento do controle de inscrições e anulações de empenhos referentes a restos a pagar não processados, mediante registros desses empenhos em planilhas para acompanhamentos de saldos e prazos. Conseqüente, observou-se no monitoramento da recomendação, que as unidades auditadas revisaram os empenhos, notificaram as empresas e cancelaram aqueles que não foram executados, confirmando o aprimoramento no controle dos saldos dos empenhos.

No tocante à auditoria de adicional de insalubridade e de periculosidade verificou-se, mediante *check-list*, a regularidade das concessões desses adicionais. Nesse trabalho, verificou-se fragilidades, entre elas, a ausência de um documento ou todos os documentos necessários na instrução do processo de adicional de insalubridade ou de periculosidade e a ausência de processos. Assim sendo, recomendou-se que os processos de concessão de adicional de insalubridade/periculosidade sejam instruídos com portaria de localização do servidor, portaria de concessão do adicional e laudo pericial; além de reconstituir os autos dos processos de concessão de adicionais de insalubridade/periculosidade não encontrados com os documentos originais, e instaurar processo de sindicância investigativa para apurar possível extravio de processos. Após monitoramento das recomendações, verificou-se a presença de portaria de localização do servidor, portaria de concessão do adicional e laudo pericial nos processos de concessões de insalubridade/periculosidades. No entanto, as recomendações de reconstituições dos autos dos processos não encontrados e a instauração de sindicância não foram atendidas.

Além desses trabalhos, foi realizada uma auditoria compartilhada com a CGU da ação referente à retribuição de titulação de docentes do IFRN, que ainda se encontra em andamento em 2015.

### **2.2.4. Redesenhos feitos na estrutura organizacional da unidade de auditoria**

No ano de 2014, a Auditoria Interna do IFRN passou por um processo de reestruturação organizacional, deixando de ter uma estrutura totalmente descentralizada (um auditor por *campus*, subordinados administrativamente aos Diretores-Gerais dos *campi*), para uma estrutura organizacional parcialmente centralizada, em que todos os auditores do IFRN passaram a ser vinculados à Chefia da Auditoria Geral, ligada ao Conselho Superior. Em síntese, as seguintes ações foram realizadas, em atendimento às determinações do Acórdão nº 3315/2013- TCU Plenário:

- reestruturação funcional da Auditoria Geral, aprovada pela Resolução N° 09/2014-CONSUP, com o intuito de redimensionar os recursos humanos disponíveis para melhor atender as necessidades da Auditoria Interna;
- aprovação do Regimento da Auditoria Interna do IFRN pelo CONSUP, através da Resolução n° 28/2014-CONSUP, de modo a propiciar melhor desempenho das funções da Auditoria Interna e o fortalecimento como instância efetiva de apoio à gestão e de articulação com as demais instituições de controle; e
- vinculação da Auditoria Geral ao Conselho Superior, com alteração do Estatuto do IFRN, por meio da Resolução n° 30/2013-CONSUP, atendendo, assim, ao disposto no Art. 15, §§3° e 4°, do Decreto n° 3.591/2000 e com o item 8 do Capítulo X da IN/SFC 01/2001.

Dessa forma, com o intuito de atingir uma eficiência maior na distributividade dos trabalhos e, por conseguinte, um crescente aumento de produtividade, a estrutura administrativa passou a ser constituída por núcleos com atribuições uniformes, responsáveis pelo cumprimento de finalidades fixadas dentro da competência funcional que lhes foi determinada. Essa mudança possibilitou o aumento do escopo dos trabalhos de auditoria, com relação ao volume de recursos executados na Reitoria e nos *campi* (materialidade), como também propiciou um ganho de qualidade nos trabalhos de auditoria realizados.

### 2.2.5. Qualidade dos controles internos

Os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, implantar, manter, monitorar e revisar controles internos institucionais, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

Os instrumentos de avaliação desenvolvidos na fase de planejamento, para condução do trabalho de auditoria na aplicação dos testes, oferecem mecanismos para auxiliar o julgamento, tornando o tratamento dos dados e os resultados objetivos nas áreas estratégicas da gestão em Desenvolvimento Institucional (vinculada à PRODES) e de Gestão de Pessoas (vinculada à DIGPE).

A realização do programa de auditoria de avaliação das ações de controle interno desenvolvidas pela PRODES para “zelar pelo cumprimento, por todos os *campi*, das metas definidas nos planos do Instituto”, visou uma avaliação global do sistema de controle interno com o propósito de verificar se está adequadamente concebido e se funciona de maneira eficaz. Em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada, no período a que se refere o presente trabalho de auditoria, constata-se que o setor opera de forma adequada, com ressalva. Destacamos, ainda, que não foram constatados atos e fatos que comprometeriam ou causariam prejuízo relevante ao patrimônio público. Verificou-se que os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de riscos, monitoramento, informação e comunicação, e procedimentos de controle apresentaram mais pontos fortes do que pontos negativos. No entanto, ressalta-se que a principal ausência diagnosticada na estrutura de controle está relacionada à formalização das rotinas e atividades de controle do setor, por meio de documento formal que estabeleça normas claras definindo as atribuições, competências, responsabilidade e responsabilização. Diante do exposto, esta auditoria interna avalia como adequado e eficaz o sistema de controle interno apresentado pela PRODES, com ressalva.

A avaliação dos controles internos desenvolvidos pela DIGPE teve como propósito verificar se o dito controle interno encontra-se adequadamente concebido e se funciona de maneira eficaz, tanto no acompanhamento, quanto no gerenciamento e controle do cadastro de pessoal e alimentação da folha de pagamento. E, em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada, no período a que se refere o presente trabalho de auditoria, constatam-se fragilidades. Ainda assim, não foram constatados que os atos e fatos da referida gestão

comprometeram ou causaram prejuízo relevante à Fazenda Nacional. Esta auditoria interna avalia como deficiente o controle interno instalado na Diretoria de Gestão de Pessoas, conforme observações realizadas, de modo que necessita de pronto melhoramento para minimizar a ocorrência de riscos. A principal deficiência diagnosticada na estrutura de controle avaliada está relacionada à identificação, avaliação, classificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes à atividade. Destaca-se como ponto forte do controle interno avaliado o tratamento das informações e comunicação.

Durante a execução das atividades de auditoria, observou-se que os controles internos atualmente existentes nos *campi* reputam-se adequados, com ressalvas, tendo em vista a existência de algumas falhas sanáveis. Contudo, é importante mencionar que uma quantidade expressiva de recomendações ainda carece de implementação pelos órgãos da Administração, o que ensejará um rigoroso acompanhamento no exercício de 2015, para que os controles sejam considerados adequados e as fragilidades sejam devidamente sanadas. Observa-se também que, apesar dos frequentes remanejamentos existentes no Instituto, fator que fragiliza os setores em função da necessidade de promover treinamentos constantes com os novos servidores, existe nos *campi* um nível razoável de segregação de funções. Vale ainda salientar que não foram constatados atos e fatos que comprometeram ou causaram prejuízo relevante ao patrimônio público.

---

### 2.3. Sistema de correição

---

As informações relativas aos processos disciplinares instaurados no IFRN alimentam, primordialmente, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD, instituído no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal por meio da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, a qual determinou a obrigatoriedade do uso do referido sistema por todos os órgãos e entidades que os compõem.

Durante o exercício de 2014, foram instaurados e registrados, no sistema CGU-PAD, nove processos disciplinares os quais foram cadastrados em observância aos prazos estabelecidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007. O relatório de resultados de julgamentos é apresentado no Anexo I e resumido na Tabela 1.

**Tabela 1 – Quadro resumo de resultados de julgamentos em processos**

Resultado	Qtde.
Não-Indiciado	1
Absolvido ou Arquivado	4
Submetido a outro processo disciplinar	0
Apenado	4
Penalidade prescrita	0
<b>Total</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaboração a partir de relatório do sistema CGU-PAD. Acesso em 09/02/2015.

Cabe ressaltar que ainda não existe uma unidade organizacional ou comissão permanente responsável pelos processos de correição e tampouco há normatização sobre o acompanhamento dos processos disciplinares. Os processos instaurados nas modalidades de sindicância e processos administrativos disciplinares são acompanhados pelas comissões designadas para cada caso em cada *campus* e na Reitoria do IFRN. Após o término dos trabalhos pelas comissões, os processos são encaminhados à Auditoria Geral para lançamento no sistema CGU/PAD.

## 2.4. Avaliação do funcionamento dos controles internos

O funcionamento do controle interno foi avaliado por dimensão sistêmica. A informação está estruturada conforme o Quadro A.2.4, que dispõe de diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos, avaliado no âmbito do IFRN: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Assim, os valores marcados representam a média das avaliações de oito gestores. A análise crítica consiste em um apanhado dos pontos mais relevantes na visão deles. Desta maneira, o IFRN pode avaliar em que dimensão podem ser encontrados os pontos fortes e os que requerem melhorias, no intuito de promover o fortalecimento dos controles internos.

**Quadro A.2.4 – Avaliação do sistema de controles internos do IFRN**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise crítica e comentários relevantes:</b></p> <p>Dentre os itens destacados, ressalta-se a necessidade de ações mais eficientes para diagnóstico e avaliação dos riscos envolvidos nos processos estratégicos e para monitoramento do controle interno.</p> <p>Ciente da importância dos controles internos para a otimizar do desempenho das atividades, o IFRN tem investido em diversas frentes na busca de melhorias. Destacam-se como principais medidas a realização de treinamentos e capacitações para fins específicos de divulgação e esclarecimento sobre os procedimentos utilizados no dia-a-dia das atividades de diversos setores e o aprimoramento dos sistemas de informação, mais notadamente o SUAP, que através da expansão de seus módulos tem oferecido melhor acompanhamento e controle dos processos inerentes às atividades da instituição. O portal do IFRN dispõe de todos os documentos que regem a instituição, permitindo que a sociedade também contribua para a melhoria dos controles internos.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b>.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b>, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b>, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b>.</p>					

## 2.5. Remuneração paga a administradores

Este item não se aplica ao IFRN, pois se relaciona às políticas de remuneração de administradores, próprias de empresas estatais, o que não corresponde à natureza jurídica desta Instituição. Os Quadros A.2.5.2, A.2.5.3 e A.2.5.4 foram excluídos.

### 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo apresenta as estruturas que garantem canal de comunicação do cidadão com o IFRN para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como os mecanismos e procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados e as medidas para garantir a acessibilidade no âmbito do IFRN.

#### 3.1. Canais de acesso do cidadão

De modo a cumprir a função social uma das ações institucionais previstas é promover a integração com a comunidade acadêmica e entorno, por meio da manutenção de uma relação de proximidade e diálogo com a sociedade, disponibilizando diversos canais para realização de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, dentre os quais se incluem o portal institucional, o e-mail e o telefone institucionais, o Serviço de Informação ao Cidadão, as redes sociais e a Ouvidoria.

##### 3.1.1. Portal institucional na internet

O IFRN mantém um portal internet no endereço [www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br) que disponibiliza acesso às páginas dos *campi*, às notícias diárias e destaques, aos principais programas e projetos institucionais, aos serviços à comunidade interna e externa e aos sistemas acadêmicos e administrativos. A página de cada *campus*, por sua vez, apresenta conteúdos relativos a atos e documentos institucionais, cursos ofertados, horário das aulas, calendário acadêmico, editais, eventos, notícias, dentre outros relacionados ao dia a dia do *campus*. A Figura 9 apresenta a página inicial do *site* institucional, que é mantido pelo próprio IFRN.

Figura 9 – Portal internet do IFRN



**Processos Seletivos Professores**

**Concursos Públicos**

**Licitações**

**Docentes**

**Ouvidoria**

**Biblioteca Online (SIABI)**

**Acadêmico**

**Projeto Político Pedagógico**

**Portal da Cultura Potiguar**

**Agenda do Reitor**

**Quadro de Referência dos Servidores**

**Carta de Serviços ao Cidadão**

**CPA**  
**Eleições para Comissão Própria de Avaliação** acontecem nos dias 3 e 4 de março  
 O eleitor só poderá votar em representantes dos seus pares

**CAMPUS MOSSORÓ**  
**Publicada seleção de ideias para Incubadora Tecnológica de Mossoró**  
 Serão disponibilizadas 5 vagas: 3 para empresas residentes e 2 para não residentes.

**PROEX**  
**Pró-reitoria de Extensão divulga relação de trabalhos escolhidos para participar do Fórum Mundial de Educação 2015**  
 Dentro do Fórum, os seis trabalhos selecionados participarão da Feira de Economia Solidária e das Atividades Culturais.

**VEJA NO PRIMEIRO BLOCO**  
  
 Veja no primeiro bloco, a gestão com a participação da comunidade acadêmica, confira como foi o primeiro Gabinete Itinerante do ano; e um minicurso sobre maquiagem para alunos da disciplina de artes.

**VIDEO INSTITUCIONAL 2014**  
  
 Encontro de Empreendedorismo Inovador de Incubadoras do IFRN de 02/03 a 05/03

**ELEIÇÕES PARA A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**  
 de 03/03 a 04/03

**ARTIC - Arte, Cultura, Integração e Tecnologia**  
 de 04/03 a 06/03

**OUTRAS NOTÍCIAS**

27/02/2015 - Processos Seletivos Subsequente, ProEJA e Integrado têm gabaritos finais divulgados

26/02/2015 - Divulgadas listas de isentos nos processos seletivos para Caprom e cursos FIC

26/02/2015 - Pró-reitoria de Pesquisa divulga lista de trabalhos

24/02/2015 - Inscrições para 480 vagas em cursos de graduação no IFRN terminam segunda (2)

25/02/2015 - Reitor Belchior Rocha é empossado presidente do Conif

20/02/2015 - Matrículas para os cursos técnicos integrados do IFRN terminam nesta sexta (27)

[Mais notícias](#)

**Transparência**

**Acesso à Informação**

As Informações sobre o IFRN garantidas pela Lei de Acesso a Informação

**Biblioteca Virtual**

Mais de 100 mil títulos, em todas as áreas, para download.

**Periódicos**

Portal que disponibiliza o melhor da produção científica internacional

**Nossos Livros**

Repositório de livros publicados pela editora do IFRN para download

**Portal da Memória**

Conheça a história dessa instituição centenária

**Revista Holos**

Revista de Divulgação Científica e Tecnológica do IFRN

**Campus Verde**

Conheça o projeto de gestão ambiental do IFRN

**Caatinga Viva**

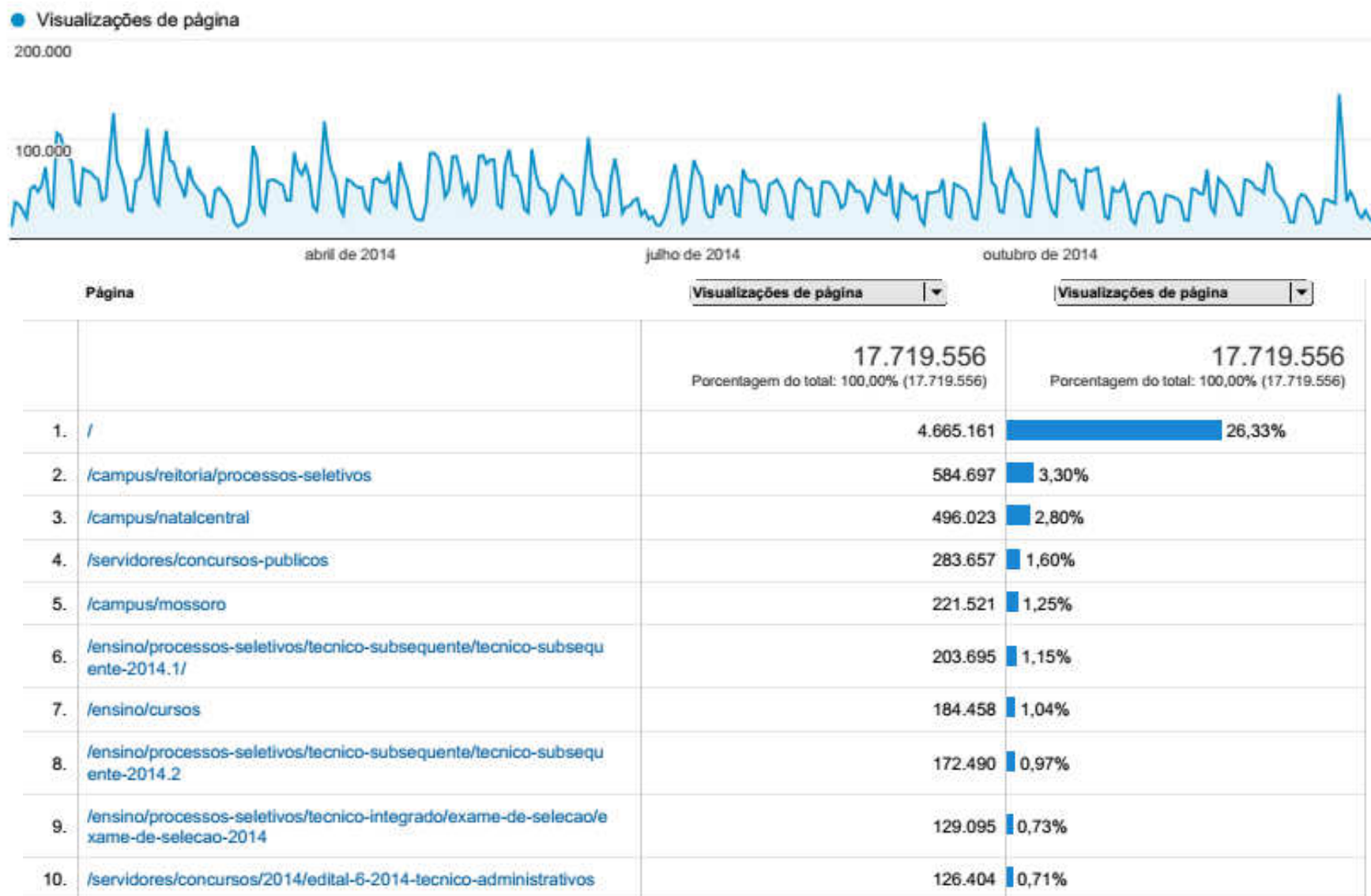
Projeto de conservação do bioma caatinga da região do Baixo Açu

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte | Reitoria  
 Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol  
 CEP: 59015-300  
 E-mail: comunicacao\_reitoria@ifrn.edu.br  
 Telefone: (84) 4005-0757

Fonte: <http://www.ifrn.edu.br>. Acesso em: 27 fev. 2014.

A Figura 10 apresenta o fluxo de visualização de páginas e as dez páginas mais acessadas do portal do IFRN, no período de janeiro a dezembro de 2014.

Figura 10 – Acessos ao portal institucional do IFRN em 2014



Fonte: DIGTI, a partir do Google Analytics. Acesso em: 23 fev. 2015.



### 3.1.2. E-mail e telefone institucionais

O IFRN disponibiliza um endereço de *e-mail* e um número de telefone para o contato com a comunidade interna (estudantes, pais, servidores, etc.) e externa, que podem ser utilizados para o esclarecimento de dúvidas, o registro de reclamações e a realização de solicitações em geral. O endereço e número ficam visíveis na barra inferior da página inicial do *site* institucional [www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br), em sua página principal e nas páginas de cada *campus* do IFRN.

Além disso, também é possível enviar mensagem para o correio eletrônico citado através do *link* “Contato”, também disponibilizado na página inicial do *site*. Essa estratégia procura dar mais praticidade à maneira de entrar em contato com a Instituição, procurando um canal ainda no menu principal do site, onde fica localizado o botão que direciona para a caixa de mensagem que segue para o *e-mail* [comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br](mailto:comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br), respondido diretamente pela Assessoria de Comunicação Social e Eventos da Reitoria.

A maioria dos contatos se faz em razão de dúvidas do público externo sobre processos seletivos e números de telefones de outros setores e *campi* da Instituição, como também previsões de oferta de cursos, abertura de processos seletivos e concursos públicos. Além disso, são recebidas solicitações internas e externas para publicação de notícias, cobertura de eventos, demandas da imprensa, que solicita entrevistados ou informações para matérias transmitidas pelos veículos de comunicação como, em um número menor, dúvidas de alunos e pais ou responsáveis, como também de servidores do IFRN.

De acordo com levantamento feito em 2014, dos canais divulgados na página principal do portal do IFRN, foi recebido um número total de 6.703 telefonemas no ano, o que corresponde a uma média de 558 ligações mensais ou 18,6 diárias; e foram recebidos 6.038 *e-mails*, o que corresponde a uma média de 503 mensagens mensais e de 16,6 diárias. É interessante perceber que são dois canais de comunicação bastante procurados pela população e têm número de acesso muito aproximado.

As maiores procuras por esses canais, em 2014, se deram por *e-mail*, quando houve a divulgação de resultado de processo seletivo para os cursos técnicos subsequentes, e, por telefone, no período de matrículas para os ingressantes nos cursos técnicos integrados.

Classificados entre dúvidas, críticas, sugestões e solicitações, a maioria dos atendimentos no *e-mail* dizem respeito a dúvidas. Assim, 58% dos *e-mails* recebidos são relacionados a esta categoria, seguida de 22% de solicitações, 19% de sugestões e 1% de críticas. Desses números, 65% são originados do público externo, 33% de servidores, 2% de alunos e menos de 1% de pais ou responsáveis e da imprensa. Importante observar que contatos da imprensa só passaram a ser categorizados em junho de 2014.

Sobre os telefonemas, 79% são de dúvidas, 20% de solicitações e críticas e 1% de sugestões. Em relação à origem desses telefonemas, 76% é do público externo, 12% de servidores, 6% de alunos, 5% de pais ou responsáveis e 1% da imprensa.

Percebe-se, então, que nossa maior demanda relacionada ao atendimento à sociedade trata-se de dúvidas do público externo. A maioria deles procura o IFRN a fim de saber informações sobre processos seletivos (inscrições, dias de prova, divulgação de resultados), ofertas de cursos e período de matrículas. Os servidores são outro grupo frequentemente atendido, mas, nesse caso, a maioria dos contatos trata de atendimento a solicitações de publicações de notícias nos meios de comunicação oficiais da instituição ou de apoio à realização de eventos. São baixos os índices de procura por parte de alunos e pais ou responsáveis. Imagina-se que esse grupo tenha maior contato com os setores de interesse da Instituição, procurando-os diretamente e não recorrendo à Assessoria de Comunicação Social e Eventos da Reitoria.

As ligações são atendidas e os *e-mails* são respondidos diariamente, nos dias de expediente. A maioria das demandas é resolvida de imediato. Quando não é possível, as mensagens são direcionadas aos setores responsáveis. Em caso de reclamações e denúncias, elas são encaminhadas à Ouvidoria do IFRN.

### 3.1.3. Serviço de Informação ao Cidadão

No IFRN, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) existe desde junho de 2012, quando passou a vigorar o Decreto nº 7.724/ 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

O SIC trata da versão passiva da Lei de Acesso à Informação, disponibilizando servidores para atender a pedidos de informação acerca dos mais diversos assuntos da Instituição, excluindo-se as informações pessoais e sigilosas. A versão ativa trata das informações já disponibilizadas publicamente no *site* institucional.

São responsáveis pelo SIC, no Instituto, os servidores Alberto Lima de Souza Medeiros e Maria Clara Bezerra de Araújo, lotados na Assessoria de Comunicação Social e Eventos da Reitoria e designados como responsáveis pelo Serviço, por meio da Portaria nº 1179/2012-Reitoria/IFRN, com o apoio da servidora Zeneide de Oliveira Bezerra Peixoto, chefe da Auditoria Geral do IFRN e autoridade responsável pelo monitoramento da implementação da Lei de Acesso à Informação no Instituto, de acordo com a Portaria nº 1178/2012-Reitoria/IFRN.

Para solicitar informação, os cidadãos podem cadastrar o pedido no e-SIC ([www.acessoainformacao.gov.br/sistema](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema)), preencher os formulários disponíveis no site do IFRN (<http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao>) – que são enviados eletronicamente para o e-mail [sic@ifrn.edu.br](mailto:sic@ifrn.edu.br) ou podem ainda ser protocolados em um dos *campi* do IFRN –, ou dirigir-se pessoalmente à Reitoria para fazer o pedido a um dos servidores responsáveis pelo SIC. Todas as solicitações são cadastradas no sistema de Acesso à Informação.

No ano de 2014, o SIC do IFRN recebeu um total de 110 pedidos, praticamente o dobro do registrado em 2013. De acordo com o relatório fornecido pela CGU, o tempo médio de respostas para as solicitações feitas ao IFRN em 2014 foi de 17,56 dias, inferior ao prazo previsto pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias corridos. A Figura 11 apresenta a evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação em 2014.

Figura 11 – Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação no IFRN

Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2014	6	-
Fevereiro/2014	7	14.29%
Marco/2014	9	22.22%
Abril/2014	9	0%
Maiio/2014	7	-22.22%
Junho/2014	3	-57.14%
Julho/2014	29	89.66%
Agosto/2014	16	-44.83%
Setembro/2014	9	-43.75%
Outubro/2014	4	-55.56%
Novembro/2014	6	33.33%
Dezembro/2014	5	-16.67%
<b>TOTAL:</b>	<b>110</b>	
<b>MÉDIA:</b>	<b>9,17</b>	

Fonte: e-SIC. Disponível em:

< <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> >.

Acesso em: 27 fev. 2014.

Do total de solicitações, 14 geraram recurso, 87 tiveram acesso concedido, 1 informação era inexistente, 3 pedidos não se tratavam de solicitação de informação e 6 o IFRN não tinha competência para responder. A maior parte das informações solicitadas, 49,09%, são sobre “Profissionais da educação”, seguidas por “Gestão escolar”, com 18,18%, sendo ainda 10% sobre “Educação profissional e tecnológica” e 9,09% sobre “Legislação escolar”. Das solicitações a respeito de profissionais de educação, há uma recorrência de interesse em informações sobre previsão de concurso público, disponibilidade de códigos de vagas para cargos específicos, além de questionamentos sobre informações funcionais de servidores atuantes na Instituição, como cópias de processos de afastamento, redistribuição etc. A Figura 12 sistematiza a classificação temática dos pedidos de acesso à informação em 2014.

**Figura 12 – Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no IFRN.**

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Profissionais da educação	54	49,09%
Educação - Gestão escolar	20	18,18%
Educação - Educação profissional e tecnológica	11	10,00%
Educação - Legislação educacional	10	9,09%
Economia e Finanças - Administração financeira	3	2,73%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	2	1,82%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	1	0,91%
Educação - Educação de jovens e adultos	1	0,91%
Educação - Educação básica	1	0,91%
Educação - Educação ambiental	1	0,91%

Fonte: e-SIC. Disponível em:

< <http://www.acesoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> >.

Acesso em: 27 fev. 2014.

Dessa forma, o SIC se mostra um canal efetivo de comunicação com a sociedade, apresentando um crescimento ano a ano quanto à procura por informações. Com isso, incentiva servidores e gestores do IFRN a promoverem, nos seus setores, a cultura da transparência, organizando melhor os dados e os processos relacionados as suas atividades na Instituição, os quais podem ser solicitados através do Serviço ou por meio de outros canais.

O Anexo II apresenta o relatório de pedidos de acesso à informação e solicitantes, na íntegra, extraído do e-SIC.

### 3.1.4. Redes sociais

A fim de ampliar o contato com a sociedade e de manter canais de interação ininterruptos com ela, propiciando engajamento e motivação, o IFRN aderiu às redes sociais, canais em que é possível compartilhar informações e manter conversas através do ambiente *on-line* com estudantes, pais, servidores e toda a comunidade.

O Instituto possui a *Fan Page* IFRN Oficial na rede social Facebook e o perfil @IFRN\_, no Twitter. As duas contas são gerenciadas pela equipe da Assessoria de Comunicação Social e Eventos da Reitoria, com postagens quase diárias.

Em 2014, o IFRN Oficial iniciou o ano com um número de 30.825 curtidas, terminando com um total de 73.061, havendo uma evolução de quase 58% no número de pessoas conectadas ao espaço. O ato de curtir a página, além de representar um interesse pela Instituição, faz com que o curtidor receba o conteúdo compartilhado através do canal, podendo disseminar informações ou incentivar outras pessoas, integrantes da rede Facebook, a também disseminarem e/ou curtirem a página. A Figura 3 apresenta dados de acesso à *Fan Page* do IFRN no Facebook.

**Figura 13 – Acesso à *Fan Page* do IFRN no Facebook.**



Fonte: *Fan Page* do IFRN no Facebook. Disponível em < <https://www.facebook.com/IFRNoficial> >. Acesso em 02 jan. 2015.

Já o perfil @IFRN\_, no Twitter, terminou o ano de 2014 com pouco mais de 30.000 seguidores – pessoas que clicam na opção “Seguir” para receber as mensagens postadas no *microblog*. Em dezembro de 2013, o perfil registrava um número de 23.000 seguidores, o que demonstra também um crescimento no número de pessoas conectadas à rede, da ordem de 23%, ainda que menor que o registrado na *fan page*. No Twitter, os cidadãos conectados também recebem automaticamente as postagens realizadas através das suas contas pessoais e podem repercuti-las, com a ação de *retwitter*. Essa ação leva a informação a outros usuários do micro blog, que também podem passar a seguir o @IFRN\_ ou apenas *retwitter* a mensagem visualizada. A Figura 14 apresenta dados de acesso ao perfil do IFRN no Twitter.

**Figura 14 – Acesso ao perfil do IFRN no Twitter**



Fonte: Perfil do IFRN no Twitter. Disponível em < [https://twitter.com/IFRN\\_](https://twitter.com/IFRN_) >. Acesso em 28 jan. 2015.

Na *Fan Page* IFRN Oficial e no perfil @IFRN\_ no *Twitter*, são feitas, pela sociedade, solicitações, envio de sugestões e de críticas, por meio de mensagens (privadas ou visíveis para todos) e comentários. Nesse espaço, a instituição realiza esclarecimentos de dúvidas. Há um

movimento frequente nas páginas, com uma participação ativa do público e uma assistência frequente do IFRN, para cumprir o objetivo de atender a sociedade da melhor forma possível. Assim, as perguntas lançadas nessas páginas de rede sociais são respondidas, assim como as enviadas por *e-mail* ou realizadas por telefone, esclarecendo as dúvidas de imediato ou informando o contato do setor com mais propriedade para respondê-las.

### 3.1.5. Ouvidoria

A Ouvidoria do IFRN é responsável por receber, examinar e encaminhar sugestões, elogios, reclamações e denúncias da comunidade interna e da sociedade em geral, referentes a procedimentos e ações de pessoas, setores e órgãos dos *campi* e da Reitoria. A Ouvidoria se propõe a atuar em defesa dos princípios fundamentais da administração pública: a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a economia e a publicidade. Nesse sentido, auxilia o cidadão em suas relações com o IFRN, funcionando como canal facilitador no atendimento das demandas da comunidade interna e externa à instituição.

A Ouvidoria disponibiliza à sociedade em geral canais de acesso por meio de atendimento telefônico no número 4005-0888, preenchimento de formulário eletrônico disponível no portal do IFRN, em <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/ouvidoria/deixe-a-sua-manifestacao>, envio de e-mail para [ouvidoria@ifrn.edu.br](mailto:ouvidoria@ifrn.edu.br), envio de correspondência para o endereço à Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho em Natal/RN, e atendimento pessoal pelo Ouvidor na sede do órgão, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h.

No recebimento de manifestações relativas a reclamações e denúncias, a Ouvidoria sugere que se siga um formato específico para o relato, contendo:

- nome completo, *e-mail*, telefone e endereço, e outras informações que facilite o contato com o cidadão;
- indicação das informações que deseja que a Ouvidoria mantenha sob sigilo;
- como foi ou se tem possibilidade de ser afetado;
- os passos que foram dados na tentativa de solucionar o problema ou dificuldade;
- que aspectos ainda restam por resolver, caso o problema tenha sido parcialmente resolvido;
- quando for verificado o não cumprimento de políticas, normas ou procedimentos, especificar os aspectos que tenham sido violados;
- indicação clara do resultado que espera para a sua solicitação; e
- quaisquer outros fatos pertinentes (devem ser anexados documentos ou material relevante que ofereça apoio às declarações ou comprovação dos fatos informados).

Em todas as situações acima, o problema deve ser exposto de forma clara, descrevendo datas, locais e fatos, inclusive hora, identificando, quando possível, as pessoas envolvidas.

De acordo com o Regimento Interno da Ouvidoria, têm-se até 7 dias úteis para se dar retorno às manifestações, podendo ser prorrogado por igual período. A manifestação é encaminhada à Reitoria ou à Direção-Geral do *campus*, obedecendo-se a cadeia hierárquica para apuração e/ou pronunciamento e, em seguida, repassado ao interessado.

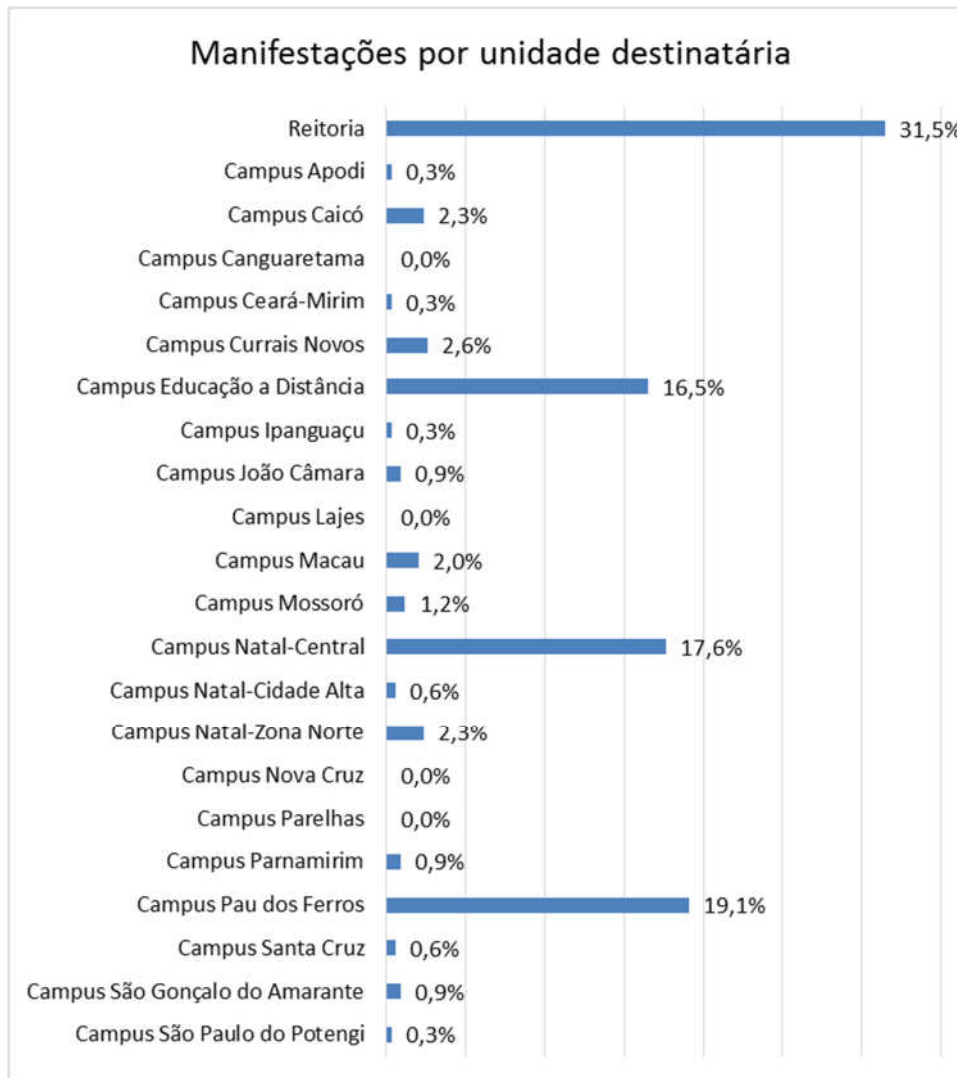
Ainda, a Ouvidoria adota os seguintes procedimentos para disseminação interna das informações gerenciais relativas às demandas recebidas:

- são apresentadas, bimestralmente ao Reitor, listagens das manifestações com as questões recebidas e respondidas, e as solicitações de resposta que ainda estiverem em andamento ou que não foram respondidas pelos gestores; e
- são realizados relatórios semestrais para serem apresentados ao CONSUP e, em seguida, são postados no site do IFRN, encaminhados para a Reitoria, e remetidos para a Ouvidoria Geral da União.

Em 2014, foram registradas 346 manifestações, sendo 63,6% de natureza acadêmica e 36,4% de natureza administrativa. Dessas, apenas 14 (4%) não foram concluídas em 2014. As

manifestações foram demandadas majoritariamente pelo público externo (62,4%) e estudantes (30,3%), sendo os servidores (docentes e técnicos-administrativos) responsáveis por apenas 7,2% das demandas. A Figura 15 apresenta a distribuição das manifestações por unidade do IFRN, incluindo a Reitoria e os *campi*.

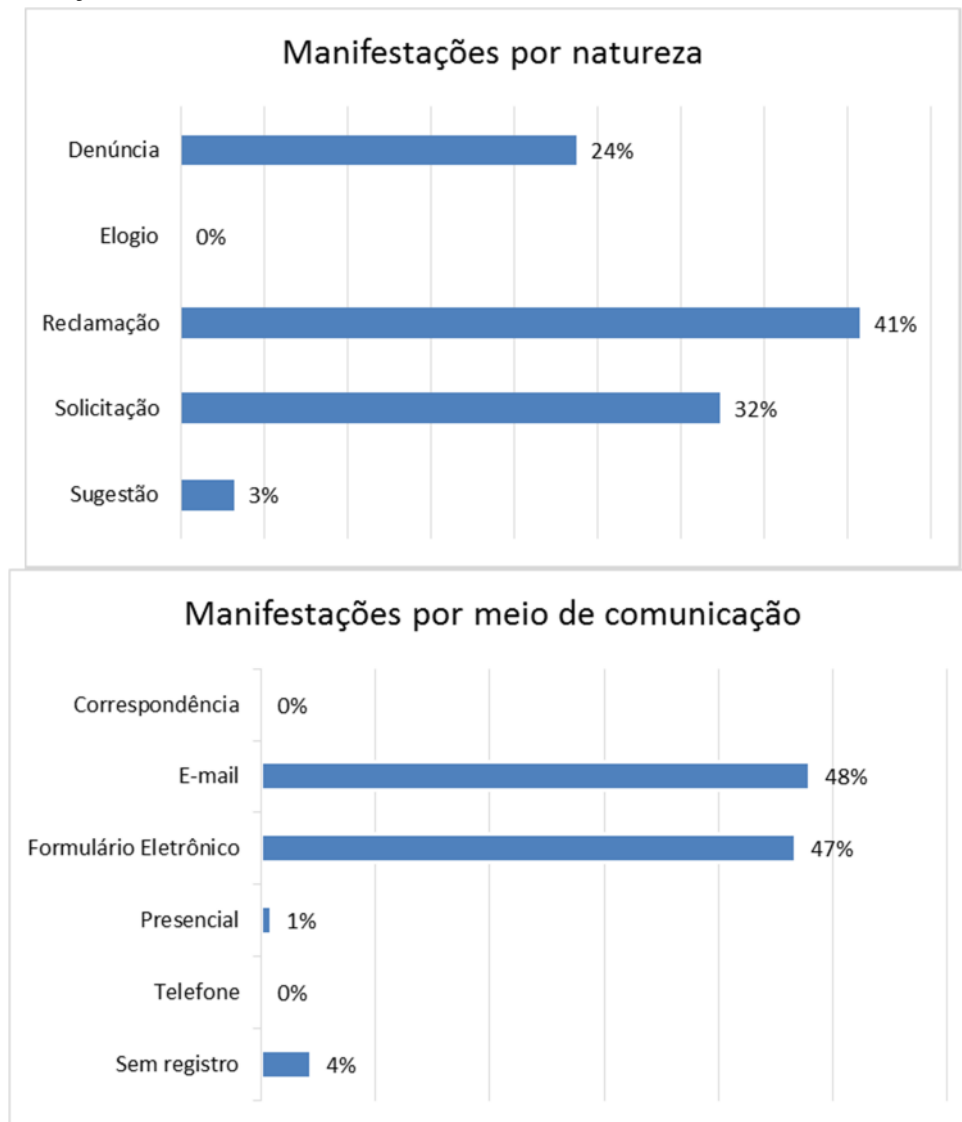
**Figura 15 – Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do IFRN**



Fonte: Relatório de atividades de Ouvidoria 2014. Disponível em:  
< <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/ouvidoria/relatorios-de-atividades/2014-relatorio-final-de-atividades/view> >.  
Acesso em 27 fev. 2014.

A natureza das demandas em 2014 se dividiu entre reclamações (41%), denúncias (24%), solicitações (20%), informações (12%) e sugestões (3%). As demandas chegaram, majoritariamente, por meio do formulário eletrônico disponibilizado no site do IFRN (47%) e por *e-mail* (48%). A Figura 16 apresenta a distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do IFRN, por unidade administrativa e por meio de comunicação.

**Figura 16 – Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do IFRN por unidade administrativa e por meio de comunicação**



Fonte: Relatório de atividades de Ouvidoria 2014. Disponível em:

< <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/ouvidoria/relatorios-de-atividades/2014-relatorio-final-de-atividades/view> >. Acesso em 27 fev. 2014.

---

### **3.2. Carta de Serviços ao Cidadão**

---

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto nº 6.932/2009, o qual estabelece que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestem serviços diretamente ao cidadão devem elaborar e divulgar o documento com o objetivo de informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

É por meio desse documento que o órgão ou a entidade pública estabelece o compromisso de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante o seu público-alvo e a sociedade em geral. A Carta permite acompanhar e aferir o real desempenho institucional no cumprimento dos compromissos que o órgão assumiu, possibilitando à sociedade apropriar-se das informações básicas sobre os órgãos e entidades públicas e deve orientar o público-alvo em suas decisões sobre como, quando, onde e para que utilizar os serviços públicos disponibilizados.

A Carta de Serviços ao Cidadão representa, portanto, um instrumento de participação democrática do público-alvo na definição dos resultados esperados das instituições públicas, dando transparência à atuação do órgão ou entidade.

De forma a possibilitar o maior conhecimento e entendimento do seu público-alvo e da sociedade em geral e os padrões de desempenho assumidos, a Carta de Serviços ao Cidadão do IFRN está disponível no site do IFRN, no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/carta-de-servicos-ao-cidadao/view>.

O documento traz um breve histórico desde sua fundação em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, até sua transformação em Instituto em dezembro de 2008, bem como apresenta sua função social e objetivos.

Com vistas à divulgação ampla dos serviços prestados pelo IFRN, a Carta de Serviços ao Cidadão traz informações sobre os cursos oferecidos em todos os níveis de ensino - desde a formação inicial e continuada, à formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação) em todos os *campi* do IFRN, além de informar endereço, telefones, e-mail e horários de atendimento dos principais setores de cada *campus*.

Nesse sentido, a Carta configura-se como um documento de valor público, uma vez que está associada aos conceitos de satisfação e de confiança resultantes do desempenho institucional, por parte do público-alvo e da sociedade em geral, relacionando-se, ainda, com a percepção, objetivamente apurada, da sociedade e do público-alvo sobre a melhoria e a inovação da atuação institucional.

---

### **3.3. Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços**

---

O IFRN assume, em seu Projeto Político-Pedagógico, a concepção de avaliação emancipatória, que se caracteriza como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformar essa mesma realidade. Assim, os processos e mecanismos de avaliação institucional possuem, primordialmente, um caráter dialético, processual, contínuo e participativo. Nesse sentido, considera-se a avaliação como um mecanismo de diálogo com os procedimentos institucionais, de compreensão e de melhoria permanente dos processos de gestão.

Para tanto, embora não tenha sido implementado um mecanismo específico, o IFRN conta com processos de avaliação que permitem mensurar a satisfação dos cidadãos-usuários em relação à ação institucional. Esses processos, desenvolvidos no fazer pedagógico e administrativo, são desenvolvidos em momentos específicos e no cotidiano institucional, articulando diferentes instrumentos e metodologias, de modo a contribuir para a retroalimentação das práticas institucionais e dos processos de gestão.

#### **3.3.1. Pesquisa de autoavaliação institucional**

Como instituição ofertante de educação superior, o IFRN passou a adotar, desde 2006, os instrumentos do SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004 e regulamentado pela Portaria MEC nº. 2.051/2004.

A pesquisa de autoavaliação institucional insere-se no processo de Avaliação Institucional no IFRN e é realizada anualmente pela Comissão Própria de Avaliação, configurando-se em um instrumento que pressupõe a participação coletiva dialógica da comunidade interna – estudantes, docentes e técnicos-administrativos. Consiste em um questionário com perguntas concernentes às dimensões estabelecidas pelo SINAES. As respostas são predominantemente objetivas e refletem o grau de concordância, discordância ou desconhecimento dos temas abordados, constituindo em espaço para manifestação de satisfação ou insatisfação em relação às dimensões avaliadas, em particular, às condições de ensino, à infraestrutura, à gestão acadêmica e administrativa, à função social e às políticas de pessoal.



Como resultado da pesquisa é elaborado um relatório da autoavaliação institucional, disponibilizado no *site* do IFRN no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/avaliacao>, contendo as potencialidades e as fragilidades institucionais em consonância com as diretrizes do SINAES. Além disso, os resultados sistematizados são apresentados e discutidos em cada *campus* e na Reitoria.

### **3.3.2. Gabinete itinerante**

O Gabinete Itinerante, instituído desde 2009, consiste em reuniões realizadas entre o Reitor do IFRN, dirigentes sistêmicos e diretores dos *campi* e os estudantes e servidores de cada *campus* e da Reitoria.

Nas reuniões, são debatidos assuntos de interesse da comunidade escolar e apontados os desafios e as possíveis ações para melhorar ainda mais o trabalho realizado pelo IFRN, objetivando fortalecer os mecanismos de interação e gestão.

Como resultado das ações de Gabinete Itinerante é elaborado um relatório com as dificuldades e desafios de maior incidência, discutido no âmbito do CODIR e da gestão sistêmica em particular.

### **3.3.3. Coletivos institucionais**

O IFRN dispõe de diversos coletivos institucionais – conselhos, colegiados, comitês e espaços sistematizados de reuniões – que possibilitam a avaliação dos processos e práticas institucionais. Dentre esses coletivos, a participação da sociedade pode ser identificada nos órgãos colegiados superiores (CONSUP e Conselhos Escolares dos *campi*) – em que participam pais de estudantes, egressos e representantes de entidades patronais, de entidades dos trabalhadores, do setor público, e de empresas – e nas reuniões de conselho de classe e reuniões de pais – em que participam os pais de estudantes.

Das reuniões são lavradas atas em que são consignadas as manifestações de todos os segmentos participantes.

### **3.3.4. Pesquisa de egressos**

A Pesquisa de Acompanhamento de Egressos é realizada mediante a aplicação de questionário *online*, com perguntas fechadas, destinadas aos ex-alunos (egressos) do IFRN, objetivando definir o perfil da inserção no mercado de trabalho e a capacidade da formação de alterar a qualidade de vida do ex-aluno, entre outros aspectos.

Como resultado da pesquisa, são sistematizados relatórios que avaliam a absorção dos egressos no mercado de trabalho dos respectivos territórios de abrangência.

---

## **3.4. Acesso às informações da unidade jurisdicionada**

---

Atendendo ao determinado pela Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 –, os cidadãos interessados em informações sobre a atuação da Instituição podem acessar a aba “Acesso à Informação”, no menu esquerdo do portal do IFRN. Esta seção do site é subdividida em subseções.

Na primeira subseção, “Institucional”, é possível acessar a estrutura organizacional do IFRN, as competências dos seus órgãos e conselhos, a base jurídica da estrutura organizacional, endereços e telefones dos ocupantes dos principais cargos, a agenda do reitor, as principais siglas da Instituição e os horários de funcionamento de suas unidades.

Em “Programas e ações”, há relatórios sobre a atuação administrativa da instituição, inclusive com informações orçamentárias.

No tópico “Auditorias”, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão, pareceres de dirigentes de controle interno, acórdãos, certificados e relatórios de Auditoria Anual de Contas e pronunciamentos ministeriais.

Em “Convênios”, além de documento do IFRN que trata sobre o assunto, o cidadão pode ser direcionado também ao Portal da Transparência do Governo Federal e ao Portal de Convênios (SICONV).

Na subseção “Despesas”, há o encaminhamento para as páginas do Portal da Transparência onde são acessadas informações sobre execução orçamentária, despesas com diárias e passagens e com cartões corporativos.

Em “Licitações” são arquivados todos os documentos relacionados aos processos licitatórios realizados pelo IFRN, desde pregões eletrônicos, passando por leilões, concorrências, chamadas públicas, tomadas de preço e concurso. Há ainda um documento instruindo o internauta sobre como encontrar editais no site Comprasnet, os documentos SICAF e a agenda de pregões eletrônicos da Diretoria de Licitações do IFRN.

Em “Contratos”, há a lista dos contratos em vigor no IFRN.

Em “Servidores”, o cidadão pode acessar a lista de servidores, assim como todas as informações sobre ele disponibilizadas no Portal da Transparência.

Em “Perguntas frequentes”, há a relação das perguntas mais frequentemente recebidas através dos canais de contato com a Instituição, assim como as respostas para cada uma delas.

O item “Sobre a Lei de Acesso à Informação” direciona para o arquivo completo da Lei e para uma apresentação que esclarece as principais dúvidas sobre a Lei.

Por sua vez, o item “Serviço de Informação ao Cidadão”, esclarece sobre o funcionamento do Serviço no IFRN, trazendo os nomes dos servidores responsáveis, o horário de atendimento e as formas de contato, o endereço de acesso ao setor responsável (Assessoria de Comunicação Social e Eventos da Reitoria), telefones e *e-mail*, formulários para solicitação de informação e o endereço eletrônico para solicitação *online*.

Um tópico “Formulários” também traz em separado os arquivos necessários para realizar a solicitação de informação, interpor recurso e realizar reclamação, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

O subitem “Arquivos importantes” disponibiliza a lista dos documentos necessários para entender a Lei de Acesso à Informação, desde a lei em si até decretos, portarias, cartilhas explicativas e a Coletânea de Entendimentos da CGU, com uma série de perguntas e respostas sobre as principais dúvidas relativas à gestão nas Instituições Federais de Ensino Superior e nos Institutos da Rede Federal de EPT.

A subseção “Concurso público” dá acesso direto aos editais dos últimos concursos realizados pelo IFRN, como também às listas dos aprovados e o controle dos convocados nas seleções em vigência, um dos assuntos mais procurados pelo público externo.

A subseção “Relatórios de gestão” traz o link de acesso a todos os relatórios, desde 2001.

O tópico “Informações classificadas” é o espaço reservado para a divulgação das informações do Ministérios da Educação classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo definidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2011, em cumprimento ao disposto nos incisos I e II, do Art.45, do Decreto nº 7.724/2012. O IFRN, no período de 16/05/2012 a 31/12/2014, não teve informações classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo “secreta”, “ultrassecreta” e “reservada”, definidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2011. Até o momento, as informações do Instituto são consideradas públicas. A Instituição aguarda decisão junto ao CONIF para uniformizar as informações quanto à Rede Federal de EPT.

Por último, a “Carta de Serviços ao Cidadão” direciona ao documento contendo as principais informações relativas ao IFRN, como também a descrição dos principais serviços prestados pela Instituição.

### 3.5. Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A avaliação do desempenho do IFRN é realizada por meio dos mecanismos descritos na seção 3.2. Apresentam-se, à sequência, os principais resultados e encaminhamentos sistematizados nas ações desenvolvidas em 2014.

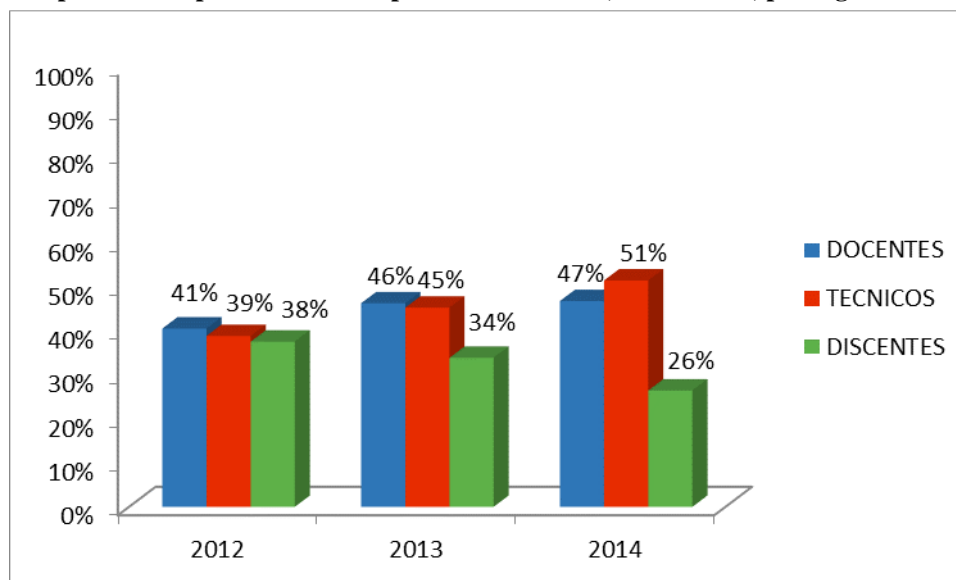
#### 3.5.1. Pesquisa de autoavaliação institucional

Em 2014, a pesquisa de autoavaliação institucional foi realizada através da disponibilização de questionários na forma eletrônica via SUAP aos docentes, discentes e técnicos-administrativos da Reitoria e dos *Campi* Apodi, Caicó, Currais Novos, Educação à Distância, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz e São Gonçalo do Amarante. Por não possuírem CPA local, não participaram da edição os *Campi* Canguaretama, São Paulo do Potengi e Ceará-Mirim – que entraram em funcionamento em 2014 – e os e os *Campi* Avançados de Lajes e Parelhas – que só entrarão em funcionamento em maio de 2015.

A pesquisa teve um caráter descritivo-exploratória, pois visou gerar conhecimento sobre a opinião de diversos públicos acerca dos serviços do IFRN, gerando subsídios para suas políticas. Foi também descritiva, pois envolveu a classificação, descrição e interpretação dos dados levantados.

O universo de pesquisa foi formado por todos os discentes, técnicos e docentes. Os resultados da pesquisa formam uma amostra do tipo acidental voluntária. Foram respondidos um total de 6.754 questionários, sendo 5.359 discentes (em torno de 26% do total de matriculados), 753 docentes (47% do total dos docentes) e 642 técnicos-administrativos (51% do total dos técnicos). A Figura 17 sistematiza a evolução de respondentes nas edições de 2012 a 2014, com a finalidade de refletir quanto à conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância de responder ao questionário.

Figura 17 – Comparativo do percentual de respondentes em 2012, 2013 e 2014, por segmento



Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2014. CPA/IFRN, 2014.

Pode-se constatar o crescimento da adesão dos servidores, tanto docentes, quanto técnicos-administrativos. Esse fato reflete a tomada de consciência da seriedade da autoavaliação como instrumento relevante para o levantamento de questões positivas e negativas da Instituição. Em contrapartida, verifica-se a necessidade de uma maior sensibilização do corpo discente em relação à importância desse processo autoavaliativo no IFRN para garantir um maior envolvimento.

Foram avaliadas as seguintes dimensões:

- Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional;
- Política de Pessoal e Carreira;
- Infraestrutura para Ensino e Pesquisa;
- Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência a Estudantes e Egressos; e
- Função Social e PDI.

Os dados das questões objetivas foram parametrizados de acordo com critérios de concordância (acima de 50% de respostas), discordância (acima de 40% de respostas) e desconhecimento (acima de 15% das respostas), considerando que a discordância dos respondentes representada acima de 40% e o desconhecimento acima de 15%, demonstra a necessidade de uma análise mais aprofundada.

De modo global, comparando os resultados obtidos com a autoavaliação institucional em 2013, o fato de maior destaque é que os servidores avaliaram positivamente as reuniões pedagógicas, que anteriormente foram avaliadas como meramente administrativas, passando a visualizá-las como um espaço de cunho formativo, apesar de mencionarem sugestões de melhoria nas respostas discursivas. Outras concordâncias foram encontradas nas seguintes questões:

- funcionamento das instâncias de apoio (órgãos colegiados e comissões);
- formação profissional e cidadã oferecida;
- infraestrutura de informática (equipamentos, atualização de softwares, acesso à internet);
- qualificação do quadro de docentes e técnicos-administrativos coerente com as ações desenvolvidas quanto às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;
- cumprimento da função social na prática educativa do IFRN;
- contribuição do acompanhamento pedagógico para o desenvolvimento curricular e a aprendizagem do estudante
- quadro de pessoal terceirizado;
- contribuição dos programas de assistência estudantil para a permanência e êxito do estudante;
- relacionamento profissional, ético e interpessoal entre gestores, coordenadores e servidores.

Os aspectos que merecem atenção, por apresentarem discordância dos respondentes, foram:

- eficácia do planejamento estratégico;
- eficiência dos procedimentos de avaliação institucional;
- programa de estágio e acompanhamento de egressos;
- política de assistência e qualidade de vida dos servidores;
- infraestrutura de internet;
- comunicação com a comunidade externa; e
- aproximação entre os servidores e o PDI e o PPP.

As temáticas que se destacaram quanto ao desconhecimento dos respondentes foram:

- estrutura de transporte para viagens a serviço e visitas técnicas (em relação à Reitoria e aos alunos dos *campi*);
- programas do IFRN relativos à pesquisa e inovação;
- atividades de extensão desenvolvidas pelos *campi*; e
- coerência das ações dos *campi* relativas ao meio ambiente e à cultura com o estabelecido no PDI e no PPP.

### 3.5.2. Gabinete itinerante

Em 2014, foram realizadas três edições de Gabinete Itinerante.

A primeira edição foi relativa ao ano letivo de 2013 e teve como temática central a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Os objetivos específicos foram: sensibilizar quanto à importância do PDI; e apresentar a proposta e os parâmetros para a elaboração do PDI. Foi realizada de 28/01 a 26/02/2014, com a participação do Reitor, do Gabinete da Reitoria, da Assessoria de Suporte Organizacional e da PRODES.

A segunda edição foi organizada com temáticas propostas pelos segmentos de estudantes, docentes e técnicos-administrativos de cada *campus*. Foi realizada de 08/08 a 01/09/2014. A Tabela 2 sistematiza a participação dos gestores sistêmicos em cada *campus*, além do Reitor e do Gabinete da Reitoria e da Assessoria de Suporte Organizacional.

**Tabela 2 – Relação de temáticas e gestores sistêmicos participantes do 2º Gabinete Itinerante de 2014**

<i>Campus(i)</i>	Temática	Participantes
<b>Ceará-Mirim</b>	Gestão de Pessoas Tecnologia da Informação Ensino Extensão	DIGPE DIGTI PROEN PROEX
<b>Natal-Central</b>	Ensino Gestão de Pessoas Pesquisa e Inovação Assuntos Estudantis Extensão	PROEN DIGPE PROPI DIGAE PROEX
<b>Santa Cruz, Ipanguaçu, Natal-Zona Norte, Caicó e Currais novos</b>	Gestão de Pessoas	DIGPE
<b>Natal-Cidade Alta</b>	Planejamento e Desenvolvimento Institucional Administração / Engenharia Gestão de Pessoas Ensino	PRODES DIENG/PROAD DIGPE PROEN
<b>Parnamirim</b>	Planejamento e Desenvolvimento Institucional Ensino	PRODES PROEN
<b>Mossoró, Pau dos Ferros e Apodi</b>	Extensão e Ensino / Pronatec Assuntos Estudantis Gestão de Pessoas Pesquisa e Inovação	Coordenação Pronatec DIGAE DIGPE PROPI
<b>Educação à Distância</b>	Ensino Pesquisa e Inovação Planejamento e Desenvolvimento Institucional	PROEN PROPI PRODES

Fonte: Assessoria de Suporte Organizacional. 2015.

A terceira edição teve como tema o Planejamento Institucional e o Plano de Ação/2015. Os objetivos específicos foram: sensibilizar quanto à importância do processo de planejamento; discutir as perspectivas estratégicas e executivas do planejamento institucional, com ênfase no PDI e Plano de Ação/2015; e discutir os encaminhamentos dados pela Reitoria às questões levantadas na segunda edição do Gabinete Itinerante em 2014. Foi realizada de 04/11 a 05/12/2014, com a participação do Reitor, do Gabinete da Reitoria, da Assessoria de Suporte Organizacional e da PRODES.

Para cada uma das edições, o Gabinete da Reitoria e a Assessoria de Suporte Organizacional sistematizaram as questões levantadas relativas à gestão sistêmica e à gestão do *campus* e fizeram o acompanhamento dos respectivos encaminhamentos por parte da Reitoria.

### 3.5.3. Coletivos institucionais

Os resultados e os encaminhamentos das reuniões dos coletivos institucionais realizadas em 2014 são disponibilizados por meio de atas, disponíveis como segue:

- CONSUP, no portal do IFRN no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/atas-das-reunioes>;
- Conselhos Escolares dos *campi*, na página de cada *campus*, disponível no portal do IFRN; e
- reuniões de conselhos de classe e reuniões de pais, na Diretoria Acadêmica de cada *campus*.

### 3.5.4. Pesquisa de egressos

A pesquisa de egressos foi realizada pela primeira vez em 2013 e apresentada no Relatório de Gestão do exercício 2013. Ainda não está definida a próxima edição da Pesquisa.

---

## 3.6. Medidas relativas à acessibilidade

---

Como ofertantes de educação superior e, portanto, avaliados pelo SINAES, cada um dos *campi* do IFRN tem que garantir, como requisito legal e normativo para funcionamento, as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

Durante o ano de 2014, foram executadas reformas, adaptações e complementação de itens relacionados à acessibilidade, inclusive com a instalação de plataformas elevatórias, descritos à sequência.

#### *CAMPUS* APODI

Foi concluída a colocação de piso tátil de alerta em todos os corredores e a colocação do piso das vagas de estacionamento para deficientes está em fase final. Em fevereiro de 2015 iniciou-se a obra de construção de sala dos servidores (contrato 214/2014), cuja planilha contempla obras de adaptação das rampas, implantação de sinalização, colocação de piso tátil de alerta, guarda corpo e corrimãos, tendo previsão de oito meses para conclusão.

#### *CAMPUS* CAICÓ

O contrato 160/2014 trata de melhorias de acessibilidade e está em fase de execução, contemplando os seguintes serviços: a adequação da entrada principal do *campus*, adaptando a rampa para uma declividade de 8% e ajustando os degraus da escada, passarela de acesso ao ginásio poliesportivo com guarda-corpo (executada), banheiro sinalizado com vaso sanitário elevado e barras de apoio, além de lavatório rebaixado. Existem ainda, vagas exclusivas para portadores de necessidades especiais, próximas às vias de acesso, delimitadas com cores diferenciadas.

#### *CAMPI* CANGUARETAMA

O *campus* foi construído de acordo com a NBR 9050.

#### *CAMPUS* CEARÁ-MIRIM

Foi constatado, após a conclusão do parque poliesportivo, que a rampa de acesso precisa de um guarda-corpo e corrimão para se adequar à NBR 9050, os quais estão previstos no contrato 188/2014, com previsão de conclusão para março de 2015.

#### *CAMPUS* CURRAIS NOVOS

Atualmente estão sendo executados os Contratos 164/2014 e 210/2014, que contemplam ações para adequação das instalações do *campus* no tocante à acessibilidade, tais como: instalação de corrimãos e guarda-corpos; colocação de piso tátil ao redor de calçadas em vários blocos, dentre outras ações.

#### *CAMPUS* JOÃO CÂMARA

Foram realizadas, em 2014, reformas que foram para acesso à piscina e arquibancada da piscina, acesso aos novos laboratórios de Física e calçada dos novos laboratórios de Energias Renováveis, e diferenciação de piso, em textura e cor (piso tátil). Os projetos que necessitavam de recursos financeiros em 2014 foram licitados e as obras foram iniciadas em janeiro de 2015, para construir banheiros acessíveis para os laboratórios do prédio anexo, a área de vivência e a praça de urbanização atendendo às normas técnicas de acessibilidade e legislações específicas.

#### *CAMPUS* MACAU

Foi iniciada em 2014, e está sendo realizada, a construção da calçada e do pátio interno do bloco de salas de aula seguindo as normas de acessibilidade.

#### *CAMPUS* MOSSORÓ

Foi iniciada em 2014, e está sendo realizada, a adaptação de alguns banheiros do *campus*. As demais dependências já atendem à NBR 9050.

#### *CAMPUS* NATAL-CENTRAL

Devido à grande área construída, à complexidade da infraestrutura do *campus* e as dificuldades relatadas no relatório sobre topografia, os serviços de acessibilidade foram divididos em três fases. A primeira fase foi orçada em agosto de 2014 e licitada em novembro de 2014. O contrato foi assinado em fevereiro de 2015. Os serviços foram iniciados e contemplam o bloco mais antigo e a biblioteca central. Nestes serviços foram incluídos trocas de portas, adequações em banheiros, rebaixamento de bancadas e adequação de vagas para portadores de necessidades especiais no miniauditório.

#### *CAMPUS* NATAL-CIDADE ALTA

Em 2014, foram realizados os seguintes serviços: construção de uma rampa para o acesso principal; colocação de piso tátil para rampa principal e área externa; colocação das barras de apoio nos banheiros acessíveis da lanchonete; colocação de guarda-corpos nas rampas de acesso; construção de piso elevado para acessibilidade a uma sala de aula, com colocação de material antiderrapante; sinalização das vagas para portadores de deficiência situadas na entrada posterior do *campus*. Estão em processo de elaboração de orçamento para licitação os seguintes serviços de adequação dos ambientes à NBR 9050: guarda-corpo em madeira para a rampa de acesso principal; demarcação de rotas seguras a deficientes visuais; e placas de sinalização em braile nas entradas das salas.

#### *CAMPUS* NATAL-ZONA NORTE

Estão sendo realizados serviços para correção de inclinações das rampas, inclusão de patamar de descanso, melhoria do pavimento com inclusão de piso tátil de alerta e direcional, guias de balizamento, instalação de novos guarda-corpos e corrimãos duplos. A previsão de conclusão desses serviços é para março de 2015.

#### *CAMPUS* NOVA CRUZ

Parte dos requisitos de acessibilidade foram contemplados durante o processo de construção do *campus*, necessitando apenas de algumas adaptações nas instalações. O contrato 176/2014 prevê a execução de guarda-corpo e barras de apoio para deficiente. A adesão ao registro

de preço 19/2014 (UG: 158366) prevê o fornecimento de piso tátil (alerta e direcional). Outras adaptações necessárias estão em fase de estudos e projetos e, posteriormente, serão encaminhadas para processo licitatório e execução dos serviços.

#### *CAMPUS SANTA CRUZ*

Em 2014 foram iniciados e estão sendo executados os contratos 156/2014, 196/2014 e 170/2014 que contemplam ações para adequação das instalações do *campus*, tais como: instalação de corrimão e guarda-corpo em aço inox; colocação de piso tátil ao redor de calçadas em vários blocos, dentre outras ações.

#### *CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE*

Em vistoria, foi constatado que a situação atual da acessibilidade atende a maioria dos quesitos como, inclinação das rampas, barras de apoio nos banheiros e altura do vaso. Foi elaborado um orçamento para adequar e sinalizar as vagas para deficientes físicos e pessoas acima de 60 anos, bem como alguma possível pendência para adequação total à NBR 9050.

#### *CAMPUS PARNAMIRIM*

O *campus* está adaptado de acordo com a NBR 9050.

#### *CAMPUS PAU DOS FERROS*

Os serviços de urbanização e acessibilidade entre as edificações foram contratados e estão em andamento, com exceção do acesso ao laboratório de apicultura, o qual encontra-se com o projeto pronto, aguardando dotação orçamentária. A plataforma elevatória do núcleo de artes encontra-se pronta para ser instalada.

#### *CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI*

O *campus* foi construído de acordo com a NBR 9050.



## 4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Este capítulo apresenta o ambiente de atuação do IFRN, caracterizando o contexto no qual está inserido, descreve as principais ações e programas da ação institucional e sistematiza as ameaças e oportunidades observadas no contexto de atuação.

### 4.1. Contextualização

De acordo com os dados estatísticos do Censo Escolar do ano 2013, o sistema educacional do estado do Rio Grande do Norte, conta com 3.925 instituições de ensino, sendo 20 federais, 683 estaduais, 2.598 municipais e 624 privadas. Tais instituições atuam com creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional de técnica de nível médio, EJA fundamental e médio e educação especial. No conjunto, essas instituições atenderam a um total de 892.964 matrículas na educação básica, realizadas em 2014.

Em relação ao IDH, o Estado se configura num quadro de baixo a médio conjunto de indicadores sociais. Corroborando a afirmativa, o IDHM, a partir dos dados coletados pelo IBGE no Censo de 2010, mostra que 93 municípios, ou 55,69% do total, estão enquadrados na faixa de médio desenvolvimento humano, enquanto 70 municípios, ou 41,92%, tem baixo IDH. Nenhum município atingiu o grau “muito alto”.

Nesse contexto social o IFRN, ao mesmo tempo em que oportuniza novas perspectivas de formação profissional, de produção e difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, também assume o grande desafio de dar resposta a uma realidade social complexa: uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes nos seus diferentes cursos e, conseqüentemente, o surgimento de demandas sociais com a necessidade urgente de atendimento.

O IFRN pretende fortalecer sua capacidade de articulação com outras esferas do poder público e da sociedade, tendo em vista o compromisso com a consolidação de um projeto exitoso para a educação pública e a sociedade norte-rio-grandense. Ao visar uma maior sinergia na formulação e implantação das políticas públicas educacionais e de investimento produtivo nos territórios de abrangência, a Instituição assume como compromisso o aprofundamento das relações e das articulações com os demais órgãos do poder público, conselhos de governança dos arranjos produtivos, sociais e culturais, entidades e representações locais das comunidades, entre outros atores governamentais, econômicos/financeiros, políticos e sociais. Desse modo, atua na formação humana com preparação para o mundo do trabalho, mediada pela articulação com a ciência, a cultura e a tecnologia. Assim, compromete-se com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por meio da socialização do conhecimento, do compartilhamento de ideias, da busca por soluções e pelo fortalecimento de ações conjuntas que, não só colaborem para cumprimento de sua função social e missão institucional, mas para o processo de desenvolvimento socioeconômico local/territorial.

Com o objetivo de contribuir mais diretamente para o desenvolvimento produtivo dos municípios e territórios de abrangência, a Instituição afirma o compromisso de revisão periódica da sua estrutura acadêmica, com a atualização de métodos e metodologias de ensino e a diversificação e remodelação da sua oferta de cursos, de modo a mantê-los inovadores e harmonizados com as potencialidades econômicas, sociais e culturais, em nível local e territorial. Além disso, observa-se a necessidade de maior encadeamento das práticas educativas voltadas à formação profissional e tecnológica em nível médio com as de formação superior e os programas de pós-graduação, considerando os focos tecnológicos dos *campi* e, em particular, tendo em vista a elevação da titulação de seu quadro de pessoal por meio da formação continuada e incentivos à produção científica e tecnológica.

Considerando o papel de instituição educativa e credidora de competências, assume, ademais, o compromisso com a formação de professores da educação básica, ao considerar-se um forte parceiro na implementação de ações voltadas à melhoria do nível de qualidade do ensino no Estado. Tem ainda, como elemento estratégico desafiador, cooperar para elevação do nível de qualidade da educação fundamental, principalmente, no interior do estado, a fim de que os novos alunos ingressantes na Instituição estejam num patamar de aprendizagem considerado satisfatório pelas instituições de ensino. Nesse sentido, o IFRN pretende contribuir para que vários municípios do Rio Grande do Norte apresentem evolução paulatina do IDEB e conseqüentemente, apresente avanços no IDH.

---

## **4.2. Principais programas de ação institucional**

---

De modo a caracterizar o fazer institucional apresentam-se, à sequência, os programas do IFRN e os principais programas do governo federal com atuação institucional, vinculados aos macroprocessos finalísticos e de apoio.

### **4.2.1. Programas institucionais**

#### 4.2.1.1. Processos seletivos

Os processos seletivos são consolidados por meio de provas classificatórias aplicadas em exame de seleção próprio, programa preparatório para estudantes da rede pública ou exames realizados pelo Governo Federal, em particular o Enem.

#### 4.2.1.2. NEABI

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas, concebido como espaço institucionalizado que reúne pesquisadores e interessados em diversas áreas do conhecimento e composto de professores, técnicos-administrativos, alunos e ativistas de movimentos sociais, tem como foco as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e, especificamente, na norte-rio-grandense. O NEABI do IFRN é um grupo de trabalho responsável por fomentar ações, de natureza sistêmica, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e dos demais instrumentos legais correlatos. Tem como finalidades, propor, fomentar e realizar ações de ensino, pesquisa e extensão sobre as várias dimensões das relações étnico-raciais; sensibilizar e reunir pesquisadores, professores, técnicos-administrativos, estudantes, representantes de entidades afins e demais interessados na temática das relações étnico-raciais; contribuir para a ampliação do debate e da abrangência das políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial; promover, por meio de parcerias, ações estratégicas no âmbito da formação inicial e continuada dos profissionais do sistema de educação do Rio Grande do Norte; produzir e divulgar conhecimentos sobre relações étnico-raciais junto às instituições educacionais, à sociedade civil organizada e à população em geral.

#### 4.2.1.3. NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas ou Núcleo de Inclusão objetiva, sobretudo, promover ambiente físico e psicossocial satisfatório, condições políticas e encaminhamentos pedagógicos para receber estudantes com deficiências nos *campi*, nas diversas ofertas, e incentivo à formação acadêmico-científica acerca da inclusão escolar. Envolve estudantes, servidores, prestadores de serviços e membros da comunidade externa. O Núcleo subsidia a Instituição nas ações e nos estudos voltados à inclusão de estudantes com dificuldades na aprendizagem advindas de fatores diversos, como altas habilidades,

disfunções neurológicas, problemas emocionais, limitações físicas e ausência total e/ou parcial de um ou mais sentidos.

#### 4.2.1.4. Seminário de Integração Acadêmica

O Seminário de Integração Acadêmica constitui um espaço sistematizado, com carga horária de 10 horas, para acolhimento dos estudantes ingressantes no IFRN. Tem como objetivos: possibilitar um espaço de acolhimento, orientação, diálogo e reflexão; apresentar a estrutura de funcionamento do IFRN, especificamente, do *campus*, da Diretoria Acadêmica e do curso; situar o estudante na cultura educativa do IFRN; e apresentar as formas de acesso aos serviços de apoio ao estudante, se apropriando de seus direitos e deveres.

#### 4.2.1.5. Certificação Enem

A Certificação Enem consiste na emissão de certificados de conclusão do ensino médio para as pessoas com mais de 18 anos (completados até a data de realização da primeira prova) que selecionam o IFRN como unidade certificadora durante a inscrição no Enem e que tenham atingido as pontuações mínimas estabelecidas pelo INEP para cada área do conhecimento e na redação.

#### 4.2.1.6. ProITEC

O Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania é um curso de formação inicial e continuada, na modalidade de educação à distância, com carga horária total de 160 horas.

Esse Programa objetiva o aprofundamento de aprendizagem de alunos das escolas da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte, contemplando as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ética e Cidadania do Ensino Fundamental. Como material didático, são disponibilizados, aos estudantes matriculados, um livro-texto, acompanhado de DVD contendo teleaulas gravadas, e um livro de atividades para subsidiar os estudos.

#### 4.2.1.7. OVEP

O Observatório da Vida do Estudante da Educação Profissional é uma ação conjunta entre o Ensino, a Atividade Estudantil, a Extensão e a Pesquisa e Inovação, como projeto de acompanhamento e intervenção sistematizada do acesso, da permanência e do êxito dos discentes. O OVEP tem como objetivo geral mapear dificuldades e desenvolver ações de intervenção para garantia do acesso, da permanência, do êxito e da conclusão com inserção dos estudantes da educação profissional do IFRN.

Os objetivos específicos do OVEP compreendem:

- desenvolver estudos e pesquisas relativos ao acesso e à permanência discente;
- realizar análise quantitativa e qualitativa do perfil dos estudantes que procuram e dos que ingressam no IFRN e sua trajetória dentro da educação profissional;
- promover a discussão e a implementação de estratégias que garantam o acesso e a permanência, com êxito, de estudantes ingressos nos cursos;
- aprimorar a política e a ação institucional no tocante assistência estudantil;
- sistematizar e aprimorar o processo de acompanhamento da prática profissional dos estudantes;
- desenvolver o acompanhamento da continuidade de estudos e da inserção profissional do estudante egresso;
- fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores públicos de educação e os diversos atores envolvidos no processo educacional no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte; e
- mapear e desenvolver ações para a melhoria da educação básica pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

A consecução dos objetivos explicitados dá-se a partir do desenvolvimento, da análise e da sistematização de pesquisas a serem desenvolvidas, tendo por bases fundamentais:

- a caracterização socioeconômica e o desempenho educacional dos estudantes inscritos nos processos seletivos de acesso ao IFRN;
- a caracterização socioeconômica, o acompanhamento do desempenho acadêmico e o acompanhamento da prática profissional dos estudantes matriculados nos diversos cursos do IFRN;
- o mapeamento da inserção do egresso no mundo do trabalho;
- os indicadores de qualidade da ação institucional (ensino, pesquisa, extensão e atividades estudantis), acompanhados sistematicamente no relatório anual de gestão; e
- as pesquisas relativas ao processo de formação inicial e continuada e o desenvolvimento profissional dos estudantes.

#### 4.2.1.8. TAL

A Tutoria de Aprendizagem e Laboratório é um programa de monitoria de disciplinas e de laboratórios de cursos ofertados no IFRN.

#### 4.2.1.9. Programa de Apoio à Extensão

Programa para apoio e fomento a projetos de extensão desenvolvidos nos *campi* do IFRN. Conta com fomento para bolsas de servidores, de bolsistas discentes e o custeio dos projetos. Os projetos são selecionados anualmente por meio de edital público com número de projetos definidos no plano de ação institucional.

#### 4.2.1.10. Projeto *Campus Verde*

O Projeto *Campus Verde* consiste no desenvolvimento de diversas ações que visam contribuir para o consumo consciente e, conseqüentemente, a preservação ambiental. Tem como objetivo geral implantar uma gestão ambiental em cada *campus* do IFRN de forma sistêmica e implantar um plano de gerenciamento de resíduos.

Os objetivos específicos incluem:

- caracterizar e quantificar os resíduos sólidos;
- implantar a coleta seletiva de papel, plástico e lixo eletrônico;
- destinar os resíduos decorrentes das atividades institucionais, encaminhando o material para as associações ou cooperativas de catadores;
- substituir o uso de copos descartáveis por canecas de uso individual;
- desenvolver o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde;
- atuar na prevenção na geração de resíduos;
- promover programas de educação ambiental;
- promover atividades de sensibilização quanto à necessidade e importância da participação na coleta seletiva;
- formar multiplicadores ambientais responsáveis, no que diz respeito às práticas de minimização de resíduos e respeito ao meio ambiente;
- promover ações que possam ajudar projetos de ação social;
- elaborar e desenvolver projetos de extensão sustentável;
- implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública; e
- promover a contratação pública sustentável (Decreto nº 7.746/2012).

#### 4.2.1.11. EXPOTEC

A Exposição Científica, Tecnológica e Cultural faz parte do calendário acadêmico do IFRN e visa apresentar, ao público em geral, uma mostra dos trabalhos produzidos por alunos e servidores nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Tem como objetivo geral estimular, ampliar e aprofundar a integração dos diversos grupos e áreas de conhecimento atuantes no IFRN, abrindo espaço para troca de experiências, divulgação da produção acadêmica e aprofundamento das discussões internas, visando à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e à divulgação das tecnologias desenvolvidas e dos serviços ofertados, através do contato com empresas e comunidade em geral.

Os objetivos específicos incluem:

- incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos;
- estimular a comunidade jovem estudantil ao empreendedorismo, à preservação ambiental e à responsabilidade social;
- promover a iniciação científica e técnica, relacionada às atividades teórico-práticas realizadas nas respectivas áreas de atuação do IFRN, integrando-se à realidade regional;
- apoiar a realização de práticas laboratoriais e experimentações, visando sua aplicação de forma apropriada em diferentes usos;
- estimular o aluno e a comunidade local para a atividade empresarial, visando favorecer uma postura crítica na relação entre sociedade e a produção técnico-científica;
- divulgar as tecnologias e os serviços do IFRN e parceiros para a sociedade do Rio Grande do Norte.

#### 4.2.1.12. SEMADEC

A Semana de Arte, Desporto e Cultura é realizada anualmente em todos os *campi* do IFRN com o objetivo de articular as práticas desportivas, as atividades artísticas-culturais e a conscientização educacional para ações de cidadania e de transformações sociais, promovendo a integração entre participantes, cursos e comunidade.

#### 4.2.1.13. Simpósio de Extensão

Evento anual que tem por objetivos apresentar os projetos de extensão realizados nos *campi* do IFRN, discutir as ações de extensão, fortalecer a articulação com as demandas socioprodutivas da comunidade e estabelecer a integração da extensão na prática acadêmica da Instituição.

#### 4.2.1.14. Jogos Intercampi de Estudantes

Os Jogos *Intercampi* configuram-se como uma competição esportiva realizada entre os *campi* do IFRN com objetivo de integrar os estudantes por meio do conagraçamento esportivo saudável e transformador da limitação do esporte-competição, estimular a amizade e a solidariedade entre os participantes, através da prática esportiva, e selecionar atletas para a formação das modalidades coletivas e individuais para os jogos esportivos dos Institutos Federais, em nível regional e nacional.

#### 4.2.1.15. Programa de Estágios

O Programa de Estágios é uma ação de visitas técnicas realizadas em empresas, instituições e entidades com os objetivos de apresentar os cursos ministrados no IFRN e suas potencialidades e de captar vagas para estágios dos discentes.

#### 4.2.1.16. Portal do Estágio e Egresso

O Portal do Estágio e Egresso é uma ferramenta para integração entre a oferta de profissionais em formação ou formados pelo IFRN e a demanda do setor produtivo por esses

profissionais, diminuindo a distância e o tempo. Favorece também, a aproximação entre a demanda, o contato e o encaminhamento dos profissionais. Ainda, possibilita a articulação constante com os egressos do IFRN, promovendo a retroalimentação das ações institucionais.

#### 4.2.1.17. PIBIC

Implantado em 2003, o Programa de Bolsa de Iniciação Científica visa despertar a vocação científica e estimular a formação de novos pesquisadores no IFRN por meio da participação de alunos do ensino técnico e superior da Instituição em atividades de pesquisa científica, sob a orientação de um pesquisador docente ou técnico-administrativo da Instituição.

O recurso para o fomento das bolsas do Programa vem do próprio planejamento orçamentário anual do IFRN. São disponibilizadas, anualmente, um total de 250 bolsas de pesquisa e inovação para os estudantes de todos os *campi* do IFRN. As bolsas são concedidas mediante participação em processo seletivo divulgado através de editais específicos que são publicados, normalmente, no início do ano letivo.

#### 4.2.1.18. Eventos técnico-científicos

Os eventos técnico-científicos são desenvolvidos com o intuito de estimular e motivar os pesquisadores do IFRN a desenvolverem pesquisas básicas e aplicadas nas mais diversas áreas de conhecimento e para divulgar as pesquisas desenvolvidas na Instituição para a comunidade científica e a sociedade civil em geral. Os eventos são divulgados no portal do IFRN no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/eventos>.

Dentre os eventos desenvolvidos, destaca-se o Congresso de Iniciação Científica do IFRN, com edição anual, com o objetivo socializar as pesquisas realizadas em todos os *campi*, além de fomentar a realização de ações integradas de pesquisa, ensino e extensão na instituição.

#### 4.2.1.19. Editais de pesquisa

Com recursos institucionais, o IFRN oferece, anualmente, aos estudantes e servidores do IFRN, por meio de editais, bolsas de estudos para o desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas. O programa institucional de bolsas para pesquisadores foi implantado em 2002, voltado a docentes com dedicação exclusiva ou técnico-administrativo sem vínculo com outra Instituição. A partir de 2007, o programa foi ampliado para bolsa de pesquisador e extensionista, propiciando, assim, o desenvolvimento de projetos temáticos.

#### 4.2.1.20. Editora do IFRN

A Editora do IFRN, criada em 2005, nasceu do anseio dos pesquisadores da Instituição que necessitavam de um espaço mais amplo para divulgar suas pesquisas. Com financiamento próprio ou captado junto a projetos apresentados pelos núcleos de pesquisa, tem como objetivo publicar livros das mais diversas áreas de atuação institucional e títulos de outras instituições de comprovada relevância para o desenvolvimento da ciência e da cultura universal. A Editora do IFRN mantém um repositório de livros no portal do IFRN, no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download>.

#### 4.2.1.21. Revista HOLOS

A Holo é uma revista *online* do IFRN que tem como objetivo publicar artigos que contribuam para o estudo de temas interdisciplinares. O periódico recebe contribuições em português, inglês e espanhol. Tem periodicidade bimensal, sob o ISSN 1807-1600 e DOI 10.15628/holos.2014, e possui avaliação no Qualis da CAPES. A Revista está disponível no endereço <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>.

#### 4.2.1.22. Revista Dialektiké

A Dialektiké é a revista de Filosofia do IFRN, com periodicidade de publicação semestral, exclusivamente em meio eletrônico. Nascida da necessidade de criar um novo espaço para a discussão e divulgação das pesquisas nos diversos domínios da Filosofia ou em áreas interdisciplinares - mas que façam uso do instrumental teórico filosófico -, a revista torna-se um novo veículo para que os pesquisadores contribuam com o cenário de investigação filosófica nacional e internacional. A revista caracteriza-se pelo caráter plural e dialético de suas publicações, recebendo artigos, ensaios, traduções e resenhas em quatro idiomas: português, inglês, espanhol e francês. Seu corpo de pareceristas é composto por professores oriundos de diversas instituições brasileiras e estrangeiras, especializados nas diversas temáticas filosóficas, o que torna mais qualificado e objetivo o processo de seleção dos artigos destinados à publicação. A Revista está disponível no endereço <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike>.

#### 4.2.1.23. Revista Observatório em Comércio Exterior

A Revista Observatório em Comércio Exterior tem como objetivo principal difundir os trabalhos realizados na área de Comércio Exterior, em particular os resultados de pesquisa e experiências. São aceitos para publicação aqueles trabalhos considerados relevantes na área de comércio exterior e temas correlatos.

#### 4.2.1.24. Programa de Multincubação Tecnológica

O Programa de Multincubação Tecnológica é uma ação coordenada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRN, com o objetivo de disseminar a cultura do empreendedorismo, favorecendo a geração de oportunidades de negócios, a partir da aplicação de pesquisas inovadoras e a transferência de tecnologia a empresas. Destacam-se duas incubadoras no Programa: a ITNC e a ITCART.

Pioneira no Estado, a Incubadora Tecnológica Natal-Central foi instalada no *Campus* Natal-Central do IFRN em 1998, com o intuito de fornecer suporte ao surgimento de empresas de base tecnológica, principalmente, com foco nas áreas de atuação do Instituto. Os serviços oferecidos aos empreendedores iniciam antes da incubação e incluem a sensibilização para o empreendedorismo, a prospecção de novas empresas e a qualificação dos novos empreendedores. Durante a incubação, os empreendedores contam com assessoria e consultoria tecnológica, financeira, de mercado e de gestão, bem como acompanhamento e avaliação do mercado e de gestão. A ITNC, que já graduou 16 empresas, tem seu público-alvo voltado para os estudantes do *Campus* Natal-Central, alunos egressos, pesquisadores e desenvolvedores de novas tecnologias e empreendedores em geral. O endereço internet da Incubadora é <http://www2.ifrn.edu.br/itnc/>.

A Incubadora Tecnológica de Cultura e Arte, situada no *Campus* Natal-Cidade Alta do IFRN, foi concebida em março de 2011 por meio de parceria entre o IFRN, o SEBRAE-RN e a FUNCERN. A ITCART tem como propósito central contribuir para a promoção do empreendedorismo no ramo da economia criativa e para a gestão sustentável, permitindo a acessibilidade, favorecendo a difusão e o desenvolvimento da arte e da cultura. A ITCART se responsabiliza por um conjunto de ações estratégicas que visam fortalecer o mercado e a atividade empreendedora na Região Metropolitana de Natal, buscando a integração com atores locais (agentes culturais, artistas, estudantes, produtores, entre outros). Na sua atuação, possui estratégias de ação dirigidas especificamente às áreas da cultura, turismo e esporte e lazer. A Incubadora mantém uma *Fanpage* no Facebook em <https://www.facebook.com/itcart.ifrn>.

#### 4.2.1.25. Programa de Alimentação Escolar

O Programa de Alimentação Escolar consiste na oferta de almoço ou jantar, no refeitório de cada um dos *campi* do IFRN, visando garantir a permanência dos alunos, ao atender a necessidades básicas de alimentação mediante o fornecimento de refeições contratadas, com

cardápio preparado sob orientação de nutricionistas. O fornecimento de refeições dá-se para alunos: em situação de vulnerabilidade socioeconômica; integrantes dos programas institucionais de bolsas; e integrantes das equipes desportivas e dos grupos artístico-culturais.

#### 4.2.1.26. Programa de Auxílio Transporte

O Programa de Auxílio Transporte consiste na concessão de apoio financeiro com o objetivo de garantir o deslocamento dele até o IFRN, evitando a evasão escolar, favorecendo a formação da cidadania e equidade social. O programa tem inscrições abertas semestralmente e disponibiliza um formulário específico para preenchimento. Para participar do programa, o aluno não pode ter vínculo empregatício, nem participar de outro programa de assistência, devendo estar regularmente matriculado no IFRN. O pré-requisito para inscrição é a comprovação de renda familiar que justifique o referido auxílio.

#### 4.2.1.27. Bolsa de Fomento ao Estudo para os Alunos do PROEJA

Voltado aos alunos dos cursos técnicos integrados na modalidade de educação de jovens e adultos, o programa tem por objetivo contribuir para a permanência do estudante no IFRN e a melhoria do seu desempenho acadêmico por meio da concessão de auxílio financeiro complementar para despesas com transporte, alimentação e aquisição de material didático.

#### 4.2.1.28. Bolsa de Iniciação Profissional

A Bolsa de Iniciação Profissional consiste no apoio financeiro para manutenção dos estudos e objetiva propiciar uma experiência antecipada da atividade profissional. O bolsista não pode ter outro vínculo empregatício e tem de estar comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica de recursos financeiros. Além de ser regularmente matriculado na Instituição, o aluno não pode estar em dependência ou ter sido reprovado. Outros pré-requisitos são: ter disponibilidade de um turno para o desenvolvimento das atividades e não possuir matrícula em outra Instituição de ensino.

#### 4.2.1.29. Bolsa em Cursos de Idiomas

A Bolsa em Cursos de Idiomas consiste na concessão de bolsas de estudos em cursos de idiomas (Espanhol, Francês, Inglês ou Japonês) oferecidos pela FUNCERN, para estudantes regularmente matriculados no IFRN e oriundos de escola pública. Para adquirir a bolsa, o candidato não pode ter vínculo empregatício, nem estar frequentando outro curso de idioma, além de não ter sido reprovado ou estar em dependência no curso em que está matriculado no IFRN.

#### 4.2.1.30. Isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos do IFRN

A isenção do pagamento de taxas de inscrição de processos seletivos constitui um dos mecanismos utilizados na política de assistência ao estudante do IFRN para facilitar o acesso de egressos de escola pública e de candidatos em situação de vulnerabilidade social, como forma de democratizar o ensino em Instituições públicas e de qualidade, como o IFRN. A efetivação desta ação dar-se por meio do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, instrumento utilizado para identificar as famílias de baixa renda e também utilizado para a concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público realizados no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme dispõe os Decretos nº 6.593/2008 e 6.135/07.

#### 4.2.1.31. Programa de Apoio à Participação em Eventos e Atividades

O Programa de Apoio à Participação em Eventos e Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visa contribuir para o enriquecimento e ampliação da formação profissional, assegurando a participação de estudantes e representantes de entidades estudantis em eventos/atividades de



natureza acadêmica, político estudantil, científica, cultural e esportiva, desde que relevantes a sua formação acadêmica.

#### 4.2.1.32. Programa de Apoio Acadêmico

O Programa de Apoio Acadêmico à TAL, ao OVEP, à pesquisa e à extensão visa aprimorar a formação do aluno através de sua inserção em atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, e assim contribuir para otimizar seu desempenho acadêmico e sua permanência, com reflexo positivo nas taxas de sucesso do IFRN.

#### 4.2.1.33. Programa Apoio e Orientação Social

O Programa Apoio e Orientação Social tem por finalidade promover ações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, bem como estimular, apoiar e assessorar a organização de eventos de caráter acadêmico, sócio-político promovidos pela comunidade estudantil.

#### 4.2.1.34. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e com Necessidades Educacionais Especiais

O Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e com Necessidades Educacionais Especiais tem por finalidade garantir a esses estudantes as condições específicas que permitam o acompanhamento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRN.

#### 4.2.1.35. Serviço de Psicologia

O Serviço de Psicologia promove apoios que possibilitam melhorar a qualidade de vida do estudante no ambiente acadêmico, reforçando, assim, as condições que facilitam e potencializam o seu aprendizado e a sua formação cidadã. A Psicologia participa ativamente do processo de apoio que visa possibilitar melhoria da qualidade de vida do aluno no ambiente acadêmico, reforçando as condições que facilitam e potencializam o seu aprendizado e a sua formação cidadã. As atividades desenvolvidas visam contribuir para a melhoria da qualidade e da eficiência do processo educacional, incluindo aí a formação cidadã do estudante, através da aplicação de intervenções próprias ao psicólogo. Esse serviço é amplo e busca apresentar, perante os alunos e os profissionais da Instituição, o psicológico como um dos componentes do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

#### 4.2.1.36. Serviço de Saúde

O Serviço de Saúde visa oferecer atenção básica à saúde dos estudantes. O trabalho é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, através da atuação de profissionais das áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição e odontologia do IFRN, tendo em vista a promoção, proteção e recuperação da saúde dos estudantes por meio de atendimentos ambulatoriais, atividades socioeducativas em saúde e campanhas de vacinação.

#### 4.2.1.37. Apoio às Entidades Estudantis

O Apoio às Entidades Estudantis consiste no assessoramento e apoio logístico às ações político-estudantis: o Grêmio Estudantil e os Centros de Atividades, representando os alunos dos cursos técnicos; e o Diretório Central de Estudantes e os Centros Acadêmicos, representando os alunos dos cursos de graduação. Tem o objetivo de desenvolver ações de incentivo à formação da cidadania.

#### 4.2.1.38. Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos

O Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos (formação e capacitação) é o mecanismo que operacionaliza as ações previstas na Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores, aprovada pela Resolução nº20/2005-CD/CEFET-RN. Integram o programa ações de:

- elevação do nível de escolaridade formal;
- desenvolvimento profissional, envolvendo treinamento e aperfeiçoamento nos conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho das atribuições profissionais;
- desenvolvimento gerencial, entendido como formação que propiciará ao servidor preparação e qualificação para o exercício de funções de natureza gerencial;
- desenvolvimento em sentido amplo, permitindo aos servidores o acesso ao conhecimento socialmente produzido, envolvendo, dentre outros, a participação em seminários, encontros, congressos, palestras ou simpósios;
- participação em programas de desenvolvimento voltados para a melhoria da qualidade de vida; e
- realização de cursos de capacitação e qualificação tecnológica e preparação para certificação.

#### 4.2.1.39. Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

O Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, aprovado por meio da Resolução nº 16/2014-CONSUP, tem como objetivo geral desenvolver, no IFRN, ações com vistas a um ambiente organizacional de bem estar individual e coletivo, voltado para a valorização do servidor e a prevenção de riscos para saúde e segurança.

Os objetivos específicos incluem:

- diagnosticar a percepção dos servidores e funcionários do IFRN sobre saúde e qualidade de vida no trabalho;
- sensibilizar os servidores do IFRN sobre a importância de projetos nessa área para o bem estar, saúde e qualidade de vida no ambiente do trabalho;
- subsidiar, por meio de editais, projetos locais e sistêmicos nos *campi* do IFRN nas áreas de PSLT e QVT;
- fomentar espaços de discussões sobre os temas relacionados à QVT e à PSLT; e
- incentivar pesquisas sobre saúde do servidor e qualidade de vida no trabalho.

O Programa se desenvolve por meio das seguintes ações nas áreas de saúde, lazer, cultura e esporte:

- campanhas de vacinação e de doação de sangue;
- campanhas preventivas, palestras, seminários, cursos sobre hipertensão, alcoolismo, stress, acidentes do trabalho, alergias, cardiopatias, doenças infecto-contagiosas, odontopatias;
- ações comunitárias e voluntárias;
- passeios/excursões;
- incentivo a participação de servidores em grupos de teatro, coral e musicais;
- implementação de ações festivas nas datas comemorativas;
- realização de eventos esportivos internamente e com outras instituições;
- participação nos jogos internos.

#### 4.2.1.40. Programa Pós-carreira

Implantado em 2008, o Programa Novo Tempo – Preparação para o Pós-carreira é gratuito, de caráter voluntário e informativo, que possibilita o planejamento pessoal e profissional de vida e carreira, preparando o servidor para a aposentadoria, através de reflexão sobre a fase atual e o pós-carreira; gestão do capital pessoal, familiar, físico e intelectual; e tomadas de decisão críticas

e conscientes: atualização do projeto de vida. Podem participar do programa todos os servidores que estão a cerca de três anos da aposentadoria e que desejam capacitar-se para lidar com o término da atividade institucional, desenvolvendo a iniciativa necessária para encarar com talento e criatividade, os desafios e novos projetos da fase pós-carreira.

#### 4.2.1.41. Programa Institucional de Avaliação

O Programa Institucional de Avaliação, previsto no Projeto Político-Pedagógico do IFRN, constitui-se de um ciclo de avaliação, composto pelos seguintes processos: avaliação institucional, avaliação do plano de ação institucional, avaliação do PDI e avaliação do PPP.

A avaliação institucional, realizada anualmente, configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva dialógica, priorizando a autoavaliação institucional e a avaliação das condições de ensino. Tem, como resultado esperado, a elaboração de um relatório contendo as potencialidades e as fragilidades institucionais, em consonância com as diretrizes do SINAES.

A avaliação do Plano de Ação Institucional, realizada anualmente, configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva dialógica, priorizando a autoavaliação da implementação das ações planejadas para a consecução das metas e dos objetivos estratégicos traçados no PDI. Tem, como resultado esperado, o redimensionamento de metas e de ações institucionais, a partir dos resultados do relatório de gestão anual e do relatório de ação institucional. Esses documentos contêm tanto o cotejamento entre o planejado e o executado institucionalmente como a análise crítica dos resultados obtidos.

A avaliação do PDI, realizada quinquenalmente, configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva e dialógica em âmbito institucional, em cada *campus* e na Reitoria, com constituição de espaços deliberativos. Tem, como resultado esperado, o redimensionamento de objetivos estratégicos e de metas institucionais e a elaboração do PDI para o quinquênio subsequente, a partir dos resultados do relatório de avaliação do PDI.

A avaliação do PPP configura-se em um processo com decisão colegiada, por meio do planejamento, da proposição e da execução de ações de intervenção. Devem ser privilegiadas as etapas de planejamento, organização e condução do processo; sistematização, divulgação e validação dos resultados; e elaboração de plano de ação e tomada de decisões. Tais etapas, de natureza permanente, estão organizadas em dois processos avaliativos: um, de caráter processual, realizada bianualmente; outro, de caráter global, realizada quinquenalmente.

#### 4.2.1.42. SUAP

O Sistema Unificado de Administração Pública, desenvolvido pelo IFRN, consiste numa plataforma que integra módulos de gestão em diversas áreas estratégicas. O SUAP foi construído na perspectiva de uma instituição *multicampi*, possuindo, assim, uma estrutura modular, que possibilita a interligação dos diversos dados por área e por unidade, visando à gestão integrada das informações. O sistema, disponível em <https://suap.ifrn.edu.br/>, encontra-se em contínuo desenvolvimento e, portanto, continua recebendo atualizações constantes para resolução de eventuais problemas, adição de novas funcionalidades, melhorias de funcionalidades existentes e criação de novos módulos. Os módulos em uso, são listados a seguir, com uma breve descrição:

- Recursos Humanos: módulo da área de Gestão de Pessoas, integrado com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), com gestão de dados funcionais, editais de remoção, contracheques, competições desportivas, férias, digitalização de pastas funcionais, impressões de carteiras funcionais e crachás, indicadores de pessoal, Reconhecimento de Saberes e Competências e promoção à Classe Titular, entre outros.
- Ponto Eletrônico: módulo de registro e acompanhamento de ponto eletrônico, através de terminais, com base em *desktop*, autenticação por biometria e topologia distribuída.
- Protocolo: módulo destinado à gestão de trâmites de unidade protocolizadora.

- Patrimônio: módulo destinado à gestão de controle patrimonial, com coletor de dados (tipo *Android*), possibilitando emissão de relatórios financeiros, trâmites de transferência de inventários e localização de bens, além de operações referentes à depreciação patrimonial.
- Almoxarifado: módulo de controle de estoque de almoxarifado.
- Planejamento: módulo de planejamento anual da Instituição, com gestão de objetivos, metas e ações.
- Contratos: módulo de gestão de contratos, com funcionalidades de controle de medições, anexação de documentos contratuais, fiscais, avisos de vencimento, renovação, etc.
- Convênios: módulo de gestão de convênios.
- Catálogo de Materiais: catálogo único de materiais utilizados nos módulos de Patrimônio e Almoxarifado, com especificação técnica e pesquisa de preços.
- Compras: módulo para levantamento de necessidades de compras em todos os *campi* do IFRN.
- Chaves: módulo para controle de empréstimo de chaves de salas e veículos com terminal biométrico.
- Gestão de Projetos de Extensão: módulo de gestão dos projetos de extensão institucionais, permitindo o acompanhamento e a emissão de relatórios de projetos.
- Controle de Acesso de Visitantes: terminal de controle de acesso de visitantes com dados cadastrais, foto e histórico de visitas.
- Gestão de Cursos e Concursos: módulo para acompanhamento de horas trabalhadas por servidores para recebimento de proventos por encargos de cursos e concursos.
- Gestão Acadêmica: módulo de gestão acadêmica para todas as atividades de ensino de uma instituição acadêmica. Dividido por níveis de ensino, atualmente, atende os cursos de Formação Inicial e Continuada e está iniciando a fase de testes para os cursos de pós-graduação. O projeto de desenvolvimento prevê todos os níveis em produção, até o segundo semestre de 2015.
- Indicadores de Gestão: módulo de dados para o cálculo dos indicadores de gestão institucional exigidos pelo Tribunal de Contas da União, armazenando todas as variáveis necessárias para calcular os indicadores de forma clara, sem intervenções manuais.
- Autoavaliação: módulo de gestão do processo de autoavaliação institucional, com aplicação de formulários de pesquisa para toda a comunidade do IFRN.
- Consulta pública PDI: módulo para consulta pública, em toda a comunidade institucional, visando à catalogação de sugestões de todos os usuários no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Gestão de Programas Sociais e Bolsas de Trabalho: módulo de gestão do Programa de Assistência Social da Instituição, envolvendo todas as atividades, tais como: bolsas de trabalho, alimentação escolar, entre outros.
- Currículos e Grupos CNPq Lattes: módulo de importação de currículos da Plataforma Lattes, bem como de informações de Grupos de Pesquisa para disponibilização e cálculo de indicadores de pesquisa.
- *Clipping*: módulo de gestão de *clipping* para o setor de Comunicação Social com motor de busca em veículos de comunicação digitais.
- Central de Serviços de TI: módulo de gestão de Central de Serviços de TI, baseado nas boas práticas de ITIL (sigla para *Information Technology Infrastructure Library*), cobrindo a gestão de incidentes e requisições, com base de conhecimento e escalonamento entre níveis de atendimento.

- Sistema Gestor de Concursos: módulo de gestão de todo o processo que envolve a realização de Concurso Público ou Processo Seletivo Discente, cobrindo todas as etapas, desde inscrição, acompanhamento de pagamentos, logística operacional de realização das provas, correção, classificação e divulgação dos resultados.

O sistema vem sendo utilizado também por vários Institutos Federais, através de convênios firmados, mediante os quais o IFRN cede, de forma colaborativa, o uso do SUAP para essas outras instituições.

#### 4.2.1.43. Programa de Atualização do Parque de Informática

Programa que tem por objetivo manter os equipamentos de tecnologia da informação, sejam de uso administrativo ou em atividades acadêmicas, com especificações técnicas e em condições de uso adequadas para os quais foram adquiridos. Isso envolve constante renovação. A atualização é feita a partir das necessidades levantadas pela comunidade, em cada *campus*.

#### 4.2.1.44. Programa de Manutenção do *Datacenter*

O Programa de Manutenção do *Datacenter* refere-se ao processo de modernização pelo qual todos os *datacenters* se submetem. As tecnologias utilizadas em *datacenters* estão sempre na vanguarda. A todo momento novas tecnologias surgem para permitir que sejam oferecidos melhores serviços com maior segurança aos usuários. O Programa visa adequar o *datacenter* do IFRN a essas novas tecnologias e aos novos padrões de segurança.

### 4.2.2. Principais programas do governo federal com atuação institucional

#### 4.2.2.1. Pronatec

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado em 2011 com o objetivo geral de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Mantido pelo MEC, o Pronatec possui os seguintes objetivos específicos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e
- melhorar a qualidade do ensino médio.

O Pronatec é composto por um conjunto de iniciativas. Dentre essas iniciativas, destacam-se três que têm repercussão direta sobre o IFRN:

- Expansão e reestruturação da Rede Federal, com fomento a ações de construção e de melhoria e reforma da estrutura física de unidades de educação profissional;
- Rede e-TEC Brasil, como a finalidade de ampliar da oferta nacional de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, pelo desenvolvimento e difusão de cursos, metodologias e tecnologias, por meio da formação de recursos humanos, produção de material, aquisição de laboratórios móveis e apoio à execução de cursos, em particular, os cursos técnicos de nível médio; e
- Bolsa-Formação (<http://pronatec.mec.gov.br/>), com objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional para estudantes, trabalhadores e beneficiários dos

programas de transferência de renda, utilizando-se da capacidade instalada das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica, por meio da oferta de cursos técnicos, cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e programas de certificação profissional, inclusive vinculados a outros programas nacionais, como o Programa Mulheres Mil, o PROEJA, a Aprendizagem Profissional e a Rede CERTIFIC.

#### 4.2.2.2. Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio, desenvolvido anualmente pelo INEP e com endereço internet em <http://enem.inep.gov.br/>, foi instituído pela Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, e com alterações posteriores. O Enem tem por objetivos:

- avaliar a qualidade do ensino médio oferecido no país;
- verificar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica;
- auxiliar o Ministério da Educação na elaboração de políticas educacionais de melhoria do ensino; e
- contribuir para a qualidade da educação desse nível de escolaridade.

A partir desses objetivos, o Enem passou a ser utilizado também como instrumento de política pública para:

- unificar os exames de vestibular das universidades federais brasileiras como mecanismo de acesso ao ensino superior por meio do Sisu;
- unificar os exames de seleção das instituições ofertantes de cursos técnicos subsequentes como mecanismo de acesso por meio do SISUTEC;
- certificar a conclusão do ensino médio na modalidade de EJA, em complementação ao ENCCEJA; e
- qualificar a percepção de bolsa de estudo integral ou parcial em universidades ou faculdades privadas por meio do PROUNI e a obtenção de financiamento pelo Fundo de FIES.

#### 4.2.2.3. Sisu

O Sistema de Seleção Unificada, com endereço internet em <http://sisu.mec.gov.br/>, é o sistema informatizado do MEC, por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas em cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia) a candidatos que fizeram o Enem e que tenham obtido nota acima de zero na prova de redação.

#### 4.2.2.4. UAB

A Universidade Aberta do Brasil, com endereço internet em <http://uab.capes.gov.br/>, é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

#### 4.2.2.5. PROEXT

O Programa de Extensão Universitária tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o PROEXT abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social, com projetos selecionados por meio de editais anuais lançados pelo MEC.

#### 4.2.2.6. PFRH

O Programa de Formação de Recursos Humanos é uma ação da Petrobras em parceria com instituições de ensino que fomenta bolsas de iniciação científica para os alunos de diversos níveis de ensino com o objetivo de proporcionar a formação de recursos humanos para os setores de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis. Tem como objetivo principal ampliar e fortalecer a formação de recursos humanos voltados ao atendimento da demanda por profissionais qualificados na indústria de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis.

Os objetivos específicos incluem:

- reduzir o índice de evasão escolar;
- ter mais profissionais qualificados nas temáticas do setor;
- ter melhor qualidade nos estudos desenvolvidos nas temáticas do setor.

No Programa, o estudante/bolsista desenvolve estudos dirigidos nas temáticas citadas sob a orientação de um professor profissional da área. Os estudantes desenvolver pesquisas e aplica os conhecimentos adquiridos no setor produtivo, bem como transmite-os para a comunidade, trazendo crescimento da atividade produtiva local onde o Programa é desenvolvido.

#### 4.2.2.7. PIBIC-EM / CNPq

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do CNPq é oferecido à estudantes do ensino fundamental, médio e profissional da Rede Pública e tem por objetivo despertar a vocação científica e incentivar potenciais talentos mediante sua participação em atividade de pesquisa científica ou tecnológica, orientadas por pesquisador qualificado em Instituições de Ensino e/ou Pesquisa.

O IFRN disponibiliza, atualmente, de 40 bolsas do PIBIC-EM que são concedidas mediante participação em processo seletivo divulgado através de editais específicos publicados, normalmente, nos meses de junho e julho.

#### 4.2.2.8. PIBIC / CNPq

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica tem o objetivo de despertar a vocação científica e incentivar potenciais talentos entre estudantes de graduação, mediante participação em projeto de pesquisa orientado por pesquisador qualificado.

As bolsas do PIBIC/CNPq são concedidas mediante participação em processo seletivo divulgado através de editais específicos que são publicados entre os meses de junho e julho.

#### 4.2.2.9. PIBID / CAPES

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência tem o objetivo de conceder bolsas de incentivo à prática da docência para estudantes de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pela implantação do PIBID.

#### 4.2.2.10. PIBITI / CNPq

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias,

conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Os principais objetivos do Programa são:

- contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País; e
- contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

#### 4.2.2.11.PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, implantado em 1955 e mantido pelo FNDE, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (inclusive educação profissional técnica de nível médio) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

---

### **4.3. Ameaças e oportunidades identificadas**

---

As implicações das mudanças vivenciadas no IFRN intensificaram a necessidade de um redimensionamento do conjunto de ações pedagógicas e administrativas institucionais. Mais especificamente, intensificaram a urgência tanto de repensar as políticas internas de organização e de funcionamento quanto de rever o conjunto de concepções, definições e normatizações consolidadas em documentos e em processos de planejamento institucional.

Nesse sentido, há uma imbricação entre ameaças e oportunidades, gerando desafios, identificados sob os aspectos de:

- financiamento público;
- desenvolvimento do ensino, da pesquisa e inovação e da extensão;
- formação continuada e desenvolvimento profissional de servidores; e
- organização e gestão do trabalho administrativo-pedagógico.

As questões ligadas ao financiamento são centrais para qualquer política educacional. Isso se torna relevante devido ao momento em que se vivencia a reestruturação da rede de educação profissional e tecnológica, por meio da implantação dos institutos federais, impulsionando o processo de expansão dos *campi*. Essa política viabiliza a interiorização de unidades de ensino. Amplia, no Rio Grande do Norte, as ofertas educacionais em vários níveis e em diversas modalidades, com uma considerável diversidade de áreas de atuação.

Todo o processo de mudanças estruturais e de expansão do IFRN permite, aos educadores, a participação efetiva na ampliação do acesso à educação de qualidade. Trata-se de uma abertura para o desenvolvimento e para o equilíbrio regional, com vistas à justiça social. Entretanto, é pertinente a preocupação relacionada à garantia de fontes permanentes de financiamento público. Outro fator de inquietação é a consolidação desse projeto de expansão, mantendo-se as devidas garantias sociais conquistadas pelos trabalhadores da educação profissional, pelos estudantes e pela sociedade em geral.

Essas garantias referem-se tanto à qualidade no desenvolvimento do ensino quanto a materiais necessários à aprendizagem dos estudantes (laboratórios de informática, de ciências e de áreas profissionais; bibliotecas; salas de aula e demais estruturas físicas adequadas), à estrutura de assistência estudantil, a programas que apoiam a permanência dos estudantes na Instituição e a apoio ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão. Outras garantias que precisam ser



asseguradas dizem respeito tanto à manutenção das condições de trabalho dos servidores, à remuneração condigna, à formação continuada, às conquistas dos trabalhadores da educação profissional e tecnológica quanto ao plano de carreira dos técnicos-administrativos e dos docentes e ao fortalecimento das questões ligadas ao profissionalismo desses trabalhadores.

A institucionalidade como Instituto Federal reveste-se da necessária constituição de novos critérios de financiamento público e da definição de fontes perenes de financiamento para a educação profissional e tecnológica se firmar na condição de política pública de Estado e não de Governo.

Embora no atual governo, a Rede Federal de EPT vivencie uma situação favorável de financiamentos públicos para a educação profissional e tecnológica, compreende-se que o modelo traçado se apresenta vulnerável. A manutenção depende dos interesses dos próximos governos e de toda uma política implementada para fortalecimento da educação profissional. Por esse motivo, a sociedade precisa de mais garantias para a manutenção e a ampliação dessa qualidade instituída, tendo em vista a inexistência de política de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica.

Assim, faz-se necessária uma agenda permanente de discussões sobre os critérios que definem o financiamento do Orçamento Geral e, em particular, do IFRN. Necessita-se, ainda, da definição de estratégias para uma política orçamentária interna que venha a garantir a qualidade das ações em cada *campus*, em prol do cumprimento da função social do Instituto.

Além disso, com o objetivo de manter os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores da educação profissional e tecnológica; as condições do ensino, da pesquisa e da extensão; e a garantia dos direitos estudantis já adquiridos (sem perder de vista a ampliação desses direitos), sem perder de vista a ampliação desses direitos, a partir de novos contextos, necessita-se definir parâmetros destinados a uma política de financiamento público para a educação profissional e tecnológica. Essa política deve gerar segurança para todos os envolvidos e estabelecer critérios de qualidade, nas ações educacionais e na gestão transparente, quanto à definição, ao uso e à aplicação dos recursos.

As diferentes ofertas educacionais de atuação do IFRN, com os seus múltiplos perfis de conhecimentos, os distintos grupos destinatários atuais e/ou potenciais e as peculiaridades regionais requerem pensar a organização e o desenvolvimento de todas as ações educativas de modo globalizante, mantendo indicadores de qualidade social e condições adequadas de trabalho para os agentes formadores.

Lidar com essa pluralidade curricular implica considerar os desafios que lhe são inerentes. O primeiro deles consiste em manter a qualidade do ensino coerente com as demandas socioeducacionais e as exigências legais. O segundo fundamenta-se em lidar com as diversidades culturais e regionais (presentes nos grupos destinatários) e as necessidades formativas diversas (provenientes de condições socioeconômicas e faixas etárias distintas). O terceiro diz respeito a oferecer formação continuada permanentemente para os docentes e os demais servidores, a fim de manter a qualidade desejada.

Nessa diversidade de cursos e de localização geográfica dos *campi*, a construção do conhecimento precisa ser bem compreendida pelos profissionais envolvidos nos processos de gestão pedagógica e de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o currículo deve equilibrar os interesses e as forças que se entrecruzam em um determinado momento do contexto educacional. Deve garantir uma unidade básica nas matrizes curriculares dos cursos, a partir do diálogo permanente entre os conhecimentos das áreas de formação geral e profissional, em observância aos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização.

Ante a demanda pedagógica em curso, outro desafio encontra-se no desenvolvimento das atividades de ensino voltadas para a formação integral do educando, no sentido de superar uma formação exclusivamente técnica.

Destaca-se, ainda, que a formação inicial e continuada dos servidores, em particular dos docentes, requer o domínio dos fundamentos didático-pedagógicos exigidos para o exercício da

docência na educação profissional. Considerando esse aspecto, é fundamental a definição de diretrizes pedagógicas que orientem as ações formativas nos *campi*, em uma perspectiva articulada e integrada.

Em uma instituição educativa, os ganhos advindos da pesquisa e inovação tornam-se relevantes para o crescimento pessoal e intelectual da comunidade acadêmica, apresentando resultados tanto na formação do aluno como na formação dos educadores. Promovem avanços significativos para a Instituição no campo da educação, da ciência e da tecnologia. O desafio constitui-se, portanto, em traçar as diretrizes que possibilitem a realização da pesquisa e inovação sem supervalorizar os projetos em detrimento do ensino ou das atividades administrativas, evitando uma possível sobrecarga de aulas ou de atividades para os servidores.

A atividade de extensão constitui um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo articulado com o ensino e a pesquisa. Viabiliza e intensifica uma relação transformadora entre o Instituto e a sociedade. É um trabalho construído sob perspectiva interdisciplinar, favorecedor da democratização do conhecimento com responsabilidade social.

O trabalho de extensão, sendo realizado de forma concatenada com os princípios pedagógicos, fortalece a integração entre as atividades de ensino e pesquisa. Essa integração é inerente ao processo educativo da Instituição. Constitui-se em um caminho para o IFRN reafirmar o seu papel social, contribuindo, significativamente, tanto para o desenvolvimento socioeconômico e para a produção e a disseminação de conhecimentos, quanto para o enfrentamento das condições de desigualdades e de exclusões sociais no Brasil.

A formação continuada dos servidores é um dos caminhos para se garantir a qualificação, a construção e o fortalecimento da identidade profissional, conjugando saberes e experiências que possibilitem, aos servidores, ampliar seu universo de conhecimentos e, a partir dessas vivências, modificarem sua prática. Contribui para a melhoria das práticas administrativas e pedagógicas, considerando os projetos pessoais e coletivos no exercício e no desempenho das funções. Objetiva, assim, o desenvolvimento profissional e institucional.

Nesse sentido, vê-se a necessidade de se implementar uma sistemática de acompanhamento e de avaliação dos processos formativos, iniciando com alguns instrumentos que identifiquem as causas da falta de adesão e da desistência. Desse modo, torna-se possível identificar as dificuldades e reorientar os processos formativos a partir da realidade. É necessário, também, repensar os formatos e reavaliar os cursos de formação continuada, garantindo o êxito e a qualidade dessas iniciativas.

Visando à participação qualificada e competente na organização e na gestão do trabalho pedagógico e administrativo no IFRN, imprime-se o desafio de desenvolver ações formativas que ponham em prática o exercício intelectual e crítico do servidor. Nesse dimensionamento, entende-se o servidor como sujeito reflexivo, pesquisador e produtor de conhecimentos, em um processo de profissionalização contínua.

Assim, é possível sistematizar algumas potencialidades (resultado de forças e oportunidades) e fragilidades (resultado de fraquezas e ameaças), como objeto de atenção do IFRN, destacadas na Tabela 3.

**Tabela 3 – Potencialidades e fragilidades do IFRN**

<b>POTENCIALIDADES (forças + oportunidades)</b>	<b>FRAGILIDADES (fraquezas + ameaças)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia pedagógica e administrativa.</li> <li>• Ampliação e uniformidade da oferta de educacional.</li> <li>• Democratização do acesso aos cursos.</li> <li>• Localização estratégica dos <i>campi</i>.</li> <li>• Valorização das potencialidades da região (geração de melhores condições de trabalho e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural local e regional).</li> <li>• Boa infraestrutura e espaços físicos coletivos (salas de aula, laboratórios, esporte e lazer, auditórios, sala de servidores).</li> <li>• Reconhecimento social.</li> <li>• Busca pela consolidação da gestão democrática como meta institucional.</li> <li>• Descentralização financeira, administrativa e pedagógica.</li> <li>• Política de assistência estudantil.</li> <li>• Parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>• Parcerias com órgãos municipais, estaduais, federais e com instituições privadas.</li> <li>• Formação continuada e contínua de servidores.</li> <li>• Espaços sistematizados de discussão coletiva, com abertura para o diálogo entre os segmentos.</li> <li>• Orçamento participativo nos <i>campi</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência de políticas e financiamento do governo.</li> <li>• Ausência de uma política educacional em EPT no âmbito estadual.</li> <li>• Incerteza da manutenção da estrutura e ampliação do IFRN.</li> <li>• Diversidade de níveis e modalidades de atuação.</li> <li>• Falta de participação da sociedade.</li> <li>• Incertezas conjunturais.</li> <li>• Falta de uniformidade nas ações dos diversos <i>campi</i>.</li> <li>• Dificuldades de comunicação interna.</li> </ul>

Fonte: PPP do IFRN, 2012.

## 5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Este capítulo descreve o planejamento estratégico do IFRN e as suas inter-relações com as competências legais e o PPA, identificando e contextualizando os resultados da gestão no exercício, inclusive os indicadores de gestão.

### 5.1. Planejamento da unidade

Os planos estratégico, tático e operacional elaborados para o exercício de 2014 foram estabelecidos em consonância com as diretrizes propostas no Plano de Ação 2014, aprovado pela Resolução nº 31/2013-CONSUP, elaborado com base em princípios de gestão democrática e de planejamento participativo realizado em todos os *campi* e Reitoria, com operacionalização e sistematização dos registros inseridos no módulo de planejamento do SUAP.

O referido plano adotou como referenciais estratégicos o PPP, o PDI e o Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC-IFRN, com ações integradas e orientados para a consecução da função social.

No nível estratégico, foram estabelecidos macroprocessos institucionais, no âmbito sistêmico, com abrangência institucional. O nível tático consistiu na elaboração dos projetos, envolvendo as Pró-Reitorias, as Diretorias Sistêmicas e os *campi*. Finalmente, no nível operacional, foram estabelecidas as ações e as atividades, por parte de cada unidade do Instituto.

A cronologia de desenvolvimento das atividades do planejamento foi desenvolvida de forma participativa, contemplando:

- a revisão dos macroprojetos institucionais, por parte da equipe de dirigentes sistêmicos e construção coletiva dos projetos de necessidades, bem como elaboração de propostas de ações e prioridades, por parte dos dirigentes sistêmicos, *campi* e Reitoria;
- a construção das propostas para a distribuição das previsões de disponibilidades orçamentárias para o funcionamento das unidades, bem como dos limites das frações de recursos a serem utilizados para políticas sistêmicas;
- a reunião do Colégio de Dirigentes do IFRN para aprovação da proposta da matriz de distribuição orçamentária do IFRN para o exercício 2014;
- a implantação no módulo de Planejamento do Sistema Unificado de Administração Pública da matriz orçamentária aprovada pelo CODIR e sistematização dos Macroprojetos Institucionais do planejamento, estabelecendo as metas e ações propostas para a organização do Plano de Trabalho;
- a operacionalização da construção do plano de ação no SUAP/Planejamento com registros de ações e atividades para a consecução das metas propostas;
- a análise e validação, pelos gestores sistêmicos, das ações registradas pelas unidades do Instituto;
- a sistematização do planejamento, das metas institucionais e seus indicadores para a organização do plano de trabalho; e
- o encaminhamento do plano de ação para apreciação e aprovação do Conselho Superior do IFRN.

As ações planejadas pelo IFRN são suportadas pelos Objetivos 0582 e 0588, do Programa Temático 2031 – Educação Profissional e Tecnológica, constante do Plano Plurianual 2012-2015, as quais contribuem para o atingimento das respectivas metas nacionais a partir das iniciativas de “*Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante*”; “*Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para*

*estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes”; e “Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante”.*

Observa-se, ainda, correlação direta entre as ações desenvolvidas pelo IFRN – em especial aquelas vinculadas às dimensões estratégicas de Ensino, Assuntos Estudantis, Planejamento e Desenvolvimento Institucional – e com as metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, apresentadas na Tabela 4.

**Tabela 4 – Metas do Plano Nacional de Educação com correlação direta com as ações institucionais.**

<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
<b>Ensino Médio</b>	<b>Meta 3:</b> Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.
<b>Educação Especial/Inclusiva</b>	<b>Meta 4:</b> Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
<b>EJA integrada à Educação Profissional</b>	<b>Meta 10:</b> Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
<b>Educação Profissional</b>	<b>Meta 11:</b> Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
<b>Educação Superior</b>	<b>Meta 12:</b> Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
<b>Pós-graduação</b>	<b>Meta 14:</b> Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
<b>Formação de professores</b>	<b>Meta 15:</b> Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
<b>Formação continuada e pós-graduação de professores</b>	<b>Meta 16:</b> Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
<b>Gestão democrática</b>	<b>Meta 19:</b> Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Fonte: Elaboração da ASINDI, com informações a partir do *site* do PNE, disponível em <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 27/02/2015.

## 5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

As informações sobre programação orçamentária e financeira e resultados alcançados foram apresentados nas subseções que se seguem.

### 5.2.1. Programa temático

O IFRN não é responsável por nenhum Programa Temático do PPA. O Quadro A.5.2.1 foi excluído.

### 5.2.2. Objetivos

O IFRN não é responsável por nenhum Objetivo do PPA. O Quadro A.5.2.2 foi excluído.

### 5.2.3. Ações

As informações referentes a ações são prestadas a seguir, observando a esfera orçamentária: OFSS (Quadros 5.2.3.1 a 5.2.3.3) e Orçamento de Investimentos (Quadro 5.2.3.4). Após a apresentação dos quadros, é consignada a análise dos dados apresentados, objeto do subitem 5.2.3.5.

#### 5.2.3.1. Ações – OFSS

O IFRN não executa recursos de Ações do OFSS. O Quadro A.5.2.3.1 foi excluído.

#### 5.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

O Quadro A.5.2.3.2 apresenta os subtítulos das ações nos quais o IFRN teve execução em 2014.

#### Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis</b>						
	Tipo: Operações especiais						
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>						
	Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	32.080.438,00	36.069.571,00	35.804.114,73	35.804.114,73	35.803.370,09	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Descrição</b>	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	203.069,00	207.969,00	207.969,00	190.824,41	190.824,41	-	17.144,59
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais correspondente ao pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	15.636,00	15.636,00	15.636,00	15.636,00	15.636,00	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.						
<b>Iniciativa</b>	<b>02A0</b> - Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
<b>Objetivo</b>	<b>0582</b> - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<b>Programa</b>	<b>2031 - Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	20.559.633,00	20.589.767,00	20.119.224,63	7.642.627,51	7.594.240,41	0,00	12.476.597,12
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
00024	Pessoa capacitada		Unidade	40	40	35*	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	9.731.848,37	8.923.251,41	-13.014,16	Projeto viabilizado	Unidade	35*	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

\* A execução da meta física foi informada no SIMEC alguns meses antes do encerramento do exercício, quando só havia 35 projetos confirmados. Como em 2014 houve contingenciamento, e só houve liberação financeira no final do ano para empenhar outros projetos já licitados, a meta final registrada subiu para 40 projetos viabilizados.



Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.						
<b>Iniciativa</b>	<b>02º0</b> – Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
<b>Objetivo</b>	<b>0582</b> – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<b>Programa</b>	<b>2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	70.745.936,00	74.836.536,00	65.971.927,95	39.627.060,57	39.313.127,02	0,00	26.344.867,38
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
00024	Estudante matriculado		Unidade	22.141	22.141	26.849	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	33.811.033,92	25.347.688,73	-1.386.593,61	Estudante matriculado	Unidade	26.849	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.						
<b>Iniciativa</b>	<b>02º5</b> – Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.						
<b>Objetivo</b>	<b>0582</b> – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<b>Programa</b>	<b>2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	13.248.492,00	13.248.492,00	13.043.072,11	7.244.414,62	7.227.034,36	0,00	5.798.657,49
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
00024	Benefício concedido		Unidade	16.500	16.500	19.872	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	1.713.572,64	1.402.652,07	-167.908,17	Benefício concedido	Unidade	19.872	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnicos-Administrativos, etc.), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional. Implementada diretamente pela unidade responsável pelo desenvolvimento da ação.						
<b>Iniciativa</b>	<b>02A0</b> – Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
<b>Objetivo</b>	<b>0582</b> – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<b>Programa</b>	<b>2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	2.880.000,00	2.880.000,00	2.063.636,37	1.469.787,68	1.466.843,42	0,00	593.848,69
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
00024	Pessoa capacitada		Unidade	923	923	702	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	927.734,52	870.531,81	-34.118,16	Pessoa capacitada	Unidade	702	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Suporte para implementação da expansão/reestruturação por meio da modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de material permanente, bem como suporte à manutenção das unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando a manutenção/melhoria da qualidade da oferta de educação profissional, científica e tecnológica; Apoio a programas e projetos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, inclusive de educação do campo e de elevação de escolaridade de Jovens e adultos, por meio de oferta de bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e outros; Capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.						
<b>Iniciativa</b>	<b>02A2</b> – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão						
<b>Objetivo</b>	<b>0582</b> – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
<b>Programa</b>	<b>2031 – Educação Profissional e Tecnológica</b>			<b>Tipo: Finalístico</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	285.511,00	285.511,00	238.786,88	126.864,26	126.864,26	0,00	111.922,62
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
00024	Unidade apoiada		Unidade	2	2	2	
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	609.288,46	525.614,23	-10.910,10	Unidade apoiada	Unidade	2	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade</b> <b>PO 0000 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – Despesas Diversas</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Descrição</b>	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	50.334,00	90.334,00	62.237,24	62.237,24	62.237,24	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b> Tipo: Operações especiais						
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	28.987.248,00	35.730.774,00	35.464.261,08	35.464.261,08	35.464.261,08	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	22.247,02	-	-22.247,02	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</b> PO 0001 – Assistência Médica e Odontológica Civis – Complementação da União Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	4.490.808,00	4.647.760,00	4.627.220,38	4.627.220,38	4.627.220,38		
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	150.579,00	-	54.988,32	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares</b> PO 0000 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares – Despesas Diversas Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	285.312,00	372.312,00	360.920,59	360.920,59	360.920,59	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares</b> PO 0000 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Despesas Diversas Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> <b>Tipo: Finalístico</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	333.996,00	570.996,00	570.756,32	570.756,32	570.756,32	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares</b> PO 0000 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Despesas Diversas Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> <b>Tipo: Finalístico</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X )Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	8.607.168,00	10.555.168,00	10.485.622,68	10.485.622,68	10.485.622,68	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.

Identificação da Ação							
<b>Código/Título</b>	<b>20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União</b> Tipo: Atividade						
<b>Descrição</b>	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.						
<b>Iniciativa</b>	---						
<b>Objetivo</b>	---						
<b>Programa</b>	<b>2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b> Tipo: Finalístico						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024	144.316.195,00	205.723.548,00	205.666.774,99	205.666.774,99	205.666.774,99	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0024	Não há meta física prevista para esta ação na LOA 2014		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00024	55.648,40	-	-55.648,40	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, SIMEC 2014 e LOA 2014.



### 5.2.3.3. Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

O Quadro 5.2.3.3 apresenta as ações não mais previstas na LOA 2014 executadas em 2014 a título de restos a pagar não processados.

**Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código/Título</b>	<b>20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica</b> Tipo: Atividade				
<b>Descrição</b>	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a Educação Básica; desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de Educação Básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola; a formação para a docência intercultural; o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira, africana, a educação escolar quilombola; o atendimento educacional especializado; a educação de jovens e adultos; a educação em direitos humanos; a sustentabilidade socioambiental; as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual; e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.				
<b>Iniciativa</b>	<b>02BQ</b> – Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
<b>Objetivo</b>	<b>0597</b> – Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
<b>Programa</b>	<b>2030 – Educação Básica</b> Tipo: Finalístico				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
537.039,10	285.891,12	-13.195,10	Pessoa beneficiada	unidade	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014 e SIMEC.

Identificação da Ação					
<b>Código/Título</b>	<b>2992 – Funcionamento da Educação Profissional</b> Tipo: Atividade				
<b>Descrição</b>	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim – processos de ensino x aprendizagem.				
<b>Iniciativa</b>	---				
<b>Objetivo</b>	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.				
<b>Programa</b>	<b>1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.295.972,69	409.466,91	-730.169,94	Aluno matriculado	unidade	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014 e SIMEC.

Identificação da Ação					
<b>Código/Título</b>	<b>8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Atividade				
<b>Descrição</b>	Adequação das entidades da rede federal de educação profissional e tecnológica, por meio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.095/2007, que estabelece o processo de integração para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET.				
<b>Iniciativa</b>	---				
<b>Objetivo</b>	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades.				
<b>Programa</b>	<b>1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b> Tipo: Finalístico				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26435-Instituto Federal do Rio Grande do Norte				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
515.419,42	76.332,01	-397.242,41	Unidade reestruturada	unidade	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014 e SIMEC.

#### 5.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI

Este item não se aplica ao IFRN. O Quadro A.5.2.3.4 foi excluído.

#### 5.2.3.5. Análise Situacional

A análise situacional, inclusive os fatores intervenientes relativos à execução das ações orçamentárias, está descrita à sequência, para aquelas ações em que há metas estabelecidas: 20RG, 20RL, 2994, 6358 e 6380.

#### **Ação 20RG**

A Ação 20RG financia as ações vinculadas às dimensões estratégicas de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Tecnologia da Informação, em particular nos macroprocessos Funcionamento das Unidades Administrativas; Expansão dos *campi*; Reestruturação dos *campi*; e Infraestrutura de Tecnologia da Informação. O desenvolvimento dessas ações está detalhado na seção 5.3, que descreve a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN.

Foram realizados investimentos com recursos da Ação 20RG para viabilizar os seguintes projetos: execução de 15 obras de engenharia (construções); desenvolvimento de 23 projetos de reestruturação com equipamentos e materiais permanentes para laboratórios e setores administrativos; e aquisição de duas licenças de uso de softwares.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- a construção de auditório e centro de vivência no novo *Campus* Avançado Lajes, no valor de R\$ 1.837.000,00;
- a construção do centro de vivência no novo *Campus* Avançado Parelhas, no valor de R\$ 1.711.063,03;
- a reforma e ampliação de ginásio e ampliação do bloco de salas de aula do *Campus* Nova Cruz;
- a construção do novo prédio anexo da Reitoria; e
- construção de área de vivência, com urbanização de calçadas e jardins e construção dos banheiros do prédio anexo aos laboratórios do *Campus* João Câmara.

Os investimentos em melhoria de infraestrutura de laboratórios com recursos desta ação foram realizados em 11 *campi*, com destaque para o *Campus* Natal-Central, no qual foram adquiridos equipamentos para laboratórios de cinco diretorias acadêmicas, envolvendo recursos na ordem de R\$ 1.446.940,63.

Também foram adquiridos equipamentos e mobiliários para os novos *Campi* Avançados Lajes e Parelhas totalizando R\$ 4.267.197,59.

Outros serviços de pessoa jurídica foram realizados com recursos de capital dotados nesta ação para aquisição de licenças de uso de softwares no valor total de R\$ 353.980,00.

A Tabela 5 apresenta o número de projetos realizados com recursos aportados na Ação 20RG em 2014, em cada unidade do IFRN.

**Tabela 5 – Número de projetos realizados com recursos aportados na Ação 20RG, em 2014, em cada unidade do IFRN.**

Unidade Administrativa	Obras e Instalações (Construções)	Material Permanente (Equipamentos e Mobiliários)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Capital)	Total
Natal-Cidade Alta	0	1	0	1
Parnamirim	2	4	0	6
Nova cruz	1	2	0	3
São Gonçalo do Amarante	0	4	0	4
Reitoria*	4	1	1	6
Currais Novos	1	2	0	3
Ipanguaçu	1	1	0	2
Natal-Zona Norte	1	1	0	2
Natal-Central	0	1	1	2
Caicó	2	0	0	2
Apodi	0	1	0	1
Santa Cruz	1	3	0	4
João Câmara	1	0	0	1
Pau dos Ferros	1	2	0	3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>2</b>	<b>40</b>

Fonte: PRODES.

\* Inclui as ações relativas aos Campi Avançados de Lages e Parelhas.

### Ação 20RL

A Ação 20RL financia ações vinculadas a todas as dimensões estratégicas do IFRN, em particular nos macroprocessos de Acesso Discente; Oferta Educacional; Gestão Educacional; Acervo Bibliográfico; Extensão e Interação com a Sociedade; Disseminação da Ciência e Tecnologia, Arte, Cultura e Desportos; Inserção no Mundo do Trabalho; Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação; Produção de Publicações; Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação; Empreendedorismo Inovador; Funcionamento das Unidades Administrativas; Assistência aos Estudantes; Seleção e Desenvolvimento de Pessoal; Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; Reestruturação dos *campi*; e Infraestrutura de Tecnologia da Informação. O desenvolvimento dessas ações está detalhado na seção 5.3, que descreve a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN.

No planejamento da ação 20RL estabeleceu-se a meta física para atendimento de matrículas para o 1º e 2º semestres letivos do ano de 2014. Para isso, foram discutidas as ofertas que seriam mantidas, as que teriam redução e as ampliações de vagas, chegando-se ao resultado previsto de 22.141 matrículas.

De acordo com o SUAP, o IFRN apresentou, no ano de 2014, um total de 26.849 de matrículas desenvolvidas com financiamento por meio da Ação 20RL. A Tabela 8 apresenta o total de matrículas atendidas. Observe-se que, além das 26.849 matrículas ofertadas com recursos da UO 26435 (matrículas ditas ordinárias), foram desenvolvidas 7.739 matrículas nos programas Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação (matrículas ditas extraordinárias), por meio de descentralização para o IFRN.

O crescimento no valor do número de matrículas ordinárias em relação ao previsto (121%) se deve:

- às ações de Tutoria de Aprendizagem e Laboratório, ao aperfeiçoamento dos projetos de curso, com melhoria da qualidade educacional e diminuição da evasão escolar;
- ao aumento na procura de cursos FIC;
- à implantação de três novos *campi* em 2013, a saber: Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi; e

- à ampliação da oferta de cursos na modalidade de educação à distância ofertados pelo *Campus* EaD, que recebe demandas da UAB e da Rede e-TEC Brasil.

O fator que mais dificulta a execução da ação é, sem dúvida, o calendário acadêmico defasado em relação ao calendário civil, fazendo com que o aluno só tenha possibilidade de concluir o curso no ano seguinte àquele em que deveria. Isso tem causado alguns transtornos para a dimensão do ensino como, por exemplo: a mensuração inadequada do quantitativo de alunos concluídos; o desestímulo dos ingressantes por ter que aguardar um longo período para início das aulas; e o aumento da desistência dos alunos no final dos cursos técnicos integrados, em virtude do ingresso em cursos de graduação com a certificação de conclusão do ensino médio pelo Enem.

### **Ação 2994**

A Ação 2994 financia as ações vinculadas à dimensão estratégica de Assuntos Estudantis em articulação com o Ensino, a Pesquisa e Inovação e a Extensão, em particular nos macroprocessos de Assistência aos Estudantes; Gestão Educacional; Acesso Discente; Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação; e Extensão e Interação com a Sociedade. O desenvolvimento dessas ações está detalhado na seção 5.3, que descreve a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN.

Do orçamento aprovado para a Ação 2994, não foi possível executar o todo montante em decorrência da limitação das quotas limites para a emissão de nota de empenho por parte da SPO/MEC. No entanto foi possível atender 100% do orçamento planejado pelos *campi*, não comprometendo a execução das ações de assistência ao educando.

No tocante à meta física, a Ação 2994 apresentou uma execução de 121% em relação ao previsto. A extrapolação da meta física justifica-se pelo aumento da demanda por programas de permanência, especificamente, as bolsas de alimentação e transporte, em virtude do número de alunos com perfil socioeconômico vulnerável. De acordo com os dados SUAP, 91,2% dos alunos caracterizados possuem renda *per capita* de até um e meio salário mínimo, constituindo-se, assim, perfil prioritário para a inclusão nas ações de assistência estudantil, segundo parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 7.234/2010 (PNAES). A Tabela 6 sistematiza o número de estudantes atendidos em ações e programas de assistência estudantil em 2014, com recursos advindos da Ação 2994.

Apontam-se como fatores intervenientes na execução das ações vinculadas à Ação 2994:

- a quantidade insuficiente de recursos para atender ao binômio oferta e demanda dos programas de alimentação e auxílio-transporte, em decorrência da quantidade de alunos matriculados com perfil de vulnerabilidade socioeconômica que aumenta a cada ano em virtude do processo de democratização do acesso à instituição;
- a ocorrência de evasão escolar na modalidade de ensino EJA, bem a como conclusão de cursos e não solicitação da oferta de novas vagas para este público por parte de alguns *campi*;
- a ausência de planejamento quantitativo de aulas externas e de eventos acadêmicos com participação dos estudantes.
- a existência de estrutura física insatisfatória para desenvolvimento das ações relacionadas ao PNAE – popularmente conhecido como merenda escolar – em alguns *campi*.
- a ocorrência de dificuldades relacionadas aos processos licitatórios para fornecimento de alimentação estudantil, tais como desistência de empresas licitadas e dimensionamento do contrato;
- o impacto dos períodos de greve em anos anteriores (2011 e 2012) no calendário acadêmico do exercício de 2014; e
- o atraso na liberação dos recursos por parte do MEC (duodécimos).

Observa-se que mesmo diante dos intervenientes ocorridos, a Ação 2994 atendeu satisfatoriamente ao proposto para o exercício de 2014, o que pode ser constatado no quadro geral

das ações realizadas, uma repercussão de resultados positivos da assistência estudantil como meio no processo de ensino-aprendizagem dos alunos que delas precisem usufruir.

### **Ação 6358**

A Ação 6358 financia as ações vinculadas às dimensões estratégicas de Administração, Gestão de Pessoas e Pesquisa e Inovação, em particular nos seguintes macroprocessos: Funcionamento das Unidades Administrativas; Seleção e Desenvolvimento de Pessoal; e Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação. O desenvolvimento dessas ações está detalhado na seção 5.3, que descreve a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN.

O físico executado se justifica em vista da dificuldade encontrada nos processos para contratação de empresas para ofertar cursos de pós-graduação por meio de licitação, em que houve licitação deserta pelo menos três vezes, permanecendo o processo em tramitação durante o período de oito meses até a contratação de fato. Além disso, no primeiro semestre, outro fator que dificultou a execução da Ação 6358 foi o valor de diárias e a pouca ou quase nenhuma disponibilidade de hospedagem no período de maio e junho, devido ao evento da copa do mundo Natal/RN, uma das cidades sede. Um dos principais resultados obtidos foi a realização das capacitações sistêmicas e o projeto de capacitação dos servidores técnico em laboratórios, secretários executivos e bibliotecários.

### **Ação 6380**

A Ação 6380 financia as ações vinculadas às dimensões estratégicas de Administração, Gestão de Pessoas e Extensão, em particular nos macroprocessos Funcionamento das Unidades Administrativas; Seleção e Desenvolvimento de Pessoal; Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e Extensão e Interação com a Sociedade. O desenvolvimento dessas ações está detalhado na seção 5.3, que descreve a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN.

Essa ação foi executada a partir de dois programas:

- "PROTEU: Elaboração de Material Midiático para o Programa de Iniciação Tecnológica do IFRN", realizado pelo *Campus* Educação à Distância; e
- "Fortalecimento de Políticas Públicas Relacionadas com as Ações Ambientais nos Municípios do Entorno do IFRN", executado em oito *campi* do IFRN (Natal-Central, Santa Cruz, Currais Novos, Caicó, João Câmara, Ipanguaçu, Santa Cruz, Mossoró e Pau dos Ferros).

Os recursos alocados para os dois programas não foram 100% executados. No Programa PROTEU, em virtude da complexidade do programa, que envolve o desenvolvimento de material impresso para um curso a distância em conjunto com videoaulas. As diversas fases e especificidades impediram o término no ano de 2014. Mesmo não finalizando em 2014, o programa irá continuar no ano de 2015, pois os recursos para o desenvolvimento das videoaulas já foram empenhados e o material didático está sendo desenvolvido pelos professores. No Programa de Fortalecimento das Ações Ambientais, embora todas as metas tenham sido cumpridas, algumas dificuldades foram enfrentadas, notadamente em relação ao deslocamento dos participantes do projeto para as escolas. Isso ocorreu devido à pequena infraestrutura de transporte existente nos *campi* do IFRN, bem como em razão de alterações no planejamento e pelo contingenciamento.

### **Restos a pagar**

Em relação aos restos a pagar, o IFRN, na sua execução orçamentária de 2014, precisou inscrever recursos em Restos a Pagar em montante significativo nas ações orçamentárias 20RL e 20RG, 2994, 6358 e 6380, em função de limitação das liberações das quotas limites para emissão de Nota de Empenho por parte da SPO/MEC, como também dificuldades na realização dos certames licitatórios, que normalmente só são processados no segundo semestre de cada exercício. Entretanto, todas as inscrições em Restos a Pagar foram processadas de acordo com legislação

vigente, de que dispõem a Lei nº 4.320/1964 e o Decreto nº 93.873/1986, e em consonância com os termos do Acórdão nº 2.659/2009 do TCU-Plenária.

A inscrição de restos a pagar dos recursos orçamentários de 2014, na maioria, foi destinada a aquisições com material de consumo e equipamentos (material permanente), contratação de serviço-pessoa jurídica e serviço de engenharia, no intuito de promover o funcionamento das unidades já consolidadas da Instituição e dos *campi* que serão inaugurados em breve. O volume inscrito em restos a pagar não causou impacto negativo na execução do orçamento 2014 para essas ações, pois vários empenhos só foram emitidos apenas no final do exercício de 2013 e vários se referem a serviço de engenharia cuja duração excederia o exercício referente ao ano de emissão da Nota de Empenho.

Em relação às ações não previstas na LOA 2014, apenas três ações apresentaram valores significativos em sua execução em 2014: 20RJ, 2992 e 8650. Essas ações não tiveram aporte orçamentário em 2014, no entanto, foram executados recursos oriundos de restos a pagar de exercícios anteriores. O maior volume desse recurso é para obras e serviços de engenharia que ainda estão em andamento, principalmente devido a atrasos durante o cronograma de execução. Outras quatro ações também apresentaram execução, porém não significativas: 1H10, 20CW, 6301 e 8650.

### 5.3. Execução do Plano de Ação 2014

São apresentadas, à sequência, informações sobre outros resultados da gestão, em particular a execução do Plano de Ação 2014 do IFRN, aprovado pela Resolução nº 37/2014-CONSUP. Os resultados – inclusive os financeiros com vinculação às Ações do PPA<sup>1</sup> – são apresentados por dimensão estratégica e por macroprocesso<sup>2</sup> institucional (finalístico ou de apoio, conforme o caso). A Tabela 6 sistematiza os recursos financeiros previstos na LOA, executados pelo IFRN e contingenciados pelo MEC por programa e ação orçamentária.

**Tabela 6 – Recursos financeiros previstos na LOA, executados pelo IFRN e contingenciados pelo MEC por programa e ação orçamentária**

Programa	2031							2030	Subtotal
	20RL	20RG	2994	6358	6380	20RW*	8252*	20RJ**	
<b>Dotação atual</b>	74.836.536	20.589.767	13.248.492	2.880.000	285.511	3.400.233	733.673	940.562	116.914.774
<b>Valor executado</b>	<b>65.971.928</b>	<b>20.119.225</b>	<b>13.043.072</b>	<b>2.063.636</b>	<b>238.787</b>	<b>3.400.233</b>	<b>733.673</b>	<b>940.562</b>	106.511.116
<i>Valor contingenciado</i>	-8.864.608	-470.542	-205.420	-816.364	-46.724	-	-	-	-10.403.658

Programa	0889	0901		2109						Subtotal	Total	
	0181	0005	00G5	00M1	09HB	2004	2010	2011	2012			20TP
<b>Dotação atual</b>	36.069.571	207.969	15.636	90.334	35.730.774	4.647.760	372.312	570.996	10.555.168	205.723.548	293.984.068	<b>410.898.842</b>
<b>Valor executado</b>	<b>35.804.115</b>	<b>207.969</b>	<b>15.636</b>	<b>62.237</b>	<b>35.464.261</b>	<b>4.627.220</b>	<b>360.921</b>	<b>570.756</b>	<b>10.485.623</b>	<b>205.666.775</b>	293.265.513	<b>399.776.629</b>
<i>Valor contingenciado</i>	-265.456	-	-	-28.097	-266.513	-20.540	-11.391	-240	-69.545	-56.773	-718.555	<b>-11.122.213</b>

Fonte: Elaboração ASINDI com base nos dados do SIAFI Gerencial 2014.

*Observações:*

\*Recursos MEC/FNDE (descentralização)

\*\*Recursos MEC/CAPES (descentralização)

Dotação atual = dotação inicial + recursos extraordinários

Valor executado: recurso empenhado pelo IFRN

Valor contingenciado: sem repasse orçamentários/financeiro pelo MEC

Valores em R\$ 1,00

<sup>1</sup> Em função de limitações de exportação do SIAFI Gerencial, não foi possível estabelecer o valor preciso de alocação por ação do IFRN para as seguintes ações orçamentárias e respectivos valores: Ação 20RL, R\$ 224.429,00; e Ação 6358, R\$ 21.710,00.

<sup>2</sup> No Plano de Ação 2014, os macroprocessos estão denominados como macroprojetos.



### 5.3.1. Administração

Macrop processo		Funcionamento das Unidades Administrativas			
<b>Objetivo estratégico</b> Manutenção e melhoria da infraestrutura da Reitoria e dos <i>campi</i>					
<b>Execução Financeira</b>					
Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%	
Melhoria da Infraestrutura de Equipamentos	20RL 20RG	6.287.060	4.859.605 242.701	81%	
Manutenção dos Serviços Administrativos	20RL 6358 20RG 2994 6380	53.588.748	41.633.872 150.598 2.269 1.502.294 15.544	81%	
<b>Total</b>		<b>59.875.808</b>	<b>48.406.883</b>	<b>81%</b>	
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
O Funcionamento das Unidades Administrativas congrega todas as ações que envolvem a melhoria da infraestrutura de equipamentos e a manutenção dos serviços administrativos nas diversas unidades do IFRN.					
Em 2014, os recursos custearam ações correntes do funcionamento dos <i>campi</i> e da Reitoria que incluem:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• aquisição de materiais de consumo e expediente;</li> <li>• aquisição de materiais permanentes (equipamentos para laboratórios acadêmicos, ambientes administrativos, mobiliário, eletrônicos etc.);</li> <li>• concessão de diárias e passagens para servidores;</li> <li>• contratação de estagiários; contratação de serviços de pessoa jurídica com locação de mão-de-obra (vigilância, conservação e limpeza, copa, direção veicular, recepção, manutenção predial etc.);</li> <li>• contratação de serviços de pessoa jurídica sem locação de mão-de-obra (fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, telefonia, internet, serviços gráficos, coleta de resíduos, serviços de reprografia, serviços de engenharia de reparação e conserto, seguros e manutenção de automóveis etc.);</li> <li>• pagamento de taxas, contribuições, tarifas públicas e impostos;</li> <li>• pagamento de licença de uso de sistemas e licença de softwares de sistemas de segurança; e</li> <li>• serviços de publicações oficiais; obras de engenharia em instalações prediais.</li> </ul>					

Macrop processo		Expansão dos <i>campi</i>			
<b>Objetivo estratégico</b> Implantação de novas unidades de educação profissional					
<b>Execução Financeira</b>					
Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%	
Implantação das UEPs de Lajes e Parelhas	20RL 20RG 20RG*	10.000.000	627.529 9.707.243 3.286.497	136%	
<b>Total</b>		<b>10.000.000</b>	<b>13.621.269</b>	<b>136%</b>	
<i>*Recurso executado mediante descentralização orçamentária por termo de cooperação. Não há previsão a priori.</i>					
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
A Expansão dos <i>campi</i> congrega as ações de implantação de novas unidades vinculadas à expansão da Rede Federal de EPT.					
Em 2014, os recursos custearam ações de implantação dos <i>Campi</i> Avançados de Lages e Parelhas, incluindo:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• contratação de serviços de pessoa jurídica para confecções de bancadas de laboratórios, instalação de espelhos em banheiros, movimentação de terra, plantio de gramas, e serviços de conectividade e interligação de dados;</li> <li>• aquisição de materiais de consumo e de expediente diversos;</li> <li>• contratação de serviços de vigilância (somente no <i>Campus</i> Parelhas);</li> <li>• complementação da construção e construção de centros de vivência;</li> <li>• aquisição de materiais permanentes e equipamentos para laboratórios e instalações administrativas, bem como de mobiliários, em geral; e</li> <li>• construção de auditório (somente no <i>Campus</i> Lajes).</li> </ul>					

### 5.3.2. Assuntos Estudantis

Macroprocesso		Assistência aos Estudantes		
<b>Objetivo estratégico</b> Expansão do número de estudantes apoiados em programas de bolsas e aulas de campo				
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Conceder bolsas e auxílios aos estudantes.	20RL	13.273.492	71.530	90%
	2994		11.189.405	
	8744*		779.524	
<b>Total</b>		<b>13.273.492</b>	<b>12.040.459</b>	<b>90%</b>
*Ação não integrante do orçamento do IFRN, executada mediante descentralização orçamentária. Não há previsão a priori.				
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>A Assistência aos Estudantes congrega todas as ações que envolvem a concessão de bolsas e auxílios aos estudantes do IFRN. Nesse sentido, tendo por objetivo geral contribuir com o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva de equidade, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, estão agrupadas diversas ações vinculadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ações de assistência ao estudante:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• apoio ao desenvolvimento acadêmico: bolsas de iniciação científica, extensão, TAL, OVEP, iniciação profissional e fomento aos estudos dos estudantes do PROEJA;</li> <li>• desenvolvimento de ações para a complementação da formação integral dos estudantes: apoio à participação em aula externa, apoio à apresentação de trabalhos em congressos/simpósios acadêmico-científicos e/ou eventos de caráter artístico e cultural e esportivo, apoio à participação da representação da categoria estudantil em órgãos colegiados e comissões;</li> <li>• apoio à permanência e ao êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social: programa de auxílio-transporte, bolsa de iniciação profissional, programa de alimentação escolar; e</li> <li>• outras ações: Programa Apoio e Orientação Social; programa de apoio aos estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais; isenção do pagamento de taxas de inscrição; serviço de psicologia; serviço de saúde; e apoio às entidades estudantis.</li> </ul> <p>Constituíram-se parâmetros para o planejamento das ações de assistência ao estudante no ano de 2014: ações articuladas ao ensino, pesquisa e extensão; avaliações de cunho social e econômico da população escolar; especificidades de cada região onde está localizado cada <i>campus</i>; e programas focados nas principais demandas sociais apresentadas pelos estudantes. A definição desses parâmetros teve por objetivo adotar estratégias que favoreceram a qualidade do desempenho acadêmico, a formação integral do estudante e ações que visem reduzir a evasão escolar.</p> <p>Foram ofertados um total de 13.236 bolsas/auxílios, contemplando 19.872 alunos. Embora o número de bolsas/auxílios seja fixo, o número de alunos é variável devido à rotatividade dos bolsistas que buscam bolsas de pesquisa e atividades de estágio que tenham melhor remuneração, além da grande procura pelos programas de alimentação e transporte. A Tabela 7 sistematiza o número de estudantes atendidos em ações e programas de assistência estudantil em 2014.</p> <p>A quantidade de estudantes atendidos para apoio à permanência e ao êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social extrapolou a meta física, principalmente de alimentação e transporte, em virtude da situação de vulnerabilidade social apresentada por parcela da população discente, especialmente nos <i>campi</i> do interior.</p> <p>Observando o perfil socioeconômico dos estudantes regularmente matriculados e caracterizados da Instituição, destaca-se que do universo de 27.169, 91,2% detém renda per capita familiar de até meio salário mínimo. Um dos fatores que explicam esses dados é o processo de expansão da Rede Federal de EPT, como também a democratização do ensino, através das políticas de ações afirmativas (sistema de cotas), que vem ampliando o acesso à instituição. O que se configura como um aspecto positivo e relevante para uma realidade histórica de exclusão social no país. No entanto, a democratização do acesso tem resultado no aumento das demandas tradicionais de assistência estudantil e no surgimento de novas, uma vez que se presencia uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes nos seus diferentes cursos.</p> <p>Isso ajuda a compreender a importância do papel da assistência estudantil, a qual objetiva realizar ações que consigam conter ou amenizar a situação de vulnerabilidade dos alunos que dela necessitem para sua permanência. Só um percentual de 42,91% dos inscritos na assistência estudantil, na situação de vulnerabilidade social, buscam os meios de atendimentos.</p> <p>A implementação de ações de assistência estudantil, especificamente aquelas voltadas para os estudantes oriundos da classe mais pauperizada da sociedade, configura-se um instrumento de equidade social que estimula o desenvolvimento de atividades esportivas e político-culturais, bem como contribui para o engajamento em projetos de pesquisa e extensão.</p> <p>Somam-se à oferta de auxílios financeiros, inúmeras outras ações da assistência estudantil desenvolvidas nos <i>campi</i>, dentre as quais destacam-se: atendimento e acompanhamento médico, odontológico, psicológico,</p>				

nutricional, de enfermagem e social, além de outros visando à prevenção e à promoção da saúde dos estudantes. Esta é uma ação que tem por princípio a universalidade, pois têm seus atendimentos direcionados a todos os alunos em situação regular de frequência e matrícula na Instituição, independente de condição física ou socioeconômica. A importância desses atendimentos consiste em subsidiar o processo de ensino-aprendizagem, bem como contribuir com a superação dos obstáculos oriundos da complexa realidade social em que estão inseridos e que podem se apresentar como impedimento à concretização da função social da instituição.

Durante o ano foi realizado, ainda, um levantamento junto aos estudantes sobre a demanda para o auxílio moradia, a fim de se coletar dados e fundamentar a necessidade de implementação, como também orientar a construção de regulamentação do Programa, configurando-se como uma ação institucional e sistemática da assistência estudantil.

Apesar de alguns ajustes realizados, no sentido de remanejar recursos entre ações, com vistas a atender as demandas mais latentes apresentadas pelos estudantes, como a ampliação dos programas de alimentação e auxílio-transporte, as bolsas e auxílios foram executados conforme estabelecido no planejamento institucional. Na totalidade, os recursos executados margearam os 100%, não comprometendo o orçamento planejado e atendendo às necessidades dos estudantes nas diversas esferas de programas e benefícios da assistência ao estudante do IFRN, seja no sentido de fomentar o desenvolvimento acadêmico, seja na garantia da permanência e desenvolvimento integral dos estudantes mais vulneráveis.

Pela extrapolação da meta física, é possível observar a existência de uma demanda reprimida, o que aponta a necessidade de ampliação de recursos, com vistas a possibilitar o atendimento das situações de carências apresentadas pelo alunado como expressão da realidade socioeconômica vivenciada por ele.

Apesar do orçamento insuficiente para atender a toda demanda que tem se apresentada, foram priorizados os estudantes que apresentaram situações complexas de vulnerabilidade social.

Assim, no conjunto de ações desenvolvidas nas diversas áreas de intervenção da assistência estudantil, todos os esforços são feitos para atingir as metas propostas, sendo planejada de acordo com as áreas prioritárias e de acordo com os recursos destinados, sejam ações de valor agregado direto ou não. Contudo, mesmo sendo evidente o crescimento, não se pode omitir o fato de que ainda não foi alcançado o ideal para a política de assistência estudantil na Instituição, visto que as expressões da questão social ainda é algo que marca o cenário de desigualdade social na constituição da sociedade burguesa. Isso torna mais árdua a função do IFRN em proporcionar condições de ensino de qualidade para os discentes em condições de vulnerabilidade, fruto de políticas públicas que não propiciam transporte, moradia e condições básicas de vida.

Tabela 7 – Número de estudantes atendidos em ações e programas de assistência estudantil em 2014

Atividades	Bolsa de Iniciação Profissional	Bolsa de Auxílio-transporte	Bolsa de Alimentação	Bolsa de Fomento Proeja	Bolsa OVEP	Bolsa TAL	Bolsa de Iniciação Científica	Bolsa de Extensão	Auxílio para Aulas Externas	Auxílio para participação em eventos	Total
Apodi	48	220	728	94	1	11	11	11	129	119	<b>1.372</b>
Caicó	38	162	539	33	3	12	24	13	79	98	<b>1.001</b>
Canguaretama	16	38	0	0	2	2	4	2	46	2	<b>112</b>
Ceará-Mirim	15	7	43	0	0	4	4	1	78	0	<b>152</b>
Currais Novos	61	209	701	194	0	11	20	21	290	36	<b>1.543</b>
Ipanguaçu	87	84	925	145	0	10	18	13	146	127	<b>1.555</b>
João Câmara	46	85	500	36	2	11	16	11	250	173	<b>1.130</b>
Macau	76	19	501	61	0	5	4	10	198	45	<b>919</b>
Mossoró	88	71	367	125	0	61	18	19	310	30	<b>1.089</b>
Natal-Central	316	320	1.222	0	0	36	49	24	1.418	89	<b>3.474</b>
Natal-Cidade Alta	35	90	143	0	2	6	12	10	840	220	<b>1.358</b>
Natal-Zona Norte	70	253	792	64	2	23	11	14	108	120	<b>1.457</b>
Nova Cruz	42	56	477	66	2	15	15	12	354	127	<b>1.166</b>
Parnamirim	36	57	109	0	2	12	8	6	215	131	<b>576</b>
Pau dos Ferros	74	181	761	0	1	0	34	10	28	183	<b>1.272</b>
Santa Cruz	57	45	282	123	0	14	12	9	45	86	<b>673</b>
São Gonçalo do Amarante	21	118	387	0	0	13	8	7	150	61	<b>765</b>
São Paulo do Potengi	22	51	0	0	0	2	4	2	46	2	<b>129</b>
Educação à Distância	13	0	0	0	0	0	5	4	38	69	<b>129</b>
Reitoria	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.161</b>	<b>2.066</b>	<b>8.477</b>	<b>941</b>	<b>17</b>	<b>248</b>	<b>277</b>	<b>199</b>	<b>4.768</b>	<b>1.718</b>	<b>19.872</b>

Fonte: SUAP, 2014.

### 5.3.3. Ensino

As ações planejadas para a dimensão estratégica do Ensino em 2014 foram desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Ensino e pelos *campi* do IFRN, em particular, com a participação dos Diretores Acadêmicos, os Coordenadores de Cursos, a Equipe Técnico-Pedagógica, as Secretarias Acadêmicas, os Bibliotecários e o Apoio Acadêmico.

Macroprocesso		Acesso Discente			
<b>Objetivo estratégico</b>	Realização de processos seletivos e diversificação das formas de acesso discente para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação profissional.				
<b>Execução Financeira</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>	
Organizar processos seletivos para ingresso de estudantes.	20RL 2994	1.290.552	546.066 128.686	52%	
<b>Total</b>		<b>1.290.552</b>	<b>674.752</b>	<b>52%</b>	
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
O Acesso Discente congrega todas as ações que envolvem a realização dos processos seletivos para ingressos de estudantes nos diversos cursos ofertados pelos <i>campi</i> do IFRN.					
Em 2104, o IFRN ofertou um total de 19.552 novas vagas em cursos nos diversos níveis e modalidades de atuação, sendo 13.431 vagas em cursos fomentados com o orçamento do IFRN e 6.121 vagas em cursos financiados com recursos oriundos de descentralizações (Rede e-TEC, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação). Inscreveram-se para essas vagas um universo de 70.109 candidatos, obtendo-se uma relação geral candidato/vaga de 3,59, conforme sistematizado na Tabela 8. Para os cursos ofertados com recursos do orçamento do IFRN, a relação é maior e atingiu 4,27. Foram planejados e realizados, ao todo, 21 processos seletivos. Cabe ressaltar que a seleção para os cursos ofertados pelo Pronatec/Bolsa-Formação é feita pelos parceiros demandantes do Programa e, <i>a priori</i> , a relação candidatos/vagas é considerada 1,00.					
Os recursos necessários foram aplicados considerando o processo e sua infraestrutura, bem como todo o desenvolvimento de segurança e de sistemas informatizados que garantam o processo. Com a implantação de três novos <i>campi</i> em 2014, o número de processos seletivos aumentou, levando a um aumento do número de candidatos. Os recursos previstos para aquisição de material de consumo para a execução dos processos seletivos, da ordem de R\$ 311.000,00, foram contemplados nas ações da dimensão de Administração na meta de Manutenção de Serviços Administrativos.					

Macroprocesso		Oferta Educacional			
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliação, fortalecimento e diversificação da oferta educacional em ação integrada com a pesquisa e a extensão, desenvolvendo sintonia de ações com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.				
<b>Execução Financeira</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>	
Realizar matrículas em cursos e programas, em especial aqueles vinculados à melhoria de qualidade da educação básica pública.	20RL	0	39.848	---	
Ofertar vagas em cursos de formação inicial e continuada por intermédio do Pronatec/Bolsa-Formação.	20RL** 20RW*	---	1.473.453 3.400.233	---	
Ofertar vagas em cursos técnicos subsequentes por intermédio da Rede e-TEC Brasil.	8252*	---	733.673	---	
Ofertar vagas em cursos de graduação e pós-graduação para formação de professores por intermédio da UAB.	20RJ*	---	940.562	---	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>6.587.769</b>	<b>---</b>	
*Ações não integrantes do orçamento do IFRN, executadas mediante descentralização orçamentária. Não há previsão a priori.					
** Recursos do orçamento do IFRN autorizados pela SETEC/MEC para utilização no Pronatec/Bolsa-Formação.					

### Execução Física e Análise Situacional

A Oferta Educacional contempla o desenvolvimento das matrículas em cursos ofertados pelo IFRN, inclusive aquelas ofertadas com recursos extraordinários advindos da Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação. Assim, são consolidadas as ofertas de cursos FIC (inclusive integrado EJA), técnicos (integrado, integrado EJA, subsequente), de graduação (Tecnologia e Licenciatura), de pós-graduação *lato sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) e de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) e, ainda, a oferta de programas de certificação profissional.

A Tabela 9 apresenta o total de matrículas em cursos ofertados pelo IFRN em 2014, incluindo aquelas ofertadas por intermédio da Rede e-TEC Brasil, da UAB e do Pronatec/Bolsa-Formação. Ao todo o IFRN alcançou 34.588 matrículas atendidas nos diversos cursos ofertados, sendo 26.849 matrículas ordinárias (desenvolvidas com recursos oriundos orçamento do IFRN) e 7.739 matrículas extraordinárias (desenvolvidas com recursos oriundos de descentralizações).

Dentre as ações para fortalecimento das ofertas educacionais, destacam-se as ações nos programas PET/CAPEs, nas licenciaturas de Física, nos quais foram atendidos, em 2014, 26 estudantes bolsistas, sendo 14 no *Campus* João Câmara e 12 no *Campus* Natal-Central.

Em 2014, foram realizadas as seguintes ações pelo NEABI no IFRN: construção da Agenda de reuniões ordinárias do NEABI; duas reuniões presenciais com todos os membros; seis reuniões por videoconferência, transmitidas para todos os *campi*; realização do I Seminário sobre Diversidade Étnico-Racial: Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, evento acadêmico-científico sistêmico/formativo, estendido à toda a comunidade acadêmica e à comunidade externa; vinte eventos locais realizados pelos membros do NEABI nos *campi*; elaboração de um projeto de pesquisa para submissão à SECADI e à CAPES; elaboração de planos de ação do NEABI, sendo um por *campus*; definição das linhas de pesquisa para formação dos núcleos de pesquisa do NEABI; criação da página do NEABI no portal institucional.

Com membros em todos os *campi*, as ações desenvolvidas pelo NAPNE no ano de 2014 consistiram na realização de: cinco reuniões presenciais; seis reuniões por videoconferência, transmitidas para todos os *campi*; e Curso de Formação para Coordenadores de NAPNEs e Tradutores/ Intérpretes de LIBRAS.

Em todos os *campi* do IFRN foram desenvolvidas ações de Seminário de Integração Acadêmica envolvendo todos os alunos ingressantes dos cursos FIC, técnicos (integrado EJA, integrado regular e subsequente), de licenciaturas e de tecnologia. As ações compreenderam encontros presenciais com duração mínima de 4 horas, no início do ano/semestre letivo.

Para melhoria das ações de educação à distância desenvolvidas institucionalmente, foi iniciada, em 2014, a implantação do Núcleo de Educação à Distância em cada *campus* do IFRN, como item obrigatório no processo de credenciamento e reconhecimentos do ensino à distância na instituição. Para tanto, foi alocado recurso em função da oferta educacional de cada *campus*, com o objetivo de investimento em infraestrutura para o desenvolvimento das aulas nos polos.

Para o desenvolvimento de atividades externas (aulas de campo e visitas técnicas), foram disponibilizados recursos de assistência estudantil. As atividades de aulas externas são programadas no ambiente do próprio *campus* e são relevantes nas práticas acadêmicas das disciplinas dos cursos. Associado às atividades de aula de campo, está o contrato de seguro para alunos e professores.

Em 2014, pelo Parfor/CAPEs, o IFRN concluiu a oferta da segunda Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática no *Campus* Pau dos Ferros, iniciada em 2012.2. De um total de 21 alunos que iniciaram o curso, 14 concluíram com êxito.

O IFRN planejou e pactuou com o MEC, para o primeiro semestre de 2014, 2.811 vagas e cursos FIC para serem ofertadas pelo Pronatec/Bolsa-Formação, totalizando 516.660 horas-alunos - unidade de medida estabelecida na Resolução nº 4/2012-CD/FNDE, utilizada para aferir o total de crédito orçamentário a ser disponibilizado para custeio dos cursos. Para o segundo semestre, foram pactuadas 1.746 vagas, correspondendo a 343.600 horas-alunos. O total envolvido nesses planejamentos iniciais somaram 4.557 vagas, 860.260 horas-alunos. Dessas vagas, o MEC validou apenas 3.688, que foram ofertadas em 144 turmas de 39 diferentes cursos FIC, realizados em 16 *campi* do IFRN, finalizando com 3.681 matrículas, e atendendo vários parceiros demandantes do programa, tais como MDS, MDA, MTur, MinC e prefeituras municipais. Além dos recursos descentralizados na Ação 20RW, em função de contingenciamento, a SETEC/MEC autorizou a utilização de recursos da Ação 20RL, exclusivamente para suprir necessidades específicas de custeio dos cursos até 31/12/2014, acompanhados por meio da utilização de Plano Interno específico.

Macroprocesso		Gestão Educacional		
<b>Objetivo estratégico</b>	Acompanhamento e o aperfeiçoamento contínuo da gestão educacional, do currículo e do processo ensino-aprendizagem, elevando os índices de eficiência acadêmica.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico institucional visando à melhoria da qualidade da ação educacional, com elevação da taxa média de conclusão dos cursos.	20RL	992.016	32.414	3%
<b>Total</b>		<b>992.016</b>	<b>32.414</b>	<b>3%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>A Gestão Educacional congrega todas as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do projeto político-pedagógico institucional e de formação continuada de servidores em educação, com vistas à melhoria da qualidade da ação educacional e à elevação da taxa média de conclusão dos cursos.</p> <p>Para o desenvolvimento das ações de avaliação e regulação, foram disponibilizados recursos para atender às avaliações internas <i>in loco</i>, realizadas em período anterior à avaliação do INEP de cursos de graduação. Foram realizadas visitas a 11 <i>campi</i> e seis polos EAD, para avaliação de 14 cursos. Estas avaliações são fundamentais para o desenvolvimento de atividades que possibilitem atender à legislação do ensino, bem como os indicadores de qualidade do SINAES. Uma vez que os coordenadores de curso são atores fundamentais no desenvolvimento do ensino, foram reservados recursos para encontro e capacitação para coordenadores e membros dos Núcleos Centrais Estruturantes. Como resultado, o IFRN teve melhoria nos conceitos das avaliações e manteve o seu IGC em 4.</p> <p>Em função de um estudo de readequação do programa OVEP, as bolsas programadas para os estudantes que auxiliaram os coordenadores de curso, foram implantadas. O Programa deverá ser retomado a partir de 2015, envolvendo novos atores de cada <i>campus</i>.</p> <p>O programa TAL contemplou um total de 234 alunos que foram selecionados através de editais nos <i>campi</i>, entre tutores para as disciplinas de formação geral e de formação técnica. Em cada <i>campus</i>, os tutores possuem ambientes para desenvolvimento de suas atividades, auxiliando os professores em aulas de laboratórios e nos Centros de Aprendizagem, contribuindo para a redução dos indicadores de reprovação nas disciplinas.</p> <p>Dentre as atividades de integração do ensino, foram planejadas e executadas as seguintes atividades em 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• reuniões do Comitê de Ensino, com realização de quatro encontros, para discussão de problemas e tomada de decisões que se refletiram positivamente no andamento das atividades nos <i>campi</i>;</li> <li>• seminários da equipe técnico-pedagógica, com a realização de quatro encontros, para avaliação do Projeto Político-Pedagógico;</li> <li>• reuniões com Coordenadores de Cursos Técnicos e de Graduação, objetivando a unicidade de ações institucionais;</li> <li>• reuniões de NCEs de todas as disciplinas do ensino médio, visando discutir e avaliar o desenvolvimento do ensino das disciplinas após a implantação do PPP;</li> <li>• reunião do Apoio Acadêmico, para discussão sobre os processos seletivos;</li> <li>• reuniões com bibliotecários, com realização de dois encontros, para debater o regimento da biblioteca e capacitação nos sistemas;</li> <li>• visitas técnicas das Diretorias Pedagógica e de Administração Acadêmica.</li> </ul> <p>Ao longo do ano de 2014, foram realizadas as seguintes ações de formação e capacitação sistêmicas de temáticas vinculadas à educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de documentos técnico-pedagógicos, para a equipe técnico-pedagógica;</li> <li>• Gestão em EaD, para a equipe técnico-pedagógica;</li> <li>• Capacitação no sistema acadêmico, para equipe técnico-pedagógica e Coordenadores; e</li> <li>• Capacitação em inclusão e diversidade, para integrantes do NEABI e NAPNE.</li> </ul> <p>Observa-se uma diferença significativa do orçamento previsto para o executado. Justifica-se este fato considerando que os recursos do Ensino são repassados aos <i>campi</i> que, por sua vez, realizam a execução a partir de seus empenhos de diárias. No entanto, destaca-se que as ações foram executadas em sua quase totalidade, conforme planejamento realizado.</p>				

Macroprocesso		Acervo Bibliográfico		
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliação do acervo bibliográfico das bibliotecas de forma a favorecer o acesso à informação atualizada e garantir índices de referência na avaliação educacional			
<b>Execução Financeira</b>				
Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%
Ampliar o acervo bibliográfico para os 19 <i>campi</i> do Instituto	20RL	2.005.617	1.427.025	71%
<b>Total</b>		<b>2.005.617</b>	<b>1.427.025</b>	<b>71%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>O Acervo Bibliográfico congrega todas as ações de aquisição de livros e coleções, assinatura de bases bibliográficas eletrônicas, assinatura de normas técnicas, periódicos e revistas nos <i>campi</i> do IFRN.</p> <p>Os recursos destinados à aquisição de material bibliográfico foram gerenciados pela Pró-Reitoria de Ensino, sendo descentralizados a partir dos projetos apresentados pelos <i>campi</i>. Em 2014, com os processos de avaliação de curso, alguns projetos consideraram os cursos avaliados como prioridades.</p> <p>Além da aquisição de acervo, em cada <i>campus</i> foram desenvolvidas ações de incentivo à pesquisa bibliográfica e à leitura de coordenadas pelos bibliotecários, em particular a Semana do Livro e/ou Concurso Literário.</p>				



Tabela 8 – Número de vagas e inscrições em processos seletivos de estudantes em 2014.

PROCESSO SELETIVO	VAGAS ORDINÁRIAS*			VAGAS EXTRAORDINÁRIAS**			TOTAL		
	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga
Cursos técnicos integrados 2014	2.354	17.069	7,25	0	0		2.354	17.069	7,25
Mestrado em Educação Profissional 2014	15	121	8,07	0	0		15	121	8,07
Cursos superiores de tecnologia Sisu 2014.1	240	24.692	102,88	0	0		240	24.692	102,88
Cursos técnicos integrados 2014 – Vagas Complementares	356	2.582	7,25	0	0		356	2.582	7,25
Cursos técnicos subsequentes 2014.1	419	7.569	18,06	645	Sem informação	Sem informação	1.064	7.569	7,11
Cursos técnicos integrados EJA 2014.1	264	176	0,67	0	205		264	381	1,44
Cursos superiores de graduação 2014.1 – seleção Enem	744	6.261	8,42	0	0		744	6.261	8,42
Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania EaD 2014.1	0	0		60	54	0,90	60	54	0,90
Cursos de Formação Inicial e Continuada EaD 2014.1	150	170	1,13	0	0		150	170	1,13
ProITEC 2014	6.663	6.663	1,00	0	0		6.663	6.663	1,00
Cursos superiores de graduação EaD 2014.1	0	0		330	3.074	9,32	330	3.074	9,32
Cursos superiores de pós-graduação <i>lato sensu</i> IFRN/UAB 2014.2	0	0		885	4.686	5,29	885	4.686	5,29
Cursos superiores de graduação Sisu 2014.2	392	29.269	74,67	0	0		392	29.269	74,67
Cursos técnicos subsequentes 2014.2	1.304	5.542	4,25	390	839	2,15	1.694	6.381	3,77
Cursos técnicos integrados EJA 2014.2	40	54	1,35	0	0		40	54	1,35
Cursos superiores de pós-graduação <i>lato sensu</i> 2014.2 (Presencial)	80	345	4,31	0	0		80	345	4,31
Cursos superiores de pós-graduação <i>lato sensu</i> IFRN/UAB 2014.2 / Campus Mossoró	0	0		40	138	3,45	40	138	3,45
Cursos superiores de pós-graduação <i>lato sensu</i> EaD 2014.2	0	0		30	93	3,10	30	93	3,10
Cursos superiores de graduação 2014.2 – seleção Enem	180	1.005	5,58	0	0		180	1.005	5,58
Cursos de formação inicial e continuada EaD 2014.2	230	183	0,80	0	0		230	183	0,80
Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania EaD 2014.2	0	0		60	29	0,48	60	29	0,48
Cursos FIC Pronatec/Bolsa-Formação	0	0		3.688	3.681	1,00	3.688	3.681	1,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.431</b>	<b>101.701</b>	<b>7,57</b>	<b>6.128</b>	<b>12.799</b>	<b>2,09</b>	<b>19.559</b>	<b>114.500</b>	<b>5,85</b>

Fonte: Sistema Gestor de Concursos do IFRN, exceto os dados do Sisu, oriundos do Sisu Gestão/MEC.

\* Vagas ofertadas em cursos fomentados com recursos oriundos do orçamento do IFRN.

\*\* Vagas ofertadas em cursos financiados com recursos extraordinários descentralizados para o IFRN (Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação).

Nível/Modalidade	VAGAS ORDINÁRIAS*			VAGAS EXTRAORDINÁRIAS**			TOTAL		
	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga	Vagas ofertadas	Inscritos confirmados	Relação Candidato/Vaga
<b>Mestrado</b>	15 0,1%	121	<b>8,07</b>	0 0,0%	0	<b>0,00</b>	<b>15</b> 0,1%	<b>121</b>	<b>8,07</b>
<b>Especialização</b>	80 0,6%	345	<b>4,31</b>	1.015 7,6%	4.971	<b>4,90</b>	<b>1.095</b> 8,2%	<b>5.316</b>	<b>4,85</b>
<b>Aperfeiçoamento</b>	0 0,0%	0	<b>0,00</b>	60 0,4%	29	<b>0,48</b>	<b>60</b> 0,4%	<b>29</b>	<b>0,48</b>
<b>Graduação</b>	1.556 11,6%	61.227	<b>39,35</b>	330 2,5%	3.074	<b>9,32</b>	<b>1.886</b> 14,0%	<b>64.301</b>	<b>34,09</b>
<b>Técnico</b>	4.737 35,3%	32.992	<b>6,96</b>	1.035 7,7%	1.044	<b>1,01</b>	<b>5.772</b> 43,0%	<b>34.036</b>	<b>5,90</b>
<i>Integrado</i>	2.710 20,2%	19.651	<b>7,25</b>	0 0,0%	0	<b>0,00</b>	2.710 20,2%	19.651	<b>7,25</b>
<i>Integrado EJA</i>	304 2,3%	230	<b>0,76</b>	0 0,0%	205	<b>0,00</b>	304 2,3%	435	<b>1,43</b>
<i>Subsequente</i>	1.723 12,8%	13.111	<b>7,61</b>	1.035 7,7%	839	<b>0,81</b>	2.758 20,5%	13.950	<b>5,06</b>
<b>FIC</b>	7.043 52,4%	7.016	<b>1,00</b>	3.688 27,5%	3.681	<b>1,00</b>	<b>10.731</b> 79,9%	<b>10.697</b>	<b>1,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.431</b> ---	<b>101.701</b>	<b>7,57</b>	<b>6.128</b> ---	<b>12.799</b>	<b>2,09</b>	<b>19.559</b> ---	<b>114.500</b>	<b>5,85</b>
<b>Percentual</b>	<b>68,7%</b>			<b>31,3%</b>			<b>100%</b>		

Fonte: Elaboração da ASINDI a partir de dados do Sistema Gestor de Concursos do IFRN e Sisu Gestão/MEC.

\* Vagas ofertadas em cursos fomentados com recursos oriundos do orçamento do IFRN.

\*\* Vagas ofertadas em cursos financiados com recursos extraordinários descentralizados para o IFRN (Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação).

Tabela 9 – Número de matrículas atendidas em 2014 no IFRN

CAMPUS	MATRÍCULAS ORDINÁRIAS ATENDIDAS*									MATRÍCULAS EXTRAORDINÁRIAS ATENDIDAS**						TOTAL
	Mes-trado	Especia-lização	Técnico Integrado	Técnico Integrado EJA	Técnico Subse-quentes	Licen-ciatura	Tecno-logia	FIC Integrado EJA	FIC	Especia-lização UAB	Aperfei-çoamento	Licen-ciatura UAB	Tecnologia UAB	Técnico Subse-quentes e-TEC	FIC Pronatec/ Bolsa-Formação	
Apodi	0	0	534	73	153	94	0	0	420	0		0	0	0	225	1.499
Caicó	0	85	453	24	222	70	0	0	388	0		0	0	0	265	1.507
Natal-Cidade Alta	0	0	83	0	221	0	244	0	104	0		0	0	0	478	1.130
Canguaretama	0	0	41	0	76	0	0	0	245	0		0	0	0	224	586
Ceará-Mirim	0	0	78	0	64	0	0	0	458	0		0	0	0	100	700
Currais Novos	0	0	520	88	46	136	152	130	431	0		0	0	0	122	1.625
Natal-Central	67	58	1.697	0	1.870	435	1.143	0	1.008	0		0	0	0	87	6.365
Educação à Distância	0	0	0	0	0	0	0	0	586	1065	71	411	258	2253	0	4.644
Ipanguaçu	0	0	467	237	82	234	99	0	441	0		0	0	0	0	1.560
João Câmara	0	0	549	84	76	85	88	0	519	0		0	0	0	227	1.628
Lajes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	196	196
Macau	0	0	474	98	191	160	0	0	283	0		0	0	0	241	1.447
Mossoró	0	39	589	164	535	115	81	0	597	0		0	0	0	40	2.160
Nova Cruz	0	0	431	0	486	0	0	0	396	0		0	0	0	225	1.538
Parelhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0
Parnamirim	0	0	473	0	235	0	33	0	571	0		0	0	0	472	1.784
Pau dos Ferros	0	0	733	1	36	133	56	0	577	0		0	0	0	235	1.771
Santa Cruz	0	0	470	115	173	176	0	0	332	0		0	0	0	262	1.528
São Gonçalo do Amarante	0	0	417	0	351	0	69	0	150	0		0	0	0	62	1.049
São Paulo do Potengi	0	0	80	0	77	0	0	0	366	0		0	0	0	0	523
Natal-Zona Norte	0	0	480	156	127	103	0	0	262	0		0	0	0	220	1.348
Subtotais	67	182	8.569	1.040	5.021	1.741	1.965	130	8.134	1.065	71	411	258	2.253	3.681	34.588
TOTAL	26.849									7.739						
Percentual	77,63%									22,37%						100%

Fonte: SUAP e SISTEC/Bolsa-Formação.

\* Matrículas atendidas com recursos oriundos do orçamento do IFRN.

\*\* Matrículas atendidas com recursos extraordinários descentralizados para o IFRN (Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação).

NÍVEL/FORMA	MODALIDADE	MATRÍCULAS ORDINÁRIAS ATENDIDAS*		MATRÍCULAS EXTRAORDINÁRIAS ATENDIDAS**		TOTAL	
Pós-graduação	Mestrado	67	0,25%	0	0,00%	67	0,19%
	Especialização	182	0,68%	1.065	13,76%	1.247	3,61%
	Aperfeiçoamento	0	0,00%	71	0,92%	71	0,21%
Graduação	Licenciatura	1.741	6,48%	411	5,31%	2.152	6,22%
	Tecnologia	1.965	7,32%	258	3,33%	2.223	6,43%
Técnico (nível médio)	Técnico	14.630	54,49%	2.253	29,11%	16.883	48,81%
	<i>Técnico Integrado</i>	8.569	31,92%	0	0,00%	8.569	24,77%
	<i>Técnico Integrado EJA</i>	1.040	3,87%	0	0,00%	1.040	3,01%
	<i>Técnico Subsequente</i>	5.021	18,70%	2.253	29,11%	7.274	21,03%
FIC	FIC	8.264	30,78%	3.681	47,56%	11.945	34,54%
	<i>FIC Integrado EJA</i>	130	0,48%	0	0,00%	130	0,38%
	<i>FIC</i>	8.134	30,30%	3.681	47,56%	11.815	34,16%
<b>TOTAL</b>		<b>26.849</b>	<b>---</b>	<b>7.739</b>	<b>---</b>	<b>34.588</b>	<b>---</b>
<b>Percentual</b>		<b>77,63%</b>		<b>22,37%</b>		<b>100%</b>	

Fonte: Elaboração da ASINDI com base nos dados do SUAP e SISTEC/Bolsa-Formação.

\* Matrículas atendidas com recursos oriundos do orçamento do IFRN.

\*\* Matrículas atendidas com recursos extraordinários descentralizados para o IFRN (Rede e-TEC Brasil, UAB e Pronatec/Bolsa-Formação).

### 5.3.4. Extensão

Macroprocesso	Extensão e Interação com a Sociedade			
<b>Objetivo estratégico</b>	Desenvolvimento de programas e projetos de extensão que promovam a interação com a sociedade, com ênfase na difusão e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e promoção de ações de responsabilidade social e artístico-cultural.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Apoiar o desenvolvimento de Projetos de Extensão.	20RL 2994 6380	947.894	439.137 67.536 149.801	69%
Promover o fortalecimento da equipe e Integração com políticas Nacionais de Extensão.	20RL 2994 6380	101.521	118.717 982 71.818	189%
<b>Total</b>		<b>1.049.415</b>	<b>847.991</b>	<b>81%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>A Extensão e Interação com a Sociedade congrega todas as ações de desenvolvimento de editais para execução de projetos de extensão, apoio à execução de projetos com captação de recursos externos, apoio a projetos de extensão de interesse institucional, oferta de serviços tecnológicos e desenvolvimento de ações de relações internacionais.</p> <p>Em 2014, foram desenvolvidos 99 projetos de extensão em <i>campi</i>, incluindo os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Fomento a Projetos de Extensão do IFRN e do PROEXT.</p> <p>Os projetos do programa institucional tiveram temáticas variadas com maior ênfase nos temas de educação, meio ambiente, cultura e saúde, atendendo, em sua maioria, ao público externo. Os projetos beneficiaram um universo superior a 10.000 pessoas em atividades, tais como: treinamento e cursos, promoção da cidadania com atividades voltadas para atendimento a crianças e idosos, capacitação em novas tecnologias, inclusão digital, melhorias das condições de trabalho, assessoria à formação de cooperativas, dentre outros. Além desses projetos, os <i>campi</i> ainda informaram o desenvolvimento de mais 66 projetos com recursos de seu funcionamento ou com apoio de parceiros. A participação efetiva de servidores, docentes, administrativos e discentes nas ações de extensão, reflete a importância dessa dimensão institucional na formação técnica e cidadã de todos os envolvidos. Os projetos envolvem uma diversidade de ações que atendem ao público externo e às comunidades beneficiadas com as atividades de extensão, promovendo uma ação transformadora sobre os problemas sociais e econômicos da região.</p> <p>Com relação ao PROEXT, nove <i>Campi</i> se envolveram nessa ação, com recursos captados em edital externo (Ação 6380), para desenvolvimento de dois programas institucionais: o Programa “PROTEU: Elaboração de Material Midiático para o Programa de Iniciação Tecnológica do IFRN” e o Programa “Fortalecimento de Políticas Públicas Relacionadas com as Ações Ambientais nos Municípios do Entorno do IFRN”.</p> <p>O Programa PROTEU é destinado à elaboração de material midiático para o ProITEC e foi executado pelo <i>Campus</i> de Educação à Distância (EaD), por meio de quatro projetos interligados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• capacitação para a produção de materiais didáticos para EaD, concluído com sucesso;</li> <li>• desenvolvimento do material impresso, realizado em parte (ainda está em andamento, em função da complexidade da elaboração de material para educação a distância, com a participação de vários professores);</li> <li>• desenvolvimento de videoaulas (não foi realizado completamente pois depende do término do material impresso, mas já foi feita a licitação e empenhado o valor para a elaboração das videoaulas durante o ano de 2015); e</li> <li>• desenvolvimento de conteúdos didáticos digitais, ou objetos de aprendizagem (realizado parcialmente, com o desenvolvimento da plataforma <i>Moodle</i> Presencial, disponível em <a href="http://ead.ifrn.edu.br/ava/presencial">http://ead.ifrn.edu.br/ava/presencial</a>, que dará suporte aos alunos do ProITEC. Falta, apenas, a elaboração de vídeos tutoriais, explicando como funciona o <i>Moodle</i>, para capacitar os alunos do ProITEC, em 2015).</li> </ul> <p>O Programa de Fortalecimento das Ações Ambientais foi realizado nos <i>Campi</i> Caicó, Currais Novos, Ipangaçu, João Câmara, Natal - Central, Mossoró, Pau dos Ferros e Santa Cruz, por meio de quatro projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• capacitação para comunidade acadêmica do IFRN a ser envolvida no Programa;</li> <li>• capacitação de professores da rede municipal para atuarem como multiplicadores da coleta seletiva implantada em cada município;</li> <li>• oficinas nas escolas municipais com alunos do ensino fundamental, através de palestras utilizando recursos audiovisuais;</li> </ul>				

- palestras, oficinas educativas, mutirões de limpeza e campanhas de sensibilização com grupos sociais específicos para a implementação e fortalecimento da coleta seletiva; elaboração de uma cartilha para distribuição aos beneficiários; implantação da coleta seletiva nas escolas participantes, com entrega de coletores.

O Programa atendeu cerca 18 escolas, com participação de 540 alunos e 60 professores. Foram desenvolvidas ações de educação ambiental com sensibilização da comunidade por meio de mutirões de limpeza, gincanas, atividades de educação ambiental porta a porta e elaboração de cartilha para ser distribuída nas escolas participantes do projeto. Nesse programa, foram contemplados 14 alunos bolsistas de graduação e participaram 10 professores como coordenadores das ações nos respectivos *campi*, além de alunos dos cursos técnicos que deram apoio às ações com fomento institucional. Todas as metas estabelecidas foram cumpridas, tendo envolvimento efetivo de bolsistas que atuaram nos projetos, com aporte nos conhecimentos teórico-práticos e de relacionamento interpessoal, além de elaboração de trabalhos de caráter técnico-científico e participação em eventos do tipo congressos e simpósios. Os projetos tiveram um grande alcance, ao realizar atividades com a comunidade e nas escolas, proporcionando aos alunos a atuação direta em ações de sua formação profissional, com excelente aceitação na comunidade. Além disso, fizeram com que a Instituição seja reconhecida e convidada a participar de conselhos municipais na área de meio ambiente, de novas propostas de continuidade em parceria com os municípios, realizando atividades de educação ambiental em escolas e em outras instituições e locais da comunidade.

Foram desenvolvidas, ainda, ações relativas ao Programa Mulheres Mil, fomentado pelo Pronatec/Bolsa-Formação, com a realização de 32 turmas de nove cursos diferentes, em 12 *campi* do IFRN, ofertando 906 vagas. Esses cursos são de extrema importância para essas mulheres que, na maioria das vezes, não tinham tido nenhuma oportunidade de se qualificar e, ao mesmo tempo, ter conhecimentos específicos sobre gênero, qualidade de vida, desenvolvimento pessoal, dentre outros que fortalecem a cidadania desse público.

Dentre as ações de desenvolvimento de atividades culturais – projetos de bandas, coral, teatro, artes cênicas, artes visuais, pode-se citar o Coral Infantil do *Campus* Natal-Cidade Alta que nesse ano concluiu as atividades propostas de elaboração de um livro para capacitação da rede pública municipal e atendeu cerca de 30 alunos de áreas do entorno do *campus*, notadamente em vulnerabilidade social. Na área de artes cênicas, o grupo de teatro ANDALUZ do *Campus* Mossoró, participou, por meio do projeto de extensão, do Festival de Teatro da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (FESTUERN), no qual conquistou o primeiro e o segundo lugares. Além destes, os projetos de Teatro do *Campus* Natal-Cidade Alta, Confraria da Cena, estreou o espetáculo “Sobre Asas e Abismos”, que teve excelente repercussão na mídia e levou o grupo para apresentações em outros locais da cidade, ampliando, assim, o público beneficiado com essa atividade. No *Campus* Natal-Central, o Núcleo de Arte (NUARTE) também proporcionou várias atividades durante o ano de 2014, que aliou ensino, pesquisa e extensão. Estas atividades proporcionaram momentos intensos de riqueza cultural, tais como os encontros com o artista, projetos de música (Camerata de Flauta Doce e Coral Lourdes Guilherme) e a I Mostra de Artes Cênicas do IFRN, na qual os projetos das disciplinas de Artes culminam com apresentações de peças teatrais das turmas dos cursos técnicos integrados. Dessa forma, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão promove aos alunos e público externo a experiência de conhecimento sobre arte e cultura, por muitas vezes, distante do cotidiano dos estudantes do IFRN e da comunidade local.

Foram registradas algumas demandas por serviços tecnológicos, tais como rompimento de corpos-de-prova, no *Campus* Mossoró, e análises de águas e efluentes, no *Campus* Natal-Central.

Com relação a projetos sociais, o destaque permanece com os projetos voltados para atendimento de grupos de idosos, complementação de atividades de crianças e demandas específicas da sociedade, no *Campus* Natal-Central: o Projeto Fraldinha, que atende 200 crianças com idade de 6 a 14 anos, com atividades esportivas e noções de cidadania; e o Projeto da Melhor Idade, que atende 200 idosos acima de 60 anos, em atividade lúdico-desportivas e artísticas e culturais. Projetos similares vem sendo implantados nos demais *campi*, demonstrando a potencialidade do IFRN em contribuir para o desenvolvimento social da comunidade de seu entorno.

Os *campi* informaram a realização de 60 cursos de extensão que envolveram 108 servidores e atenderam 2.400 pessoas.

A execução financeira desse objetivo estratégico atingiu 81% dos recursos planejados. A justificativa para que a meta financeira estabelecida não tenha sido completamente atingida, diz respeito às informações dos recursos aplicados nessa dimensão que, em alguns casos, não são devidamente classificados pelos *campi* e, portanto, não se contabilizam como recursos da extensão. Ademais, ao final do ano, houve um contingenciamento, que impediu a utilização total dos recursos. Embora a meta financeira não tenha sido atingida, inúmeras ações foram realizadas dentro dessa meta e tiveram um grande alcance institucional e na comunidade.

A participação efetiva de servidores, docentes, administrativos e discentes nas ações de extensão reflete a importância dessa dimensão institucional na formação técnica e cidadã de todos envolvidos. O envolvimento institucional na diversidade de ações, o número de pessoas e comunidades beneficiadas com as atividades de extensão e a promoção de uma ação transformadora sobre os problemas sociais e econômicos da região, justificam os investimentos realizados.

Macroprocesso		Disseminação da Ciência e Tecnologia, Arte, Cultura e Desportos			
<b>Objetivo estratégico</b>	Apoio e promoção de eventos institucionais na divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desporto.				
<b>Execução Financeira</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>	
Realizar eventos de divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desportos como ações de Extensão para a sociedade.	20RL 6380*	589.815	444.228 253.965	118%	
<b>Total</b>		<b>589.815</b>	<b>698.193</b>	<b>118%</b>	
*Recurso executado mediante descentralização orçamentária por termo de cooperação. Não há previsão a priori.					
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
A Disseminação da Ciência e Tecnologia, Arte, Cultura e Desportos congrega as ações para realização de eventos de divulgação da ciência, tecnologia, arte, cultura e desporto no IFRN.					
No ano de 2014, foram realizados diversos eventos de caráter técnico-científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo em todos os <i>campi</i> do IFRN. Destacam-se a realização dos seguintes eventos:					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Simpósio de Extensão, realizado no <i>Campus</i> Natal-Central, que contou com a inscrição de 380 participantes, incluindo servidores de outros Institutos Federais;</li> <li>• I Fórum de Extensão do Oeste Potiguar, realizado no <i>Campus</i> Mossoró, em parceria com a UFERSA e a UERN, que teve por objetivo discutir os desafios para a transformação social do Oeste Potiguar a partir das ações de extensão como estratégia de articulação e troca de saberes entre as Instituições de Ensino Superior e a comunidade;</li> <li>• celebração dos 20 anos do <i>Campus</i> Mossoró;</li> <li>• EXPOTECs dos <i>Campi</i> Natal-Central, Natal-Zona Norte, Santa Cruz e Mossoró, com objetivos de estimular, ampliar e aprofundar a integração dos diversos grupos e áreas de conhecimentos atuantes na Instituição, e mostrar a sociedade as nossas potencialidades, além de proporcionar a troca de experiências e divulgação da produção acadêmica e tecnológica;</li> <li>• SEMADECs dos <i>Campi</i> Mossoró, Natal-Central, Natal-Zona Norte e Santa Cruz;</li> <li>• Teia Nacional da Diversidade, realizada no <i>Campus</i> Natal-Cidade Alta, em parceria com a UFRN e a FUNCERN. Financiada pelo Ministério da Cultura, o evento promoveu a integração com as atividades de ensino, contribuindo com a formação dos discentes, por meio da participação como bolsistas e monitores desde o planejamento até a finalização.</li> </ul>					
Essas ações ampliam e aprofundam a integração dos diversos grupos e áreas de conhecimento da Instituição, proporcionam a troca de experiências e divulgação da produção acadêmica e tecnológica. Além desses eventos, semanas de integração, seminários, palestras, oficinas, congressos, simpósios, mostras de cinema, exposições e apresentações culturais, seminários nacionais, fóruns, workshops e outras ações foram desenvolvidas pelos <i>campi</i> do IFRN, fazendo desse objetivo uma estratégia fundamental para integrar a comunidade com a instituição e assim divulgar e socializar os conhecimentos produzidos. Foram informadas 195 atividades classificadas como eventos, concentrando-se na área técnico-científica e artístico-cultural, que fortaleceram a interação do IFRN com a sociedade e divulgaram as ações de ensino, pesquisa e extensão.					
Em relação às atividades desportivas, foram realizados os Jogos Internos dos <i>Campi</i> e os Jogos <i>Intercampi</i> dos Servidores, no <i>Campus</i> Santa Cruz. e foram apoiados os Jogos Regionais e os Nacionais. O IFRN realizou a terceira edição dos Jogos <i>Intercampi</i> dos estudantes, em duas etapas, cuja organização contou com a participação efetiva de professores de educação física. O evento contou com a participação de mais de mil atletas. Mais de cem atletas do IFRN também participaram dos Jogos do Nordeste, na cidade de Teresina/PI, que serviu de etapa classificatória para a sexta edição dos Jogos dos Institutos Federais (JIFs), realizado no mês de outubro, no <i>Campus</i> Natal-Central. Esse evento contou com a participação de mais de mil atletas de 35 instituições da Rede Federal de EPT que competiram em onze modalidades.					
A execução financeira desse objetivo estratégico atingiu 75% dos recursos planejados. Os recursos planejados para eventos pelos <i>campi</i> são, na maioria das vezes, classificados como contratos da administração e, portanto, não são informados na dimensão extensão, assim como alguns eventos foram realizados com recursos de restos a pagar dos anos anteriores.					

Macroprocesso		Inserção no Mundo do Trabalho		
Objetivo estratégico				
Desenvolvimento de ações e ferramentas de acompanhamento de estagiários e egressos.				
Execução Financeira				
Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%
Aumentar a captação de estágios através de visitas a empresas e realizar o acompanhamento dos egressos.	---	482.259	0	0%
<b>Total</b>		<b>482.259</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Execução Física e Análise Situacional				
<p>A Inserção no Mundo do Trabalho congrega as ações de visitas a empresas para captação de estágios e acompanhamento dos egressos no IFRN.</p> <p>No ano de 2014, deu-se continuidade à melhoria dos mecanismos para o encaminhamento e acompanhamento de estágios. Nesse âmbito, foram feitas reuniões e visitas para articulação com a comunidade e o empresário local, visando à captação de estágios e o fornecimento de orientações para melhorar o acompanhamento dos estagiários, a partir das coordenações de cursos e professores orientadores. Os <i>Campi</i> Natal-Central e Apodi realizaram visitas às empresas VALE e Biopalma, ambas localizadas no estado do Pará, no intuito de estreitar as relações empresariais e buscar novas oportunidades de estágios para os cursos destes <i>campi</i>, assim como divulgar toda a Instituição. Como não existe instrumento de informação para as vistas técnicas, não é possível se contabilizar essa ação. Para o ano de 2015, está sendo solicitado o desenvolvimento de um módulo SUAP de acompanhamento de estágio, que também contemplará as ações de visitas técnicas.</p> <p>O documento denominado Regulamentação da Prática Profissional foi encaminhado ao CONSEPEX e encontra-se em fase de aprovação. A Regulamentação apresenta todos os conceitos e diretrizes para encaminhamento, acompanhamento e registro das atividades de prática profissional dos alunos do IFRN, de todos os níveis e modalidades de ensino.</p> <p>Foram firmados, em 2014, pelos <i>campi</i> e pela Reitoria, 444 convênios com instituições públicas e privadas para oferta de estágios aos alunos do IFRN, tendo sido firmados 1.125 termos de compromisso para estágios nesse período, o que equivale a um crescimento de 23% nas ofertas com relação ao ano de 2013. Nessa base de dados, estão contabilizados os estágios das licenciaturas que foram informados apenas por alguns <i>campi</i>, o que indica, portanto, que esse número pode ser ainda superior. Um grande esforço deve ser empreendido na captação de estágios para que se tenha maior participação dessa modalidade de prática profissional nos cursos técnicos, haja vista a importância da experiência em ambiente de trabalho para a formação profissional. O próprio IFRN ofertou internamente mais de 190 vagas de estágios em diferentes áreas de conhecimento, para estagiários de nível médio e de nível superior.</p> <p>Com relação aos egressos, foi fomentada a elaboração do Portal de Estágios e Egressos, que ainda não foi concluído e que proporcionará a integração das informações das empresas e de currículos de egressos para uma possível busca dessas empresas por profissionais formados na Instituição. Assim, espera-se que todas as ações realizadas nos <i>campi</i> possam ser devidamente registradas e que cada vez mais as ações de extensão, que tanto beneficiam a comunidade externa e a formação do discente, possam ser mais valorizadas na instituição. Este ano não foi feita a pesquisa de egressos, tendo em vista que ela foi planejada a partir da ação do OVEP, que passou por uma avaliação e reestruturação em 2014. Portanto, não foi utilizado o recurso planejado.</p> <p>Embora não apresentando recursos na execução orçamentária, se faz necessário que os <i>campi</i> do IFRN tenham especial atenção a essa ação, destinando transporte para que os professores e coordenadores façam as visitas de prospecção e de acompanhamento de estágios, a fim de captar novas vagas e ampliar essa modalidade de prática profissional que faz parte da formação do discente da educação profissional.</p>				



### 5.3.5. Gestão de Pessoas

Macroprocesso	Desenvolvimento Funcional			
<b>Objetivo estratégico</b>	Desenvolvimento das principais ações de caráter obrigatório, incluindo folha de pagamento, recursos previdenciários e benefícios de caráter assistencial a servidores e seus dependentes.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Remunerar o pessoal ativo.	20TP	144.316.195	204.266.702	142%
Remunerar inativos e pensionistas.	181	32.080.438	35.804.115	112%
Recolher as contribuições relativas ao custeio da previdência dos servidores públicos federais.	20TP 09HB	28.987.248	1.400.073 35.464.261	127%
Prestar assistência médica aos servidores e dependentes.	2004	4.490.808	4.627.220	103%
Prestar assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores.	00M1 2010	285.312	360.921 62.237	148%
Disponibilizar auxílio-transporte aos servidores.	6358 2011	333.996	2.010 570.756	171%
Disponibilizar auxílio-alimentação aos servidores.	2012	8.607.168	10.485.623	122%
<b>Total</b>		<b>219.101.165</b>	<b>293.043.918</b>	<b>134%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>O Desenvolvimento Funcional congrega as ações de caráter obrigatório e que envolvem remuneração de ativos, inativos e pensionistas, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-funeral, assistência pré-escolar (auxílio-creche), auxílio-natalidade, salário família, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional por tempo de serviço (anuênios).</p> <p>A dotação orçamentária final ultrapassou o originalmente previsto, em razão de não ser possível antecipar precisamente o aumento do quadro funcional no exercício subsequente. Acrescente-se, ainda, a existência de gratificações e benefícios que dependerão da situação de cada servidor, fator que impossibilita uma previsão mais precisa da execução física e financeira de cada ação. Assim, o gasto com vencimentos e previdência de servidores pode sofrer impacto em razão de conclusão de cursos de pós-graduação de servidores, fator que gera acréscimo na remuneração em virtude de existência de gratificações para esse fim; o número de dependentes de servidores recém-ingressos pode ser diferente do originalmente previsto, o que implica alteração na assistência pré-escolar e na assistência médica e odontológica; entre outros fatores.</p>				

Macroprocesso	Seleção e Desenvolvimento de Pessoal			
<b>Objetivo estratégico</b>	Seleção e ingresso de novos servidores, capacitação, qualificação e desenvolvimento da força de trabalho.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Ampliar a realização de convênios e intercâmbios, visando elevar a titulação dos servidores e melhorar a qualificação dos servidores.	6358	888.232	726.078	82%
Fomentar programas de capacitação.	20RL 6358	724.265	49.688 404.359	63%
Garantir, anualmente, o percentual de até 5% de recursos orçamentários de custeio para capacitação.	---	0	0	---
Fomentar a participação de servidores e gestores em treinamentos, cursos, palestras, congressos e seminários.	20RL 6358 6380	875.243	73.509 685.405 1.624	87%
Propiciar cursos de capacitação técnica nas áreas de Gestão por Competências, de apoio à Administração e às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	6358	411.418	72.835	18%

Dimensionar a força de trabalho na instituição	---	0	0	---
Compor/recompor o quadro de servidores efetivos	20RL	0	3.789.205	---
Coordenar as ações e projetos institucionais de gestão de pessoas	20RL	50.000	24.828	50%
<b>Total</b>		<b>2.949.158</b>	<b>5.827.533</b>	<b>198%</b>

#### Execução Física e Análise Situacional

A Seleção e Desenvolvimento de Pessoal congrega as ações de seleção e ingresso de novos servidores, capacitação, qualificação e desenvolvimento da força de trabalho.

Durante o ano de 2014, com a intenção de promover o aumento da qualificação dos servidores, foram realizados novos termos de cooperação com a UFRN, contrato de repasse com a UnP e convênio com a UERN. Além disso, foram realizados cerca de 40 eventos, nos diversos *campi*, em temáticas relacionadas à atuação profissional dos servidores. Ressalta-se que 961 servidores participaram dessas capacitações.

A dotação orçamentária ultrapassou o originalmente previsto em razão de não ser possível antecipar precisamente o aumento do quadro funcional. Dessa forma, frente ao aumento do banco de equivalência do IFRN e chegada de 127 novos códigos de vagas, foram realizados dois concursos de grande porte em 2014 para ingresso de professores e de técnicos-administrativos.

#### Macroprocesso Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

**Objetivo estratégico** Melhoria da organização do trabalho; incentivo às atividades e escolhas saudáveis; direcionamento das ações à saúde do servidor; desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuem para a proteção da saúde no âmbito individual e coletivo.

#### Execução Financeira

Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%
Acompanhar a saúde dos servidores.	---	0	0	---
Melhorar a qualidade de vida dos servidores.	20RL	528.543	410.297	78%
<b>Total</b>		<b>528.543</b>	<b>410.297</b>	<b>78%</b>

#### Execução Física e Análise Situacional

A Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho congrega as ações de acompanhamento da saúde e de melhoria da qualidade de vida dos servidores do IFRN.

As metas relacionadas à saúde do servidor, principalmente em relação ao desenvolvimento de ações de práticas esportivas e projetos de qualidade de vida no trabalho e promoção da saúde nos *campi* e na Reitoria foram alcançadas. Em relação a esses projetos, apenas uma unidade da instituição não desenvolveu ações. Informa-se que nas metas relacionadas à saúde, não foi executada a ação relacionada à saúde bucal dos servidores. Além disso, não foram realizadas ações na área de educação para aposentadoria/pós-carreira.

Ressalta-se que cerca de 600 servidores participaram de alguma ação nos diversos projetos desenvolvidos em cada unidade do IFRN, relacionados ao Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho. Em relação aos eventos esportivos, 450 servidores participaram dos Jogos *Intercampi* dos Servidores em 2014 e 70 participaram do Encontro Desportivo dos Servidores dos Institutos Federais.

Registra-se que o não atingimento total do recurso planejado ocorreu pela não execução do projeto de saúde bucal, devido à ausência do profissional especializado, que foi incorporado à equipe apenas no último trimestre de 2014. Além disso, o recurso destinado aos *campi* para o desenvolvimento de projetos locais não foi utilizado na sua totalidade, em virtude de alguns projetos não terem sido enviados e, consequentemente, não houve descentralização de recurso. Ademais, em algumas unidades, a execução financeira não atingiu a totalidade..

### 5.3.6. Pesquisa e Inovação

Macroprocesso		Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação			
<b>Objetivo estratégico</b>		Formação de recursos humanos em pesquisa e inovação em nível de iniciação científica e tecnológica, graduação e pós-graduação.			
<b>Execução Financeira</b>					
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>	
Estimular o desenvolvimento de pesquisa e publicações em nível de iniciação científica e tecnológica.	20RL 6358 2994	830.463	567.897 640 154.170	87%	
Formar recursos humanos em nível de pós-graduação, mediante a implantação de programas de cooperação acadêmica, científica e cultural.	---	0	13.500	---	
<b>Total</b>		<b>830.463</b>	<b>736.207</b>	<b>89%</b>	
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
<p>O Aperfeiçoamento em Pesquisa e Inovação congrega as ações de iniciação científica para estudantes, cooperação acadêmica, científica e cultural para formação em pós-graduação e a difusão de livros e periódicos <i>on line</i>.</p> <p>O programa institucional de iniciação científica tem como objetivo a formação de recursos humanos em nível de iniciação científica/tecnológica, bem como o apoio aos grupos de pesquisa e inovação. A metodologia de distribuição das bolsas se aplica através de publicação de editais, os quais têm o objetivo de promover o desenvolvimento de projetos voltados para as áreas do foco do <i>campus</i> e minimizar as assimetrias entre estes. A instituição ofertou 228 bolsas para o programa de iniciação científica para serem distribuídas nos vários <i>campi</i>, através de edital público interno com o objetivo de oportunizar e consolidar o programa institucional de pesquisa e inovação.</p> <p>O PFRH fomenta apoios para as áreas com cursos em nível técnico envolvendo petróleo, gás, energia e biocombustíveis. O programa opera com recursos da Universidade Petrobrás e no âmbito do IFRN conta com a participação expressiva de estudantes dos <i>campi</i>. Anualmente o programa realiza a Feira de Ciência e Tecnologia do Programa, sendo esta realizada no <i>Campus</i> Natal-Central no mês de dezembro. Os Anais do evento estão em processo de conclusão pela Editora do IFRN.</p> <p>O PIBIC/CAPEs está inserido nos <i>Campi</i> Apodi, Caicó, Currais Novos, EaD, João Câmara, Ipangaçu, Macau, Mossoró, Natal Central, Natal Zona Norte, Pau dos Ferros e Santa Cruz. O programa está inserido em 21 municípios e 46 Escolas, tendo a participação de 634 bolsistas de graduação das licenciaturas, 37 docentes envolvidos na gestão e 74 supervisores. Em 2014, foram investidos no programa em torno de 384 mil reais. Este programa tem elevado impacto nas ações de formação de recursos humanos nos cursos de licenciaturas, bem como nas escolas dos 21 municípios onde está inserido.</p> <p>Com o CNPq, o IFRN tem o PIBITI, o PIBIC e o PIBIC-EM. Nestes programas o IFRN tem 93 bolsas distribuídas em seus vários <i>campi</i>.</p> <p>A Instituição tem estimulado a participação dos seus pesquisadores no CONNEPI. Neste ano, o evento foi realizado em São Luís e promovido pelo Instituto Federal do Maranhão. O IFRN aprovou 221 artigos com representação dos vários <i>campi</i>. É importante salientar que nesse ano o evento contou com atividades culturais e de inovação com eventos paralelos e com forte participação do IFRN, em particular com 05 projetos na Mostra Tecnológica e 02 participações na área cultural, além de participação com teatro. Nesse sentido, a instituição foi premiada no Universo IF (terceiro colocado no desafio de ideias), na Mostra Cultural (nove premiações) e na Área de Engenharias (segundo colocado).</p> <p>A instituição também foi premiada em várias ocasiões, tendo participação estudantil em mostras tecnológicas no Brasil e no exterior, com destaque para a participação do <i>Campus</i> Natal-Zona Norte no <i>International Science and Engineering Fair/Intel ISEF</i>, nos Estados Unidos; e do <i>Campus</i> João Câmara, no VIII <i>Concurso Latinoamericano de Proyectos de Cómputo</i>, no México.</p> <p>No âmbito da cooperação com a Universidade do Minho, foram realizados oito eventos, a saber: IV, V, VI e VII Séries de Conferências Internacionais em Ciências da Educação e III e IV Séries de Conferências Internacionais em Ciências Sociais. Também realizaram conferências dois pesquisadores da Escola de Engenharia, sendo uma no <i>Campus</i> João Câmara e outra no II Seminário Internacional de Educação à Distância. Neste, a conferência de abertura foi proferida pelo Vice-Reitor da área de educação. Todos estes eventos foram transmitidos por webconferência e com participação presencial da ordem de 1.350.</p> <p>A cooperação científica internacional é ampliada com interação com a Universidade do Minho e do Instituto Politécnico da Guarda com deslocamento de 94 docentes, entre os quais 92 da UMinho e dois do IPG, sendo três em nível de pós-doutorado, 89 em nível de doutorado e dois para cooperação técnico-científica. Com o protocolo da UMinho, estiveram no IFRN 19 portugueses para participar de jornadas doutorais, conferências internacionais e eventos, bem como de entrevistas para o programa de televisão Educação em Pauta com temas</p>					

sobre as suas linhas de pesquisa. Em relação ao IPG, o IFRN recebeu dois docentes vinculados à área de informática, tendo em vista estreitar relações com esta área.

Na área de ensino de física, a instituição recebeu um docente da *Universidad de Alcalá* (Espanha) objetivando ampliar as cooperações nesta área.

No Programa Professores do Futuro para a Finlândia, promovido pela SETEC-MEC, o IFRN teve três projetos aprovados nas áreas de inovação (música, ensino de biologia e energias renováveis). Na área de ensino de música inovador, fruto do desenvolvimento do trabalho visando à internacionalização do IFRN a instituição recebeu um professor da *Tampere University of Applied Sciences*, com o qual se desenvolve projeto de pesquisa na área de educação musical inovadora que está associada com a área de informática.

No Programa Ciência sem Fronteiras, a Instituição, em 2014, teve dois docentes em nível de pós-doutorado (um na *Royal Melbourne Institute of Technology University*, Austrália; e um na *Université de Grenoble*, na França), na área de engenharia; um em doutorado pleno (*Cranfield University*, Reino Unido) e dois em doutorado sanduíche (um na *Université de Toulone* um na *Université de Montpellier*, ambas localizadas na França). Na graduação sanduíche, existem 19 estudantes distribuídos nos seguintes países: dez no Canadá, um na França, sete nos EUA e um na Hungria.

A elevação da qualidade da publicação institucional está associada à disponibilidade de infraestrutura, à formação de recursos humanos, às cooperações nacionais e internacionais, bem como de portal de periódicos da CAPES e de assinatura de banco de livros efetuado pela instituição. A Tabela 10 apresenta os dados mais recentes de acessos às bases de periódicos disponibilizados pelo Portal de Periódicos da CAPES. A instituição estava posicionada na quinta colocação em 2012 e passou para a segunda posição em 2013, saindo de 11,3 mil para 167,03 mil acessos no Portal de Periódicos da CAPES. Essa evolução está associada à melhoria do acesso a internet nos *campi*, do acesso remoto dado aos servidores e à difusão destas bases. É evidente que este acesso qualifica a produção intelectual do IFRN. A informação de 2014 ainda não está disponível pela CAPES.

Macroprocesso		Produção de Publicações		
<b>Objetivo estratégico</b>	Estímulo à produção de publicações bibliográficas e em eventos e periódicos científicos e acadêmicos, em âmbito nacional e internacional.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Estimular a difusão do conhecimento através da publicação de material bibliográfico na forma impressa e eletrônica.	20RL	0	10.858	---
Estimular a publicação de artigos em periódicos internacionais.	20RL	0	15.400	---
Desenvolver as metodologias de pesquisa acadêmica ou científica e assegurar a integridade dos direitos autorais das obras publicadas.	---	0	0	---
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>26.258</b>	<b>---</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
A Produção de Publicações congrega as ações de publicação de material bibliográfico e de publicação de artigos em periódicos internacionais.				
A política de publicação do IFRN engloba livros impressos e eletrônicos e os periódicos da Instituição (HOLOS <i>online</i> , ISSN 1807-1600; Comércio Exterior, ISSN 2177-3939; e Dialectiké, ISSN 2359-1323), bem como apoio à participação em eventos científicos e publicação em periódicos de outras bases científicas.				
Em relação aos livros, foram publicados 35 livros e três anais de eventos em 2014, entre impressos e eletrônicos, disponíveis em <a href="http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download">http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download</a> . É importante destacar que outras publicações de livros foram realizadas pelos docentes, as quais podem ser observadas na totalidade da produção bibliográfica docente na Tabela 12.				
Em relação à revista HOLOS, foram publicados seis volumes, perfazendo ao todo 177 artigos técnicos/científicos; o volume 6 foi publicado em fevereiro de 2015, enquanto na revista Dialectiké foram publicados 11 artigos. A revista Monografia em Comércio Exterior passa por alterações, tendo em vista a ampliação do objeto do periódico que terá alteração de nome e do escopo. No Portal do IFRN foram efetuadas 358 mil visualizações com tempo médio 2:22 min de acesso.				
Com o objetivo de obter registro DOI ( <i>Digital Object Identifier</i> ) para as suas publicações, associou-se à CrossRef que é uma associação cooperativa independente, fundada e dirigida por editores científicos, tendo como missão ligar usuários a conteúdos de pesquisas através de tecnologias colaborativas. O sistema opera com <i>links</i> entre referências e tem como base o consenso em torno do DOI como identificador para as suas coleções. O DOI gerado para as publicações é único e uma garantia da guarda permanente dos artigos publicados. Esta ação é demais				

importante para os pesquisadores e para as publicações da Instituição, tendo em vista a garantia de sua proteção e facilidade para indexação.

É importante salientar que a elevação dos indicadores da HOLOS a capacitou a participar do edital nº 001/2014-FUNAPE/UFMG/MEC/SECADI-ANPEd, sendo contemplada entre os 10 periódicos na área de educação. O edital em questão tem como objetivo apoiar publicações científicas nacionais na área da educação.

Com o objetivo de acompanhar a produção científica dos docentes que compõem o quadro permanente do IFRN a instituição disponibiliza no SUAP uma área com os resultados dos trabalhos docentes cadastrados na base Lattes do CNPq. Esse sistema extrai a produção intelectual que permite à gestão acompanhar e analisar a evolução desta produção.

Para elevar a visibilidade da produção acadêmica da Instituição induziu-se um projeto para a implantação de repositório institucional, o qual está em processo de finalização da implantação do *software* e da política para inclusão de material acadêmico. Esse repositório ampliará a visibilidade e a Instituição poderá acompanhar o número de acessos e a origem, entre outros. Assim, implicará no indicador de visibilidade acadêmica que é calculado pelo *Cybermetrics Lab* do Centro de Ciência Humanas e Sociais sediado na Espanha. A Tabela 11 apresenta os dados de visibilidade *Cybermetrics Lab* do IFRN.

Em 2014, o IFRN publicou 277 artigos em periódicos, dos quais 62% estão com Qualis CAPES entre B2-A1, o que indica a publicação em periódicos de maior impacto.

Macroprocesso	Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação			
<b>Objetivo estratégico</b>	Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas intensivas em conhecimento aplicadas à inovação tecnológica.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Fomentar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com potencial de geração de ativos de propriedade industrial.	---	0	0	---
Estimular a proteção da propriedade intelectual e as transferências de tecnologias.	20RL	0	142	---
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>142</b>	<b>---</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>O Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação congrega as ações de desenvolvimento de editais e pesquisas aplicadas, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologias.</p> <p>O programa de apoio ao pesquisador objetiva fomentar recursos para a consolidação da pesquisa e inovação nos <i>campi</i> do IFRN e se caracteriza por aportar bolsas para o desenvolvimento de projetos voltados às <i>expertises</i> do <i>campus</i> em que está vinculado. No âmbito do PDI e o do Termo de Acordo de Metas e Compromissos da SETEC-IFRN, são enumerados compromissos com o desenvolvimento de projetos de pesquisa nos <i>campi</i> da Instituição. Portanto, esta política tem esse objetivo, bem como o de estreitar relações com a sociedade.</p> <p>O X CONGIC e a Mostra Tecnológica ocorreram simultaneamente no <i>Campus</i> Pau dos Ferros, onde estiveram presentes cerca de 1,1 mil participantes de todos os <i>campi</i> do IFRN. O Congresso de Iniciação Científica contou com 842 autores, sendo 41,8% do sexo masculino e 58,2% são do sexo feminino. Na Mostra Tecnológica participaram 85 autores, sendo 68,2% do sexo masculino e 31,8% do sexo feminino. Ao todo, foram apresentados no CONGIC 366 artigos, sendo 72 orais e 294 pôsteres, e constaram da Mostra Tecnológica 27 trabalhos, entre protótipos e <i>software</i>. Os quatro melhores projetos da Mostra Tecnológica em nível técnico serão contemplados com duas vagas para a MOSTRATEC, em Novo Hamburgo/RS, e duas para a FEBRACE, em São Paulo/SP. Em nível superior, o melhor projeto foi agraciado com um intercâmbio no Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal. Os anais do evento estão disponíveis em <a href="http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/anais-do-x-congresso-de-iniciacao-cientifica-do-ifrn-pau-dos-ferros/at_download/arquivo">http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/anais-do-x-congresso-de-iniciacao-cientifica-do-ifrn-pau-dos-ferros/at_download/arquivo</a>.</p> <p>A Mostra de Ciência e Tecnologia do <i>Campus</i> Natal-Zona Norte, evento realizado pelo <i>campus</i>, teve expressiva participação com 48 projetos selecionados, tendo participação de diversos Estados e apoio institucional do <i>Campus</i> Natal-Zona Norte e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e fomento externo do SENAI, do CNPq e da Caixa Econômica Federal. O evento credenciou os premiados para a FEBRACE, MOSTRATEC, Expo MILSET, FENECIT, eventos no Chile, em Portugal e no México. O melhor trabalho do evento fará um intercâmbio no Instituto Politécnico da Guarda, em Portugal.</p> <p>Para fomentar a inovação na área cultural, a Instituição se integrou ao V Festival de Cinema de Baía Formosa (<a href="http://fincbrazilbf.com/">http://fincbrazilbf.com/</a>), onde este induz a produção de vídeos de um minuto com temas de impacto regional. Neste ano o tema foi Mata Estrela, que é uma reserva ecológica da Mata Atlântica. O melhor filme do IFRN foi premiado para participar de intercâmbio em Cracóvia, na Polônia, tendo em vista participar do <i>OFF PLUS CAMERA</i>, que é o maior festival de cinema independente da Europa. O festival inscreveu 31 contribuições, das</p>				

quais 21 foram do IFRN. Esta ação amplia o conceito de inovação criativa na área cultural e gerou compromisso para a criação de festival de cinema do IFRN em 2015.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o IFRN oferta dois programas de mestrados, sendo um na modalidade acadêmica, em Educação Profissional, e outro na modalidade profissional, em Ensino de Física. Estes programas recebem bolsas de fomento da CAPES para seus estudantes, a saber, sendo todos os estudantes no Mestrado em Ensino de Física e quatro no de Educação Profissional. Em 2014, o Programa de Mestrado em Educação Profissional foi contemplado com uma bolsa de pós-doutoramento, na qual a Instituição receberá um pesquisador para colaborar neste programa, em maio de 2015.

Ainda em 2014, o IFRN submeteu duas propostas de mestrado profissional à CAPES. A Instituição aprovou o programa intitulado Uso Sustentável de Recursos Naturais, na área de Ciências Ambientais, o qual terá início no segundo semestre de 2015.

Macroprocesso		Empreendedorismo Inovador		
Objetivo estratégico		Fortalecimento das multincubadoras de empresas.		
Execução Financeira				
Meta	Ações	Previsto (1,00 R\$)	Realizado (R\$ 1,00 \$)	%
Fortalecer as equipes gestoras das incubadoras implantadas nos <i>Campi</i> IFRN.	20RL	0	1.806	---
Fortalecer a infraestrutura física e operacional do programa de multincubadoras do IFRN.	---	0	0	---
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>1.806</b>	<b>---</b>
Execução Física e Análise Situacional				
<p>O Empreendedorismo Inovador congrega as ações de proteção à propriedade intelectual e de empreendedorismo e incubação no IFRN.</p> <p>Nas áreas de inovação e cooperação é executado um programa cujo objetivo é a elevação da cultura empreendedora e a cooperação técnico-científica.</p> <p>Em relação ao programa de inovação, este objetiva estimular e fortalecer nos <i>campi</i> do IFRN o desenvolvimento de pesquisas aplicadas à geração de inovações tecnológicas, no âmbito das suas áreas temáticas específicas. Foram concedidas 60 bolsas a pesquisadores institucionais que demonstraram potencial para a transformação do conhecimento científico e tecnológico em inovações, as quais podem resultar na geração de ativos de propriedade intelectual (patentes de invenção e modelos de utilidade, registro de <i>software</i>, etc.) e/ou de empreendimentos inovadores. Assim como podem resultar em boas práticas de gestão nos empreendimentos e no próprio ambiente institucional, o qual apoia e catalisa o desenvolvimento de inovações, contribuindo dessa forma, para o desenvolvimento das áreas educacionais e ao incremento das potencialidades socioeconômicas locais e regionais.</p> <p>A gestão de pesquisa e inovação do IFRN entende o desafio proposto aos seus servidores e as dificuldades para a adesão ao paradigma de desenvolvimento científico e tecnológico endogenamente e, portanto, de mitigação da dependência tecnológica externa ao país. Acredita que a persistência dessas ações e os resultados já alcançados servirão de motivação para atingimento de novos e melhores resultados.</p> <p>Nesse contexto, o projeto denominado PRÓ-INOVA/NAGI, financiado pela FINEP, objetiva elevar a competitividade das indústrias do RN, através da criação de ambiente propício à inovação. As ações do projeto visam apoiar as empresas participantes para conhecerem e adotarem comportamentos simples, que sejam compatíveis com a realidade local, em curto espaço de tempo, contando para isso com apoio de pesquisadores/consultores dentro das empresas para entendimento e aplicação dos conceitos de inovação, contribuindo para criar ambientes inovadores, no sentido das mesmas identificarem oportunidades, priorizarem ideias e projetos, identificarem fontes de fomento à inovação, realizarem seus planejamentos de inovação e inserirem a inovação na gestão estratégica da empresa. O IFRN apoia estas ações na região Seridó potiguar, em particular no polo têxtil. No ano de 2014, foram apoiadas 14 microempresas dos segmentos de têxtil, alimentos e movelaria. Os empreendedores atendidos avaliaram positivamente o projeto e se sentiram motivados para criar seus núcleos de inovação e para promoverem inovações abertas, principalmente com resultados expressivos no setor de movelaria.</p> <p>O projeto vinculado ao Programa Petrobrás Ambiental concluiu as instalações de Fábrica de Briquetes no <i>Campus</i> Ipangaçu. Originalmente, o empreendimento foi concebido para que a cooperativa de agricultores incubasse o projeto, no entanto esta não tem capacidade econômica e técnica para assumi-lo tendo a instituição que prospectar um novo empreendedor na região.</p> <p>O Projeto Petrobrás Cidadania, que é desenvolvido no <i>Campus</i> Pau dos Ferros, tem como objetivo a valorização do pedúnculo do caju. Este projeto teve prazo de execução ampliado para a conclusão do projeto, com previsão para dezembro de 2015.</p>				

Com o objetivo de fortalecer e ampliar o programa de incubadoras de empresas nos *campi* do IFRN foram realizadas cooperações com o SEBRAE. Neste ano, o IFRN desenvolveu convênio da ordem de R\$ 300 mil com o SEBRAE Nacional e o SEBRAE-RN para adequar o funcionamento da incubadora tecnológica do *Campus* Natal-Central (e, por conseguinte, das demais incubadoras no Estado do RN) ao modelo de gestão e certificação de incubadoras denominado CERNE. O modelo é desenvolvido pela ANPROTEC e se propõe a estabelecer uma plataforma de serviços e soluções nas incubadoras brasileiras para ampliar a capacidade destas de permitirem/auxiliarem na geração sistemática de empreendimentos de sucesso e inovadores, contribuindo, desta forma, para redução da taxa de mortalidade de empresas no país. Neste ano, as incubadoras dos *Campi* Natal-Central, Caicó, Cidade Alta, Pau dos Ferros, Mossoró e João Câmara ampliaram discussões para que em 2015 possam iniciar as operações de ambientes de pré-incubação através de hotéis de projetos associados aos grupos de pesquisa que possibilite a criação de negócios inovadores.

As instituições que promovem o empreendedorismo de base tecnológica no nordeste do Brasil encontram no IFRN um parceiro estratégico. Nesse sentido, a instituição desenvolve projetos como o NEGÓCIOS-NE, apoiado pela FINEP, com o objetivo de ampliar a capacidade de sucesso de mais de 300 empreendimentos inovadores apoiados por 12 Incubadoras das instituições participantes, viabilizando iniciativas mais efetivas e em escala para gestão da inovação, acesso a mercado e acesso ao capital empreendedor nos cinco Estados do Nordeste envolvidos (CE, RN, PB, PE e SE). O Projeto é realização conjunta da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, UFCE, UFS, Instituto de Tecnologia de Pernambuco, IFCE e IFRN. Esse projeto possibilitou a aquisição de um sistema informático de apoio à implementação do CERNE na incubadora do *Campus* Natal-Central e o pagamento de um especialista em administração para atuar junto ao projeto pelo período de 24 meses.

A incubadora do *Campus* Natal-Central teve sua estrutura física revitalizada, ficando com a capacidade de operar com 13 empresas incubadas em módulos de 24 m<sup>2</sup>. A reforma incluiu a adaptação de três salas para reuniões simultâneas, uma sala para treinamento para até 40 pessoas, um ambiente para instalação do hotel de projetos, ambiente para recepção e permanência de visitantes e uma copa-cozinha completa. Atualmente, a incubadora está com sua capacidade 100% ocupada.

A SETEC/MEC, com o objetivo de fomentar a pesquisa aplicada e a extensão tecnológica nos Institutos Federais, descentralizou recursos ao CNPq que apresentou edital específico para a Rede Federal de EPT, no qual o IFRN aprovou 18 projetos, sendo: cinco na linha de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação; um na linha de Extensão Tecnológica; sete na linha de Torneios de Educação Profissional; e cinco na linha de Soluções Inovadoras. Esses projetos são operados pelo CNPq e executados diretamente pelos pesquisadores. É importante salientar que a instituição ampliou de 11 (em 2013) para 18 (em 2014) projetos aprovados nos editais de fomento à pesquisa pela SETEC/MEC/CNPq com maior número de projetos nas linhas com maiores recursos financeiros.

No âmbito da propriedade intelectual, em 2014 o IFRN depositou quatro patentes de invenção em parceria com a UFRN, a UERN e a UFERSA. Foram registrados 10 *softwares*, sendo dois de autoria do IFRN e oito em cotitularidade com a UFRN. Também foi registrada uma partitura de obra musical publicada pela Editora do IFRN. Patentes depositadas em 2013, possibilitaram ao IFRN ser vencedor do Prêmio Inventor 2014, que a Petrobras concede anualmente às melhores patentes criadas em parceria com a Companhia.

**Tabela 10 – Dados de acesso ao Portal de Periódicos da CAPES das Instituições do Rio Grande do Norte.**

Instituição	Base de Referência		Texto Completo		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
1º lugar 2013	482.093	692.657	545.269	716.037	1.027.362	1.408.694
<b>IFRN (2º lugar 2013)</b>	<b>5.831</b>	<b>86.969</b>	<b>5.474</b>	<b>80.064</b>	<b>11.305</b>	<b>167.033</b>
3º lugar 2013	26.687	60.092	32.736	55.538	59.423	115.630
4º lugar 2013	20.532	64.752	7.337	5.719	27.869	70.471
5º lugar 2013	18.795	20.059	10.487	9.007	29.282	29.066
6º lugar 2013	-	0	-	55	-	55

Fonte: Sistema de Informações Georreferenciadas. Disponível em: < <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/> >. Acesso em: 06 fev. 2015.

**Tabela 11 – Dados do Webmetrics do IFRN que expressam a visibilidade web, em 2014.**

Ano	Mundo Ranking	Continental Ranking	Brasil Ranking	Presence	Impact	Openness	Excellence
2014	3495	291	121	2114	6800	1904	4158
2013	4496	343	128	2504	5260	3366	5155

Fonte: Webmetrics. Disponível em: < <http://www.webometrics.info/en/detalles/ifrn.edu.br> >. Acesso em: 06 fev. 2015.

Tabela 12 – Produção bibliográfica docente do IFRN no período 2012 a 2014.

<i>Campus</i>	Número de Livros	Número de Resumos	Número de Trabalhos Completos em Eventos	Número de Artigos em Periódicos
Apodi	19	82	109	83
Caicó	11	23	56	36
Natal-Cidade Alta	19	44	49	21
Canguaretama	11	4	35	33
Ceará-Mirim	2	0	7	2
Currais Novos	9	32	81	38
Natal-Central	98	83	461	200
Educação à Distância	50	10	50	22
Ipanguaçu	19	36	61	60
João Câmara	24	15	46	65
Lajes	0	0	2	0
Macau	19	26	35	40
Mossoró	27	23	132	51
Nova Cruz	6	6	68	41
Parelhas	0	0	0	0
Parnamirim	12	8	75	28
Pau dos Ferros	20	63	117	133
Santa Cruz	19	25	69	28
São Gonçalo do Amarante	10	4	125	23
São Paulo do Potengi	6	5	30	10
Natal-Zona Norte	17	41	80	26
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>530</b>	<b>1.688</b>	<b>940</b>

Fonte: SUAP, CNPq.

### 5.3.7. Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Macroprocesso		Reestruturação dos <i>Campi</i>			
<b>Objetivo estratégico</b>	Melhoria dos investimentos dos <i>campi</i> e financiamento de projetos vinculados ao plano de reestruturação institucional.				
<b>Execução Financeira</b>					
	<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
	Desenvolver projetos de melhoria dos investimentos para a reestruturação dos <i>campi</i> do IFRN.	20RL 20RG	10.232.585	5.140.702 9.689.882	145%
	<b>Total</b>		<b>10.232.585</b>	<b>14.830.584</b>	<b>145%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
<p>A Reestruturação dos <i>campi</i> congrega as ações vinculadas à reestruturação da Rede Federal de EPT. Os recursos alocados foram utilizados no desenvolvimento dos projetos estruturantes descritos à sequência.</p> <p><i>Campus</i> de Apodi:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• construção da sala dos servidores, guarita, banheiros, reforma na sala de saúde, almoxarifado, reformas para acessibilidade;</li> <li>• instalação de subestação elétrica.</li> </ul> <p><i>Campus</i> Caicó:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação da rede elétrica de média tensão;</li> <li>• construção de um depósito e bloco de salas administrativas; e</li> <li>• adequação de infraestrutura de acessibilidade, vias de trânsito e acessos.</li> </ul> <p><i>Campus</i> Currais Novos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação da guarita e adequação de acessos a veículos e pedestres;</li> <li>• construção de centro de vivência; e</li> <li>• construção de sala de servidores.</li> </ul> <p><i>Campus</i> Ipanguaçu: construção de laboratório de alimentos e depósito da manutenção.</p> <p><i>Campus</i> João Câmara:</p>					



- construção de área de vivência, com urbanização de calçadas e jardins;
  - construção dos banheiros do prédio anexo aos laboratórios; e
  - aquisição de veículo pick-up.
- Campus Lages:*
- construção de auditório;
  - construção de centro de vivência; e
  - aquisição de equipamentos e mobiliários.
- Campus Macau:*
- serviços de perfuração de poço tubular profundo; e
  - ampliação da unidade produtiva.
- Campus Mossoró:*
- reforma das salas das coordenações dos cursos;
  - construção de refeitório; e
  - serviços de montagem e instalação elétrica de dutos e cabos.
  - *Campus Natal-Central:* aquisição de equipamentos para laboratórios de cinco diretorias acadêmicas;
- Campus Natal-Zona Norte:*
- construção da área de vivência;
  - construção de estação de tratamento de esgoto;
  - construção da cobertura do estacionamento e reforma do prédio da manutenção; e
  - reforma da distribuição elétrica em baixa tensão.
- Campus Nova Cruz:*
- reforma e ampliação de ginásio; e
  - ampliação do bloco de salas de aula.
- Campus Parnamirim:*
- construção de sala dos servidores e guarita; e
  - construção de salas esportivas multiuso.
- Campus Parelhas:*
- construção do centro de vivência; e
  - aquisição de equipamentos e mobiliários.
- Campus Pau dos Ferros:* construção de subestação abrigada de energia elétrica.
- Campus Santa Cruz:*
- reforma da cobertura do ginásio e instalação de guarda-corpo;
  - reforma da guarita e do estacionamento; e
  - complementação de projetos de construção iniciados em 2013 e que tiveram reajustamento de contrato.
- Reitoria:*
- construção de prédio anexo (obra em curso); e
  - aquisição de licenças de uso de softwares.

Macroprocesso		Planejamento Estratégico e Orçamento Participativo			
<b>Objetivo estratégico</b>	Sistematização a elaboração do planejamento institucional visando à implantação do orçamento participativo.				
<b>Execução Financeira</b>					
	<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
	Coordenar o planejamento estratégico com o orçamento participativo nas UORGs do IFRN.	---	2.745.252	0	0%
	Coordenar o processo de elaboração do PDI 2014-2018 nas UORGs do IFRN.	---	50.000	0	0%
	<b>Total</b>		<b>2.795.252</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>					
O Planejamento Estratégico e Orçamento Participativo congrega as ações de coordenação de processos, elaboração e avaliação do Plano de Ação Anual e do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN.					
As atividades de coordenação de planejamento institucional em 2014, com vistas à construção do plano de ação do IFRN para o exercício de 2015 foram iniciadas no mês de outubro de 2014 e envolveram atividades que não demandaram realização de despesas adicionais diretamente alocadas para este fim. Os recursos foram destinados à reserva orçamentária para Reestruturação dos <i>campi</i> , repassadas em complementação às necessidades das ações realizadas.					

A construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 se deu com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Nos *campi*, foram constituídas comissões locais encarregadas de divulgar o processo de coleta de contribuições, recebê-las e sistematizá-las no módulo do PDI no SUAP. Tais contribuições, por sua vez, foram avaliadas pelas comissões temáticas responsáveis pela produção dos documentos-base das diferentes dimensões. Esses documentos foram avaliados pela comissão central responsável também pela aprovação do documento final, o qual foi aprovado pelo Conselho Superior do IFRN, conforme Resolução nº 29/2014-CONSUP. Os recursos previstos para despesas nesta ação foram integralmente alocados para as ações planejadas para “Manutenção dos Serviços Administrativos”, na dimensão de Administração, haja vista não ter existido necessidade de uso destes recursos com despesas especificamente relacionadas.

### 5.3.8. Tecnologia da Informação

Macroprocesso	Infraestrutura de Tecnologia da Informação			
<b>Objetivo estratégico</b>	Modernização da infraestrutura de tecnologia de informação e informatização de processos de gestão.			
<b>Execução Financeira</b>				
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Previsto (1,00 R\$)</b>	<b>Realizado (R\$ 1,00 \$)</b>	<b>%</b>
Aprovar e publicar Normas de Segurança da Informação.	20RL	1.390.000	323.939	23%
Implantar solução de <i>backup</i> em todos os <i>campi</i> do IFRN.	20RL	42.000	29.913	71%
Aumentar a velocidade de conectividade de todos os <i>campi</i> do IFRN.	20RL	421.500	330.472	78%
Contratar <i>link</i> de Internet redundante para o <i>Datacenter</i> .	20RL	0	51.187	100%
Adequar o cabeamento lógico de todos os <i>campi</i> do IFRN.	20RL	57.000	965.048	1693%
Expandir a cobertura de redes sem fio dos <i>campi</i> .	20RL	164.500	49.583	30%
Equalização do parque tecnológico do IFRN.	20RL 20RG	1.034.000	2.186 477.130	258%
<b>Total</b>		<b>3.109.000</b>	<b>4.413.372</b>	<b>142%</b>
<b>Execução Física e Análise Situacional</b>				
<p>A Infraestrutura de Tecnologia da Informação congrega as ações de atualização do parque de informática das unidades, de manutenção do Datacenter do IFRN e de desenvolvimento do SUAP.</p> <p>Na área de desenvolvimento de sistemas, em 2014, houve a cessão do SUAP, por meio de convênios, para mais de 20 Institutos Federais em todo o Brasil. Destacam-se o desenvolvimento e melhoria de módulos nas respectivas áreas/dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino: foi entregue o módulo acadêmico para gestão das atividades acadêmicas dos níveis de Graduação, Pós-Graduação e Técnico Integrado;</li> <li>• Pesquisa e Inovação: foi finalizado o módulo para a gestão de projetos de pesquisa, compreendendo desde a abertura dos editais, seleção de projetos e acompanhamento da execução dos projetos selecionados;</li> <li>• Extensão: foram feitas melhorias ao módulo já existente, que gerencia os projetos de extensão do IFRN;</li> <li>• Administração: foram realizadas diversas melhorias nos módulos relativos ao controle de patrimônio;</li> <li>• Gestão de pessoas: foram finalizados os módulos que dão suporte aos processos de concessão de RSC, digitalização das pastas funcionais e acompanhamento de avaliação da progressão para os técnicos-administrativos;</li> <li>• Assuntos Estudantis: foram desenvolvidos módulos para dar suporte às áreas de saúde (psicologia e odontologia), permitindo a gestão de atendimento aos estudantes;</li> <li>• Desenvolvimento Institucional: foram feitas várias melhorias ao módulo de Gestão de Indicadores.</li> </ul> <p>Quanto ao programa de atualização do parque de informática, foram repassados recursos para atendimento das necessidades de atualização de laboratórios e de aquisição de materiais de consumo para todos os <i>campi</i> do IFRN. Além disso, foi iniciada a substituição de toda a infraestrutura de rede sem fio em todos os <i>campi</i> do IFRN. Com a nova estrutura, os <i>campi</i> terão cobertura de rede sem fio em praticamente todas as áreas físicas, permitindo que a comunidade possa fazer uso dos equipamentos móveis.</p>				

Com relação à melhoria de infraestrutura para suporte aos serviços, destaca-se a operação contínua no *Datacenter* do IFRN e da equipe de infraestrutura, que permitiu importantes avanços quanto aos serviços oferecidos à comunidade. Por exemplo, o aumento da capacidade de armazenamento de informações, o que permitiu que os servidores do IFRN pudessem dispor de caixas de *e-mail* com capacidade de armazenamento de 5GB. Além disso, foram disponibilizadas aos estudantes caixas de *e-mail* integradas com serviços na nuvem, tanto da *Microsoft* quanto do *Google*.

Com relação à comunicação, foi lançado o serviço de comunicador interno para os servidores do IFRN, permitindo comunicação instantânea através de texto, voz ou vídeo. Esse sistema também está integrado com o sistema de telefonia IP do IFRN, permitindo interação de usuários do comunicador com os terminais telefônicos da instituição.

Por último, para melhorar a comunicação com os usuários dos serviços foi lançado o Portal de Tecnologia da Informação, no qual é possível, a todos os usuários dos serviços de TI, conhecerem os serviços e ferramentas disponibilizados para a comunidade.

Os percentuais de execução apresentaram diferenças com índices menores do que o planejado, na maioria das metas, por questões de imprevisibilidade de valor final de licitações e uso de Registros de Preços de outras instituições nos quais alguns itens tinham valor bem abaixo do valor orçado de mercado.

O cabejamento lógico teve a execução abaixo do previsto, principalmente por atraso na execução por parte da fornecedora do serviço. Com isso, as obras inacabadas serão finalizadas no ano de 2015.

Por outro lado, a meta de equalização do parque tecnológico teve sua execução bem acima do previsto em virtude do aproveitamento de recursos não utilizados em outras metas, assim como liberação de recursos contingenciados pela Reitoria, o que nos possibilitou aquisição de equipamentos que estavam previstos para serem adquiridos em 2015.

---

## **5.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional**

---

São apresentados os indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 e outros indicadores de gestão, contemplando, ao todo, 15 indicadores.

Cabe ressaltar que os dados utilizados para cálculo dos indicadores referem-se às ações para desenvolvimento de cursos e matrículas ordinárias, sem financiamento por descentralização de crédito. Nesse sentido, e ainda em atendimento à orientação contida no Ofício Circular nº 14/2015-SETEC/MEC, não são contabilizados recursos financeiros, matrículas e docentes envolvidos nas ações da Rede e-TEC Brasil, da UAB e do Pronatec/Bolsa-Formação.

### **5.4.1. Indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005**

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as instituições federais de educação profissional e tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O Quadro B.65.1 apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência.

Em atendimento à demanda da SETEC, estabelecida pelos Ofícios-Circulares nº 04/2015, 09/2015 e 11/2015, foram disponibilizados neste Relatório, na forma do Anexo III, os mesmos indicadores calculados por metodologia e recursos da Secretaria, que foram encaminhados ao IFRN em 02/03/2015.

**Quadro B.65.1 – Resumo dos resultados dos indicadores do Acórdão TCU n.º 2.267/2005**

Indicadores		Exercícios				
		2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	7,57	6,10	9,68	5,07	3,62
	Relação Ingressos/Aluno	50,02	61,35	76,57	59,85	63,84
	Relação Concluintes/Aluno	28,35	36,90	19,36	27,72	32,23
	Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes	53,95	63,40	33,89	76,56	69,88
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	16,13	7,41	9,11	14,68	10,62
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	22,46	26,44	24,06	29,29	25,19
Adminis- trativos	Gastos Correntes por Aluno	12.437,91	8.283,86	6.928,39	8.236,86	6.156,36
	Percentual de Gastos com Pessoal	67,11	60,47	65,98	63,02	69,96
	Percentual de Gastos com Outros Custeios	18,45	17,19	20,23	18,35	22,84
	Percentual de Gastos com Investimentos	10,48	17,19	9,74	14,75	7,19
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per capita</i> Familiar					
	Até 0,5 (exclusivo)	55,17	57,28	60,97	64,00	*
	Entre 0,5 e 1 (exclusivo)	26,58	26,24	23,88	0,00	*
	Entre 1 e 1,5 (exclusivo)	9,27	8,56	7,57	18,00	*
	Entre 1,5 e 2 (exclusivo)	3,67	3,32	3,00	0,00	*
	Entre 2 e 2,5 (exclusivo)	2,34	1,96	2,08	6,00	*
	Entre 2,5 e 3 (exclusivo)	0,86	1,06	0,81	0,00	*
Maior ou igual que 3	2,11	1,58	1,71	9,00	*	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	2,65	3,70	3,57	3,58	3,50

Fonte: SUAP, SIAPE e SIAFI Gerencial.

\* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.

5.4.1.1. Indicadores acadêmicos

**Relação Candidato/Vaga = Índice de Efetividade (RC/V)**

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Relação Candidato/Vaga = Índice de Efetividade (RC/V).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Identificar o nível de interesse da clientela escolar da região.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino.			
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/V = \frac{\text{Número de inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$			
<b>Método de medição</b>	Número de Inscrições: número de candidatos inscritos nos processos seletivos referentes aos editais de acesso discente publicados. Vagas ofertadas: número de vagas constantes em editais de acesso discente publicados.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de Inscrições = 101.701 Vagas ofertadas = 13.431			
<b>Fonte dos dados</b>	Sistema Gestor de Concursos do IFRN.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
7,57	6,10	9,68	5,07	3,62
Análise Crítica				
Obteve-se uma considerável ampliação do indicador quando comparado com o ano de 2013, resultado de uma significativa elevação da procura de candidatos pelos cursos superiores do IFRN ofertados através do SisU. Esse aumento no número de inscritos no SisU pode ter sido motivado pela ampliação no número de vagas ofertadas quando comparado ao ano anterior, de 400 para 632. Nos resultados do indicador não estão sendo contabilizadas as inscrições oriundas de cursos que receberam orçamentos extraordinários que são os cursos ofertados por intermédio da UAB, Rede e-TEC e Pronatec/Bolsa-Formação.				

**Relação de Ingressos/Alunos (I/A)**

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Relação de Ingressos/Alunos (I/A).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar a taxa de ingressantes, relacionada ao total de alunos.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino.			
<b>Equação de cálculo</b>	$I/A = \frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Número de inscrições: número de estudantes ingressantes em cursos ofertados pelo IFRN; é igual ao número de vagas ofertadas somando-se o número de estudantes ingressos por transferência compulsória ( <i>ex-officio</i> ). Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de ingressos = 13.431 Alunos matriculados = 26.849			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
50,02	61,35	76,57	59,85	63,84
Análise Crítica				
A redução de cerca de 11,33% na relação ingresso/aluno se deu pelo revezamento natural das ofertas dos <i>campi</i> do IFRN. Deve-se ressaltar que para o cálculo do índice não foram contabilizados os ingressos em cursos que receberam orçamentos extraordinários.				

**Relação Concluintes/Alunos (RC/A)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Relação Concluintes/Alunos (RC/A).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar a taxa de concluintes relacionada ao total de alunos.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino.			
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/A = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Número de concluintes: número de estudantes que concluíram os cursos/integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de concluintes = 7.613 Alunos matriculados = 26.849			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
28,35	36,90	19,36	27,72	32,23
<b>Análise Crítica</b>				
Com relação ao ano de 2013, este indicador teve uma pequena queda (8,55%). Essa deve-se ao fato de que, para o ano de 2014, não estão sendo contabilizadas as matrículas oriundas de orçamentos extraordinários, como é o caso dos cursos UAB, e-TEC e Pronatec/Bolsa-Formação. Além disso, esse indicador sofre uma tendência negativa, haja vista que o processo de expansão, ainda em curso, aumenta o número de matrículas de novos alunos. Em 2014, três <i>campi</i> (Ceará-Mirim, Canguaretama e São Paulo do Potengi) iniciaram suas ofertas em curso integrados e subsequentes. O que implica dizer que, para os cursos subsequentes, ter-se-á concluintes apenas em dois anos e para os cursos integrados, apenas em 4 anos.				

**Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (IEAC)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (IEAC) = Índice de eficácia da Instituição (taxa de conclusão de cursos).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar a eficiência das ofertas educacionais da Instituição.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino.			
<b>Equação de cálculo</b>	$IEAC = \frac{\sum \text{Concluintes}}{\sum \text{Ingressos correspondentes}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	$\sum$ Concluintes: número total de estudantes que concluíram os cursos/ integralizaram os créditos. $\sum$ Ingressos correspondentes: número de estudantes ingressantes em cada turma concluinte, relativo ao ano/período de ingresso da turma.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	$\sum$ Concluintes = 7.613 $\sum$ Ingressos correspondentes = 14.110			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
53,95	63,40	33,89	76,56	69,88
<b>Análise Crítica</b>				
Para o ano de 2014, o IFRN atingiu o índice de 53,95% de concluintes para cada turma de ingressantes. O decréscimo em relação ao ano de 2013 ocorre por dois motivos: 1) Em 2014, não estão sendo contabilizadas as matrículas oriundas de orçamentos extraordinários, como é o caso dos cursos UAB, e-TEC e Pronatec/Bolsa-Formação; 2) apesar de não se contabilizar matrículas Pronatec em 2013, o sistema SUAP estava com uma pequena falha, contabilizando os concluintes desse programa. Isso acarretava em um aumento do índice.				

### Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Identificar o percentual de retenção dos alunos.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino.			
<b>Equação de cálculo</b>	$RFE = \frac{\text{Retenção}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Retenção: número de estudantes reprovados (por nota e por falta) ou com matrícula trancada. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Retenção = 4,331 Alunos matriculados = 26.849			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
16,13	7,41	9,11	14,68	10,62
Análise Crítica				
<p>Este indicador também sofre influência do ajuste realizado no SUAP em relação à retirada dos alunos oriundos de orçamentos extraordinários (UAB, e-TEC e Pronatec). Em especial, os cursos do Pronatec/Bolsa-Formação que, por serem cursos de curta duração, possuem baixo índice de retenção escolar. Fato que permitiu um baixo índice de retenção nos anos de 2013 e 2012.</p> <p>Cabe ressaltar, que há continuidade das ações de acompanhamento sistematizado de estudantes e professores (orientação educacional, centros de aprendizagem, TAL e OVEP), de assistência estudantil, do aperfeiçoamento dos projetos de cursos e do PPP, bem como a promoção de ações de desenvolvimento e qualificação de servidores.</p>				

### Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (ADTI)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (ADTI).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria de Gestão de Pessoas.			
<b>Equação de cálculo</b>	$ADTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$			
<b>Método de medição</b>	Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional. Docentes em tempo integral: número de docentes (efetivos, substitutos e temporários) exclusivamente em sala de aula referente a jornada de trabalho de 40 horas semanais; professores com regime de 20 horas são contabilizados como 0,5; Dedicção Exclusiva e 40 horas são contabilizados como 1; professores em cargo de direção e função gratificada contam como FG=0,5, CD4=0,25, CD3=CD2=CD1=0.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Alunos matriculados = 26.849 Docentes em tempo integral = 1.195,25			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
22,46	26,44	24,06	29,29	25,19
Análise Crítica				
<p>Este indicador tem se mantido praticamente estável anualmente. Isso indica que o aumento de matrículas vem sendo acompanhado pela contratação de novos docentes. Com isso, a relação tem se mantido acima de 20 alunos por docente, conforme prevê o Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC-IFRN.</p>				

5.4.1.2. Indicadores administrativos

**Gastos Correntes por Aluno (GCA)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Gastos Correntes por Aluno (GCA).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar todos os gastos da Instituição (exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas), por aluno atendido.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Administração.			
<b>Equação de cálculo</b>	$GCA = \frac{\text{Total de gastos correntes}}{\text{Alunos matriculados}}$			
<b>Método de medição</b>	Total de gastos correntes = Outros custeios + Benefícios + Pessoal ativo Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos correntes = R\$ 335.760.515,85 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Pessoal ativo = R\$ 205.913.313,46 (valores liquidados na Ação 20TP) Alunos matriculados = 26.849			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP e SIAFI Gerencial 2014.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
12.437,91	8.283,86	6.928,39	8.236,86	6.156,36
<b>Análise Crítica</b>				
Para esse indicador o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2014 mais os Restos a Pagar não processados pagos.				



**Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Percentual de Gastos com Pessoal (PGP).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Relacionar os gastos de pessoal (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios), em função dos gastos totais.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Administração e Diretoria de Gestão de Pessoas.			
<b>Equação de cálculo</b>	$PGP = \frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Total de gastos com pessoal: Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal. Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB). (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.669,27 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Capital = R\$ 43.293.836,83 Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.689,27			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP e SIAFI Gerencial 2014.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
67,11	60,47	65,98	63,02	69,96
<b>Análise Crítica</b>				
Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2014 mais os Restos a Pagar não processados pagos. O percentual de gastos com pessoal só não é maior que o de 2010. Esse percentual é justificado devido ao aumento do quadro de servidores com a expansão da Rede Federal de EPT no estado e a demanda de recursos com o pagamento de retroativos referentes a Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos docentes da instituição no mês de dezembro. Somente esse processo representou o incremento de um montante de R\$ 12.485.728,48 no gastos com pessoal.				

**Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Relacionar os gastos totais de outros custeios (exceto benefícios, PASEP, investimentos e inversões financeiras), em função dos gastos totais.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Administração.			
<b>Equação de cálculo</b>	$PGOC = \frac{\text{Outros custeios}}{\text{Gastos totais}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Outros custeios: (Gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios, investimentos e inversões financeiras). Define-se como gastos para manutenção. Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal. Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB). (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Outros custeios = R\$ 78.008.133,19 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Capital = R\$ 43.293.836,83 Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.689,27			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP e SIAFI Gerencial 2014.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
18,45	17,19	20,23	18,35	22,84
<b>Análise Crítica</b>				
Para esse indicador o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2014 mais os Restos a Pagar não processados pagos. O percentual de gastos com custeio em 2014 foi o segundo maior da série, permanecendo atrás somente do ano de 2012.				

**Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Percentual de Gastos com Investimentos (GI).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Relacionar os gastos com investimentos (execução de obras e aquisição de imóveis), em função dos gastos totais.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Pró-Reitoria de Administração.			
<b>Equação de cálculo</b>	$PGI = \frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	<p>Total de gastos com investimentos e inversões financeiras: despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal.                      Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB). (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).</p>			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos com investimentos e inversões financeiras = R\$ 43.293.836,83 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Capital = R\$ 43.293.836,83 Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.689,27			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP e SIAFI Gerencial 2014.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
10,48	17,19	9,74	14,75	7,19
<b>Análise Crítica</b>				
Para esse indicador, o valor referente aos gastos considerou o total liquidado no exercício com empenhos emitidos em 2014 mais os Restos a Pagar não processados pagos. Houve uma redução no percentual de gastos com investimentos em relação ao ano anterior, porém, ainda permaneceu superior aos anos de 2012 e 2010. Comparado com 2013, o valor destinado para despesa de capital foi reduzido em R\$ 18.857.573,17.				

5.4.1.3. Indicador socioeconômico

**Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC)**

<b>Dados gerais do indicador</b>					
<b>Nome do Indicador</b>	Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC).				
<b>Objetivo do Indicador</b>	Identificar a renda familiar dos alunos matriculados e auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico.				
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis.				
<b>Equação de cálculo</b>	$PSC = \frac{\text{Alunos matriculados por classe de renda familiar per capita}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$				
<b>Método de medição</b>	<p>Alunos matriculados por classe de renda familiar <i>per capita</i>: número de estudantes matriculados em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional, por faixa de renda familiar, tendo por referências as faixas de Até 0,5 SM; 0,5 a 1SM; 1 a 1,5SM; 1,5 a 2,5SM; 2,5 a 3SM; e acima de 3SM (SM = salário mínimo)</p> <p>Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.</p>				
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	<p>Alunos matriculados por classe de renda familiar <i>per capita</i>:</p> <p>Maior ou igual a 3 salários mínimos = 578  Entre 2,5 e 3 salários mínimos = 240  Entre 2 e 2.5 salários mínimos = 637  Entre 1.5 e 2 salários mínimos = 998  Entre 1 e 1.5 salários mínimos = 250  Entre 0.5 e 1 salário mínimo = 7221  Até 0,5 salário mínimo = 14.990</p>				
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.				
<b>Resultados / Exercícios</b>					
<b>Renda per capita familiar</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Até 0,5 (exclusivo)	55,17	57,28	60,97	64,00	*
Entre 0,5 e 1 (exclusivo)	26,58	26,24	23,88	0,00	*
Entre 1 e 1,5 (exclusivo)	9,27	8,56	7,57	18,00	*
Entre 1,5 e 2 (exclusivo)	3,67	3,32	3,00	0,00	*
Entre 2 e 2,5 (exclusivo)	2,34	1,96	2,08	6,00	*
Entre 2,5 e 3 (exclusivo)	0,86	1,06	0,81	0,00	*
Maior ou igual que 3	2,11	1,58	1,71	9,00	*
* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.					
<b>Análise Crítica</b>					
<p>O IFRN apresentou, em 2014, 27.169 estudantes com caracterização socioeconômica realizada, os quais estão agrupados conforme renda familiar <i>per capita</i>. Conforme a configuração descrita, tem-se que 91,2% dos estudantes detém renda <i>per capita</i> familiar de até um salário mínimo e meio, ou seja, um quantitativo de 24.716 estudantes apresenta perfil prioritário para inclusão nas ações de assistência estudantil, segundo parâmetro estabelecido pelo Decreto nº 7.234/2010 (PNAES). Este elevado percentual indica a existência de situações caracterizadas por vulnerabilidade socioeconômica entendida enquanto fragilidade financeira associada a situações de negação de acesso aos direitos sociais. O processo de expansão da Rede Federal de EPT e a democratização do acesso, através das políticas de ações afirmativas, são aspectos relevantes para uma realidade social histórica baseada no acirramento das desigualdades sociais e na lógica de regressão de direitos sociais no país. Entretanto, a ampliação do acesso discente resulta no aumento das demandas tradicionais da assistência estudantil e o surgimento de novas demandas, uma vez que se presencia uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos estudantes nos seus diferentes cursos. A análise desses dados permite aprofundar a gerência dos recursos da assistência estudantil e a reformulação das ações, para sua ampliação e/ou criação com o fito de atingir um índice maior de atendidos pela assistência estudantil, o que vem corroborar para resultados positivos e satisfatórios nesta área de atuação.</p>					

#### 5.4.1.4. Indicadores de gestão de pessoas

##### Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Quantificar a titulação do corpo de professores.			
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas.			
<b>Equação de cálculo</b>	$ITCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$			
<b>Método de medição</b>	Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima G = Graduado; A = Aperfeiçoado; E = Especialista; M = Mestre; e D = Doutor			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	G = 630; A = 6; E = 168; M = 332; D = 233			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
2,65	3,70	3,57	3,58	3,50
Análise Crítica				
<p>A tendência desse índice para um quadro de docentes estável é o crescimento gradual ao longo dos anos, tendo em vista a Política de Capacitação de Servidores do IFRN, atualmente regida pela Resolução nº 67/2011-CONSUP/IFRN, que prevê a liberação de servidores para cursar pós-graduações. Também colabora para isso, o estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino superior para qualificação de professores. Ocorre que, em razão da política de expansão da Rede Federal de EPT, o IFRN vem apresentando um crescimento no seu quadro de professores ao longo dos últimos anos, fato que colabora para que o ITCD não tenha crescimento expressivo. Enquanto o quadro de servidores mais antigos tende a qualificar-se e aumentar sua titulação, muitos dos servidores nomeados em 2014 chegam com titulações não tão elevadas quanto os docentes mais antigos do Instituto.</p>				

#### 5.4.2. Outros indicadores de gestão

Além dos obrigatórios, o IFRN mantém indicadores de extensão, pesquisa e inovação e tecnologia da informação, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O Quadro A.5.4 apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência.

Quadro A.5.4 – Outros indicadores de desempenho

Indicadores		Exercícios				
		2014	2013	2012	2011	2010
Extensão	Grau de Envolvimento com Extensão	16,65	18,78	7,95	*	*
	Pesquisa e Inovação	Indicador Acumulado de Publicações dos Docentes	69,37	66,18	63,94	*
Tecnologia da Informação	Relação Alunos/Computador	8,12	9,20	11,41	*	*

Fonte: SUAP.

\* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.

#### 5.4.2.1. Indicador de extensão

##### Grau de Envolvimento com Extensão (GEE)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Grau de Envolvimento com Extensão (GEE).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Indicar a participação dos docentes em projetos de extensão.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Extensão e Diretoria de Gestão de Pessoas.			
<b>Equação de cálculo</b>	$GEE = \frac{\text{Docentes envolvidos com extensão}}{\text{Total de docentes em exercício}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Docentes envolvidos com extensão: número de docentes atuantes em projetos ou programas de extensão no IFRN, registrados no módulo Projetos de Extensão do SUAP. Total de docentes em exercício: número total de docentes em exercício no IFRN.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Docentes envolvidos com extensão = 228 Total de docentes em exercício = 1369			
<b>Fonte dos dados</b>	Módulo Gestão do SUAP.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
16,65	18,78	7,95	*	*
* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.				
Análise Crítica				
<p>Em 2014, o GEE apresentou um resultado de 16,65%, tendo sido inferior ao ano de 2013, que apresentou GEE de 18,8%, em virtude de que no ano de 2013 foram contabilizados os docentes que atuaram nos projetos do Edital para SELEÇÃO PÚBLICA PARA APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO/PESQUISA APLICADA, VISANDO ATENDER O OBJETO FINANCIÁVEL (4.2.5) DO EDITAL 02/2012-SETEC/MEC, e esses tiveram vigência até fevereiro de 2013. Excluindo-se esses projetos esse indicador é de GEE 12,5% observando-se um crescimento no percentual de envolvimento de docentes com atividade de extensão de aproximadamente 32%, embora se tenha expectativa que esse número pode ser superior, tendo em vista que muitas ações de extensão ainda não são devidamente registradas no SUAP. Esse crescimento é fruto de diversas ações gerenciais visando melhorar o fluxo de informação e sistematização de suas ações. O acompanhamento das ações de extensão visa melhorar o fluxo de informação e sistematização dessas ações. Destaca-se o lançamento de edital de fluxo contínuo para cadastramento dos projetos executados nos <i>campi</i> e da regulamentação da atividade docente e de instrumento de avaliação para progressão funcional que contemplou a participação em atividade de extensão, fazendo com que os servidores passassem a dar mais importância ao registro de suas atividades. Outros indicadores observados, a partir dos dados extraídos no Módulo de Projetos SUAP, tais como o grau de envolvimento de técnicos-administrativos que passou de 6,45% para 10,5% e de discentes que cresceu de 1,3% para 1,8%, demonstram que está havendo valorização da dimensão extensão no âmbito do IFRN, embora se necessite sempre de maiores investimentos para realização dessas atividades e de uma atualização de seus regulamentos e de seus registros.</p>				

5.4.2.2. Indicador de pesquisa e inovação

**Indicador Acumulado de Publicações dos Docentes (IPubD)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Indicador Acumulado de Publicações dos Docentes (IPUBD).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Valorar o nível de publicações científicas do corpo docente.			
<b>Área responsável</b>	Pró-Reitoria de Pesquisa e Diretoria de Gestão de Pessoas.			
<b>Equação de cálculo</b>	$IPubD = \frac{PA \times na + PL \times nl + PT \times nt + PR \times nr}{(PA + PL + PT + PR) \times D}$			
<b>Método de medição</b>	<p>PA = peso atribuído aos artigos publicados em periódicos científicos indexados = 35.  na = número de artigos publicados em periódicos científicos indexados, pelo corpo docente da Instituição, nos últimos 3 anos.  PL = peso atribuído aos livros ou capítulos de livros publicados = 35.  nl = número de livros ou capítulos de livros publicados pelo corpo docente da instituição, nos últimos 3 anos.  PT = peso atribuído aos trabalhos publicados em anais = 20.  nt = nº de trabalhos completos publicados em anais, pelo corpo docente da Instituição, nos últimos 3 anos.  PR = peso atribuído aos resumos publicados em anais = 10.  nr = número de resumos publicados em anais, pelo corpo docente da Instituição, nos últimos 3 anos.  D = número total de docentes da Instituição.</p>			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	PA = 35; na = 940; PL = 35; nl = 400; PT = 20; nt = 1688; PR = 10; nr = 530; D = 1239			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP e CNPq.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
<b>2012-2014</b>	<b>2011-2013</b>	<b>2010-2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
69,37	66,18	63,94	*	*
* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.				
<b>Análise Crítica</b>				
Comparando com o período do ano anterior (IpubD <sub>2011-2013</sub> = 66,18) é observado um crescimento da ordem de três pontos. As políticas de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa influenciaram na elevação deste índice, bem como nas respostas às demandas por pesquisa pela sociedade. É evidente que a consolidação docente na Instituição, as políticas de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa influenciaram na elevação deste índice. É evidente que a elevação do indicador deve estar associada a uma maior interação com a sociedade, tendo em vista a vinculação de projetos de pesquisa associados às demandas de desenvolvimento regional.				

#### 5.4.2.3. Indicador de tecnologia da informação

##### Relação Alunos/Computador (RA/C)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Relação Alunos/Computador (RA/C).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Mensurar a relação de alunos em função do parque de computadores instalados na Instituição para fins acadêmicos.			
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação.			
<b>Equação de cálculo</b>	$RA/C = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Computadores uso acadêmico}}$			
<b>Método de medição</b>	Computadores uso acadêmico: total de computadores em uso acadêmico no IFRN. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Alunos matriculados = 26.849 Computadores uso acadêmico = 3.306			
<b>Fonte dos dados</b>	Educacenso/Módulo Gestão do SUAP			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
8,12	9,20	11,41	*	*
* Era utilizada outra metodologia de medição do indicador, o que impossibilita a comparação.				
Análise Crítica				
A análise da relação Aluno/Computador leva em consideração que o parque de computadores está disponível para os alunos, os quais, na prática, fazem uso dos mesmos nos três turnos de aula. Portanto, o número de alunos inclui todos os alunos matriculados que se dividem em três turnos. Além disso, o número de computadores tem se mostrado adequado para o uso concomitante dos alunos que precisam utilizá-los para as atividades acadêmicas.				

### 5.5. Análise dos resultados dos indicadores de gestão

A análise dos indicadores de gestão – tanto os referentes ao Acórdão TCU, quanto os demais indicadores – está explicitada imediatamente após cada indicador na seção 5.4.

### 5.6. Informações sobre custos de produtos e serviços

As informações sobre custos de produtos e serviços não se aplicam ao IFRN. O Quadro A.5.5 foi excluído.



## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste capítulo são apresentados os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativamente às ações de responsabilidade do IFRN.

### 6.1. Programação e execução das despesas

#### 6.1.1. Programação das despesas

O quadro A.6.1.1 apresenta a programação de despesas com registro contábil de créditos da LOA.

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: IFRN			Código UO: 26435		UGO: 158155	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			205.602.586,00	-	90.163.055,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		72.144.912,00	-	4.749.448,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-423.048,00		
<b>Outras Operações</b>			-	-	-	
Dotação final 2014 (A)			277.747.498,00	-	94.489.455,00	
Dotação final 2013(B)			212.120.630,00	-	86.867.531,00	
Variação (A/B-1)*100			<b>30,94%</b>	-	<b>8,77%</b>	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			31.324.135,00	-	-	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		2.263.286,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
Créditos Cancelados		-	-	-		
<b>Outras Operações</b>			-	-	-	
Dotação final 2014 (A)			33.587.421,00	-	-	
Dotação final 2013(B)			20.194.365,00	-	-	
Variação (A/B-1)*100			<b>66,32%</b>	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

#### 6.1.1.1. Análise Crítica

Ao analisarmos a composição inicial e final da Programação do Orçamento das Despesas Fixadas e Receitas Previstas do IFRN, para o exercício de 2014, constata-se que a Instituição recebeu Créditos Adicionais, na modalidade Crédito Suplementar, apenas em Despesas de Pessoal, caracterizando que a organização encontra-se em expansão das suas atividades, com aumento da sua força de trabalho, em função de implantação e ampliação das suas instalações físicas. Situação semelhante ocorreu em Despesas de Custeio, especificamente em Benefícios aos Servidores, tais como: Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio Vale Transporte e Auxílio Alimentação para os servidores, ou seja, os créditos adicionais caracterizaram mais aporte de recursos orçamentários para manter o funcionamento normal da Instituição, caracterizando

apenas o funcionamento normal do que já existe. Com relação a despesas de Investimento e Custeio de funcionamento a Instituição não recebeu acréscimo orçamentário.

### 6.1.2. Movimentação de créditos interna e externa

Os Quadros A.6.1.2.1 e A.6.1.2.2 compreendem o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não componha o Relatório de Gestão).

**Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158155	152711	12306203087440001	-	-	18.187,68
		152711	12363203120RL0024	-	-	1.573.926,30
		152711	12363203120RW0001	-	-	163.670,29
		152711	12363203129940024	-	-	549.938,27
		152711	12363203163580024	-	-	98.419,16
		152711	12363203163800001	-	-	150.000,00
		152711	13392202720ZF0001	-	-	1.107.140,28
		152756	12363203120RL0024	-	-	1.862.564,64
		152756	12363203120RW0001	-	-	212.845,08
		152756	12363203129940024	-	-	479.404,62
		152756	12363203163580024	-	-	46.574,14
		152757	12363203120RL0024	-	-	1.416.864,11
		152757	12363203120RW0001	-	-	208.515,94
		152757	12363203129940024	-	-	427.660,00
		152757	12363203163580024	-	-	55.420,23
		154582	12306203087440001	-	-	13.725,00
		154582	12363203120RL0024	-	-	1.590.515,32
		154582	12363203120RW0001	-	-	160.223,81
		154582	12363203129940024	-	-	420.235,52
		154582	12363203163580024	-	-	61.989,48
		154838	12306203087440001	-	-	10.371,47
		154838	12363203120RL0024	-	-	1.168.985,35
		154838	12363203120RW0001	-	-	73.202,00
		154838	12363203129940024	-	-	111.161,10
		154838	12363203163580024	-	-	39.626,40
		154839	12306203087440001	-	-	12.544,37
		154839	12363203120RL0024	-	-	1.051.982,79
		154839	12363203120RW0001	-	-	167.950,53
		154839	12363203129940024	-	-	89.067,88
		154839	12363203163580024	-	-	61.112,90
		154840	12363203120RL0024	-	-	1.371.612,70
		154840	12363203129940024	-	-	108.562,57
		154840	12363203163580024	-	-	31.560,25
		158365	12306203087440001	-	-	144.285,45
		158365	12363203120RL0024	-	-	3.174.654,36
		158365	12363203120RW0001	-	-	391.141,25
		158365	12363203129940024	-	-	896.551,93
		158365	12363203163580024	-	-	38.170,62
		158366	12306203087440001	-	-	19.392,82
		158366	12363203120RL0024	-	-	2.187.792,72
158366	12363203120RW0001	-	-	214.781,55		
158366	12363203129940024	-	-	819.999,60		
158366	12363203163580024	-	-	63.087,79		
158367	12306203087440001	-	-	141.347,34		
158367	12363203120RL0024	-	-	2.346.916,16		
158367	12363203129940024	-	-	820.711,45		
158367	12363203163580024	-	-	56.052,86		
158368	12306203087440001	-	-	21.625,00		

		158368	12363203120RL0024	-	-	2.300.848,35
		158368	12363203120RW0001	-	-	48.128,40
		158368	12363203129940024	-	-	817.459,43
		158368	12363203163580024	-	-	22.806,81
		158369	10128201520YD0001	-	-	3.500.000,00
		158369	12306203087440001	-	-	107.384,76
		158369	12363203120RL0024	-	-	10.419.155,59
		158369	12363203120RW0001	-	-	250.364,22
		158369	12363203129940024	-	-	3.306.165,68
		158369	12363203163580024	-	-	254.322,39
		158369	12363203163800001	-	-	103.965,00
		158369	12363203163800024	-	-	121.043,72
		158369	12363203182520001	-	-	205.443,25
		158369	12368203020RJ0001	-	-	792.662,33
		158370	12306203087440001	-	-	25.950,00
		158370	12363203120RL0024	-	-	1.529.352,66
		158370	12363203120RW0001	-	-	313.098,38
		158370	12363203129940024	-	-	585.287,42
		158370	12363203163580024	-	-	41.417,10
		158371	12306203087440001	-	-	34.483,95
		158371	12363203120RL0024	-	-	2.835.642,22
		158371	12363203120RW0001	-	-	183.919,88
		158371	12363203129940024	-	-	764.247,32
		158371	12363203163580024	-	-	56.996,88
		158372	12306203087440001	-	-	42.881,00
		158372	12363203120RL0024	-	-	2.005.846,34
		158372	12363203120RW0001	-	-	189.499,09
		158372	12363203129940024	-	-	744.387,90
		158372	12363203163580024	-	-	61.944,68
		158373	12306203087440001	-	-	112.036,81
		158373	12363203120RL0024	-	-	1.823.247,56
		158373	12363203120RW0001	-	-	262.240,10
		158373	12363203129940024	-	-	658.143,00
		158373	12363203163580024	-	-	61.635,08
		158374	12306203087440001	-	-	40.249,28
		158374	12363203120RL0024	-	-	2.098.318,29
		158374	12363203120RW0001	-	-	340.669,96
		158374	12363203129940024	-	-	753.900,75
		158374	12363203163580024	-	-	27.705,10
		158375	12306203087440001	-	-	35.059,50
		158375	12363203120RL0024	-	-	3.970.511,04
		158375	12363203120RW0001	-	-	138.414,76
		158375	12363203129940024	-	-	524.413,40
		158375	12363203163580024	-	-	62.816,07
	<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
	158155	152711	12363203120RG0024	222.796,00	-	-
		152711	12363203120RL0024	510.799,06	-	-
		152711	13392202720ZF0001	299.444,18	-	-
		152756	12363203120RG0024	898.600,42	-	-
		152756	12363203120RL0024	253.505,48	-	-
		152757	12363203120RG0024	1.162.660,24	-	-
		152757	12363203120RL0024	224.800,22	-	-
		154582	12363203120RG0024	604.298,41	-	-
		154582	12363203120RL0024	235.598,02	-	-
		154838	12363203120RL0024	147.696,21	-	-
		154839	12363203120RL0024	687.292,91	-	-
		154840	12363203120RL0024	276.992,37	-	-
		158365	12363203120RL0024	415.921,21	-	-
		158366	12363203120RG0024	1.010.998,00	-	-
		158366	12363203120RL0024	878.498,80	-	-
		158367	12363203120RG0024	672.449,63	-	-

		158367	12363203120RL0024	345.758,88	-	-
		158368	12363203120RG0024	311.400,00	-	-
		158368	12363203120RL0024	338.973,24	-	-
		158369	12363203120RG0024	1.524.540,63	-	-
		158369	12363203120RL0024	985.560,01	-	-
		158369	12363203182520001	528.230,23	-	-
		158369	12368203020RJ0001	147.900,00	-	-
		158370	12363203120RG0024	904.384,95	-	-
		158370	12363203120RL0024	252.767,06	-	-
		158371	12363203120RG0024	115.763,71	-	-
		158371	12363203120RL0024	316.363,90	-	-
		158372	12363203120RG0024	285.402,76	-	-
		158372	12363203120RL0024	442.170,49	-	-
		158373	12363203120RG0024	896.304,44	-	-
		158373	12363203120RL0024	358.172,18	-	-
		158374	12363203120RG0024	935.729,12	-	-
		158374	12363203120RL0024	504.219,59	-	-
		158375	12363203120RL0024	230.619,04	-	-
		158372	12363203120RG0001	-	308.908,32	-
<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Concedidos</b>	158155	153033	12363203163580024	-	-	6.978,00
		153103	12363203120RL0024	-	-	134.085,07
		153103	12363203163580024	-	-	11.994,10
		158393	12363203120RL0024	-	-	54.250,00
<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-
	150014	158155	12122210920TP0001	246.538,47	-	-
	150014		12331210920110053	-	-	203.415,62
	152734		12363203163800001	-	-	253.965,00
	153063		12364203220RK0015	-	-	2.637,36
	153103		12364203220RK0024	-	-	29.199,31
	153010		12363203120RL0033	-	-	3.716,83
	153019		12364203220RK0041	-	-	1.978,02
	154043		12364203220RK0031	-	-	799,20
	154003		12364203204870001	-	-	9.131,25
	154003		12368203020RJ0001	-	-	39.999,20
	154003		12368203020RJ0001	-	-	792.662,33
	153173		12306203087440001	-	-	779.524,43
	153173		12363203120RW0001	-	-	3.400.233,07
	153173		12363203182520001	-	-	205.443,25
	158138		12363203120RL0025	-	-	899,10
	158489		12363203120RL0017	-	-	199,80
158139	12364203220RK0015		-	-	2.637,36	
158516	12363203120RL0042	-	-	3.668,40		
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>	158155	153033	12363203120RL0024	25.864,99	-	-
		153103	12363203120RL0024	22.222,94	-	-
<b>Recebidos</b>	152734	158155	12363203163800001	2.977.588,62	-	-
	152734		12363203120RG0001	-	308.908,32	-
	154003		12368203020RJ0001	147.900,00	-	-
	153173		12363203182520001	528.230,23	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

**Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	158155	090031	28846090100050024	220.213,59	-	-
		090031	28846090100G50001	15.636,00	-	-
		170057	12363203163580024	-	-	2.738,27
<b>Recebidos</b>	257001	158155	10128201520YD0001	-	-	3.500.000,00
	420029		13392202720ZF0001	-	-	1.107.140,28
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	340033	158155	13392202720ZF0001	299.444,18	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

**6.1.3. Realização da despesa**

6.1.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Total

**Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária: IFRN		Código UO: 26435		UGO: 158155	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>36.903.646,61</b>	<b>28.697.381,14</b>	<b>36.562.283,55</b>	<b>28.027.886,35</b>	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	609.167,68	-	609.167,68	
c) Concorrência	321.455,98	3.412.426,90	321.455,98	3.320.539,40	
d) Pregão	33.978.971,09	24.570.525,12	33.637.608,03	24.000.486,12	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	2.603.219,54	105.261,44	2.603.219,54	97.693,15	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.796.489,93</b>	<b>4.591.528,29</b>	<b>6.783.904,94</b>	<b>4.054.127,28</b>	
h) Dispensa	5.583.589,93	3.496.096,90	5.571.004,94	3.171.897,75	
i) Inexigibilidade	1.212.900,00	1.095.728,39	1.212.900,00	882.229,53	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>10.646,97</b>	<b>-</b>	<b>10.646,97</b>	
j) Suprimento de Fundos	-	10.646,97	-	10.646,97	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>278.787.498,00</b>	<b>212.318.583,96</b>	<b>278.783.725,75</b>	<b>209.045.938,02</b>	
k) Pagamento em Folha	277.141.611,21	211.080.194,66	277.140.866,57	207.813.120,38	
l) Diárias	1.645.886,79	1.238.389,30	1.642.859,18	1.232.817,64	
<b>5. Outros</b>	<b>26.871.488,52</b>	<b>25.051.426,79</b>	<b>26.845.819,01</b>	<b>24.036.096,60</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>349.359.123,06</b>	<b>270.669.567,15</b>	<b>348.975.733,25</b>	<b>241.138.598,62</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

6.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos Originários – Executados  
Diretamente pela UJ

**Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários**

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26435		UGO: 158155	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>7.954.194,67</b>	<b>7.560.270,48</b>	<b>7.954.194,67</b>	<b>7.313.197,30</b>	
a) Convite	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	609.167,68	-	609.167,68	
c) Concorrência	-	2.433.550,22	-	2.433.550,22	
d) Pregão	6.652.077,67	4.517.552,58	6.652.077,67	4.270.479,40	
e) Concurso	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.302.117,00	-	1.302.117,00	-	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.499.629,48</b>	<b>809.986,53</b>	<b>2.499.629,48</b>	<b>626.941,57</b>	
h) Dispensa	2.153.938,30	321.039,96	2.153.938,30	321.039,96	
i) Inexigibilidade	345.691,18	488.946,57	345.691,18	305.901,61	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-	
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>277.382.428,72</b>	<b>211.303.863,47</b>	<b>277.381.684,08</b>	<b>208.036.557,60</b>	
k) Pagamento em Folha	276.935.150,80	210.962.038,16	276.934.406,16	207.694.963,88	
l) Diárias	447.277,92	341.825,31	447.277,92	341.593,72	
<b>5. Outros</b>	<b>19.296.957,11</b>	<b>16.991.819,58</b>	<b>19.296.957,11</b>	<b>16.819.420,92</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>307.133.209,98</b>	<b>236.665.940,06</b>	<b>307.132.465,34</b>	<b>232.796.117,39</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

6.1.3.3. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: IFRN			Código UO: 26435		UGO: 158155			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	196.786.671,95	143.501.742,09	196.786.671,95	143.501.742,09	-	-	196.786.671,95	142.261.596,15
OBRIGACOES PATRONAIS	36.863.688,23	29.469.347,92	36.863.688,23	29.404.075,50	-	65.272,42	36.863.688,23	29.290.485,02
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	29.794.507,91	26.689.146,16	29.794.507,91	26.689.146,16	-	-	29.793.763,27	24.812.717,31
Demais elementos do grupo	13.713.887,71	11.497.853,91	13.696.743,12	11.485.230,91	17.144,59	12.623,00	13.696.743,12	11.448.321,90
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>87.770.792,57</b>	<b>83.730.378,11</b>	<b>61.025.594,87</b>	<b>52.023.937,77</b>	<b>26.745.197,70</b>	<b>31.706.440,34</b>	<b>60.693.962,45</b>	<b>49.926.375,44</b>
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	31.153.251,92	36.431.145,95	14.428.868,26	10.951.002,90	16.724.383,66	25.480.143,05	14.225.482,02	10.137.103,06
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.791.278,60	12.524.683,94	13.287.805,11	10.264.906,60	2.503.473,49	2.259.777,34	13.188.525,46	10.048.010,48
AUXILIO-ALIMENTACAO	9.771.168,77	8.640.452,70	9.771.168,77	8.640.452,70	-	-	9.771.168,77	8.640.452,70
Demais elementos do grupo	31.055.093,28	26.134.095,52	23.537.752,73	22.167.575,57	7.517.340,5	3.966.519,95	23.508.786,20	21.100.809,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.279.227,66	13.327.139,26	8.407.924,47	3.602.169,45	7.871.303,19	9.724.969,81	8.356.911,72	3.549.452,68
OBRAS E INSTALACOES	12.751.748,92	6.273.240,50	2.444.100,51	3.917.040,82	10.307.648,41	2.356.199,68	2.444.100,51	3.840.494,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	741.636,00	227.081,45	339.892,00	46.521,45	401.744,00	180.560,00	339.892,00	45.252,72
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

6.1.3.4. Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	196.786.671,95	143.501.742,09	196.786.671,95	143.501.742,09	-	-	196.786.671,95	142.261.596,15
OBRIGACOES PATRONAIS	36.863.688,23	29.469.347,92	36.863.688,23	29.404.075,50	-	65.272,42	36.863.688,23	29.290.485,02
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	29.794.507,91	26.689.146,16	29.794.507,91	26.689.146,16	-	-	29.793.763,27	24.812.717,31
Demais elementos do grupo	13.490.282,71	11.379.697,41	13.490.282,71	11.367.074,41		12.623,00	13.490.282,71	11.330.165,40
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	28.704.005,23	25.317.656,42	24.497.143,86	20.549.709,52	4.206.861,37	4.767.946,90	24.497.143,86	19.960.885,03
AUXILIO-ALIMENTACAO	9.771.168,77	8.640.452,70	9.771.168,77	8.640.452,70	-	-	9.771.168,77	8.640.452,70
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	7.007.587,55	5.806.259,85	3.549.032,18	1.620.269,26	3.458.555,37	4.185.990,59	3.549.032,18	1.250.268,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.646.168,71	4.233.426,69	4.645.333,48	4.233.426,69	835,23	-	4.645.333,48	4.192.956,52
Demais elementos do grupo	7.279.080,20	6.637.517,18	6.531.609,43	6.055.560,87	747.470,77	581.956,31	6.531.609,43	5.877.207,81
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.122.489,06	6.611.531,00	4.155.089,32	2.078.378,76	1.967.399,74	4.533.152,24	4.155.089,32	2.064.454,86
OBRAS E INSTALACOES	6.028.049,61	3.658.798,47	1.302.117,00	3.042.717,90	4.725.932,61	616.080,57	1.302.117,00	3.042.717,90
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	622.949,00	213.655,72	243.709,00	33.095,72	379.240,00	180.560,00	243.709,00	33.095,72
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.



6.1.3.5. Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação

**Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Valores em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>2.393.883,53</b>	<b>4.904.006,13</b>	<b>2.393.883,53</b>	<b>4.795.451,61</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	640.814,95	3.786.499,09	640.014,95	3.704.924,23
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.753.068,58	1.117.507,04	1.753.068,58	1.090.527,38
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.663.195,78</b>	<b>1.562.405,40</b>	<b>2.663.195,78</b>	<b>1.562.405,40</b>
h) Dispensa	2.663.195,78	1.561.766,42	2.663.195,78	1.559.962,41
i) Inexigibilidade	-	638,98	-	638,98
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>322.167,24</b>	<b>133.478,29</b>	<b>322.167,24</b>	<b>132.594,47</b>
k) Pagamento em Folha	246.538,47	118.156,50	246.538,47	118.156,50
l) Diárias	75.628,77	15.321,79	75.628,77	14.437,97
<b>5. Outros</b>	<b>3.204.079,51</b>	<b>7.784.970,39</b>	<b>3.198.778,31</b>	<b>6.486.530,42</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>8.583.326,06</b>	<b>14.384.860,21</b>	<b>8.578.024,86</b>	<b>12.976.981,90</b>

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

6.1.3.6. Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	246.538,47	290.000,00	246.538,47	290.000,00	-	290.000,00	246.538,47	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>10.336.249,81</b>	<b>20.124.944,84</b>	<b>6.514.156,00</b>	<b>11.246.962,37</b>	<b>3.822.093,81</b>	<b>8.877.982,47</b>	<b>6.508.054,80</b>	<b>9.895.810,48</b>
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	5.777.568,37	6.450.458,19	2.957.125,37	2.147.592,22	2.820.443,00	4.302.865,97	2.957.125,37	2.144.033,95
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.429.664,36	4.174.610,96	1.420.871,38	3.205.644,92	8.792,98	968.966,04	1.420.871,38	2.896.024,69
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.277.795,10	3.758.488,06	1.187.916,90	3.636.713,06	89.878,20	121.775,00	1.183.238,90	2.873.578,08
Demais elementos do grupo	1.851.221,98	5.741.387,63	948.242,35	2.257.012,17	902.979,63	3.484.375,46	946.819,15	1.982.173,76
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4. Investimentos</b>								
OBRAS E INSTALACOES	2.977.588,62	11.965.000,00	1.753.068,58	1.117.507,04	1.224.520,04	10.847.492,96	1.753.068,58	1.090.527,38
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	975.574,41	9.470.370,46	69.563,01	1.902.234,30	906.011,40	7.568.136,16	69.563,01	1.870.683,53
<b>5. Inversões Financeiras</b>		-	-	-	-	-	-	-
AQUISICAO DE IMOVEIS	308.908,32	-	-	-	308.908,32	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>		-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

#### 6.1.3.7. Análise crítica

Após análise da composição da execução orçamentária do IFRN em 2014, pode-se afirmar que a despesa de pessoal representa o valor mais significativo na composição dos recursos disponibilizados através da LOA para a Instituição. Assim, na execução orçamentária de despesas de pessoal não é exigida a realização de certames licitatórios, pois essa execução é realizada na modalidade “não se aplica” e, por isso, apresenta essa discrepância. A execução orçamentária das despesas correntes e capital foi efetuada majoritariamente através de certames licitatórios nas modalidades de Pregão, Regime Diferenciado de Contratações e Concorrência. Não houve alterações significativas ao longo do exercício.

Em relação à contratação direta através de Dispensa e Inexigibilidade, verifica-se que foi executado um valor muito baixo em relação ao total, ou seja, a contratação direta não concentra volumes significativos no orçamento da instituição.

A instituição também contou com recursos orçamentários não previstos nas suas Ações Orçamentárias da LOA 2014. Tratam-se de dotações orçamentárias recebidas via descentralizações orçamentárias de outras unidades orçamentárias em recursos de Despesas de Custeio e Capital, caracterizando que a organização encontra-se em momento de expansão e ampliação de suas atividades em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, contou com aportes orçamentários recebidos diretamente do MEC.

Constata-se, ainda, que em função das limitações orçamentárias do Governo Federal, as liberações das quotas limite que o IFRN tinha a receber, não ocorreram em 100%, condição essa necessária para emissão de Nota de Empenho referente aos processos licitatórios homologados. Assim, o IFRN não conseguiu executar tudo o que estava previsto no planejamento, entretanto, foram realizadas as adequações orçamentárias necessárias, conseguindo evitar maiores prejuízos. As despesas que sofreram com essa limitação de liberações de quotas foram as relacionadas a obras e serviços de engenharia, contratos continuados e aquisição de material de consumo.

Por último, informa-se que houve eventos negativos moderados no IFRN, conforme informações acima mencionadas. Não obstante a essa limitação, avalia-se o exercício de 2014 como positivo, devido a sua importância, visto que nesse período, o IFRN recebeu dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura os recursos descentralizados necessários, ajudando a consolidar o projeto de expansão e ampliação do ensino profissionalizante público, gratuito e de qualidade no Rio Grande do Norte, através das 21 unidades de ensino, distribuídas em vários municípios.

---

## 6.2. Despesas com ações de publicidade e propaganda

---

Com o objetivo de permitir o acompanhamento e os resultados são apresentadas, à sequência, informações sobre despesas realizadas com ações de publicidade e propaganda.

**Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	12363203120RL0024	588.569,48	340.198,40
Mercadológica			
Utilidade pública	12363203120RL0024	60.200,00	29.928,99

*Observações*

1. Foram considerados os valores empenhados e pagos somente do orçamento 2014 com o Fundo de Imprensa Nacional (UG/Gestão 110245/00001), natureza de despesa 339139, sub item 01.

2. Foram considerados os valores empenhados e pagos somente do orçamento 2014 com a Empresa Brasil de Comunicação S.A, natureza de despesa 339139, sub item 90.

### 6.3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Esta situação não se aplica ao IFRN em 2014, visto que a Instituição não reconheceu nenhum passivo no exercício. O Quadro A.6.3 foi excluído.

### 6.4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro A.6.4 contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes em 2014, os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo apurado no dia 31/12/2014, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm basicamente a mesma estrutura de informação.

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	71.273.520,44	59.497.356,32	-831.362,71	10.944.801,41
2012	6.372.391,93	3.947.571,83	-1.410.899,57	1.013.920,53
2011	2.816.751,48	529.489,28	-1.905.290,94	381.971,26
2010	358.042,29	71.030,14	-252.557,15	34.455,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	6.904.851,38	6.595.796,52	-294.643,08	14.411,78
2012	902.469,82	738.314,68	-140.073,19	24.081,95
2011	69.064,39	52.648,09	-14.397,64	2.018,66
2010	442,50	-	-442,50	-

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

#### 6.4.1. Análise crítica

A análise da composição e execução dos “Restos a Pagar Inscritos em Exercício Anteriores” permite concluir que grande parte dos valores refere-se a restos a pagar não processado. Entretanto, é importante destacar que durante o exercício de 2014, conforme apresentam os números, houve uma excelente execução dos recursos de 2013 de restos a pagar não processado, cujo saldo foi alterado de R\$ 71.273.520,44 (setenta e um milhões, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos) para o saldo de R\$ 10.944.801,41 (dez milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e um reais e quarenta e um centavos), o que significa uma execução de R\$ 59.497.356,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), portanto, o IFRN executou 83,47% do valor inscrito em restos a pagar de 2013, e que apenas 1,17% do total foi cancelado.

Com relação aos demais itens relacionados a “Restos a Pagar Inscritos em Exercício Anteriores”, nota-se uma excelente execução no exercício, com saldos finais bastante reduzidos, em função da boa política de acompanhamento dentro da instituição, que monitora os saldos irrisórios e pressiona os fornecedores a não atrasar a entrega de materiais e serviços, além da abertura de processo administrativo para aplicação de possíveis penalidades, nos casos em que os fornecedores descumprem a legislação.

## 6.5. Transferências de recursos

São apresentadas informações sobre as transferências realizadas pelo IFRN, no exercício, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a permitir a avaliação das ações de controle e acompanhamento efetuadas sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

### 6.5.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

O Quadro A.6.5.1 contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão. É informado, por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, contendo o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI.

### 6.5.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

O Quadro A.6.5.2 contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2014, 2013 e 2012.

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	<b>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</b>					
<b>CNPJ:</b>	<b>10.877.412/0001-68</b>					
<b>UG/GESTÃO:</b>	<b>158155/26435</b>					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
<b>Convênio</b>	1	2	-	15.000,00	25.000,00	-
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	10	10	5	207.640,00	291.757,04	157.702,04
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	11	12	4	222.640,00	316.757,04	157.702,04

Fonte: DIGPE e Relatório de Gestão 2013.

**Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Nome: Instituto Federal do Rio Grande do Norte									
CNPJ: 10.877.412/0001-68				UG/GESTÃO: 158155/26435					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	149/2011	153103/15234	108.000,00	-	27.000,00	81.000,00	17/09/2012	31/08/2016	1
3	3/2011	153103/15234	72.000,00	-	18.000,00	72.000,00	12/01/2011	12/10/2015	1
3	147/2011	153103/15234	27.428,56	-	-	27.428,56	2014	2015	1
3	1/2012	153103/15234	235.355,68	-	-	117.677,84	01/07/2012	30/06/2015	1
3	50/2012	153103/15234	30.000,00	-	-	30.000,00	2012	2016	1
3	147/2012	153033/15252	144.000,00	-	36.000,00	72.000,00	06/11/2012	31/10/2016	1
1	152/2012	08.258.295/0001-02	30.000,00	-	15.000,00	30.000,00	14/12/2012	30/12/2015	1
3	169/2013	153103/15234	34.528,48	-	-	34.528,48	2013	2013	1
3	17/2014	153103/15234	110.640,00	-	110.640,00	110.640,00	Jan/14	Dez/14	4
3	58/2014*	153103/15234	56.000,00	-	16.000,00	16.000,00	02/10/2013	31/10/2015	1

\*O Termo de Cooperação 58/2014 substituiu o Termo de Cooperação 159/2013.

<b>LEGENDA</b>	
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial e DIGPE/IFRN.

### 6.5.3. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

O Quadro A.6.5.3 demonstra a quantidade de instrumentos de convênio e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

**Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Instituto Federal do Rio Grande do Norte				
CNPJ: 10.877.412/0001-68		UG/GESTÃO: 158155/26435		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado	15.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	2	-
		Montante Repassado	25.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: DIGPE e Relatório de Gestão 2013.

#### 6.5.4. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

O Quadro A.6.5.4 contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante.

**Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.**

Posição 31/12  
em R\$ 1,00

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			1	-
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	-	1	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Montante Repassado (R\$)	15.000,00	-	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2013	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	25.000,00	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante Repassado		-	-		
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: DIGPE e Relatório de Gestão 2013.

#### 6.5.5. Análise crítica

Em caso de prestação de contas inadimplentes, a Reitoria do instituto encaminha ofício solicitando a regularização da prestação o quanto antes. O volume de recursos transferidos diminuiu em relação ao ano passado, pois alguns instrumentos celebrados já atingiram o seu valor global no exercício de 2013.

A atual estrutura organizacional pretende dotar um setor específico para realizar a gestão dos instrumentos celebrados e acompanhamento dessa atividade, para melhorar os controles e evitar a utilização do controle através de planilhas eletrônicas, com isso, pretendemos centralizar as ações que envolve os processos de transferência de recursos conforme prazos determinados nos termos de cooperação ou convênio, a maioria dos instrumentos celebrados são para capacitação de servidores.



Atualmente, a fiscalização in loco dos termos de cooperação para capacitação de servidores, ficam sob auspícios da Diretoria de Gestão de Pessoas e da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal que mantém contato regular com as coordenações de pós-graduações de forma a acompanhar a execução física dos acordos firmados, além de enviar ofícios solicitando as prestações de contas.

Quanto à efetividade das cooperações, observa-se que os servidores participantes realizam sua qualificação de forma apropriada, como se verifica na apresentação de históricos escolares e diplomas de obtenção de título, fato que demonstra que as transferências efetuadas efetivamente estão sendo contra prestadas com a finalidade pretendida pelo IFRN, isto é, a qualificação de seus servidores docentes e técnicos-administrativos

## 6.6. Suprimento de fundos

### 6.6.1. Concessão de suprimento de fundos

O Quadro A.6.6.1 correspondente ao primeiro demonstrativo citado e visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), bem como a quantidade de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência e nos dois imediatamente anteriores.

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
2013	158369	IFRN/ <i>Campus</i> Natal-Central	-	-	2	10.646,97	10.646,97
	-	-	-	-	-	-	-
2012	158369	IFRN/ <i>Campus</i> Natal-Central	-	-	3	15.905,29	15.905,29
	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e 2013.

### 6.6.2. Utilização de suprimento de fundos

O Quadro A.6.6.2 correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

**Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	158369	IFRN/ <i>Campus</i> Natal-Central	-	-	-	3	10.646,97	10.646,97

Fonte: SIAFI Gerencial e Relatório de Gestão 2013.

**6.6.3. Classificação dos gastos com suprimento de fundos**

Este item não se aplica ao IFRN pois não houve gastos com suprimento de fundos em 2014. O Quadro A.6.6.3 foi excluído.

**6.6.4. Análise crítica**

No exercício de 2014, não houve execução de despesa com a concessão de suprimento de fundos no âmbito do IFRN, a nossa instituição só usa Suprimento de Fundos para atender despesas com o fornecimento de combustível, considerando que adota-se a prática de aquisição de combustíveis via empresa de atuação nacional, com isso, não houve mais a necessidade de conceder suprimento de fundos.

---

**6.7. Renúncias sob a gestão do IFRN**

---

Esta seção não se aplica ao IFRN uma vez que não houve concessão nem renovação do benefício de renúncia tributária em 2014. Os Quadros A.6.7.1.1 e A.6.7.2.1 a A.6.7.2.11 foram excluídos.

---

**6.8. Gestão de precatórios**

---

Esta seção não se aplica ao IFRN uma vez que IFRN não integra o Poder Judiciário Federal. Os Quadros A.6.8.1 e A.6.8.2 foram excluídos.

## 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este capítulo apresenta informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos no IFRN, de forma a possibilitar a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica, bem como o registro das ações adotadas para identificar eventuais irregularidades relacionadas a pessoal.

### 7.1. Estrutura de pessoal da unidade

#### 7.1.1. Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

O Quadro A.7.1.1.1 visa a demonstrar a força de trabalho do IFRN, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva.

Quadro A.7.1.1.1 – Força de trabalho do IFRN, em 2014.

Tipologias dos Cargos	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		Docentes	Técnicos	Total		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	1.250	1.123	2.373	404	57
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-			-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1.250	1.123	2.373	404	52
1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão	-	1.244	1.104	2.348	395	52
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	0	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	6	18	24	9	5
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	172	0	172	99	105
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	1	0	1	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	-	1.423	1.123	2.546	503	162

Fonte: SIAPE e SUAP.

O Quadro A.7.1.1.2 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da lotação efetiva do IFRN, em 2014.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>1.127</b>	<b>1.246</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.127	1.246
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.104	1.244
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	22	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>172</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>1.128</b>	<b>1.418</b>

Fonte: SIAPE e SUAP.

O Quadro A.7.1.1.3 tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do IFRN.

**Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFRN, em 2014.**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	-	113	21	10
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	113	21	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	111	21	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	1	0	0
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	-	283	132	98
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	283	132	98
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	-	<b>396</b>	<b>153</b>	<b>108</b>

Fonte: SIAPE e SUAP.

#### 7.1.1.1. Análise crítica

Atualmente, a quantidade de servidores do IFRN se encontra regulamentada por meio dos Decretos nº 7.311/2010 e nº 7.312/2010, os quais dispõem respectivamente sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação.

Tais dispositivos regulamentam a quantidade de servidores que o IFRN pode vir a possuir segundo quantitativos estabelecidos originalmente nos próprios decretos, os quais já preveem a atualização dos quadros funcionais da autarquia mediante publicação de portaria conjunta dos Ministérios da Educação e do Planejamento. A atualização tanto do quantitativo de técnicos-administrativos (servidores da área meio), quanto de professores (servidores da área fim) costuma ocorrer em conformidade com a expansão da instituição, através da abertura de novos *campi* e cursos para a comunidade.

Segundo o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, firmado entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFRN, a quantidade de profissionais a serem disponibilizados para a instituição se dará em conformidade com a quantidade alunos regularmente matriculados. O corpo docente da autarquia obedecerá à proporção de um professor efetivo para cada 20 alunos matriculados. Por sua vez, a quantidade de técnicos-administrativos se dará na proporção de 75% do corpo docente para os *campi* da expansão e de 70% para os *campi* da pré-expansão (Natal-Central e Mossoró).

Os citados Decretos também asseguram a reposição de aposentados dentro dos limites do banco de professor-equivalente e do quadro de referência de técnicos-administrativos. A instituição não depende de autorização ministerial prévia para realização de concurso público para a reposição de vacâncias de quaisquer tipos, desde que os provimentos efetivados não venham ultrapassar os limites publicados. Só não podem vir a ser repostos cargos colocados em extinção por lei.

Afastamentos de professores efetivos geralmente podem ser compensados através da contratação de professores substitutos, conforme disposição da Lei nº 8.745/1993 e nas hipóteses e situações elencadas no Decreto nº 7.485/2011. O percentual máximo de contratação de docentes do quadro temporário é de 20% do total de professores efetivos da instituição. Atualmente, não

existe a possibilidade de contratação temporária para suprir eventuais afastamentos de técnicos-administrativos, o que se constitui em fator de adversidade para a instituição no caso de afastamentos, licenças e outras condições que impliquem na redução temporária da força de trabalho dessa categoria, fator que pode trazer prejuízo à instituição enquanto perdurarem determinadas ausências de seus profissionais.

### 7.1.2. Qualificação e capacitação da força de trabalho

Durante o ano de 2014, com a intenção de promover o aumento da qualificação dos servidores, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos (formação e capacitação), foram firmados:

- três novos termos de cooperação com a UFRN, para os cursos de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica;
- um contrato de repasse com a UnP, referente ao curso de Mestrado Profissional em Administração; e
- um convênio com a UERN, para os cursos de Mestrado em Letras, Ensino, Ciências Sociais e Humanas, Serviço Social e Direitos Sociais e Educação.

Ressalta-se que foram repassados R\$ 305.277,84 referente à qualificação de servidores durante exercício 2014.

Em relação às capacitações, foram realizados 40 eventos, descritos na Tabela 13, nas diversas unidades, contemplando 974 servidores em temáticas relacionadas à atuação profissional: formação docente, iniciação no serviço público, administração pública, libras, conversação em língua inglesa, primeiros socorros e combate a incêndio, comunicação institucional, qualidade de vida no trabalho, extrator de dados, gestão de pessoas, entre outros.

**Tabela 13 – Eventos de capacitação para servidores, realizados em 2014.**

Evento	Carga horária (horas)	Participantes
Oficina gestão da cadeira docente	8	12
Seminário de integração entre os trabalhadores da educação	3	36
Curso de iniciação ao serviço público de São Paulo do Potengi	20	22
Curso de práticas de refrigeração	72	7
Curso de noções básicas de administração pública	186	12
Curso de capacitação em compras no serviço público	20	18
Curso de capacitação em esparadrapo	15	11
Curso de capacitação em libras	30	20
Curso de capacitação em manutenção de fontes de alimentação chaveadas	40	8
Curso de capacitação em motivação no trabalho	20	33
Curso de capacitação em proficiência na língua inglesa	54	28
Capacitação em licitações	24	25
Curso de manutenção de equipamentos médico-hospitalares	60	8
Curso de legislação no serviço público federal	20	38
Projeto resgate da autoestima	20	6
Curso de legislação para servidores públicos federais	60	12
Curso de noções em gestão e processos da administração pública	163	25
Conversação em língua inglesa	120	20
Curso de primeiros socorros e combate a incêndios	100	20
Curso de noções de básicas de licitação e formalização de processos de compras	24	28
Curso de fundamentos teóricos e práticos em análises físico-químicas de alimentos	30	20
Curso de noções básicas e técnicas de utilização de extintor portátil de incêndio	8	11
Capacitação no cargo para novos servidores – assistente social	22	21
Capacitação em licitações	40	38
Curso de procedimentos de auditoria do IFRN/2013	40	20

<b>Evento</b>	<b>Carga horária (horas)</b>	<b>Participantes</b>
Curso de extrator de dados	16	5
Curso de capacitação em sistema de gerenciamento do patrimônio imobiliário de uso especial da união – silente	12	29
1º encontro dos chefes de gabinete e secretários executivos do IFRN	15	29
Seminário de integração dos novos servidores	24	94
I workshop de comunicação institucional do IFRN	21	37
VI encontro de gestão de pessoas do IFRN	20	60
Capacitação em aplicação de penalidade na gestão dos contratos administrativos	14	36
Capacitação em gestão de contratos administrativos	14	37
Curso de segurança em laboratórios	100	30
Workshop significado do trabalho	12	16
Capacitação em qualidade de vida no trabalho (turma 1)	24	38
Capacitação em qualidade de vida no trabalho (turma 2)	24	37
Curso de língua brasileira de sinais Básico I	110	12
Curso de compras no serviço público	12	15
<b>Total</b>	<b>1.617</b>	<b>974</b>

Fonte: DIGPE.

### 7.1.3. Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	159.010.632,74	-	69.432.317,50	2.153.450,14	16.355.563,12	2.792.727,73	-	-	2.781.816,23	252.548.095,80
	2013	96.328.113,19	35.301.667,94	12.830.235,72	6.885.323,42	13.360.370,38	800.834,01	518.764,18	490.652,05	410.427,82	166.926.388,71
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
-Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	78.654,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	1.908.111,84	-	332.137,08	-	70075,20	14.188,80	10.711,56	-	7.399,44	2.310.324,12
	2013	692.833,03	-	90.718,83	-	-	44.327,32	-	-	-	782.185,85
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	6.503.331,21	-	-	45.207,24	1.916,43	-	-	-	-	6.550.499,88
	2013	4.401.782,46	-	379.377,00	196.694,96	448.838,55	-	-	-	-	5.426.692,97

Fonte: SIAPE e SUAP.

#### **7.1.4. Irregularidades na área de pessoal**

##### **7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos**

A acumulação indevida de cargos, empregos e funções públicas é vedada constitucionalmente e legalmente por meio da Lei nº 8.112/1990. Até o ano de 2010, o IFRN designava contingencialmente comissões temporárias para apurar denúncias ou constatações de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas. Em 2011, foi emitida a Portaria nº 269/2011-Reitoria/IFRN, a qual compôs a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos do IFRN (COPAC), responsável, a partir de então, por apurar eventuais ocorrências.

Em 2014, a DIGPE solicitou a designação de nova comissão para apreciar as denúncias providas dos órgãos de controle, constituída por meio da Portaria nº 215/2014-Reitoria/IFRN, em 05 de fevereiro de 2014. Atualmente, a comissão atua mediante provocação por meio de denúncias, momento em que investiga as ocorrências denunciadas. Os membros da COPAC não possuem dedicação integral às atividades da comissão, razão que dificulta a implementação de controles periódicos de acumulação, bem como de revisão de acumulações constatadas junto a outros órgãos. Não obstante a existência da COPAC, o IFRN também faz um controle prévio da acumulação de cargos, empregos e funções no ato da posse do servidor, momento em que exige dos candidatos a assinatura de Declaração de Acumulação de Cargos. Só é permitida a posse quando não é declarado qualquer acúmulo indevido.

Além disso, em novembro de 2014 foi implantado um novo procedimento de acompanhamento de eventuais acúmulos de cargo. Dessa forma, atualmente, além do controle no ato de posse, semestralmente, a DIGPE solicita aos servidores o preenchimento de um formulário referente a acúmulo de cargos, via SUAP.

##### **7.1.4.2 Terceirização irregular de cargos**

O IFRN não possui servidores terceirizados que ocupem ou exerçam cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade. Portanto, a presente situação não se aplica ao Instituto, razão pela qual foi excluída deste Relatório. Neste Instituto só são terceirizados serviços operacionais como segurança, manutenção, conservação, limpeza, etc. Os cargos que prestavam serviços, tais como, porteiros, vigilantes, serventes de limpeza, pedreiros, eletricitas, entre outros, se encontram em extinção. O MPOG não autorizou nenhuma substituição desses terceirizados. Para isso, dever-se-ia primeiramente resgatar os cargos da extinção, o que não tem se figurado como política do Governo Federal. O Quadro A.7.1.4.2 foi excluído.

#### **7.1.5. Riscos identificados na gestão de pessoas**

Devido ao intenso processo de interiorização da instituição e o alto volume de contratação de servidores, o principal risco existente é de ausência de capacitação dos servidores em relação às especificidades da educação básica, técnica e tecnológica, da Rede Federal de EPT e dos procedimentos institucionais.

Como existe um plano de carreira específico para os servidores técnico-administrativos em educação e para os docentes não verificam-se riscos de solicitação de vacância por motivos salariais e inexistência de possibilidade de progressão.



### 7.1.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Apresentam-se, à sequência, os indicadores gerenciais de recursos humanos, com uma série histórica. A Tabela 14 apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência.

Tabela 14 – Resumo dos resultados dos indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Indicadores	Exercícios				
	2014	2013	2012	2011	2010
Absenteísmo	6,15	5,68	4,70	*	*
Turnover ou Rotatividade	10,3	6,70	10,12	*	*
Hora de Treinamento por Servidor	13,96	6,17	11,52	*	*
Reposição de Aposentadoria	16,67	25,00	54,54	*	*
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	1,19	0,45	*	*	*
Penalidades Disciplinares	0,43	0,70	0,08	*	*

\* Não era verificada a medição do indicador.

#### Absenteísmo (ABS)

Dados gerais do indicador	
<b>Nome do Indicador</b>	Absenteísmo (ABS)
<b>Objetivo do Indicador</b>	Demonstrar o nível de abstenção de servidores ao trabalho, considerando-se abstenção o registro de faltas, afastamentos, concessões legais ou licenças.
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenações de Gestão de Pessoas dos campi.
<b>Equação de cálculo</b>	$ABS = \frac{\text{Número de dias não trabalhados no ano}}{\text{Número de servidores} \times 365 \text{ dias}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Número de dias não trabalhados no ano: a soma de todos os registros de ausências de todos os servidores do IFRN durante o ano. Número de servidores x 365 dias: quantidade de dias remunerados no ano civil vezes o total de servidores do IFRN no fechamento da folha de dezembro.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de dias não trabalhados no ano = 57.151 Número de servidores = 2.546
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP.
Resultados / Exercícios	
<b>2014</b>	<b>2013</b>
6,15	5,68
<b>2012</b>	<b>2011</b>
4,70	*
<b>2010</b>	*
* Não era verificada a medição do indicador.	
Análise Crítica	
Abstenções afetam ou podem afetar o andamento do serviço. O índice em 2013 apresentou o valor de 5,68, ocorrendo variação de menos de um ponto percentual para o valor apurado em 2014. Constata-se que não houve grande variação das ocorrências de ausência ao serviço, o que indica a inexistência de fatores extraordinários a impactar este índice.	

**Turnover ou Rotatividade (TO)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Turnover ou Rotatividade (TO)			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Captar a flutuação no quadro de servidores efetivos do IFRN.			
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenações de Gestão de Pessoas dos <i>campi</i> .			
<b>Equação de cálculo</b>	$TO = \frac{(\text{Número de admissões ano} + \text{Número de desligamentos ano}) / 2}{\text{Número de servidores (ano anterior)}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	<p>Número de admissões no ano: quantidade de servidores efetivos que ingressaram no IFRN no exercício através de nomeação ou redistribuição.</p> <p>Número de desligamentos no ano: quantidade de servidores efetivos que saíram do IFRN no exercício pelos diversos tipos de vacância ou através de redistribuição para outros órgãos.</p> <p>Número de servidores (ano anterior): quantidade de servidores efetivos existentes no IFRN no fechamento da folha de dezembro do exercício anterior.</p>			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	<p>Número de admissões no ano = 395</p> <p>Número de desligamentos no ano = 52</p> <p>Número de servidores (ano anterior) = 2.170</p>			
<b>Fonte dos dados</b>	SUAP.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
10,3	6,70	10,12	*	*
* Não era verificada a medição do indicador.				
<b>Análise Crítica</b>				
<p>O <i>turnover</i> enquanto indicador de gestão de pessoas tenta captar a rotatividade (entrada e saída) de pessoal em uma organização, tendo em vista o impacto potencialmente negativo de uma rotatividade não organizada ou planejada. Em 2014 houve o ingresso de 395 novos servidores efetivos, ante o ingresso de 199 em 2013. Quanto aos desligamentos, houve um total de 52 em 2014, ante 46 em 2013. Houve aumento em ambas as ocorrências, o que, aliado ao aumento do quadro de servidores efetivos entre 2013 e 2014, contribui para um aumento do índice (o qual era de 6,70 no exercício anterior). A maior parte da rotatividade de servidores do IFRN se dá em razão do aumento do quadro de pessoal da instituição, fruto da expansão da Rede Federal de EPT com a nomeação de novos servidores em razão do aumento de quadro de servidores para as novas unidades (Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi), além dos <i>campi</i> avançados (Lajes e Parelhas).</p>				

**Hora de Treinamento por Servidor (HTS)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Hora de Treinamento por Servidor (HTS).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Medir o esforço em assegurar a capacitação de servidores através da oferta de cursos ou treinamentos.			
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenações de Gestão de Pessoas dos <i>campi</i> .			
<b>Equação de cálculo</b>	$HTS = \frac{\text{Total de horas de capacitação}}{\text{Número de servidores}}$			
<b>Método de medição</b>	Total de horas de capacitação: somatório do total de horas de treinamento cursadas por cada servidor do IFRN em cursos de capacitação ofertados pela instituição. Número de servidores: total de servidores efetivos do IFRN no fechamento da folha de dezembro do exercício.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de horas de capacitação = 35.542 Número de servidores = 2.546			
<b>Fonte dos dados</b>	CODEPE/DIGPE, COGPES dos <i>campi</i> .			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
13,96	6,17	11,52	*	*
* Não era verificada a medição do indicador.				
<b>Análise Crítica</b>				
O presente indicador visa quantificar o esforço institucional em qualificar e desenvolver permanentemente a força de trabalho através de ações diretas, como cursos, treinamentos e seminários ofertados pelo IFRN. A equação utilizada para cálculo é a da média aritmética simples, onde dividimos o total de horas de treinamento – incluindo todos os servidores, mesmo os que não participaram de processos formais de treinamento – pelo número total de servidores. O valor do índice apurado em 2014 foi expressivamente superior ao apurado em 2013, que foi de 6,17. Tal fato indica um aumento de horas de treinamentos ofertados em 2014 no âmbito do próprio IFRN. Antevendo a elaboração do plano anual de capacitação do IFRN, foram antecipadas diretrizes que impulsionaram nossos cursos de capacitações nos <i>campi</i> .				

### Reposição de Aposentadoria (RA)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Reposição de Aposentadoria (RA).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Verificar o percentual de aposentadorias repostas via novas nomeações.			
<b>Área responsável</b>	Diretoria de Gestão de Pessoas e Coordenações de Gestão de Pessoas dos campi.			
<b>Equação de cálculo</b>	$RA = \frac{\text{Provimento de vagas de aposentadorias}}{\text{Número de aposentadorias}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Provimento de vagas de aposentadorias: quantidade de servidores nomeados em vagas originadas de aposentadorias no exercício. Número de aposentadorias: quantidade de servidores que se aposentaram no exercício.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Provimento de vagas de aposentadorias = 2 Número de aposentadorias = 12			
<b>Fonte dos dados</b>	COAPEQ/DIGPE, SIAPE.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
16,67	25,00	54,54	*	*
* Não era verificada a medição do indicador.				
Análise Crítica				
Em 2014, ocorreram 12 aposentadorias no IFRN, sendo quatro docentes e oito técnicos-administrativos (um Auxiliar em Administração, um Eletricista, um Enfermeiro, um Auxiliar Operacional, um Impressor, um Motorista, um Servente de Limpeza e um Assistente em Administração). Apenas duas destas vagas foram repostas até o encerramento do exercício. A reposição de aposentadorias no IFRN tende a ser morosa, posto que é precedida, por praxe institucional, de processo seletivo interno de remanejamento de servidores. Importante destacar que, em 2014, mesmo no melhor cenário possível, não seria possível atingir o valor de 100% para este indicador, visto que cinco dos técnicos-administrativos que se aposentaram ocupavam cargos em extinção, os quais não podem ser repostos por meio de provimento efetivo, sendo alvo de terceirização. O IFRN deve perseguir o aprimoramento desse índice através do incremento de celeridade na realização do remanejamento interno e na realização de concursos públicos para reposição do quadro de aposentados, tão logo se faça possível.				

### Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais (ACT)

Dados gerais do indicador				
<b>Nome do Indicador</b>	Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais (ACT).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Demonstrar quantitativamente o percentual de afastamentos por acidente de trabalho em relação ao total de afastamentos dos servidores para tratamento da própria saúde.			
<b>Área responsável</b>	COASS/DIGPE			
<b>Equação de cálculo</b>	$ACT = \frac{\text{Número licenças por acidente ou moléstia profissional}}{\text{Número afastamentos para tratamento de saúde do servidor}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Número de servidores afastados em decorrência de acidente de trabalho.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de licenças por acidente de serviço ou moléstia profissional = 6. Número de afastamentos para tratamento de saúde do servidor = 501.			
<b>Fonte dos dados</b>	Relatório do SIASS /UFRN.			
Resultados / Exercícios				
2014	2013	2012	2011	2010
1,19	0,45	*	*	*
* Não era verificada a medição do indicador.				
Análise Crítica				
A quantidade de afastamento por motivo de acidente de trabalho foi baixa, menos de 2%, quando comparada aos demais afastamentos (licença para tratamento de saúde).				

**Penalidades Disciplinares (PD)**

<b>Dados gerais do indicador</b>				
<b>Nome do Indicador</b>	Penalidades Disciplinares (PD).			
<b>Objetivo do Indicador</b>	Demonstrar quantitativamente percentual de aplicação de medidas disciplinares relativamente ao quadro de servidores.			
<b>Área responsável</b>	Auditoria Geral.			
<b>Equação de cálculo</b>	$PD = \frac{\text{Número de penalidades disciplinares aplicadas}}{\text{Número total de servidores (ativos)}} \times 100$			
<b>Método de medição</b>	Número de servidores que sofreram penalidades disciplinares nos termos da Lei 8.112/1990 durante o ano, em decorrência de processos instaurados para apuração de responsabilidades funcionais.			
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de penalidades disciplinares aplicadas = 11 Número total de servidores (ativos) = 2.546			
<b>Fonte dos dados</b>	CGU/PAD.			
<b>Resultados / Exercícios</b>				
2014	2013	2012	2011	2010
0,43	0,70	0,08	*	*
* Não era verificada a medição do indicador.				
<b>Análise Crítica</b>				
O valor do indicador demonstra um baixo percentual de penalidades aplicadas aos servidores do IFRN, tendo em vista que, do total de 2.546 servidores ativos (professores e técnicos administrativos), apenas quatro servidores foram punidos. No ano de 2014, foram aplicadas quatro penalidades, sendo um PAD, no qual resultou na demissão do servidor (inassiduidade habitual), e três sindicâncias, que resultaram em aplicação de suspensão.				

## 7.2. Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

### 7.2.1. Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

O Quadro A.7.2.1 compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: REITORIA				CNPJ: 10.877.412/0001-68									
UG/Gestão: 158155 / 26435				CNPJ: 10.877.412/0001-68									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	239/2012	14.725.699/0001-61	02/01/2013	02/08/2014	6	6					E
2014	L	O	105/2014	04.796.188/0001-87	04/08/2014	03/08/2015	6	6					A
2011	V	O	08/2011	07.573.987/0001-82	03/01/2011	02/01/2015	4	4					P
Nome: APODI				CNPJ: 10.877.412/0005-91									
2009	V	O	29/2009	04.008.185/0001-31	01/04/2013	30/06/2014	2	2					E
2014	V	O	88/2014	04.008.185/0001-31	01/07/2013	30/06/2015	2	2					A
2013	L	O	397/2013	02.773.312/0001-63	17/09/2014	16/09/2015	13	13					P
Nome: CAICÓ				CNPJ: 10.877.412/0012-10									
2013	V	O	177/2013	13.624.969/0001-85	01/07/2013	30/06/2015			4	4			A
2013	L	O	416/2013	02.773.312/0001-63	01/11/2013	28/02/2015			12	9			P
Nome: CANGUARETAMA				CNPJ: 10.877.412/0018-06									
2013	V	O	21/2013	11.330.880/0001-80	14/01/2015	13/01/2016	4	4					P
2013	L	O	375/2013	02.773.312/0001-63	18/08/2014	18/08/2015	10	10					P
Nome: CURRAIS NOVOS				CNPJ: 10.877.412/0011-30									
2010	L	O	194/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	30/09/2014	10	10					E
2014	L	O	159/2014	04.796.188/0001-87	01/10/2014	30/09/2015	13	13					A
2012	V	O	040/2012	04.008.185/0001-56	19/03/2012	18/05/2014			2	2			E
2014	V	O	076/2014	04.008.185/0001-56	19/05/2014	18/05/2015			2	2			A
Nome: IPANGUAÇU				CNPJ: 10.877.412/0003-20									
2013	L	O	401/2013	02.773.312/0001-63	02/09/2013	02/10/2015	15	15					A
2011	V	O	067/2011	04.008.185/0001-31	19/03/2011	18/03/2015	2	2					P
Nome: JOÃO CÂMARA				CNPJ: 10.877.412/0008-34									
2010	L	O	190/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2013	30/09/2014	9	9					E

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	118/2014	04.796.188/0001-87	01/10/2014	30/09/2015	10	10	1	1			A
2010	V	O	78/2014	04.008.185/0001-31	01/06/2014	31/05/2015			2	2			A
<b>Nome: MACAU</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0007-53</b>								
2013	L	O	418/2013	02.773.312/0001-63	01/10/2013	01/10/2015	11	11	1	1			P
2014	V	O	82/2014	04.008.185/0001-31	01/07/2014	01/07/2015			4	4			A
<b>Nome: MOSSORÓ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0004-00</b>								
2013	L	O	183/2013	00.544.298/0001-09	01/08/2013	31/07/2015	21	21					P
2011	V	O	60/2011	04.008.185/0001-31	01/03/2011	18/03/2015	4	4					P
<b>Nome: NATAL – CENTRAL</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0010-59</b>								
2010	L	O	191/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	01/03/2015	68	76					P
<b>Nome: NATAL – CIDADE ALTA</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0013-00</b>								
2010	L	O	167/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	31/07/2014	6	6					E
2010	L	O	191/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	31/07/2014	3	3					E
2014	L	O	106/2014	04.796.188/0001-87	01/08/2014	31/07/2015	9	9	1	1			A
2012	V	O	282/2012	11.330.880/0001-80	18/02/2013	17/02/2015			4	4			P
2012	V	O	283/2012	11.330.880/0001-80	16/01/2013	15/01/2015			2	2			P
2013	V	O	193/2013	11.330.880/0001-80	01/07/2013	30/06/2015			2	2			P
<b>Nome: NOVA CRUZ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0015-63</b>								
2014	L	O	120/2014	04.796.188/0001-87	04/08/2014	03/08/2015	11	11					A
2011	V	O	16/2011	07.573.987/0001-82	01/03/2011	28/02/2014			4	4			P
<b>Nome: SÃO GONÇALO DO AMARANTE</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0001-68</b>								
2011	L	O	22/2014	02.773.312/0001-63	03/02/2014	02/02/2015	11	11					A
2011	V	O	17/2011	07.573.987/0001-82	01/03/2011	28/02/2015	4	4					P
<b>Nome: NATAL – ZONA NORTE</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0009-15</b>								
2010	L	O	118/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	28/09/2015	11	14					P
2014	V	O	77/2014	04.008.185/0001-31	01/06/2014	31/05/2015	4	4					P
<b>Nome: CEARÁ – MIRIM</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0019-97</b>								
2013	L	O	376/2013	02.773.312/0001-63	15/08/2014	15/08/2015		8		2			P
2013	V	O	22/2013	11.330.880/0001-80	13/01/2014	13/01/2015		2		2			P
<b>Nome: PARNAMIRIM</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0014-82</b>								
2010	L	O	255/2010	03.112.713/0001-35	03/01/2011	02/09/2013	9	9					E
2011	V	O	009/2011	07.573.987/0001-82	03/01/2011	02/01/2015			4	4			E
2013	L	O	369/2013	02.773.312/0001-63	03/09/2013	03/09/2015	11	11	1	1			P
<b>Nome: PAU DOS FERROS</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0006-72</b>								
2009	V	O	035/2009	04.008.185/0001-31	01/04/2009	30/06/2014			3	3			E
2010	L	O	187/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	30/09/2014	9	9					E

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	V	O	089/2014	04.008.185/0001-31	01/07/2014	30/06/2015			3	3			P
2014	L	O	131/2014	04.796.188/0001-87	01/10/2014	30/09/2015	9	9					P
<b>Nome: SANTA CRUZ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0002-49</b>								
2013	L	O	409/2013	02.773.312/0001-63	01/10/2013	30/09/2014	3	6	1	5	1		A
2014	L	O	409/2013	02.773.312/0001-63	01/10/2014	30/09/2015	3	6	1	5	1		P
2009	V	O	33/2009	04.008.185/0001-31	01/04/2014	31/05/2014				2			E
2014	V	O	90/2014	04.008.185/0001-31	01/06/2014	31/05/2015				2			A
<b>Nome: SÃO PAULO DO POTENGI</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0017-25</b>								
2013	L	O	377/2013	02.733.321/0001-63	19/08/2013	18/08/2014	7	7					P
2013	V	O	23/2013	11.330.880/0001-80	14/01/2013	13/01/2014			4	4			P
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: COSGEM/DIAD dos *campi* e COADS/PROAD.

### 7.2.2. Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos

O Quadro A.7.2.2 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2014, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.7.2.1.

#### Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: REITORIA													
UG/Gestão: 158155/26435						CNPJ: 10.877.412/0001-68							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	380/2013	00.544.298/0001-09	02/09/2013	01/09/2015	2	2					P
2010	8	O	174/2010	00.544.298/0001-09	01/10/2010	30/09/2015	6	6					P
<b>Nome: APODI</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0005-91</b>								
2010	12	O	00144/2010	00.544.298/0001-09	01/09/2013	31/08/2014	2	2					P



Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	00217/2012	00.544.298/0001-09	05/11/2013	04/11/2014			1	1			P
2013	9	O	00131/2013	00.544.298/0001-09	01/07/2013	30/06/2014	4	4					P
2013	9	O	00130/2013	09.171.533/0001-00	01/07/2013	30/06/2014	11	11					P
<b>Nome: CAICO</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0012-10</b>								
2013	4	O	13/2013	00.544.298/0001-09	02/01/2013	01/01/2016			1	1			P
2013	5	O	13/2013	00.544.298/0001-09	02/01/2013	01/01/2016			2				P
2013	9	O	13/2013	00.544.298/0001-09	02/01/2013	01/01/2016			5	5			P
2013	2	O	349/2013	00.544.298/0001-09	01/08/2013	31/07/2015			2	2			P
<b>Nome: CANGUARETAMA</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0018-06</b>								
2013	2	O	371/2013	00.544.298/0001-09	26/08/2014	25/08/2015	1	1					P
2014	9	O	97/2014	02.773.312/0001-63	01/07/2014	30/06/2015	1	1					A
2013	9	O	479/2013	02.773.312/0001-63	13/11/2014	12/03/2015	6	6					P
<b>Nome: CURRAIS NOVOS</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0011-30</b>								
2013	8/9	O	025/2013	09.171.533/0001-00	01/02/2013	31/01/2015	10	10					E
2014	12	O	145/2014	02.215.262/0001-07	02/10/2014	01/10/2015			1	1			A
2012	12	O	188/2012	00.544.298/0001-09	02/10/2012	01/10/2014			1	1			E
2014	5	O	125/2014	09.322.784.0001-49	01/09/2014	31/08/2015			2	2			A
2010	2	O	172/2010	00.544.298/0001-09	26/09/2010	26/09/2014			1	1			E
2014	2	O	150/2014	04.796.188/0001-87	27/09/2014	26/09/2015			2	2			A
<b>Nome: IPANGUAÇU</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0003-20</b>								
2012	9	O	139/2012	00.544.298/0001-09	12/07/2012	31/01/2015	7	7					P
2012	12	O	200/2012	00.544.298/0001-09	01/11/2012	31/10/2015			1	1			P
2013	2	O	357/2013	00.544.298/0001-09	02/09/2013	01/09/2015			2	2			P
2013	9	O	62/2013	09.171.533/0001-00	01/03/2013	28/02/2015	11	11					A
<b>Nome: JOÃO CÂMARA</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0008-34</b>								
2010	2	O	146/2010	00.544.298/0001-09	24/08/2014	23/08/2015	1	1					P
2010	9	O	182/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2014	30/09/2015	7	7	2	2			P
<b>Nome: MACAU</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0007-53</b>								
2010	8/9	O	183/2010	00.544.298/0001-09	01/10/2010	01/10/2015	5	5	5	5			P
2010	2	O	147/2010	00.544.298/0001-09	30/08/2010	30/08/2015			1	1			P
2012	12	O	209/2012	00.544.298/0001-09	01/10/2010	01/10/2015			1	1			P
<b>Nome: MOSSORÓ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0004-00</b>								
2010	2	O	142/2010	00.544.298/0001-09	01/09/2010	31/08/2015	1	1					P
2010	8/9	O	178/2010	00.544.298/0001-09	01/10/2010	30/09/2015	14	14					P
2012	12	O	210/2012	00.544.298/0001-09	19/11/2012	18/11/2015	1	1					P
<b>Nome: NATAL - CENTRAL</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0010-59</b>								
2010	8/9	O	175/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	31/03/2015	43	60					P
2010	2	O	138/2010	00.544.298/0001-09	01/09/2010	31/08/2015	2	2					P

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	134/2014	04.796.188/0001-87	01/10/2014	30/09/2015			1	1			A
2014	2	O	23/2014	04.796.188/0001-87	24/02/2014	23/02/2015			1	1			A
2010	3	O	260/2010	09.584.041/0001-47	12/02/2015	11/02/2016					4	4	P
2014	11	O	22/2014	00.544.298/0001-09	19/01/2015	18/01/2016			1	1			A
<b>Nome: NATAL CIDADE ALTA</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0013-00</b>								
2010	2	O	141/2010	00.544.298/0001-09	01/09/2010	31/08/2015			1	1			P
2010	4/8/9	O	176/2010	00.544.298/0001-09	01/10/2010	30/09/2015	4	4	1	1			P
2013	4/6/8/9	O	36/2013	09.171.533/0001-00	21/01/2013	20/01/2015	3	2				1	P
<b>Nome: NOVA CRUZ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0015-63</b>								
2011	2	O	68/2011	00.544.298/0001-09	15/04/2011	14/04/2015			1	1			P
2013	9	O	145/2013	09.171.533/0001-00	14/06/2013	13/06/2015			8	8			P
<b>Nome: SÃO GONÇALO DO AMARANTE</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0001-68</b>								
2011	2	O	142/2011	00.544.298/0001-09	20/06/2011	20/06/2015	1	1					P
2013	9	O	14/2013	09.171.533/0001-00	14/01/2013	13/01/2015	4	4	4	4			P
<b>Nome: NATAL – ZONA NORTE</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0009-15</b>								
2012	12	O	192/2012	00.544.298/0001-09	01/10/2010	30/09/2015				1			P
2010	12	O	177/2012	00.544.298/0001-09	01/10/2010	30/09/2015	6	8					P
2010	12	O	140/2012	00.544.298/0001-09	30/08/2010	31/08/2015				1			P
<b>Nome: CEARÁ – MIRIM</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0019-97</b>								
2014	12	O	102/2014	02.773.312/0001-63	09/07/2014	08/07/2015				1			A
2013	4/8/9	O	480/2013	02.773.312/0001-63	14/11/2013	13/11/2014		2		3			P
2013	12	O	372/2013	00.544.298/0001-09	09/09/2014	09/09/2015		1					P
<b>Nome: PARNAMIRIM</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0001-68</b>								
2010	2	O	256/2010	00.544.298/20001-09	03/01/2011	01/07/2015			1	1			P
2010	9	O	257/2010	00.544.298/20001-09	03/01/2011	02/09/2013	7	3		4			E
2012	12	O	212/2012	00.544.298/20001-09	05/11/2012	04/01/2014			1	1			E
2013	4	O	345/2013	00.544.298/20001-09	29/07/2013	28/07/2015			1	1			P
2013	9	O	379/2013	00.544.298/20001-09	03/09/2013	02/09/2015	9	4		5			P
<b>Nome: PAU DOS FERROS</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0006-72</b>								
2010	12	O	184/2010	03.112.713/0001-35	01/10/2010	31/12/2014	9	9					E
2014	4	O	133/2014	02.215.262/0001-07	01/10/2014	30/09/2015	1	1					P
2014	12	O	232/2014	00.544.298/0001-09	02/01/2015	01/01/2016			10	10			P
2014	12	O	175/2014	07.441.290/0001-58	27/10/2014	26/10/2015			1	1			P
2010	2	O	148/2010	00.544.298/0001-09	01/09/2014	31/08/2015			1	1			P
2012	2	O	71/2012	00.544.298/0001-09	01/05/2014	30/04/2015			1	1			P
2013	12	O	56/2013	00.544.298/0001-09	14/02/2014	13/02/2015			1	1			P
<b>Nome: SANTA CRUZ</b>					<b>CNPJ: 10.877.412/0002-49</b>								
2010	4/8/9	O	185/2010	00.544.298/0001-09	01/10/2014	30/09/2015		4		4			P
2013	2	O	201/2013	00.544.298/0001-09	01/07/2014	30/06/2015				2			P

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	12	O	187/2012	00.544.298/0001-09	11/10/2014	10/10/2015				1				P
2014	9	O	93/2014	02.773.312/0001-63	09/06/2014	08/12/2014		1						E
<b>Nome: SÃO PAULO POTENGI</b>					<b>CNPJ: 10.87.412/0017-25</b>									
2013	2	O	373/2013	00.544.298/0001-09	01/10/2013	30/09/2014			1	1				P
2014	12	O	137/2014	02.733.321/0001-63	26/08/2014	25/08/2015			1	1				A
2013	9	O	481/2013	02.733.321/0001-63	14/11/2014	13/11/2015	10	10						P
<b>LEGENDA</b>														
<b>Área:</b>														
1. Segurança;					<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.									
2. Transportes;					<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.									
3. Informática;					<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.									
4. Copeiragem;					<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis														
9. Manutenção de bens imóveis														
10. Brigadistas														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
12. Outras														

Fonte: COSGEM/DIAD dos campi e COADS/PROAD.

### 7.2.3. Análise crítica

Em 2014, todos os contratos de prestação de serviços – limpeza e higiene, vigilância armada, manutenção de bens móveis e imóveis, motorista e auxiliar de saúde bucal – firmados pelo IFRN, por meio de 19 *campi*, foram executados satisfatoriamente, devido à eficiência da gestão/fiscalização dos contratos, que envidou esforços para o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como para a não interrupção na prestação dos serviços nem a falta de pagamentos de verbas trabalhistas e garantias contratuais, nos prazos legais, pelas empresas contratadas.

Manter o diálogo com as empresas contratadas tem demonstrado ser um bom ponto da gestão, uma vez que tem contribuído para sanar as dificuldades corriqueiras, tais como, fornecimento de fardamento e de equipamento de proteção individual, entrega de materiais e equipamentos e esporádicos atrasos de salários.

Convém ressaltar que, nesse ano, devido aos ocasionais atrasos no fornecimento de materiais pertinentes aos contratos de limpeza e higiene, alguns *campi* emitiram notificações às empresas contratadas, por meio de ofício, com base no inadimplemento do Contrato/Termo de Referência, solicitando a imediata regularização (cumprimento de prazos no fornecimento dos materiais).

### 7.2.4. Contratação de Estagiários

O Quadro A.7.2.4 visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários e contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura do IFRN (na área fim ou na área meio).

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>155</b>	<b>167</b>	<b>166</b>	<b>158</b>	<b>R\$ 1.173.282,25</b>
1.1 Área Fim	31	37	38	42	R\$ 276.010,65
1.2 Área Meio	124	130	128	116	R\$ 897.271,60
<b>2. Nível Médio</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>R\$ 79.963,58</b>
2.1 Área Fim	2	5	5	5	R\$ 18.242,00
2.2 Área Meio	17	18	19	19	R\$ 61.721,58
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>174</b>	<b>190</b>	<b>190</b>	<b>182</b>	<b>R\$ 1.253.245,83</b>

Fonte: COSGEM/DIAD dos *campi* e COADS/PROAD.

#### 7.2.4.1. Análise crítica

A contratação de estagiários cresceu no ano de 2014, fruto da demanda de atividades nos *campi* e Reitoria. De acordo com Orientação Normativa nº. 4 do MPOG, o IFRN está contratando um quantitativo de estagiários abaixo do máximo estabelecido. As informações contidas no Quadro A.7.4.2 foram fornecidas pelos *campi*. A definição de atividade fim e meio não foi socializada com todas unidades e, portanto, pode haver distorções nessa informação. A partir de 2015, todo gerenciamento da contratação de estagiários passará a ser da DIGPE e os *campi* terão que arcar com despesas de seu funcionamento para essa contratação, esperando-se, portanto, que as informações centralizadas possam subsidiar melhor essa análise.

## 7.3 Medidas adotadas para revisão dos contratos

Não houve revisão de contratos devido à desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2014, no âmbito do IFRN.

## **8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

Este capítulo visa evidenciar a forma como o IFRN gerencia sua frota de veículos automotores e os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União, quanto locados de terceiros, demonstrando os controles internos relacionados à gestão desses itens do patrimônio.

### **8.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

#### **8.1.1. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos**

A frota de veículos do IFRN é regulada pela Instrução Normativa MPOG nº 03/2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Para a utilização dos veículos oficiais, é seguida a Nota Técnica nº 04/2010-AUDGE/IFRN, que aborda os arts. 46 e 122, e a Lei nº 8.112/1990, que disciplina a responsabilidade civil do setor público. Os condutores dos veículos são profissionais habilitados contratados para este fim ou os servidores que possuem portaria específica de autorização pela unidade em que está lotado. Estes têm, ainda, seu deslocamento registrado através de requisição, tendo como objetivo ter um controle mais eficiente da frota.

#### **8.1.2. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do IFRN**

Atualmente é notória a importância da logística de transporte nas mais diversas atividades humanas. Dentro da esfera pública, tal função, apesar de enquadrar-se como atividade-meio, de apoio às demais funções típicas de Estado, posiciona-se estrategicamente, viabilizando as ações de segurança pública, de promoção da saúde, de educação, dentre outras. Sem os serviços prestados pelo setor logístico, em particular pela área de transporte de pessoas e mercadorias, as ações fim não poderiam ser prestadas eficientemente, comprometendo, assim, a efetividade das políticas públicas.

O IFRN, como uma instituição que atua em vários municípios do Rio Grande do Norte, não tem como executar a sua missão sem dispor de uma boa frota de veículos próprios.

#### **8.1.3. Quantidade de veículos, média anual de quilômetros rodados, idade média da frota e custos associados à manutenção da frota, por grupo de veículos**

A Tabela 15 descreve a gestão da frota de veículos sob responsabilidade do IFRN quanto à quantidade de veículos, classificação, média anual de quilômetros rodados, idade média da frota por grupo de veículos e custos associados à manutenção da frota. Os custos de manutenção incluem consumo de combustível, material para manutenção de veículos, manutenção e seguro de veículos.

**Tabela 15 – Detalhamento da frota de veículos sob responsabilidade do IFRN**

<i>Campus</i>	<b>Qtd.</b>	<b>Classificação</b>	<b>Total de km</b>	<b>Média anual de km</b>	<b>Idade média da frota (anos)</b>	<b>Gastos com manutenção (R\$)</b>
<b>Reitoria</b>	8	Veículos de serviços comuns	151.745	18.968	3,0	245.576,00*
<b>Apodi</b>	9	Veículos de serviços comuns	194.586	21.621	4,4	111.713,00
<b>Caicó</b>	5	Veículos de serviços comuns	346.331	27.326	4,0	68.724,00
<b>Canguaretama</b>	5	Veículos de serviços comuns	88.800	17.760	2,0	9.191,00
<b>Ceará-Mirim</b>	4	Veículos de serviços comuns	150.520	37.630	2,5	3.628,00
<b>Currais Novos</b>	12	Veículos de serviços comuns	102.531	8.544	4,25	68.815,00
<b>Ipanguaçu</b>	12	Veículos de serviços comuns	127.652	11.605	3,1	92.408,00
<b>João Câmara</b>	10	Veículos de serviços comuns	606.991	60.699	4,25	8.587,00
<b>Macau</b>	8	Veículos de serviços comuns	444.382	63.483	4,0	80.780,00
<b>Mossoró</b>	6	Veículos de serviços comuns	437.847	112.396	3,5	33.352,00
<b>Natal-Central</b>	8	Veículos de serviços comuns	430.704	53.838	3,25	133.908,00**
<b>Educação a Distância</b>	8	Veículos de serviços comuns	419.856	52.481	4,6	97.624,00
<b>Natal-Cidade Alta</b>	4	Veículos de serviços comuns	213.417	60.148	3,5	62.881,00
<b>Natal-Zona Norte</b>	5	Veículos de serviços comuns	61.318	12.264	3,6	7.492,00
<b>Nova Cruz</b>	4	Veículos de serviços comuns	40.968	10.242	4,5	16.902,00
<b>Parnamirim</b>	5	Veículos de serviços comuns	63.835	12.767	4,0	19.296,00
<b>Pau dos Ferros</b>	6	Veículos de serviços comuns	391.110	65.185	3,3	95.403,00
<b>Santa Cruz</b>	5	Veículos de serviços comuns	90.215	18.043	5,5	61.881,00
<b>São Gonçalo do Amarante</b>	7	Veículos de serviços comuns	68.534	9.791	4,0	25.342,00
<b>São Paulo do Potengi</b>	4	Veículos de serviços comuns	26.813	6.703	4,25	8.587,00

Fonte: COSGEM/DIAD/CAMPUS e COADS/PROAD/REITORIA.

\* Incluindo gastos com os Campi Canguaretama, Ceará-Mirim, Nova Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

\*\* Incluindo gastos com manutenção da frota do Campus de Educação à Distância.

#### **8.1.4. Plano de substituição da frota**

Foi aprovado, no final de 2011, pelo Colégio de Dirigentes, o Plano de Renovação da Frota do IFRN, nos termos da Deliberação nº 09/2011-CODIR, disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/conselho-de-dirigentes/deliberacoes/2011/deliberacao-no-09-2011/view>.

#### **8.1.5. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação**

Os custos com a aquisição são menores do que com a locação, tendo em vista que a demanda de serviços de transporte ocorre diariamente nos *campi* e na Reitoria.

#### **8.1.6. Estrutura de controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte**

O controle das solicitações é feito através do módulo “Frota” no SUAP. Os servidores que possuem acesso a esse módulo adicionam, através do sistema, o agendamento da viagem, informando o nome do solicitante, a data/hora prevista da saída, data/hora prevista da chegada, os passageiros que irão, qual o objetivo da viagem e o itinerário.

#### **8.1.7. Frota de veículos automotores a serviço do IFRN, mas contratada de terceiros**

O IFRN não dispõe de frota de veículos contratada de terceiros.

## 8.2. Gestão do patrimônio imobiliário

### 8.2.1. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

O IFRN possui 26 imóveis distribuídos no Estado do Rio Grande do Norte entre a Reitoria, os 16 *campi* em pleno funcionamento, os três *campi* inaugurados em 2013 (Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi) e os dois *campi* avançados ainda em construção (nos municípios de Lajes e Parelhas). A Figura 18 ilustra o posicionamento geográfico dos *campi* e, conseqüentemente, a distribuição do patrimônio imobiliário do IFRN no Estado.

Figura 18 – Distribuição geográfica dos *campi* do IFRN



Fonte: ASCE.

O Quadro A.8.2.1, a seguir, sistematiza a distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União responsável do IFRN, de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis no final dos exercícios 2014 e 2013, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil, especificamente no Rio Grande do Norte.

**Quadro A.8.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União sob responsabilidade do IFRN.**

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis	
		Exercício 2014	Exercício 2013
<b>BRASIL</b>	<b>UF – Rio Grande do Norte</b>	<b>27</b>	<b>26</b>
	Natal	7	6
	Mossoró	1	1
	Ipanguaçu	1	1
	Currais Novos	1	1
	João Câmara	1	1
	Macau	1	1
	Apodi	1	1
	Caicó	1	1
	Santa Cruz	2	2
	Pau dos Ferros	3	3
	Nova Cruz	1	1
	Parnamirim	1	1
	São Gonçalo do Amarante	1	1
	São Paulo do Potengi	1	1
	Ceara Mirim	1	1
	Lajes	1	1
	Parelhas	1	1
	Canguaretama	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>27</b>	<b>26</b>
<b>EXTERIOR</b>	<i>Não se aplica</i>		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>27</b>	<b>26</b>

Fonte: PROAD.



## 8.2.2. Imóveis sob a responsabilidade do IFRN, exceto imóvel funcional

O Quadro A.8.2.2.1 a seguir, apresenta os imóveis de propriedade da União sob responsabilidade do IFRN e contempla os atributos e características dos imóveis, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas*	Com Manutenção**
152711	1761 00528.500-5	21	3	575.000,00	15/07/2013	842.785,92		1.240.195,87
152711	1761 00589.500-8	21	4	200.000,00	11/06/2014	325.875,20		****
152756	1779 00068.500-8	21	3	960.000,00	15/07/2013	10.786.557,86	318.933,36	936.671,94
152757	176 00009.500-6	21	3	-	15/07/2013	7.527.730,34	55.679,78	269.016,89
154582	1837 00008.500-1	21	3	500.000,00	15/07/2013	10.001.394,10	373.442,42	1.274.986,91
154838	1651 00056.500-6	21	3	142.600,00	15/07/2013	12.657.022,58		30.007,74
154839	1643 00008.500-3	21	3	-	15/07/2013	11.814.856,20		37.589,00
154840	1849.00004.500-3	21	3	179.418,68	15/07/2013	10.718.787,86		57.635,00
158155	1761 00500.500-2	21	3	392.876,83	15/07/2013	7.079.199,93		
158155	1777 00005.500-8	21	6	10.000,00	09/04/2013	10.000,00	12.210.191,97***	929.650,58
158365	1759 00048.500-4	21	3	R\$ 2,47 (Cr\$ 68.000,00 de 1976)	15/07/2013	16.215.576,31	435.984,85	426.966,94
158366	1661 00040.500-6	21	3	279.421,86	15/07/2013	10.722.757,83	252.759,00	853.198,47
158367	1691 00013.500-0	21	3	SEM DADOS	15/07/2013	10.240.984,20	387.405,52	1.294.140,30
158368	1761 00505.500-0	21	3	1.443.136,31	15/07/2013	15.666.141,38	120.301,52	406.257,34
158369	1761 00437.500-0	21	3	R\$ 2,94 (Cr\$ 810.000,00 de 1948)	15/07/2013	79.621.931,39	251.535,84	3.100.442,46
158370	1639 00249.500-6	21	3	27.880,00	15/07/2013	10.344.604,66	210.373,72	690.895,44
158371	1619 00018.500-5	21	3	250.000,00	15/07/2013	8.987.395,25	319.555,70	892.981,57
158372	1823 00036.500-4	21	3	120.000,00	15/07/2013	8.549.594,40		
158372	1823 00038.500-5	21	3	190.000,00	15/07/2013	4.794.600,00	894.391,54	379.197,69
158373	1713 00005.500-1	21	3	10.000,00	15/07/2013	9.240.152,27		677.202,34
158374	1787 00144.500-1	21	3	54.000,00	15/07/2013	9.179.021,16		
158374	1787 00152.500-5	21	3	500.000,00	16/05/2014	942.403,58		
158374	1787 00154.500-6	21	3	731.622,60	19/12/2014	999.884,22	1.422.843,56	194.823,17
158375	1743 00017.500-9	21	3	500.000,00	15/07/2013	9.396.959,04	1.084.482,59	81.395,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas*	Com Manutenção**
<b>AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO NO SPIUNET</b>								
Natal-Cidade Alta	UG 153103 (UFRN) RIP – 1761 00446.500-0	21	3	1.401.612,13	15/07/2013	4.666.501,73	-	-
Natal-Cidade Alta / Rocas	Processo 10469.000185/84-36	21	6	-	-	-	-	-
Lajes	Processo 04916.001869/2013-32	21	6	-	-	-		
<b>TOTAL</b>							<b>18.337.881,37</b>	<b>13.773.254,65</b>

Fonte: SPIUnet, SIAFI Gerencial 2014.

*Observações:*

\*Foram considerados os valores liquidados na natureza de despesa 449051 nas UGRs de cada Campus.

\*\*Foram considerados os valores liquidados para as empresas especializadas contratadas para prestarem o serviço de conservação e manutenção dos bens móveis e imóveis (conta 33390.37.04) + o valor liquidado na conta 33390.39.16 em cada Campus.

\*\*\*Nesse montante também estão incluídos os valores pagos com os contratos n° 427/2013 e n° 428/2013 para a construção dos Campi Lajes e Parelhas.

\*\*\*\* Nesse montante também estão incluídos os valores pagos com o RIP 1761 00446.500-0

### 8.2.3. Cessão de espaço físico em imóvel da União

O Quadro A.8.2.2.2 a seguir visa caracterizar a cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União na responsabilidade do IFRN.

**Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ**

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Sítio Lagoa do Clementino, nº 999, RN 233, Km 2   Apodi-RN   CEP: 59700-971
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	06.231.038/0001-51
	Nome ou Razão Social	C DE LIMA LOCIO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 31/08/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS APODI ÁREA: 126,11 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 895,00 (MENSALS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	RN 288, s/n, Nova Caicó   Caicó-RN   CEP: 59300-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	12.952.242/0001-64
	Nome ou Razão Social	Otaviano Francisco de Araújo
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 01/12/2014
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> CAICÓ ÁREA: 124 M².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 850,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	RN 288, s/n, Nova Caicó   Caicó-RN   CEP: 59300-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	19.012.540/0001-13
	Nome ou Razão Social	Luiza Jayne Galvão Nogueira
	Atividade ou Ramo de Atuação	GRÁFICA
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	REPROGRAFIA, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO.
	Prazo da Cessão	ATÉ 30/04/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> CAICÓ.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	5000 CÓPIAS MENSAIS E R\$ 120,00 MENSAIS.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802 .
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	BR-406, Km 145, Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN E-mail: cocsev.cm@ifrn.edu.br
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.611.866/0001-00
	Nome ou Razão Social	P J REFEICOES COLETIVAS LTDA ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 31/07/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> CEARÁ-MIRIM ÁREA 191,89 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 703,39 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Manoel Lopes Filho, nº773, Valfredo Galvão   Currais Novos-RN   CEP: 59380-000   CNPJ:10.877.412/0011-30   Código INEP: 24084310
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	09.239.494/0001-36
	Nome ou Razão Social	EDIVANIA ARCANJO BEZERRA – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 02/02/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> CURRAIS NOVOS ÁREA 168,91 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 814,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural   Ipanguaçu-RN   CEP: 59508-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	06.231.038/0001-51
	Nome ou Razão Social	C DE LIMA LOCIO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 30/11/2014
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> IPANGUAÇU.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.020,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802 .
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara-RN   CEP: 59550-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	06.231.038/0001-51
	Nome ou Razão Social	C DE LIMA LOCIO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 30/10/2014
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> JOÃO CÂMARA ÁREA 124 M².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 800,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua das Margaridas, 300, Conjunto COHAB Macau/RN – CEP: 59.500-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.611.866/0001-00
	Nome ou Razão Social	P J REFEICOES COLETIVAS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 15/01/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS MACAU ÁREA: 124 M².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 700,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330 CNPJ: 10.877.412/0004-00
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.611.866/0001-00
	Nome ou Razão Social	P J REFEICOES COLETIVAS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 05/01/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS MOSSORÓ ÁREA 136 M²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1100,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330 CNPJ: 10.877.412/0004-00
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	03.658.820/0046-65
	Nome ou Razão Social	SINASEFE-Seção Sindical de Mossoró
	Atividade ou Ramo de Atuação	SINDICATO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	ATIVIDADE SINDICAL
	Prazo da Cessão	ATÉ 31/12/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS MOSSORÓ ÁREA 18,89 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 125,43 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrich Graff - Mossoró-RN CEP: 59.628-330 CNPJ: 10.877.412/0004-00
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	02.852.277/0001-78
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCERN
	Atividade ou Ramo de Atuação	CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	APOIO AO IFRN, NA FORMA PREVISTA EM SEU ESTATUTO SOCIAL.
	Prazo da Cessão	ATÉ 12/09/2014
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS MOSSORÓ ÁREA 247,77 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1504,10 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	



<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN I CEP 59015-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	11.938.230/0001-12
	Nome ou Razão Social	PALADAR TROPICAL LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	EXPLORAÇÃO DE CANTINA/LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 06/01/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL CENTRAL ÁREA 222,48 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.100,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN I CEP 59015-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	02.852.277/0001-78
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUNCERN
	Atividade ou Ramo de Atuação	ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES.
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	EXECUÇÃO DE CURSOS BÁSICOS DE IDIOMAS.
	Prazo da Cessão	ATÉ 12/09/2019
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL-CENTRAL
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.781,85 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802 .
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN I CEP 59015-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	06.928.834/0001-48
	Nome ou Razão Social	F F DE AZEVEDO NETO ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	LABORATÓRIO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	EXPLORAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES
	Prazo da Cessão	ATÉ 30/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL CENTRAL ÁREA 30,88 M².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 744,48 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802 .
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol. Natal - RN I CEP 59015-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇOS BANCÁRIOS
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO
	Prazo da Cessão	PRAZO INDETERMINADO
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL-CENTRAL
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.749, 01 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Avenida Rio Branco, 743, Cidade Alta CEP: 59025-003
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	40.811.101/0001-67
	Nome ou Razão Social	WBIRANILTON L DE ARAUJO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 31/12/2014.
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL - CIDADE ALTA
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 450,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi   Natal-RN   CEP: 59112-490
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	35.653.880/0001-80
	Nome ou Razão Social	PAISAGEM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 19/07/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> NATAL ZONA NORTE ÁREA 206,19 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 430,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, Nº 640, RN 120, Alto de Santa Luzia   Nova Cruz-RN   CEP: 59215-000  CNPJ: 10.877.412/0015-63
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	40.811.101/0001-67
	Nome ou Razão Social	WBIRANILTON L DE ARAÚJO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 07/02/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS NOVA CRUZ ÁREA 124 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 450,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Antônia de Lima Paiva, 155 - Bairro Nova Esperança, Parnamirim - CEP: 59143-455
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	09.239.494/0001-36
	Nome ou Razão Social	EDIVANIA ARCANJO BEZERRA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 02/02/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS PARNAMIRIM ÁREA: 124 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 558,52 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	BR 405, KM 154, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000, CNPJ: 10.877.412/0006-72
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.611.866/0001-00
	Nome ou Razão Social	P J REFEICOES COLETIVAS LTDA – ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 02/05/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> PAU DOS FERROS ÁREA 223,86 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 829,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso   Santa Cruz-RN   CEP: 59200-000   CNPJ: 10.877.412/0002-49
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	11.465.020/0001-54
	Nome ou Razão Social	VALDENIRA FERREIRA DA COSTA - ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE.
	Prazo da Cessão	ATÉ 31/03/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO <i>CAMPUS</i> SANTA CRUZ ÁREA 247 M <sup>2</sup> .
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 829,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

<b>Caracterização do imóvel Objeto de Cessão</b>	RIP	-
	Endereço	Rua Alexandre Cavalcanti, S.N., Centro, São Gonçalo do Amarante-RN   CEP: 59290-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	09.239.494/0001-36
	Nome ou Razão Social	EDIVANIA ARCANJO BEZERRA – ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	ALIMENTAÇÃO
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EXPLORAÇÃO DA LANCHONETE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES.
	Prazo da Cessão	ATÉ 01/09/2015
	Caracterização do espaço cedido	NAS ACOMODAÇÕES DO CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE ÁREA 124 M <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 436,00 (MENSAIS)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	CONTA CONTÁBIL: 191140000 UG: 158155 GESTÃO: 26435 FONTE: 0250026435 CÓDIGO DE RECOLHIMENTO 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O recurso recebido entra como receita própria na fonte 0250 e são utilizados para a manutenção institucional.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Considerando que a área cedida é pequena e a dificuldade para operacionalizar a individualização com instalações de novos medidores, além da função social exercida por quem explora o espaço, os gastos com água e energia são custeados pelo IFRN, porém o valor estipulado para o aluguel mensal já contempla uma previsão de gastos para o espaço cedido com água e energia.	

#### 8.2.4. Imóveis funcionais da União sob responsabilidade do IFRN

Não existem imóveis funcionais sob a gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. O Quadro A.8.2.3 foi excluído.

#### 8.2.5. Análise crítica

Na estrutura organizacional do IFRN, não existe setor específico para a gestão de bens imóveis. Entretanto, essa responsabilidade faz parte do rol de atribuições da Pró-Reitoria de Administração, atuando de forma sistêmica, e das Diretorias de Administração dos *campi*. Todos os imóveis são cadastrados no SPIUnet, na respectiva Unidade Gestora do *campus*, e os valores são atualizados através de Laudo de Avaliação Patrimonial elaborado por engenheiros do quadro do IFRN, de modo a evitar a expiração do prazo de validade. Quando necessário, documentos são enviados à SPU/RN para realizar os procedimentos devidos. Apenas três imóveis não estão cadastrados nas Unidades Gestoras do IFRN no SPIUnet: o imóvel onde funciona o prédio principal do *Campus* Natal-Cidade Alta, RIP 1761 00446.500-0, pois a UFRN não realizou a transferência no sistema; o imóvel onde funcionará um dos anexos do *Campus* Natal-Cidade Alta, no bairro das Rocas, em Natal-RN, processo 10469.000185/84-36 da SPU/RN; e o imóvel onde funcionará o *Campus* Lajes, processo 04916.001869/2013-32 da SPU/RN. Um ponto importante a ser destacado é que o IFRN só instala unidades em imóveis próprios.

### 8.3. Bens imóveis locados de terceiros

Não existe a necessidade de locação de imóveis, pois o IFRN já tem à disposição uma quantidade satisfatória de imóveis doados e cedidos, para cumprir a sua missão institucional. O Quadro A.8.3 foi excluído.

## 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de identificar os principais sistemas computacionais utilizados pelo IFRN, a eventual necessidade de desenvolvimento de outros e os referentes a contratos concernentes à tecnologia da informação.

### 9.1. Gestão da tecnologia da informação (TI)

O IFRN desenvolve e mantém um sistema de gestão denominado SUAP que integra módulos em diversas áreas estratégicas. O sistema, disponível em <https://suap.ifrn.edu.br/>, possui os seguintes módulos, detalhados na subseção 4.2.1 deste Relatório: Recursos Humanos/Gestão de Pessoas; Ponto Eletrônico; Protocolo; Patrimônio; Almoxarifado; Planejamento; Contratos; Convênios; Catálogo de Materiais; Compras; Chaves; Gestão de Projetos de Extensão; Controle de Acesso de Visitantes; Gestão de Cursos e Concursos; Gestão Acadêmica/FIC; Indicadores de Gestão; Autoavaliação; Consulta pública PDI; Gestão de Programas Sociais e Bolsas de Trabalho; Currículos e Grupos CNPq Lattes; *Clipping*; Central de Serviços de TI; Sistema Gestor de Concursos.

Para gestão acadêmica e de bibliotecas, são utilizados softwares proprietários, respectivamente, o Q-Acadêmico e o SIABI. Esses módulos estão listados como prioridades para desenvolvimento pela equipe do SUAP.

O Quadro A.9.1 apresenta a relação dos contratos que vigoram em 2014, incluindo a descrição do objeto, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

**Quadro A.9.1 – Contratos na área de tecnologia da informação em 2014.**

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores	Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ / Denominação		
Não se aplica	Sistema de gestão (SUAP)	Não se aplica	10.877.412/001-68 IFRN	0,00	0,00
139/2011	Sistema acadêmico (Q-Acadêmico)	03/11/2014	00.859.695/0001-61 FRJ Informática Ltda.	27.200,00	27.200,00
241/2011	Sistema de biblioteca (SIABI)	19/10/2014	05.116.014/0001-99 WJ Serviços de Informática Ltda.	29.400,00	29.400,00

Fonte: PROEN e DIGTI.

## 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o nível de adesão do IFRN a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

### 10.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

O Quadro A.10.1 apresenta um panorama geral sobre a adesão do IFRN a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

**Quadro A.10.1 – Aspectos da gestão ambiental**

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
<b>Considerações Gerais</b>			
<p>A sustentabilidade ambiental está presente nas boas práticas da instituição, em especial, na gestão dos recursos renováveis. Durante o ano de 2014, usinas fotovoltaicas foram implantadas na Reitoria e nos <i>Campi</i> Canguaretama, Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi, Currais Novos e Natal-Central. Foram instaladas diversas Estações de Tratamento de Esgoto com a finalidade de evitar a contaminação do lençol freático e o reaproveitamento das águas servidas. Nas obras, estão sendo exigidos: a utilização de andaimes e escoramentos metálicos em vez de madeira; o uso de Madeirite resinado nas formas para concreto, que garante várias reutilizações; e o destino correto dos entulhos gerados nas obras.</p> <p>Um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) para o IFRN foi elaborado e encontra-se disponível em <a href="http://portal.ifrn.edu.br/servidores/campus-verde/plano-logistica-sustentavel">http://portal.ifrn.edu.br/servidores/campus-verde/plano-logistica-sustentavel</a>.</p>			



## 11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Este capítulo descreve as providências adotadas pelo IFRN para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, às recomendações feitas pelo órgão de controle interno (OCI). Apresenta, também, as informações sobre o cumprimento das obrigações constantes da Lei nº 8.730/1993 e da LDO 2014 e as medidas administrativas adotadas para apuração de danos ao erário.

### 11.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 11.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

O Quadro A.11.1.1 contempla informações sobre as deliberações expedidas pelo TCU, com a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item dos Acórdãos, e as providências adotadas, com as informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento aos respectivos Acórdãos.

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.007/2010-0	4519/2013-2ª Câmara	-	Não há	Of. 12106/2013-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Ato de concessão de pensão civil instituída por René Correia da Silva, em favor de Ivanovita Rodrigues Rocha, considerado prejudicado por perda de objeto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	010.189/2010-6	5155/2014-2ª Câmara	9	DE	Of. 11877/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. Considerar ilegal e recusar o registro ao ato de aposentadoria de Eduardo Sinedino de Oliveira, assim como a suas alterações posteriores;</p> <p>9.2. Dispensar, relativamente ao ato considerado ilegal, o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé até a data da notificação desta deliberação ao órgão concedente, consoante o disposto na Súmula TCU 106;</p> <p>9.3. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN que:</p> <p>9.3.1. Cesse os pagamentos relativos ao ato impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável e de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. Dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;</p> <p>9.3.3. Envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste acórdão, documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do julgamento deste Tribunal; e</p> <p>9.3.4. Convoque o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias, optar entre:</p> <p>9.3.4.1. Retornar à atividade, com a possibilidade de aposentar-se posteriormente com fundamento nas regras de aposentadoria então vigentes;</p> <p>9.3.4.2. Permanecer aposentado com proporcionalidade de 33/35, expurgado o tempo indevidamente computado de forma ponderada após advento da Lei 8.112/1990, hipótese em que deverá ser encaminhado à apreciação deste Tribunal, por intermédio do sistema SISAC, na forma do caput do art. 260 do Regimento Interno, novo ato de aposentadoria, do qual não deverão constar parcelas relativas a planos econômicos concedidas por deliberação judicial, consoante exposto no voto condutor deste acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
<p>O servidor foi cientificado do Acórdão, em 04/11/2014, através do Ofício nº 345/2014-DIGPE/IFRN, de 31/10/2014;</p> <p>Após analisar as alternativas constantes no Acórdão, optou pelo retorno à atividade, em 17/11/2014.</p> <p>Foi encaminhado o processo 23421.038190.2014-96 à Diretoria de Gestão de Pessoas, para conhecimento e posterior envio ao Gabinete, para emitir a Portaria anulando o ato concessório de aposentadoria do servidor EDUARDO SINEDINO DE OLIVEIRA e suas alterações posteriores, a fim de que este possa retornar às atividades laborais nesta instituição.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Servidor retornou à atividade a fim de completar o tempo para aposentadoria integral.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	016.471/2014-8	6169/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 12246/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legais os atos de concessão de aposentadoria de Alberto Magno Bezerra de Oliveira, Ceci Guedes Alcoforado, Gilda Peixoto Honorio da Silveira, Maria do Socorro de Sousa e Pedro Xavier.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	022.349/2014-6	6182/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 12051/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legal o ato de concessão de aposentadoria de Lailson de Almeida.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	003.909/2013-1	2290/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 5033/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legal a pensão civil instituída por José de Goes Vasconcelos em favor de Anna Hiris de Freitas Vasconcelos, filha, Maria Lúcia de Paiva Vasconcelos, viúva, e Vilma Maria de Freitas, companheira.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	007.741/2012-0	4230/2014-2ª Câmara	-	Não há	Of. 9755/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legal o ato de concessão de aposentadoria de Pedro Xavier.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	009.750/2014-2	4122/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 8181/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legal o ato de concessão de aposentadoria de Maria Aparecida Nery Kanzaki.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	009.082/2014-0	3528/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 6360/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legal o ato de concessão de pensão civil a Maria Avany Peixoto dos Santos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	009.448/2014-4	3288/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 6594/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legais os atos de concessão de aposentadoria de Antonio Araújo Sobrinho, Eurípedes de Medeiros Junior, Katia Correia Torres, Manoel Paulino Filho, Milton Issashi Aouqi.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	008.744/2014-9	5979/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 11921/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Atos de concessão de pensão civil instituídas em favor de Maria Júlia Barbosa e Saura Belo da Silva, considerados prejudicados por perda de objeto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	008.393/2014-1	3044/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 6561/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Atos de concessão de aposentadoria de Cícero Gomes da Silva Filho, Jorge Varela da Silva, José Julião, considerados prejudicados por perda de objeto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	026.537/2014-1	7213/2014-1ª Câmara	-	Não há	Of. 14712/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Considera legais os atos de concessão de aposentadoria de Ana Lúcia Cavalcanti Moura de Melo e Wilde Krepper Leiros.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Efetivado registro e arquivamento do processo em pasta de controle da COAPEQ.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nenhum resultado a ser relatado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	030.911/2010-9	6576/2014-2ª Câmara	-	DE	Of. 14856/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Determinar que no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre-se no sistema SISAC novos atos iniciais de aposentadoria de Maria Aliete Nascimento Paiva, Otávio Augusto de Araújo Tavares e Valdeci Dias de Souza livres da irregularidade tratada no subitem 9.4 do acórdão 2069/2011-TCU-1ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Novos atos iniciais de aposentadorias cadastrados no prazo determinado sem a irregularidade apontada (percepção de planos econômicos / 58,89%) sob os números de controle 104590006-04-2014-000014-4 (Maria Aliete Nascimento Paiva), 104590006-04-2014-000013-6 (Otávio Augusto de Araújo Tavares) e 104590006-04-2014-000015-2 (Valdeci Dias de Souza).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Novos atos registrados sem os vícios apontados. Aguardando novo julgamento da aposentadoria.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	022.100/2014-8	6177/2014-1ª Câmara		DE	Of. 15448/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
Determina a emissão de novo ato inicial de aposentadoria em favor de Valdeci Dias de Sousa.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Novo ato inicial de aposentadoria já fora cadastrado quando do atendimento do Acórdão nº 6576/2014 – TCU 2ª Câmara.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Determinação já fora atendida quando do cumprimento de acórdão anterior.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O cadastro de novo ato foi devidamente efetuado quando do cumprimento de acórdão anterior. Como a demanda foi novamente solicitada em novo acórdão poder-se-ia ter cadastrado em duplicidade novo ato inicial de aposentadoria.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	012.488/1994-1	5921/2014-2ª Câmara	9.1	DE	Of. 13727/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DIGPE					
Descrição da Deliberação					
<p>9.1.1. Determina ao IFRN proceder à correção dos pagamentos da rubrica judicial de 58,89% nos proventos de aposentadoria de José Maria Pinto e dos demais servidores envolvidos na Ação Ordinária 2008.84.00.003978-1, em virtude da decisão do STJ, já transitada em julgado, desfavorável aos beneficiários;</p> <p>9.1.2. Determina informar ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias as providências adotadas para cumprimento da determinação anterior.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPEQ					
Síntese da Providência Adotada					
Procedeu-se a retirada da ação judicial dos servidores e pensionistas listados no acórdão a partir da folha de janeiro de 2015. O TCU foi comunicado tempestivamente das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O IFRN deixou de efetuar o pagamento dos planos econômicos nos contracheques dos beneficiários envolvidos na ação judicial transitada em julgado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A retirada de decisões judiciais não depende unicamente dos órgãos de pessoal do IFRN. A implantação e retirada de ações judiciais nos contracheques envolvem órgãos do MEC e do MPOG.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	023.259/2013-2	3315-2013	9.1.1	RE	Of. 0991/2013-TCU/SECEX/RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Deliberação:					
9.1.1.1 – da situação indevida de subordinação técnica, funcional e administrativa da Auditoria Geral ao Reitor no organograma e normativos da instituição, tendo em vista que as disposições normativas federais vigentes só previam tal circunstância na hipótese de inexistência de órgão colegiado equivalente ao conselho diretor, e a existência do Conselho Superior afasta essa excepcionalidade, situação em desconformidade com art. 15 3º e 4º, do Decreto 3591/2000 e com o item 8 do capítulo X da IN/SFC 1/2001;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					
Síntese da Providência Adotada					
A deliberação foi atendida. A auditoria interna está vinculada ao Conselho através da resolução nº 30/2013-CONSUP-RE que alterou o Estatuto do IFRN.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aumento do escopo dos trabalhos, a independência dos trabalhos de auditoria interna e a padronização					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Minimizar os conflitos de interesse e favorecer a imparcialidade dos auditores internos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	023.259/2013-2	3315-2013	9.1.1	RE	Of. 0991/2013-TCU/SECEX/RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Auditoria Geral					
Descrição da Deliberação					
9.1.2.1 – Ausência de documento de gestão e risco que esclareça a quem se reserva a responsabilidade dessa obrigação, consoante item 6, Seção VII, do Capítulo VII da IN – SFC 1/2001.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Geral					107047
Síntese da Providência Adotada					
Aprovação do Regimento da Auditoria Interna do IFRN pelo CONSUP, através da Resolução nº 28/2014-CONSUP. Esta ação propicia melhor desempenho das funções da Auditoria Interna e o seu fortalecimento como instância efetiva de apoio à gestão e de articulação com as demais instituições de controle no Regimento Interno do IFRN-AUDGE.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Auditor chefe terá imparcialidade e objetividades nos trabalhos de auditoria					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	023.259/2013-2	3315-2013	9.2.2	RE	Of. 0991/2013-TCU/SECEX/RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Recomendação					
9.2.2. Estude a viabilidade de concentrar seu quadro de auditores de modo a dotar a lotação da Auditoria Geral com estrutura humana condizente com o volume de trabalho, de modo a preservar a unidade e independência do setor, bem como reavalie a situação de auditores possivelmente desviados de função e lotados em setores estranhos à auditoria, em desconformidade com os arts. 14, parágrafo único, e 15, 3º do Decreto 3591/2000, e itens 7, 8 e 14 do Capítulo X da IN – SFC 1/2000.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					
Síntese da Providência Adotada					
A Recomendação foi atendida. Foi realizado um estudo da Reestruturação Funcional da Auditoria Geral, posteriormente apresentado ao CONSUP, que aprovou a Resolução nº 09/2014-CONSUP.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Fortalecimento da AUDGE. A reestruturação com o intuito de redimensionar os recursos humanos disponíveis para melhor atender as necessidades da Auditoria Interna.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Padronização dos trabalhos e redesenho organizacional.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC-043.823/2012-2	74/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.4.1.a	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Deliberação					
<p>1.4.1. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que: ...</p> <p>a) institua formalmente Política de Segurança da Informação (PSI), Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com vistas ao incremento da governança de TI do IFRN, notadamente no que se refere à contribuição estratégica e ao suporte operacional da área de TI para a consecução dos objetivos estratégicos e funcionais do instituto.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGTI					
Síntese da Providência Adotada					
<p>A Política de Segurança da Informação foi elaborada pela DIGTI e submetida e aprovada pelo CONSUP, na 5a. Reunião Ordinária, ocorrida no dia 21/12/2012. Quanto ao PDTI, o mesmo foi elaborado e aprovado junto ao Comitê Gestor de TI, em Reunião no dia 08/10/2013, e será submetido ao CONSUP, na próxima reunião ordinária. O PDTI do IFRN foi elaborado com um visão estratégica e tática, conforme recomenda a SLTI, para os órgão com pouca maturidade em governança de TI. Portanto, ele reúne o PETI e PDTI num único documento.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Quanta à PSI, ainda está no processo de construção das normas específicas, que deverão ser anexadas à política. A partir do acompanhamento de sua execução, evidenciar-se-á a melhoria no alinhamento da TI com os objetivos da instituição.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>A TI do IFRN sabe da importância da Governança para a melhoria dos processos, garantia de execução dos projetos de TI e alinhamento estratégico. Contudo, encontram-se muitas dificuldades em se dedicar à construção de todos esses documentos, visto que a equipe de TI é bastante reduzida e ainda tem demandas operacionais muito elevadas o que torna o tempo que deveria ser dedicado a governança, muito curto. É preciso que o Governo Federal atente para o fato de que os órgãos da administração pública devem ser dotados de infraestrutura de pessoal para podermos lidar com essas exigências, que são obviamente justas, importantes e necessárias.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC- 043.823/2012-2	74/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.4.1.b	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Reitoria					
Descrição da Deliberação					
1.4.1. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que: ... b) implemente rotina formal e periódica de avaliação da compatibilidade dos recursos TI, ante as reais necessidades do IFRN e de suas unidades.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DIGTI/RE					
Síntese da Providência Adotada					
Por estarmos começando a execução do PDTI, ainda não se tem um resultado de avaliação da compatibilidade, o que seria basicamente acompanhar a execução das metas do PDTI. Contudo, o IFRN possui uma ferramenta que serve muito bem a esse propósito: o “Gabinete Itinerante”. Trata-se de uma ação formalizada pela Reitoria, com a participação de todas as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, inclusive a DIGTI, as quais participam de reuniões periódicas com toda a comunidade, em todos os <i>campi</i> , ocasião em que ocorrem o acompanhamento das ações de cada área estratégica, a observação de falhas, correções necessárias, esclarecimentos e críticas. Com essa ferramenta, a Diretoria de TI tem buscado constantemente agir de acordo com as necessidade da comunidade de pessoas que fazem parte da Instituição					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhorias nas execuções de ações planejadas. Além de podermos observar novas necessidades que deveriam ser atendidas com recursos de TI.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC-043.823/2012-2	74/2014 – TCU – 2ª Câmara	1.4.1.c		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Deliberação					
1.4.1. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte que: ... c) regularize os processos de trabalho de cadastramento SISAC dos atos de admissão e de concessão de aposentadorias e pensões, de modo a permitir a conciliação de seus prazos com aqueles previstos na Instrução Normativa TCU 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIGPE/COAPE					
Síntese da Providência Adotada					
Fora determinado que as COGPES cadastrariam o processo de admissão no SISAC, digitalizaria e enviaria à COAPE para o devido controle.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Com esse procedimento não houve perda de prazo no envio dos atos de admissão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há aspectos negativos a relatar. Dentre os aspectos positivos destaca-se que foi possível a inclusão dos atos de admissão em tempo hábil.					

### 11.1.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.11.1.2** identifica a situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

**Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE					000439
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	023.259/2013-2	3315-2013	9.1.1	RE	Of. 0991/2013-TCU/SECEX/RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Reitoria					
Descrição da Deliberação					
9.1.1.2 O Colégio de Dirigentes, órgão colegiado previsto no Estatuto do IFRN, arts. 10 e 11 (peça 9, p.8), que deveria ter caráter meramente consultivo, possui cumulativamente caráter deliberativo, que é reservado ao Conselho Superior, situação em desconformidade com a Lei 11.892/2008, art.10, 2º.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Quando houver a revisão do Estatuto e Regimento do IFRN, os quais serão revisados no período previsto (2015-2017).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há fatores a serem relatados.					

## 11.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

### 11.2.1. Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

O Quadro A.11.2.1 contempla informações sobre as recomendações expedidas pelo OCI e as providências adotadas, com as informações sobre as providências adotadas para dar cumprimento às respectivas recomendações.

**Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			000439
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº 201305962	Constatação 006 – Unidade de Auditoria Interna com estrutura regimental em desconformidade com o Decreto nº 3.591/2000.	Solicitação de Auditoria nº 201313688/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação:			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 001:</b> Recomenda-se que, por ocasião da revisão do Estatuto e dos Regimentos Internos da IFRN, a AUDIN seja vinculada diretamente ao Conselho Superior.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GABIN/RE			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação atendida. A Auditoria Geral foi vinculada ao Conselho Superior através da Resolução nº 30/2013-CONSUP. A Figura 1 apresenta o organograma demonstrando a alteração.			
Síntese dos resultados obtidos			
Independência			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Essa vinculação técnica da Auditoria Geral ao Conselho Superior, visa proporcionar a qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			000439
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório nº 201305962	Constatação 007 – Recursos humanos insuficientes na Auditoria Geral e no <i>Campus</i> Central do IFRN.	Solicitação de Auditoria nº 201313688/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação:			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 001:</b> Recomenda-se que o IFRN providencie a reestruturação da Unidade de Auditoria Interna, dotando-a de quantitativo adequado de pessoal apto a cumprir as atribuições, de forma exclusiva e autônoma, com ênfase na segregação de funções, e de recursos físicos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle (item 1.8.8, TC-027.796/2011-6, Acórdão nº 2.123/2013-2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GABIN/RE			
Síntese da providência adotada:			
A Recomendação foi atendida. Foi realizado um estudo da Reestruturação Funcional da Auditoria Geral, posteriormente apresentado ao CONSUP, que aprovou a Resolução Nº 09/2014-CONSUP.			
Síntese dos resultados obtidos			
Uniformização dos procedimentos e melhoria na qualidade dos trabalhos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A nova estrutura proporcionará maior efetividade da atuação da auditoria interna para auxiliar no aprimoramento dos controles internos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			000439
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório nº 201305962	Constatação 007 – Recursos humanos insuficientes na Auditoria Geral e no <i>Campus</i> Central do IFRN.	Solicitação de Auditoria nº 201313688/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação:			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 002:</b> Recomenda-se que o IFRN evite atribuir ao seu órgão de controle interno procedimentos de controles internos relacionados a atividades de gestão, sobretudo despachos em processos administrativos, participação em comissões, entre outras que possam causar conflito com a atividade típica de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GABIN/RE			
Síntese da providência adotada:			
Foi atendida a recomendação. Encontra-se estabelecido no parágrafo único do art. 10 do Regimento Interno da Auditoria Geral, aprovado pelo CONSUP através da resolução 28/2014-CONSUP/RE			
Síntese dos resultados obtidos			
Maior independência e imparcialidade na opinião do auditor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Com essa implementação a auditoria interna poderá realizar seus trabalhos com mais eficiência e com maior abrangência.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			000439
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório nº 201305962	Constatação nº 21 – Não reposição ao erário dos valores pagos indevidamente a pensionistas dos IFRN.	Nota Técnica nº 41094/2014-CGU
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIGPE			
Descrição da Recomendação			
Adotar as medidas para reposição ao Erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas de Matrículas 0467837, 04403614, 04407482, 04739256 e 05015146, observando, para tanto, os trâmites legais necessários, em especial a Orientação Normativa nº 5/2013, da SEGEP/MPOG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DIGPE/COAPEQ			
Síntese da Providência Adotada			
<p>A restituição ao erário da pensionista Ana Viana Dantas, matrícula SIAPE 04678371, foi alvo do processo administrativo nº 23421.008238.2012-71. Após ser notificada da necessidade de ressarcimento, a pensionista apresentou defesa (fls. 70 do citado processo), porém ao analisar o contraditório essa Diretoria de Gestão de Pessoas concluiu pelo não aceitação dos argumentos apresentados (fls. 72 do mesmo processo). Foi lançada a reposição ao erário na folha de dezembro de 2013, a qual se encontra ainda em curso.</p> <p>A restituição ao erário das pensionistas Joana Alves Rocha, matrícula 04403614, Maria Lúcia de Paiva Vasconcelos, matrícula 04407482, Teresa Silva de Lima, matrícula 04739256, e Vilma Maria de Freitas, matrícula 05015146, foi alvo dos processos administrativos nº 23421.008164.2012-71, 23421.008183.2012-14, nº 23421.008243.2012-82 e nº 23421.008244.2012-27, respectivamente.</p> <p>Vilma Maria de Freitas e Maria Lúcia de Paiva Vasconcelos conseguiram decisão favorável à suspensão dos descontos por meio do processo judicial nº 0513510-47.2012.4.05.8400, conforme Ofícios nº 1467/2012/SEMA/PFRN/PGF/AGU e nº 1593/2013/SEMA/PFRN/PGF/AGU.</p> <p>Teresa Silva de Lima conseguiu decisão liminar que impediu o IFRN de proceder à correção de sua pensão, bem como de promover os devidos descontos, conforme Parecer de Força Executória nº 0328/2013/PFRN/PGF/AGU.</p> <p>Joana Alves da Rocha apresentou em sua defesa a decisão e a sentença proferida nos autos do processo judicial nº 3587-54.2012.4.05.8400 que também impede a revisão da pensão recebida, bem como os devidos descontos.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi lançada no sistema SIAPE a reposição ao erário de uma das cinco pensionistas, ficando o IFRN impossibilitado de proceder a reposição das demais em face a decisões judiciais que impedem a ação desta autarquia.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em razão de decisões judiciais vigentes o IFRN se encontra impossibilitado de dar cumprimento.			



### 11.2.2. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro A.11.2.2 remete às justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI.

**Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			000439
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório nº 201305962	Constatação 021 – Não reposição ao erário de valores pagos indevidamente a pensionistas do IFRN.	Solicitação de Auditoria nº 201313688/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Reitoria			
Descrição da Recomendação:			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº 001:</b> Adotar as medidas para reposição ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas de Matrícula SIAPE 0467837, 04403614, 04407482, 04739256 e 05015146, observando para tanto os trâmites legais necessários, em especial a Orientação Normativa nº 5/2013, da SEGEP/MPOG.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIGPE			
Síntese da providência adotada:			
<p>01. Em resposta ao Memorando 177/2013-AUDGE, e a S A 201313688-003 informo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi providenciada a inclusão de reposição ao erário no contracheque das pensionistas Ana Viana Dantas e Teresa Silva de Lima;</li> <li>- Não foram providenciadas as reposições nos contracheques de Maria Lúcia de Paiva Vasconcelos e Vilma Maria de Freitas por haver decisões judiciais que determinam a não reposição ao erário por parte do IFRN;</li> <li>- Verificou-se também haver decisão judicial determinando que o IFRN se abstenha de proceder a reposição ao erário no contracheque de Joana Alves Rocha e este IFRN, a fim de confirmar se a decisão datada de 22/07/2013 ainda está em plena força executória, enviou Ofício à AGU solicitando confirmação, contudo, até o fechamento deste Relatório de Gestão não se obteve resposta.</li> </ul> <p>02. Sendo estas as providências adotadas, informa-se que a Diretoria de Gestão de Pessoas deu o devido andamento às reposições, conforme apontado pela CGU, exceto nos casos em que há decisão judicial resguardando a não reposição por parte dos supramencionados. Informamos, ainda, no que se refere à Joana Alves da Rocha, que caso a AGU venha informar que a decisão judicial referente à sua reposição não mais goza de força executória, também será providenciada a reposição.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
A reposição ao erário de uma das pensionistas está em curso. As demais não puderam ser inseridas, em razão de proibição provinda de ordem judicial.			

### 11.3. Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 11.3.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

O Quadro A.11.3 compreende o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei.

**Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	40	40	40
	Entregaram a DBR	29	29	29
	Não cumpriram a obrigação	11	11	11

Fonte: DIGPE.

#### 11.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

No IFRN, os servidores ocupantes de função ou cargo de confiança são orientados para entregar anualmente suas declarações de bens e rendas. O fazem todos aqueles que ocuparam função ou cargo de confiança no exercício anterior, ainda que não mais as ocupem no ano de entrega da declaração. Os servidores são alertados a respeito das implicações a que poderão estar submetidos. No IFRN, a incumbência de gerenciar a recepção das DBRs cabe à Coordenação de Administração de Pessoal (COAPE) e às Coordenações de Gestão de Pessoas dos *campi*. O gerenciamento é feito através de planilha eletrônica, e a entrega é feita em papel. Não é realizada análise das DBRs com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. Em face da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações, as DBRs recebidas são acondicionadas em pastas específicas em arquivo dos setores de pessoal. Além do controle anual informado, todos os servidores públicos, ao tomarem posse, apresentam declaração de bens e rendas, a qual fica arquivada em suas pastas funcionais, conforme determinação constante no Regime Jurídico Único da Lei nº 8.112/1990.

---

#### **11.4. Medidas adotadas em caso de dano ao erário**

---

A reposição ao erário é feita através da formalização de processo, dando direito de ampla defesa ao servidor, e, em caso de se confirmar a necessidade de reposição ao erário, esta é feita através do SIAPE, em rubrica específica.

No exercício de 2014 não foram instaurados processos para apuração de casos de danos ao erário. O Quadro A.11.4 foi excluído.

---

#### **11.5. Alimentação SIASG e SICONV**

---

O servidor Cláudio César Antunes Florêncio é o responsável pela atualização dos dados no SIASG e no SICONV.

##### **Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, Cláudio César Antunes Florêncio, CPF nº 813.477.904-20, contador, exercido na Reitoria do IFRN declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal/RN, 27 de fevereiro de 2015.

**CLÁUDIO CÉSAR ANTUNES FLORÊNCIO**  
**CPF 813.477.904-20**  
**Contador/Reitoria do IFRN**

## 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo apresenta dados quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pelo IFRN, e à implementação de sistemática de apuração de custos, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

### 12.1. Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O IFRN ainda não implementou as alterações previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 e NBC T 16.10, considerando que a instituição ainda não concluiu a criação do módulo de sistema de controle patrimonial do SUAP para lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto na legislação no tocante à depreciação, exaustão e amortização, bem como no que tange à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

Outrossim, informa-se que no decorrer do exercício de 2015 será concluído o sistema, de forma que seja possível atender, em sua totalidade, as exigências estabelecidas nas Normas.

Ressalta-se que o atraso na implantação das determinações está amparado pela Portaria nº 634/2013 da Secretaria do Tesouro Nacional em seu art. 13 em conjunto com os itens de 8 e 9 da Nota Técnica nº 5/2013-CCONF/SUCON/STN/MF-DF, que assim tratam do assunto:

Art. 13 Os Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, definidos no MCASP e de observância obrigatória pelos entes da Federação, terão prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN.

8. Uma alteração significativa da Portaria STN nº 634/2013 em relação aos prazos estabelecidos é a relativa à adoção dos PCP. O prazo anterior previa a necessidade de adoção integral até o final do exercício de 2014 e, com a nova Portaria, esses prazos serão definidos conforme ato normativo específico da STN para cada procedimento contábil patrimonial.

9. Em relação aos novos prazos para adoção dos PCP, entendeu-se que foi necessário mudar a regra em relação a estes procedimentos e apartá-los dos prazos de adoção do PCASP e das DCASP. O envio dos cronogramas conforme definido no art. 1º da Portaria STN nº 753/2012 (que alterou o art. 8º da Portaria STN nº 437/2012) e a troca de experiências com entidades representativas dos órgãos responsáveis pela gestão contábil dos entes da Federação, permitiram um diagnóstico que concluiu pela dificuldade de adoção de procedimentos como, por exemplo, o registro da depreciação, do ajuste ao valor recuperável, de ativos intangíveis e dos créditos tributários a receber. Os entes da Federação, independentemente do seu porte ou da maturidade de seu sistema contábil, enfrentariam dificuldades significativas para realizar a implantação de todos os PCP constantes do MCASP no mesmo ano de implantação do PCASP e das DCASP. Neste sentido, a STN deu destaque à implantação do PCASP e das DCASP nos exercícios de 2013 e 2014 para, a partir de 2015, propiciar a implantação dos PCPs. Ressalta-se, porém, que as regras concernentes aos PCPs já estão em vigor e podem ser implantadas pelos entes da Federação. Trata-se de uma mudança relativa ao prazo final de implantação, visando dar o tratamento adequado na consolidação das contas públicas e na geração do BSPN, e espera-se que, em um dado exercício, todos entes da federação estejam adotando determinado PCP sob o mesmo critério contábil.

## 12.2. Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Informa-se que o IFRN ainda não implementou a apuração de custos dos programas e das suas unidades administrativas, uma vez que tal procedimento depende diretamente da implantação de um sistema de controle patrimonial, em fase de desenvolvimento no SUAP.

## 12.3. Conformidade Contábil

No âmbito do IFRN, a conformidade contábil é realizada por cada unidade gestora através do seu contador cadastrado no SIAFI.

Exceto pela restrição 642 – Falta/Evolução Incompatível Dep.At.Imobiliz. – ocasionada pelo fato de o nosso sistema de controle patrimonial ainda se encontrar em fase de conclusão –, os *campi* deste IFRN possuíam restrições esporádicas e sazonais no decorrer do ano de 2014 e estas foram sanadas com a maior tempestividade possível.

Outrossim, informa-se que, excetuando a restrição 642, conforme acima discriminada, não houve nenhuma restrição contábil não resolvida ao final do exercício de 2014.

## 12.4. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

### 12.4.1. Declaração plena

A declaração plena não se aplica ao IFRN. O Quadro A.12.1.4 foi excluído.

### 12.4.2. Declaração com ressalva

O Quadro A.12.4.2 apresenta a declaração do contador responsável que apresenta relatório de gestão para dar cumprimento a normativo do TCU.

#### Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			158155
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a: a). implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 e NBC T 16.10; e b) apuração de custos dos programas e das suas unidades administrativas. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Natal/RN	Data	27/02/2015
Contador Responsável	Cláudio César Antunes Florêncio	CRC nº	6266/O-7

## 12.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Esta situação não se aplica ao IFRN, uma vez que a instituição executa todos os seus lançamentos contábeis, orçamentários e financeiros no SIAFI.

---

---

**12.6. Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

---

---

Este item não se aplica ao IFRN, uma vez que a instituição executa todos os seus lançamentos contábeis, orçamentários e financeiros no SIAFI.

---

---

**12.7. Composição acionária das empresas estatais**

---

---

Este item não se aplica ao IFRN, uma vez que a instituição executa todos os seus lançamentos contábeis, orçamentários e financeiros no SIAFI. Os Quadros A.12.7.1 e A.12.7.2 foram excluídos.

---

---

**12.8. Relatório de auditoria independente**

---

---

Este item não se aplica, uma vez que o IFRN não é auditado por equipe de auditoria independente e não firma contrato de gestão.

## 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 13.1. Outras informações consideradas relevantes

Para enfrentar os desafios inerentes à sua responsabilidade social, o IFRN implementou diversos projetos e ações visando operacionalizar as políticas institucionais definidas nos seus documentos norteadores: o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento Institucional– atualizado em 2014 para o quinquênio 2014-2018 –, além do Termo de Acordo de Metas e Compromissos SETEC-IFRN, bem como nos programas temáticos de competência desta Instituição, definidos no orçamento da União.

Dentre esses projetos e ações, destacam-se os investimentos em aquisição de materiais e equipamentos, recomposição do acervo bibliográfico e capacitação de servidores, além de medidas de racionalização no uso dos recursos e sustentabilidade ambiental. Nesse último ponto, pode-se citar, como exemplo, a instalação de usinas fotovoltaicas em cinco *campi* e na Reitoria, constituindo-se o IFRN na primeira instituição de ensino federal a utilizar a energia solar para seu abastecimento. Só em 2014, houve uma economia de 85 mil reais em conta de energia elétrica na Reitoria e nos *Campi* São Paulo do Potengi e Ceará-Mirim, responsáveis pela geração de 340.532 kWh no ano. Além disso, evitaram a emissão de 30,3 toneladas de gás carbônico, já que o produto dos microgeradores é uma energia limpa. Os *Campi* Avançados Parelhas e Lajes, que estão em fase de conclusão de obras, já serão entregues com usinas fotovoltaicas instaladas e em funcionamento.

Em 2014, foram publicadas no *site* do IFRN diversas notícias que sintetizam os principais acontecimentos, premiações e ações de desenvolvimento tecnológico, artístico, cultural e esportivo envolvendo servidores e estudantes do IFRN. Essas notícias, que dão um panorama geral do reconhecimento institucional junto à sociedade, estão sistematizadas a seguir.

#### 13.1.1. Institucional

**Curso de Produção Cultural recebe conceito 5 em avaliação do MEC:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/curso-de-producao-cultural-recebe-conceito-5-em-avaliacao-do-mec>

**Curso Superior de Energias Renováveis é avaliado com conceito 4 pelo MEC:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/curso-superior-de-energias-renovaveis-e-avaliado-com-conceito-4-pelo-mec>

**IFRN conquista conceito 4 no IGC 2013:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-conquista-conceito-4-no-igc-2013>

**Campus Natal-Central fica entre as dez melhores escolas do estado:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-natal-central-fica-entre-as-dez-melhores-escolas-do-rn>

**IFRN recebe quase 25.000 inscrições para cursos do Sisu:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-recebe-quase-25-000-inscricoes-para-cursos-do-sisu>

**Campus Mossoró comemora amanhã 20 anos de atuação:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-mossoro-comemora-amanha-20-anos-de-atuacao>

**Fábrica Briquetes Vale do Açu é destaque na mídia:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/fabrica-briquetes-vale-do-acu-e-destaque-na-midia>

**Projeto do Campus Zona Norte é destaque na imprensa local:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/projeto-do-campus-zona-norte-e-destaque-na-imprensa-local>

**IFRN aprova 18 projetos em edital de apoio do CNPq-Setec/MEC:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-aprova-18-projetos-em-edital-de-apoio-do-cnpq-setec-mec>

**Escola de Samba faz homenagem ao IFRN:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/escola-de-samba-faz-homenagem-ao-ifrn>

### 13.1.2. Prêmios acadêmico-científicos

**Campus Santa Cruz recebe Prêmio Paulo Freire - Destaque Educacional:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-santa-cruz-recebe-premio-paulo-freire-destaque-educacional>

**Projeto Caatinga Viva recebe o prêmio Mandacaru II:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/projeto-caatinga-viva-recebe-o-premio-mandacaru-ii>

**Projeto Samanaú.SAT conquista premiação na Febrace 2014:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/projeto-samanau-sat-conquista-premiacao-na-febrace-2014>

**Alunos do IFRN conquistam medalha de bronze em feira nos EUA (I-Sweep):**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-ifrn-conquistam-medalha-de-bronze-em-feira-internacional-de-sustentabilidade>

**Projeto do Campus Zona Norte está entre os cinquenta melhores da América (OEA/Intel ISEF Brasil):** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/projeto-do-campus-zona-norte-esta-entre-os-cinquenta-melhores-da-america>

**Estudantes do IFRN conquistam 3º lugar na Olimpíada Nacional em História do Brasil:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudantes-do-ifrn-conquistam-3o-lugar-nas-olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil>

**IFRN comemora desempenho na 6ª Olimpíada Nacional em História do Brasil:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-celebra-bom-desempenho-na-6a-olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil>



**Miniempresa do Campus Macau recebe premiação da Junior Achievement:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/miniempresa-do-campus-macau-recebe-premiacao-da-junior-achievement>

**Aluno do curso Técnico em Mecânica ganha Prêmio IEL de Estagiário:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-curso-tecnico-em-mecanica-ganha-premio-iel-de-estagiario>

**Alunos são premiados na Olimpíada de Astronomia e Astronáutica 2014:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-sao-premiados-na-olimpiada-de-astronomia-e-astronautica-2014>

**Aluno do IFRN é premiado no XXI Encontro Estadual de Geografia do RN:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-ifrn-e-premiado-no-xxi-encontro-estadual-de-geografia-do-rn>

**Alunos conquistam segundo lugar em olimpíada nacional de algoritmos (CRIA/ Olimpíada de Algoritmos Hostnet):** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-conquistam-segundo-lugar-em-olimpiada-nacional-de-algoritmos>

**Estudantes conquistam primeiro lugar em feira regional de ciência e tecnologia (FENECIT):**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudantes-conquistam-primeiro-lugar-em-feira-regional-de-ciencia-e-tecnologia>

**Alunos do IFRN são classificados no Prêmio Santander:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-campus-natal-central-sao-classificados-no-premio-santander>

**Estudante do IFRN conquista segundo lugar em mostra de ciência e tecnologia (Mostratec):**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-campus-zona-norte-conquista-segundo-lugar-em-mostra-de-ciencia-e-tecnologia>

**Estudantes conquistam classificação para o Desafio Gamedu:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudantes-conquistam-classificacao-para-o-desafio-gamedu>

**Estudante do IFRN conquista primeiro lugar no Prêmio Cosern Literatura de Cordel:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudante-conquista-primeiro-lugar-no-premio-cosern-literatura-de-cordel>

**Alunos conquistam quarto lugar em mostra científica nacional (Mostratec):**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-conquistam-quarto-lugar-em-mostra-cientifica-nacional>

**Alunos do curso Energias Renováveis recebem premiação no IX CONNEPI:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-curso-energias-renovaveis-recebem-premiacao-no-ix-connepi>

**IFRN é destaque nas Olimpíadas de Matemática das Escolas Públicas:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-e-destaquenas-olimpiadas-de-matematica-das-escolas-publicas>

### 13.1.3. Desenvolvimento tecnológico

**Editora do IFRN disponibiliza aplicativo gratuito para iPad:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aplicativo-mago-da-fisica-e-lancado-hoje-na-apple-store>

**Alunos do Programa Miniempresa desenvolvem produto sustentável para conservação de livros:** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-programa-miniempresa-desenvolvem-produto-sustentavel-para-conservacao-de-livros>

**Fábrica de combustível alternativo é inaugurada hoje (26) no Campus Ipangaçu:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/fabrica-de-combustivel-alternativo-e-inaugurada-hoje-26-no-campus-ipanguacu>

**Inaugurada a fábrica Briquetes Vale do Açu:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/parceiros-do-projeto-inauguram-a-fabrica-briquetes-vale-do-acu>

**Pesquisadores criam protótipo que reutiliza água da chuva:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/pesquisadores-do-campus-criam-prototipo-que-reutiliza-agua-da-chuva>

**Aluno do IFRN desenvolve ferramenta que indica alterações feitas na Wikipédia:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-ifrn-desenvolve-ferramenta-que-indica-alteracoes-feitas-na-wikipedia>

### 13.1.4. Agenda artístico-cultural e desportiva

**Campus Cidade Alta recebe a TEIA da Diversidade Nacional 2014:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-cidade-alta-recebe-a-teia-da-diversidade-nacional-2014>

**IFRN é classificado para a etapa Nacional dos JIF'S:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-e-classificado-para-a-etapa-nacional-dos-jifs>

**Campus Natal-Cidade Alta recebe um dos eventos mais importantes de produção cultural do país:** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-natal-cidade-alta-recebe-um-dos-eventos-mais-importantes-de-producao-cultural-do-pais>

**Campus Cidade-Alta sedia 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-cidade-alta-sedia-9o-mostra-cinema-e-direitos-humanos-no-hemisferio-sul>

### 13.1.5. Agenda acadêmico-científica nacional

**Alunos do Campus Zona Norte apresentam projetos em feira de ciências da USP:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-campus-zona-norte-apresentam-projetos-em-feira-de-ciencias-da-usp>

**Campus Currais Novos participa pela primeira vez da Febrace:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-currais-novos-participa-pela-primeira-vez-da-febrace>

**Projeto de alunos participa pelo segundo ano consecutivo da Febrace (Campus Caicó):**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-caico-tambem-representa-ifrn-na-febrace-2014>

**Aluno do IFRN participa da II edição da maratona Hackathon em Brasília:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-ifrn-participa-da-ii-edicao-da-maratona-hackathon-em-brasilia>

**Alunos do ensino médio integrado participam da 4ª edição da Olimpíada de Língua**

**Portuguesa:** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-ensino-medio-integrado-participam-da-4a-edicao-da-olimpiada-de-lingua-portuguesa>

**Alunos de Licenciatura do Campus Zona Norte têm trabalhos aprovados para encontro**

**nacional:** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-de-licenciatura-tem-trabalhos-aprovados-para-encontro-nacional-1>

**Incubadoras do IFRN participarão da Feira do Empreendedor 2014:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/incubadoras-do-ifrn-participarao-da-feira-do-empreendedor-2014>

**Estudantes do IFRN representam o Estado em feira do Congresso Brasileiro de Química:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudantes-do-ifrn-representam-o-estado-em-feira-do-congresso-brasileiro-de-quimica>

**Alunos do Campus Natal-Zona Norte disputam competição nacional de**

**empreendedorismo:** <http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-campus-natal-zona-norte-disputam-competicao-nacional-de-empreendedorismo>

**Aluno do Campus Pau dos Ferros é finalista da Olimpíada de Língua Portuguesa:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluno-do-campus-pau-dos-ferros-e-finalista-da-olimpiada-de-lingua-portuguesa>

**Alunos do Campus Natal-Central chegam à fase final do Prêmio Santander:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-campus-natal-central-chegam-a-fase-final-do-premio-santander>

**Estudantes do IFRN apresentam artigos em Encontro Nacional das Licenciaturas:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudantes-do-ifrn-apresentam-artigos-em-encontro-nacional-das-licenciaturas>

---

**IFRN, Governo do Estado e Petrobras inauguram o Museu de Minérios do RN:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-governo-do-estado-e-petrobras-inauguram-o-museu-de-minerios-do-rn>

---

### **13.1.6. Agenda acadêmico-científica internacional**

---

**Professor do Campus João Câmara representa o IFRN em pesquisa no exterior:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/professor-do-campus-joao-camara-representa-o-ifrn-em-pesquisa-no-exterior>

**Professores do IFRN ministram aula na Universidade de Lisboa:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/professores-do-ifrn-ministram-aula-da-universidade-de-lisboa>

**Especialista norte-americano em internacionalização visita o IFRN:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/especialista-norte-americano-em-internacionalizacao-visita-o-ifrn>

**Alunos do IFRN participam da maior feira internacional para pré-universitários:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/alunos-do-ifrn-representam-o-brasil-na-maior-feira-mundial-para-pre-universitarios>

**IFRN recebe visita de representante do Sault College Canadense:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-recebe-visita-de-representante-do-sault-college-canadense>

**Professor do Campus Pau dos Ferros tem artigo publicado em revista internacional:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/professor-do-campus-pau-dos-ferros-tem-artigo-publicado-em-revista-internacional>

**IFRN sedia II Seminário Internacional de Educação a Distância:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/ifrn-sedia-ii-seminario-internacional-de-educacao-a-distancia>

**Campus João Câmara recebe visita de representantes de universidades americanas:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-joao-camara-recebe-visita-de-representantes-de-universidades-americanas>

**Aluna do EJA conquista credenciamento para mostra científica internacional:**

<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/aluna-do-eja-conquista-credenciamento-para-mostra-cientifica-internacional>

---

### 13.2. Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

O Quadro B.65.2 a seguir busca evidenciar a relação de projetos desenvolvidos pelas fundações em apoio às IFET, caso existam, consoante o disposto na Lei nº 8.958/94. O referido quadro é composto por dois grandes blocos. O primeiro tem por objetivo coletar informações quanto ao tipo de instrumento contratual celebrado entre as IFET e a fundação de apoio. O segundo, por sua vez, tem por objetivo apurar os recursos pertencentes às IFET e envolvidos com os projetos geridos pelas fundações.

**Quadro B.65.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio**

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio								
Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RN						CNPJ: 02.852.277/0001-78		
Projeto		Instrumento Contratual		Objeto	Vigência		Valor	
Nº	Tipo	Tipo	Nº		Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	Convênio	6000.0056090.10.4	Promover o fortalecimento e consolidação de Programas de Formação de Nível Técnico nos cursos de MECÂNICA, ELETROTÉCNICA, PETRÓLEO E GÁS, CONTROLE AMBIENTAL, ELETRÔNICA, QUÍMICA E BIOCOMBUSTÍVEIS, desenvolvidos por meio do Programa de Recursos Humanos - PFRH PETROBRAS - NÍVEL TÉCNICO. Convênio FUNCERN/IFRN/PETROBRAS PFRH I <b>Recursos provenientes da PETROBRAS.</b>	06/01/2010	05/06/2014	8.350.992	7.515.892
2	2	Convênio	6000.0069399.11.4	Promover o fortalecimento e consolidação dos programas de formação de recursos humanos por intermédio da concessão de bolsas de estudos para alunos de cursos técnicos de interesse do setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, desenvolvidos por meio do programa de formação de Recursos Humanos - PFRH II Convênio FUNCERN/IFRN/PETROBRAS <b>Recursos provenientes da PETROBRAS.</b>	09/11/2011	09/08/2015	10.315.710	6.266.726
3	2	Convênio	01.10.0473.00	Transferência de recursos financeiros, pela CONCEDENTE (FINEP) ao CONVENIENTE(FUNCERN), para a execução do projeto intitulado "Projeto de um equipamento médico-hospitalar para o teste auditivo de emissões otoacústicas", doravante denominado PROJETO, descrito no PLANO DE TRABALHO. Convênio FUNCERN/IFRN/FINEP/UFRN/UFERSA/UERN. <b>Recursos provenientes da FINEP</b>	24/09/2010	24/09/2014	400.000	269.110
4	2	Convênio	01.10.0621.00	Transferência de recursos financeiros, pela CONCEDENTE (FINEP) ao CONVENIENTE(FUNCERN), para a execução do Projeto intitulado" Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inclusão Socioeconômica pela Interação entre Instituições de Ensino e o Setor de Petróleo e Gás" – CEDIPETRO. Convênio FUNCERN/IFRN/FINEP/ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO. <b>Recursos provenientes da FINEP</b>	03/12/2010	03/12/2014	828.891	790.743

Projeto		Instrumento Contratual		Objeto	Vigência		Valor	
Nº	Tipo	Tipo	Nº		Início	Fim	Bruto	Repassado
5	2	Convênio	01.10.0604.00	Transferência de recursos financeiros, pela CONCEDENTE (FINEP) ao CONVENIENTE (FUNCERN), para a execução do Projeto intitulado "Implantação de um Programa de Divulgação e Promoção de Atividades Tecnológicas do Setor de Petróleo e Gás junto a alunos da Rede de Ensino médio do Rio Grande do Norte" – PETROTEC. - Convênio FUNCERN/IFRN/FINEP/PETROBRAS/SEEC-RN. <b>Recursos provenientes da FINEP</b>	30/11/2010	30/11/2015	852.660	789.637
6	2	Convênio	01.10.0483.00	Transferência de recursos financeiros, pela CONCEDENTE (FINEP) ao CONVENIENTE (FUNCERN), para a execução do Projeto intitulado "E-Guia: Sistema para prover autonomia e Acessibilidade aos Deficientes Visuais nos Serviços de Transportes Urbanos" - Convênio FUNCERN/IFRN/FINEP/UFRN/UFERSA/UERN. <b>Recursos provenientes da FINEP.</b>	23/09/2010	23/09/2014	492.670	468.160
7	3	Convênio	2500.0057106.10.4	Construção e implementação da sede do Museu de Mineralogia do RN, a ser edificado nas dependências do IFRN. Recursos do convênio estão compreendidos no P.A.N da Comunicação e Segurança de Informações da Unidade de Exploração e Produção do RN e CE da Petrobrás. Convênio FUNCERN/IFRN/PETROBRÁS. <b>Recursos provenientes da PETROBRÁS</b>	31/03/2010	13/01/2015	278.984	262.084
8	3	Convênio	08/2011	Convênio para execução de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial junto a Incubadora Tecnológica - IT - <i>Campus</i> Natal Central do IFRN de acordo com a chamada nº 001/2011 - Sebrae/RN, que visa atender as incubadoras em operação, pertencentes ao Projeto SEBRAE/RN de Incubadoras de Empresas. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	05/09/2011	05/09/2015	30.000	15.000
9	3	Convênio	002/2011	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenientes, em parceria, de acordo com chamada nº 002/2010 - SEBRAE/RN, para a implantação de incubadora de empresas específicas para área de Cultura e Arte, no <i>Campus</i> da Cidade Alta do IFRN da cidade de Natal. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	15/03/2011	31/03/2015	30.000	15.000
10	3	Convênio	009/2010	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenientes, em parceria, de acordo com chamada nº 001/2010 - SEBRAE/RN, para seleção de uma incubadora de empresas para a cadeia produtiva do Petróleo, Gás e Energia, no <i>Campus</i> do IFRN na cidade de Mossoró. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	20/05/2010	31/05/2015	30.000	15.000
11	3	Convênio	008/2010	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenientes, em parceria, de acordo com chamada nº 001/2010 - SEBRAE/RN, para seleção de uma incubadora de empresas específica em Melhoramento Genético para a Cadeia produtiva da bovinocultura leiteira do estado do RN, no <i>campus</i> do	20/05/2010	31/05/2015	30.000	15.000

Projeto		Instrumento Contratual		Objeto	Vigência		Valor	
Nº	Tipo	Tipo	Nº		Início	Fim	Bruto	Repassado
				IFRN na cidade de Currais Novos. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>				
12	3	Convênio	001/2012	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenentes, em parceria, de acordo com chamada nº 002/2011 - SEBRAE/RN, para implantação de uma incubadora de empresas específicas com foco nos arranjos produtivos locais da região Seridó, priorizando os setores da indústria de confecção, nos segmentos de bordados, bonelaria e têxtil; os setores do agronegócio, no segmento da pecuária e laticínios; além do segmento da TI- Tecnologia da informação, no <i>campus</i> do IFRN da cidade de Caicó/RN. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	15/05/2012	15/05/2015	30.000	15.000
13	3	Convênio	002/2012	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenentes, em parceria, de acordo com chamada nº 002/2011 - SEBRAE/RN, para implantação de uma incubadora de empresas específicas com foco nos arranjos produtivos locais da região do Vale do Açú, priorizando os setores do agronegócio, no segmento da agricultura irrigada, fruticultura e pecuária; no setor da indústria, no segmento da cerâmica vermelha; além do segmento da TI- Tecnologia da Informação, no <i>campus</i> do IFRN da cidade de Ipangaçu/RN. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	15/05/2012	15/05/2015	30.000	15.000
14	3	Convênio	004/2012	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenentes, em parceria, de acordo com chamada nº 002/2011 - SEBRAE/RN, para implantação de uma incubadora de empresas específicas com foco nos arranjos produtivos locais da região do Mato Grande, priorizando os setores do agronegócio, no segmento da pecuária, extrativismo, cajucultura e apicultura, além do segmento da TI- Tecnologia da Informação, no <i>campus</i> do IFRN da cidade de João Câmara/RN. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	15/05/2012	15/05/2015	30.000	15.000
15	3	Convênio	003/2012	Convênio para desenvolvimento de ações de cooperação e apoio técnico, financeiro e gerencial pelos convenentes, em parceria, de acordo com chamada nº 002/2011 - SEBRAE/RN, para implantação de uma incubadora de empresas específicas com foco nos arranjos produtivos locais da região do Alto Oeste, priorizando os setores do agronegócio, nos segmentos do beneficiamento do leite e beneficiamento do mel; os setores do agronegócio nos segmentos da ovinocaprinocultura e pecuária; além do segmento da TI- Tecnologia da I, no <i>campus</i> do IFRN da cidade de Pau dos Ferros/RN. Convênio FUNCERN/IFRN/SEBRAE. <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	15/05/2012	15/05/2015	30.000	15.000
16	2	Convênio	6000.0080059.12.4	Convênio tem por finalidade promover o fortalecimento e consolidação dos Programas de formação dos alunos dos cursos técnicos do IFRN,	16/04/2013	30/04/2016	9.758.700	5.855.220

Projeto		Instrumento Contratual		Objeto	Vigência		Valor	
Nº	Tipo	Tipo	Nº		Início	Fim	Bruto	Repassado
				desenvolvidos por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos - PFRH III Convênio FUNCERN/IFRN/PETROBRAS. <b>Recursos provenientes da PETROBRAS.</b>				
17	3	Convênio	007/2012	Desenvolvimento de ações de apoio financeiro e técnico para a implantação das 36 práticas de nível de maturidade 1 do CERNE - Centro de Referência para apoio a novos empreendimentos na Incubadora Tecnológica <i>Campus</i> Natal Central e o acompanhamento na preparação da adoção do modelo CERNE das Incubadoras Nucleadas - INCOPE, sediadas no NEB e NATA na UFRN. Convênio FUNCERN/SEBRAE/IFRN <b>Recursos provenientes do SEBRAE/RN</b>	08/08/2012	08/08/2015	330.000	165.000
18	2	Convênio	6000.0067980.11.4	Projeto Fábrica Escola - Beneficiamento do pendúnculo de caju e frutas tropicais que visa construir alternativas sustentáveis de valoração integral do caju e de frutas tropicais, de forma a apresentar produtos que gerem emprego, trabalho e renda para a região oeste do RN. Convênio FUNCERN/ PETROBRÁS/IFRN - <i>Campus</i> Pau dos Ferros. <b>Recursos provenientes da PETROBRÁS</b>	20/10/2011	18/10/2018	1.315.000	789.000
19	2	Convênio	0393/2011	Convênio para realizar ações de desenvolvimento em pesquisas na área de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental no âmbito do Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento, visando "Pós-tratamento de efluentes de lagoas para remoção de cianobactérias"- Convênio FUNCERN/IFRN/FUNASA. <b>Recursos provenientes da FUNASA</b>	30/12/2011	30/08/2014	121.800	-
<b>Subtotal Convênios</b>							33.285.407,00	23.291.572
1	3	Contrato	046/2014	Contratação da FUNCERN para prestação de serviços para elaboração e realização de concurso público para provimento de cargo de técnico administrativo integrantes do plano de cargos e carreira dos técnicos administrativos em educação. <b>Recursos provenientes do IFRN.</b>	10/04/2014	10/04/2015	1.044.329	1.044.329
2	3	Contrato	042/2014	Contratação da FUNCERN para prestação de serviços para elaboração e realização de concurso público para provimento de cargos de professor integrante do plano de carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico. <b>Recursos provenientes do IFRN</b>	01/04/2014	01/04/2015	1.007.047	1.007.047
3	4	Contrato	512/2013	Teia Nacional da Diversidade - Encontro Nacional dos Pontos de Cultura com atividades de articulação, capacitação, intercâmbio entre os pontos, pontões e segmentos da diversidade cultural brasileira. Contrato FUNCERN/IFRN <i>Campus</i> Cidade Alta. <b>Recursos provenientes do Ministério da Cultura</b>	16/12/2013	15/01/2015	4.107.140	1.107.140
4	3	Contrato	2014NE800728	Empenho para realização plataforma nacional para o observatório de recursos humanos em saúde - TED 45/2014, transferência 68187 e 2014NC400690. Proc origem: 2014DI00010. <b>OBS: Recursos provenientes do Ministério da Saúde.</b>	22/10/2014	22/10/2015	1.400.000	1.400.000



Projeto		Instrumento Contratual		Objeto	Vigência		Valor	
Nº	Tipo	Tipo	Nº		Início	Fim	Bruto	Repassado
5	4	Contrato	132/2014	Contratação da FUNCERN para prestação de serviços para elaboração e realização do IV Encontro Nacional de Produção Cultural - ENPROCULT. <b>Recursos provenientes do IFRN</b>	27/08/2014	27/10/2015	150.000	150.000
					<b>Subtotal Contratos</b>		<b>8.171.007</b>	<b>4.708.516</b>
					<b>Total</b>		<b>41.456.414</b>	<b>28.000.088</b>
<b>Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos</b>								
<b>Projeto</b>		<b>Recursos das IFET</b>						
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais		Humanos		
		Valor		Tipo	Valor	Quantidade	Valor	
1	3	1.044.329		---	---	---	---	
2	3	1.007.047		---	---	---	---	
3	4	1.107.140		---	---	---	---	
4	3	1.400.000		---	---	---	---	
5	4	150.000		---	---	---	---	
<b>Total</b>		<b>4.708.516</b>						
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico								

Fonte: FUNCERN e SIAFI Gerencial 2014.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto das informações arroladas neste documento, que dizem respeito à responsabilidade social do IFRN, é importante destacar os avanços obtidos pela Instituição, notadamente no contexto da expansão e interiorização vivenciada nos últimos anos, provocando significativo aumento no número de matrículas em cursos técnicos e tecnológicos, a inserção em dois programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, o Pronatec/Bolsa-Formação e o Programa Mulheres Mil, além da formação de professores, em processo de consolidação, com grande impacto na qualificação de profissionais para absorção pelo mundo do trabalho.

Nesse sentido, merece relevo a política de inclusão social de estudantes de baixa renda por meio de cotas nos processos seletivos e do acesso aos diversos programas institucionais de assistência ao estudante, para cujo desenvolvimento vem sendo alocados crescentes recursos orçamentários e cujos resultados podem se verificar pelos êxitos dos estudantes do IFRN nas várias olimpíadas do conhecimento, exames vestibulares e processos seletivos para ingresso em níveis superiores da educação.

Destacam-se, ainda, as ações de pesquisa aplicada e inovação e de extensão tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Os resultados são evidenciados em eventos e premiações nacionais e internacionais e no desenvolvimento tecnológico, artístico-cultural e desportivo que se traduzem no cumprimento da função social do IFRN e no reconhecimento pela sociedade.

## **ANEXOS**

ANEXO I – Relatórios do sistema CGU-PAD por fase de processo e fase de julgamento

ANEXO II – Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes do sistema e-SIC

ANEXO III – Indicadores de Gestão nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, calculados pela SETEC

## ANEXO I - Relatórios do sistema CGU-PAD por fase de processo e fase de julgamento

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
da União

### RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Órgão: Campus Avançado de Nova Cruz	Nº Agentes Alcançados
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	
Total Não-Indiciado:	0
Total Absolvido ou Arquivado:	0
Total Submetido a outro processo disciplinar:	0
Total Apenado:	1
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	1
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 15  
Data da emissão do relatório: 09/02/2015  
Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
 da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Orgão: Campus Avançado de Nova Cruz	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0
Total Penalidade prescrita:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
 da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Órgão: Campus Ipiranga	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indiciado:	0
Total Absolvido ou Arquivado:	0
Total Submetido a outro processo disciplinar:	0
Total Apenado:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
 da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Órgão: Campus Ipanguaçu	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Penalidade prescrita:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

Órgão: Campus Natal Central	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 4 de 15  
 Data da emissão do relatório: 09/02/2015  
 Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
 da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Orgão: Campus Natal Central	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indiciado:	1
Total Absolvido ou Arquivado:	4
Total Submetido a outro processo disciplinar:	0
Total Apenado:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 5 de 15  
 Data da emissão do relatório: 09/02/2015  
 Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO



**CGU-PAD**

**Controladoria-Geral  
 da União**

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014**

Órgão: Campus Natal Central	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Penalidade prescrita:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

Órgão: Campus Pau dos Ferros	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 6 de 15  
 Data da emissão do relatório: 09/02/2015  
 Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

**CGU-PAD**

**Controladoria-Geral  
 da União**

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014**

Órgão: Campus Pau dos Ferros	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Não-Indiciado:	0
Total Absolvido ou Arquivado:	0
Total Submetido a outro processo disciplinar:	0
Total Apenado:	2
Advertência:	0
Suspensão:	2
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 7 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Órgão: Campus Pau dos Ferros	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Penalidade prescrita:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 8 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

**CGU-PAD**

**Controladoria-Geral  
 da União**

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014**

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
<b>Quadro Consolidado</b>	<b>Nº Agentes Alcançados</b>
Total Não-Indiciado:	1
Total Absolvido ou Arquivado:	4
Total Submetido a outro processo disciplinar:	0
Total Apenado:	4
Advertência:	0
Suspensão:	3
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	1
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 9 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

CGU-PAD

Controladoria-Geral  
 da União

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO 01/01/2014 A 31/12/2014

Orgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Quadro Consolidado	Nº Agentes Alcançados
Total Penalidade prescrita:	0
Advertência:	0
Suspensão:	0
Suspensão Convertida em Multa:	0
Demissão de Cargo Efetivo:	0
Demissão por Justa Causa:	0
Demissão sem Justa Causa:	0
Destituição de Diretor de Empresa:	0
Cassação de Aposentadoria:	0
Destituição de Cargo em Comissão:	0
Destituição de Função Comissionada:	0
Outra:	0

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;  
 As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 10 de 15

Data da emissão do relatório: 09/02/2015

Emitido por: ZENEIDE DE OLIVEIRA BEZERRA PEIXOTO

## ANEXO II – Relatório de pedidos de acesso à informação e solicitantes do sistema e-SIC

### Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(\*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

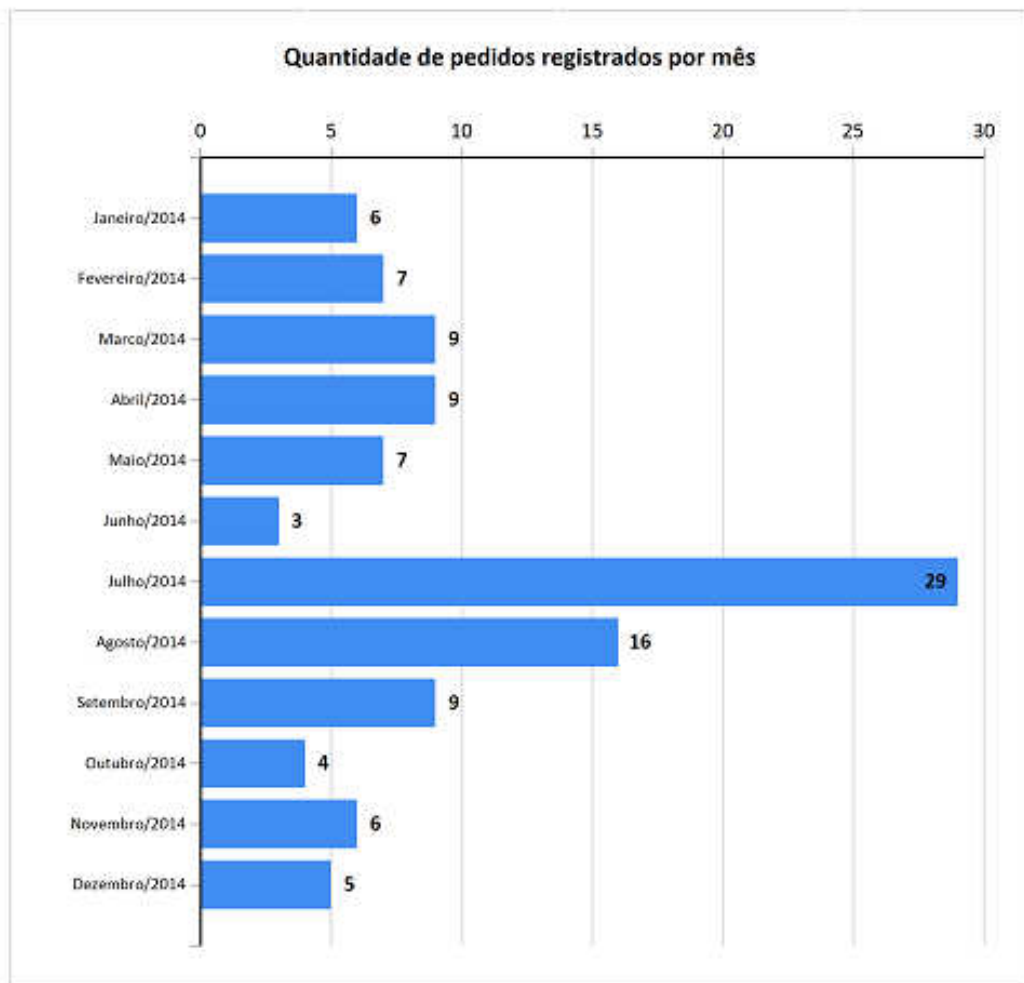
Órgão(s) de referência IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte

Período de consulta: 1/2014 a 12/2014

#### 1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 110

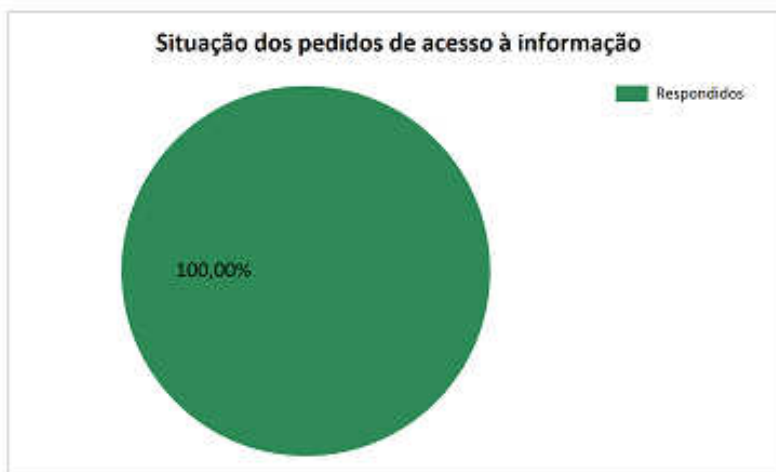
Média mensal de pedidos: 9,17



Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2014	6	-
Fevereiro/2014	7	14.29%
Marco/2014	9	22.22%
Abril/2014	9	0%
Maió/2014	7	-22.22%
Junho/2014	3	-57.14%
Julho/2014	29	89.66%
Agosto/2014	16	-44.83%
Setembro/2014	9	-43.75%
Outubro/2014	4	-55.56%
Novembro/2014	6	33.33%
Dezembro/2014	5	-16.67%
<b>TOTAL:</b>	<b>110</b>	
<b>MÉDIA:</b>	<b>9,17</b>	

## 2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	110



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	177	Total de solicitantes:	65
Perguntas por pedido:	1,61	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	30
		Solicitantes com um único pedido:	53

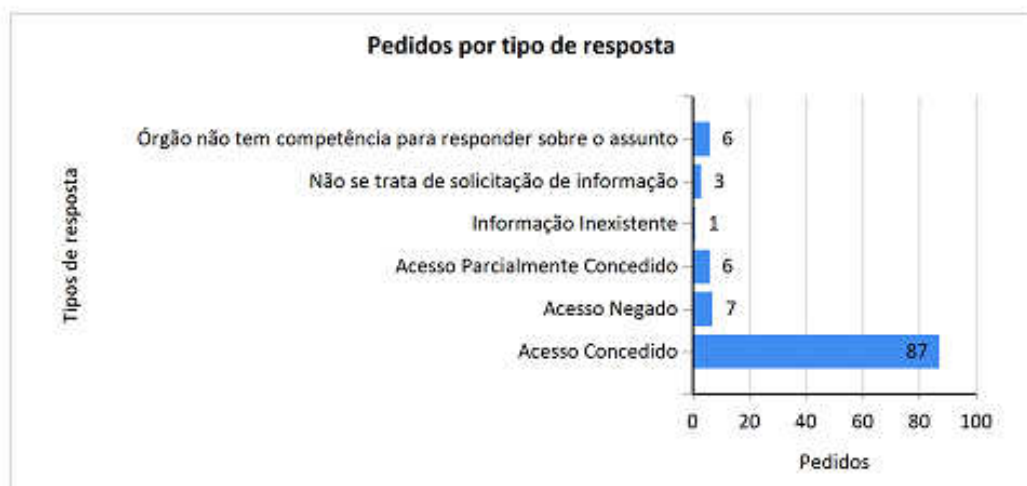
Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Profissionais da educação	54	49,09%
Educação - Gestão escolar	20	18,18%
Educação - Educação profissional e tecnológica	11	10,00%
Educação - Legislação educacional	10	9,09%
Economia e Finanças - Administração financeira	3	2,73%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	2	1,82%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	1	0,91%
Educação - Educação de jovens e adultos	1	0,91%
Educação - Educação básica	1	0,91%
Educação - Educação ambiental	1	0,91%

### **3. Resposta aos pedidos de acesso à informação**

**Tempo médio de resposta:** 17,56 dias

**Prorrogações:**

Quantidade	% dos pedidos
13	11,82%





Motivos de negativa de respostas			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido genérico	4	57,143%	3,64%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	1	14,286%	0,91%
Dados pessoais	1	14,286%	0,91%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	14,286%	0,91%
<b>TOTAL:</b>	<b>7</b>	<b>100,000%</b>	<b>6,36%</b>

Meios de envio de resposta		
Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	105	95,45%
Correspondência eletrônica (e-mail)	3	2,73%
Correspondência física (com custo)	1	0,91%
Buscar/Consultar pessoalmente	1	0,91%

#### **4. Perfil dos solicitantes**

Tipos de solicitante		
Pessoa Física	63	96,92%
Pessoa Jurídica	2	3,08%

Localização dos solicitantes			
Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AL	2	3,17%	2
BA	1	1,59%	1
CE	4	6,35%	34
DF	1	1,59%	1
ES	1	1,59%	1
GO	2	3,17%	2
MG	3	4,76%	3
PB	2	3,17%	2
PE	1	1,59%	1
RJ	3	4,76%	3
RN	39	61,90%	52
SC	1	1,59%	2
SP	1	1,59%	1
Não Informado	4	6,35%	5

**Perfil dos solicitantes pessoa física**

Gênero		Escolaridade	
M	50,79%	Ensino Superior	33,33%
F	39,68%	Mestrado/Doutorado	23,81%
Não Informado	9,52%	Pós-graduação	22,22%
		Não Informado	9,52%
		Ensino Médio	7,94%
		Ensino Fundamental	3,17%

Profissão	
Servidor público federal	46,03%
Não Informado	14,29%
Estudante	11,11%
Professor	11,11%
Empregado - setor privado	4,76%
Jornalista	3,17%
Servidor público municipal	3,17%
Profis. Liberal/autônomo	1,59%
Pesquisador	1,59%
Empresário/empreendedor	1,59%
Outra	1,59%

**Perfil dos solicitantes pessoa jurídica**

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - grande porte	100,00%

## **5. Informações adicionais para o correto entendimento deste relatório**

Este relatório está dividido em 5 (cinco) seções, conforme abaixo:

- 1) Quantidade de pedidos de acesso a informação:
  - Total de solicitações para o período, sua média mensal e sua evolução absoluta e percentual para o intervalo temporal escolhido.
- 2) Situação e características dos pedidos de acesso a informação:
  - Status das solicitações (quantas já foram respondidas e quantas estão em tramitação – dentro e fora do prazo legal);
  - Total de perguntas realizadas e o número de perguntas por pedido;
  - Total de solicitantes e o número, dentre esses, que realizou um único pedido e a quantidade de demandas realizadas por aquele que mais efetuou requisições de informações no âmbito da LAI;
  - Os 10 (dez) temas – por categoria e assunto – mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE).
- 3) Resposta aos pedidos de acesso a informação:
  - Tempo médio de resposta às demandas cidadãs;
  - Número e o percentual de prorrogações de prazo para manifestações efetuadas pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs)
  - Tipos de resposta realizados (p.ex. acesso concedido, acesso negado, informação inexistente, etc)
  - Motivos de negativa de resposta (como informações classificadas, que tratem de dados pessoais, que digam respeito a requisições desarrazoadas ou genéricas, etc)
  - Meios de resposta adotados pelos SICs para proverem retorno sobre as solicitações efetuadas pela sociedade.
- 4) Perfil dos Solicitantes
  - Dados gerais sobre o tipo de demandante (pessoas físicas e jurídicas) e sua localização (por Estado).
    - o Pessoas Físicas: estatísticas relativas aos percentuais de demandantes por gênero, escolaridade e profissão;
    - o Pessoas Jurídicas: quantitativo de solicitantes por tipo ou modalidade (p.ex. empresas, organizações não-governamentais, sindicatos, etc).
- 5) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório

Fonte: e-SIC. Disponível em

< <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> >. Acesso em 27 fev. 2014.

---

### **ANEXO III – Indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, calculados pela SETEC**

---

Conforme indicado nos Ofícios-Circulares nº 04/2015, 09/2015 e 11/2015 da SETEC/MEC, as Instituições que compõem a Rede Federal de EPT devem apresentar os indicadores de gestão definidos no Acórdão TCU nº 2.267/2005, calculados segundo metodologia estabelecida pela SETEC. O teor dos documentos supracitados declara que os indicadores seriam calculados por essa Secretaria e encaminhados às Instituições para inclusão em seus Relatórios de Gestão do exercício de 2014. Esses indicadores serão disponibilizados, em sua versão definitiva e atualizada, no dia 09/03/2015, a partir de quando serão incorporados ao presente Relatório de Gestão.

Com exceção do indicador Perfil Socioeconômico da Clientela<sup>1</sup>, que não foi disponibilizado pela SETEC, os indicadores foram enviados em 16/03/2015, sob a forma de planilha eletrônica, elaborada a partir de consultas específicas nos sistemas SISTEC, SIAPE e SIAFI.

Dentre os sistemas elencados, o que contém a maior parte dos dados brutos utilizados para o cálculo dos indicadores é o SISTEC. Esse sistema armazena as informações acadêmicas de estudantes da Rede Federal de EPT e é alimentado pelas próprias Instituições. No IFRN, a alimentação é realizada de forma descentralizada por responsáveis nos *campi*, geralmente vinculados às Diretorias Acadêmicas.

A atualização do SISTEC sofre impactos de diversas naturezas, que acabam por fragilizar a fidedignidade das informações. O impacto mais contundente está relacionado às falhas de operação do sistema. Outro fator crítico é a ausência de relatórios de conferência para acompanhamento e controle da alimentação, que são ferramentas essenciais na cobrança por parte dos gestores para efetivar a demanda<sup>2</sup>. O último impacto a relatar é a ocorrência dos movimentos paredistas ocorridos entre 2011 e 2012 em toda a Rede Federal de EPT, cujos efeitos em termos de alinhamento do calendário acadêmico ainda não foram plenamente sanados, restando a contagem de matrículas ocorridas no ano letivo de 2013 no ano civil de 2014.

Por fim, observa-se o referencial metodológico aplicado pela SETEC para cálculo de alguns indicadores, que não é idêntico ao estabelecido no Acórdão nº 2.267/2005, uma vez que foram necessárias adaptações para refletir a forma como o SISTEC disponibiliza os dados brutos. O IFRN desenvolveu os indicadores em sistema próprio, seguindo rigorosamente o estabelecido no Acórdão nº 2.267/2005 do TCU, de acordo com o especificado nos normativos aplicáveis à elaboração do Relatório de Gestão.

A Tabela 16 apresenta um resumo comparativo entre os indicadores registrados pelo IFRN e aqueles calculados pela SETEC. Na sequência os indicadores são detalhados, acompanhados da análise comparativa a fim de elucidar as diferenças apresentadas nos dados primários e, eventualmente, na metodologia de cálculo.

---

<sup>1</sup> O indicador Perfil Socioeconômico da Clientela não foi calculado pela SETEC pois o SISTEC não possui registros para efetivação dos cálculos, conforme Ofício-Circular nº 08/2015-DDR/SETEC/MEC.

<sup>2</sup> Para minimizar esse impacto, a SETEC vem disponibilizando, trimestralmente, planilhas contendo as informações de matrículas. No IFRN, essas planilhas são tratadas e confrontadas com os dados do sistema acadêmico institucional e, posteriormente, enviadas às Diretorias Acadêmicas para eventuais correções de informações na fonte do dado.

**Tabela 16 – Resumo comparativo entre os indicadores de gestão nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 calculados pela SETEC e os registrados pelo IFRN**

Indicador		Valor SETEC	Valor IFRN
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	6,03	7,57
	Relação Ingressos/Aluno	36,78	50,02
	Relação Concluintes/Aluno	10,81	28,35
	Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes	60,02	53,95
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	39,46	16,13
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	31,59	22,46
Adminis- trativos	Gastos Correntes por Aluno	8.554,53	12.437,91
	Percentual de Gastos com Pessoal	66,98	67,11
	Percentual de Gastos com Outros Custeios	18,58	18,45
	Percentual de Gastos com Investimentos	10,46	10,48
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per capita</i> Familiar		
	Até 0,5 (exclusivo)		55,17
	Entre 0,5 e 1 (exclusivo)		26,58
	Entre 1 e 1,5 (exclusivo)		9,27
	Entre 1,5 e 2 (exclusivo)	Não calculado	3,67
	Entre 2 e 2,5 (exclusivo)		2,34
	Entre 2,5 e 3 (exclusivo)		0,86
Maior ou igual que 3		2,11	
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	3,70	2,65

Fonte: Dados do cálculo SETEC extraídos de planilha eletrônica enviada pela SETEC em 16/03/2015, elaborada a partir de consultas específicas nos sistemas SISTEC, SIAPE e SIAFI. Dados do registro IFRN extraídos do SUAP, SIAPE e SIAF Gerencial.

## Indicadores acadêmicos

### Relação Candidato/Vaga = Índice de Efetividade (RC/V)

Dados IFRN	
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/V = \frac{\text{Número de inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$
<b>Método de medição</b>	Número de Inscrições: número de candidatos inscritos nos processos seletivos referentes aos editais de acesso discente publicados. Vagas ofertadas: número de vagas constantes em editais de acesso discente publicados.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de Inscrições = 101.701 Vagas ofertadas = 13.431
Dados SETEC	
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/V = \frac{\text{Candidatos}}{\text{Vagas}}$
<b>Método de medição</b>	Candidatos: número de candidatos inscritos em processos seletivos. Vagas: número de vagas ofertadas em processos seletivos.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de Candidatos = 101.701 Número de Vagas = 13.431
Resultados	
<b>IFRN</b>	7,57
<b>SETEC</b>	6,03
Análise	
Diferença entre Candidatos e Vagas SETEC e Número de inscrições e Vagas ofertadas IFRN:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram encontradas incorreções nos registros de inscrições e vagas de diversos ciclos no SISTEC.</li> <li>O preenchimento das informações relativas a inscrições e vagas das ofertas educacionais no SISTEC não é obrigatória, favorecendo a ausência desses dados em diversos ciclos informados.</li> </ul>	

**Relação de Ingressos/Alunos (I/A)**

<b>Dados IFRN</b>			
<b>Equação de cálculo</b>	$I/A = \frac{\text{Número de ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$		
<b>Método de medição</b>	Número de inscrições: número de estudantes ingressantes em cursos ofertados pelo IFRN; é igual ao número de vagas ofertadas somando-se o número de estudantes ingressos por transferência compulsória ( <i>ex-officio</i> ). Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.		
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de ingressos = 13.431 Alunos matriculados = 26.849		
<b>Dados SETEC</b>			
<b>Equação de cálculo</b>	$I/A = \frac{\text{Número de ingressantes}}{\text{Número Total Matriculados}} \times 100$		
<b>Método de medição</b>	Ingressantes: todos os alunos que possuem o mês de ocorrência da matrícula entre jan e dez/14. Número Total Matriculados: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre jan e dez/14, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual.		
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Ingressantes = 14.390 Número Total Matriculados = 39.129		
<b>Resultados</b>			
<b>IFRN</b>	50,02	<b>SETEC</b>	36,78
<b>Análise</b>			
Diferença entre Número Total Matriculados SETEC e Alunos matriculados IFRN:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>São contabilizados em Número Total Matriculados SETEC (e não são em Alunos matriculados IFRN) um grande número de alunos de cursos FIC cujo registro não consta no sistema acadêmico institucional, além de matrículas financiadas pela UAB.</li> <li>A metodologia de cálculo de Número Total Matriculados SETEC contabiliza todos os estudantes que foram atendidos no ano civil de 2014, inclusive aqueles que foram desligados no período letivo 2013.2, em função da defasagem do calendário acadêmico.</li> </ul>			

**Relação Concluintes/Alunos (RC/A)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/A = \frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Número de concluintes: número de estudantes que concluíram os cursos/integralizaram os créditos e estão aptos a colar grau. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de concluintes = 7.613 Alunos matriculados c= 26.849
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$RC/A = \frac{\text{Concluídos} + \text{Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número Total Matriculados}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Concluídos: todos os alunos com status CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre jan e dez/14. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador. Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre jan e dez/14. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador. Número Total Matriculados: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre jan e dez/14, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número de Concluídos e Integralizados = 4.231 Número Total Matriculados = 39.129
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	28,35
<b>SETEC</b>	10,81
<b>Análise</b>	
<p>Diferença Número de Concluídos e Integralizados SETEC e Número de concluintes IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Devido à disjunção do calendário acadêmico com o calendário civil, as conclusões relativas ao período 2014/2 ainda estão sendo efetivadas nos sistemas próprios do IFRN, pois o período letivo encerrou-se em 24/03/2014.</li> </ul> <p>Diferença entre Número Total Matriculados SETEC e Alunos matriculados IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>São contabilizados em Número Total Matriculados SETEC (e não são em Alunos matriculados IFRN) um grande número de alunos de cursos FIC cujo registro não consta no sistema acadêmico institucional, além de matrículas financiadas pela UAB;</li> <li>A metodologia de cálculo de Número Total Matriculados SETEC contabiliza todos os estudantes que foram atendidos no ano civil de 2014, inclusive aqueles que foram desligados no período letivo 2013.2, em função da defasagem do calendário acadêmico.</li> </ul>	

**Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (IEAC)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$IEAC = \frac{\sum \text{Concluintes}}{\sum \text{Ingressos correspondentes}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	<p><math>\sum</math> Concluintes: número total de estudantes que concluíram os cursos/ integralizaram os créditos.</p> <p><math>\sum</math> Ingressos correspondentes: número de estudantes ingressantes em cada turma concluinte, relativo ao ano/período de ingresso da turma.</p>
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	<p><math>\sum</math> Concluintes = 7.613</p> <p><math>\sum</math> Ingressos correspondentes = 14.110</p>
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$IEAC = \frac{\text{Concluídos} + \text{Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}}$
<b>Método de medição</b>	<p>Número de Matriculados Finalizados = Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos.</p> <p>Concluídos: todos os alunos com status CONCLUÍDO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre jan e dez/14. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de CONCLUÍDOS dentro do período de interesse do indicador.</p> <p>Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre jan e dez/14. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para o status de INTEGRALIZADO FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.</p> <p>Evadidos, Desligados e Transferidos Externos: todos os alunos com status EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO que tiveram sua alteração para um esse status com mês de referência entre jan e dez/14. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de EVADIDO, DESLIGADO OU TRANSFERIDO EXTERNO dentro do período de interesse do indicador.</p>
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	<p>Número de concluintes = 4.231</p> <p>Número de Matriculados Finalizados = 7.049</p>
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	53,95
<b>SETEC</b>	60,02
<b>Análise</b>	
<p>Diferença de metodologia utilizada e diferença entre Concluídos e Integralizados Fase Escolar SETEC e Concluintes IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A metodologia utilizada pela SETEC é diferente daquela adotada pelo TCU através do Acórdão nº 2.267/2005. A SETEC utiliza o somatório de todas as situações finais, enquanto que o Acórdão estabelece o uso do somatório de ingressos ocorridos por modalidade. Ademais, em Concluintes IFRN não se incluem os estudantes integralizados.</li> </ul>	



**Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$RFE = \frac{\text{Retenção}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Retenção: número de estudantes reprovados (por nota e por falta) ou com matrícula trancada. Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Retenção = 4.331 Alunos matriculados = 26.849
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$RFE = \frac{\text{Retidos}}{\text{Número Total Matriculados}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Retidos: todos os alunos que estão com status EM CURSO e mais os alunos com status diferente de EM CURSO que tiveram sua última alteração realizada em mês de referência posterior à data prevista para o fim do ciclo, contando a partir do dia 25/01/2013 até o limite do dia 26/01/2014. Essa fórmula nos permite selecionar todos os alunos que mudaram para um status de finalizado (com ou sem sucesso) após a data prevista para o fim do ciclo, dentro do período de interesse do indicador e os alunos que ainda permanecem EM CURSO, mesmo o ciclo tendo data prevista para o fim anterior à 01/01/2014. Número Total Matriculados: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre jan e dez/14, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número Total de Retidos = 15.440 Número Total Matriculados = 39.129
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	16,13
<b>SETEC</b>	39,46
<b>Análise</b>	
<p>Diferença entre Retidos SETEC e Retenção IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A metodologia utilizada pela SETEC é diferente daquela adotada pelo TCU através do Acórdão nº 2.267/2005, uma vez que não inclui alunos em curso além da duração prevista do ciclo (somente alunos que trancaram o curso ou foram reprovados são contabilizados).</li> </ul> <p>Diferença entre Número Total Matriculados SETEC e Alunos matriculados IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>São contabilizados em Número Total Matriculados SETEC (e não são em Alunos matriculados IFRN) um grande número de alunos de cursos FIC cujo registro não consta no sistema acadêmico institucional, além de matrículas financiadas pela UAB;</li> <li>A metodologia de cálculo de Número Total Matriculados SETEC contabiliza todos os estudantes que foram atendidos no ano civil de 2014, inclusive aqueles que foram desligados no período letivo 2013.2, em função da defasagem do calendário acadêmico.</li> </ul>	

**Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (ADTI)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$ADTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$
<b>Método de medição</b>	Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional. Docentes em tempo integral: número de docentes (efetivos, substitutos e temporários) exclusivamente em sala de aula referente a jornada de trabalho de 40 horas semanais; professores com regime de 20 horas são contabilizados como 0,5; Dedicção Exclusiva e 40 horas são contabilizados como 1; professores em cargo de direção e função gratificada contam como FG=0,5, CD4=0,25, CD3=CD2=CD1=0.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Alunos matriculados = 26.849 Docentes em tempo integral = 1.195,25
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$ADTI = \frac{\text{Número Total Matriculados}}{\text{Docentes 20h} \times 0,5 + \text{Docentes 40h} + \text{Docentes DE}}$
<b>Método de medição</b>	Número Total Matriculados: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre jan e dez/14, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual. Não são considerados no cálculo, os professores em exercício na Reitoria.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Número Total Matriculados = 39.129 Docente em Tempo Integral = 1252
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	22,46
<b>SETEC</b>	31,59
<b>Análise</b>	
<p>Diferença de metodologia de cálculo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A metodologia utilizada pela SETEC é diferente daquela adotada pelo IFRN no que concerne à contabilização de docentes em tempo integral, sem considerar o exercício de FG e CD, além de não serem contabilizados os docentes em exercício na Reitoria.</li> </ul> <p>Diferença entre Número Total Matriculados SETEC e Alunos matriculados IFRN:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>São contabilizados em Número Total Matriculados SETEC (e não são em Alunos matriculados IFRN) um grande número de alunos de cursos FIC cujo registro não consta no sistema acadêmico institucional, além de matrículas financiadas pela UAB;</li> <li>A metodologia de cálculo de Número Total Matriculados SETEC contabiliza todos os estudantes que foram atendidos no ano civil de 2014, inclusive aqueles que foram desligados no período letivo 2013.2, em função da defasagem do calendário acadêmico.</li> </ul>	

## Indicadores administrativos

### Gastos Correntes por Aluno (GCA)

<b>Dados IFRN</b>			
<b>Equação de cálculo</b>	$GCA = \frac{\text{Total de gastos correntes}}{\text{Alunos matriculados}}$		
<b>Método de medição</b>	Total de gastos correntes = Outros custeios + Benefícios + Pessoal ativo Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional		
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos correntes = R\$ 335.760.515,85 Alunos matriculados = 26.849		
<b>Dados SETEC</b>			
<b>Equação de cálculo</b>	$GCA = \frac{\text{Gastos Correntes}}{\text{Número Total Matriculados}}$		
<b>Método de medição</b>	Gastos Correntes: Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-TEC) - Gastos com Inativos e Pensionistas - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras. Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o e-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos não constam nos indicadores acadêmicos. Gastos com Inativos e Pensionistas: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 0181 - Pagamento de Aposentarias e Pensões - Servidores Cíveis. Número Total Matriculados: todos os alunos que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo entre jan e dez/14, ou seja, todos os alunos que estiveram matriculados em 2014, independentemente da sua situação atual.		
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Gastos Correntes = R\$ 334.730.103,78 Número Total Matriculados = 39.129		
<b>Resultados</b>			
<b>IFRN</b>	12.437,91	<b>SETEC</b>	8.554,53
<b>Análise</b>			
Sem diferença significativa nos valores de gastos correntes. Diferença entre Número Total Matriculados SETEC e Alunos matriculados IFRN:			
<ul style="list-style-type: none"> <li>São contabilizados em Número Total Matriculados SETEC (e não são em Alunos matriculados IFRN) um grande número de alunos de cursos FIC cujo registro não consta no sistema acadêmico institucional, além de matrículas financiadas pela UAB;</li> <li>A metodologia de cálculo de Número Total Matriculados SETEC contabiliza todos os estudantes que foram atendidos no ano civil de 2014, inclusive aqueles que foram desligados no período letivo 2013.2, em função da defasagem do calendário acadêmico.</li> </ul>			

**Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGP = \frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Total de gastos com pessoal: gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal. Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB). (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.669,27 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Capital = R\$ 43.293.836,83 Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.669,27
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Gastos com Pessoal: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 1 - Pessoal e encargos sociais. Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o e-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos não constam nos indicadores acadêmicos.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Gastos com Pessoal = R\$ 277.181.689,27 Gastos Totais = R\$ 413.828.055,34
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	67,11
<b>SETEC</b>	66,81
<b>Análise</b>	
Sem diferença significativa nos valores de gastos totais e sem diferença nos gastos com pessoal.	

**Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGOC = \frac{\text{Outros custeios}}{\text{Gastos totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Outros custeios: (Gastos totais de OCC) menos (-) (benefícios, investimentos e inversões financeiras). Define-se como gastos para manutenção. Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal. Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB). (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Gastos com Outros Custeios: Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-TEC) - Gastos com Pessoal - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras - Gastos com Benefícios - Gastos com PIS/PASEP. Benefícios: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos das ações 2004, 2010, 2011, 2012, 20CW e 00M1. PIS/PASEP: despesas liquidadas da natureza de despesa 33914712 - Contribuição para o PIS/PASEP. Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o e-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos não constam nos indicadores acadêmicos.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Gastos com Outros Custeios = R\$ 78.008.133,19 Gastos Totais = R\$ 413.828.055,34
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	18,45
<b>SETEC</b>	18,80
<b>Análise</b>	
Sem diferença significativa nos valores de gastos totais e sem diferença nos gastos com outros custeios.	

**Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)**

<b>Dados IFRN</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGI = \frac{\text{Total de gastos com investimentos e inversões financeiras}}{\text{Gastos totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Total de gastos com investimentos e inversões financeiras: despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Gastos totais = Outros custeios + Benefícios + Capital + Total de gastos com pessoal. Não são contabilizados recursos extraordinários (Pronatec/Bolsa-Formação, Rede e-TEC e UAB).
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Total de gastos com investimentos e inversões financeiras = R\$ 43.293.836,83 Gastos totais = R\$ 413.043.422,74 Outros custeios = R\$ 76.193.088,52 Benefícios = R\$ 16.322.930,91 Capital = R\$ 43.293.836,83 Total de gastos com pessoal = R\$ 277.181.689,27
<b>Dados SETEC</b>	
<b>Equação de cálculo</b>	$PGI = \frac{\text{Gastos com Investimentos} + \text{Gastos com Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$
<b>Método de medição</b>	Gastos com Investimentos: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 4 – Investimentos. Gastos com Inversões Financeiras despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 5 - Inversões Financeiras. Gastos Totais: despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o e-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos não constam nos indicadores acadêmicos.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras = R\$ 43.293.836,83 Gastos Totais = R\$ 413.828.055,34
<b>Resultados</b>	
<b>IFRN</b>	10,48
<b>SETEC</b>	10,44
<b>Análise</b>	
Sem diferença significativa nos valores de gastos totais e sem diferença nos gastos com investimentos e inversões financeiras.	

## Indicador socioeconômico

### Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC)

Dados IFRN			
<b>Equação de cálculo</b>	$PSC = \frac{\text{Alunos matriculados por classe de renda familiar per capita}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$		
<b>Método de medição</b>	<p>Alunos matriculados por classe de renda familiar <i>per capita</i>: número de estudantes matriculados em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional, por faixa de renda familiar, tendo por referências as faixas de Até 0,5 SM; 0,5 a 1SM; 1 a 1,5SM; 1,5 a 2,5SM; 2,5 a 3SM; e acima de 3SM (SM = salário mínimo).</p> <p>Alunos matriculados: número de estudantes matriculados (matrículas ordinárias) em cursos ofertados pelo IFRN, registrados no sistema acadêmico institucional.</p>		
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	<p>Alunos matriculados por classe de renda familiar <i>per capita</i>:</p> <p>Maior ou igual a 3 salários mínimos = 578  Entre 2,5 e 3 salários mínimos = 240  Entre 2 e 2.5 salários mínimos = 637  Entre 1.5 e 2 salários mínimos = 998  Entre 1 e 1.5 salários mínimos = 250  Entre 0.5 e 1 salário mínimo = 7221  Até 0,5 salário mínimo = 14.990</p>		
Dados SETEC			
Não se aplica			
Resultados			
<b>IFRN</b>	Até 0,5 (exclusivo)	55,17	<b>SETEC</b> Não calculado
	Entre 0,5 e 1 (exclusivo)	26,58	
	Entre 1 e 1,5 (exclusivo)	9,27	
	Entre 1,5 e 2 (exclusivo)	3,67	
	Entre 2 e 2,5 (exclusivo)	2,34	
	Entre 2,5 e 3 (exclusivo)	0,86	
	Maior ou igual que 3	2,11	
Análise			
Não se aplica.			

## Indicadores de gestão de pessoas

### Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

Dados IFRN	
<b>Equação de cálculo</b>	$ITCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$
<b>Método de medição</b>	Número de professores, em função da titulação acadêmica máxima. G = Graduado; A = Aperfeiçoado; E = Especialista; M = Mestre; e D = Doutor
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	G = 630; A = 6; E = 168; M = 332; D = 233
Dados SETEC	
<b>Equação de cálculo</b>	$ITCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$
<b>Método de medição</b>	G: número de professores com titulação máxima de graduação. A: número de professores com titulação máxima de aperfeiçoamento. E: número de professores com titulação máxima de especialização. M: número de professores com titulação máxima de mestrado. D: número de professores com titulação máxima de doutorado. Não são considerados no cálculo, os professores em exercício na Reitoria.
<b>Dados primários para o exercício corrente</b>	G = 129; A = 7; E = 207; M = 682; D = 227
Resultados	
<b>IFRN</b>	2,65
<b>SETEC</b>	3,70
Análise	
Diferença significativa entre o número de professores graduados e mestres, sem explicação plausível, exceto por um eventual erro de extração dos dados do SIAPE.	